

SIMBIÓTICA

REVISTA ELETRÔNICA

“Em busca do delicado entrecruzamento de razão e sensibilidade...”

poesias
resenhas críticas
etnografias artes plásticas
fotografias contos
ensaios crônicas
artigos

Periódico Acadêmico Internacional em Ciência, Arte e Cultura
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Pós-graduação em Ciências Sociais

Edição vol. 6, n. 2
jul.-dez./2019

ISSN 2316-1620

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias

Revista Simbiótica

Equipe Editorial

Editores

Adelia Maria Miglievich Ribeiro (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Claudio Marcio Coelho (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Edison Romera Junior (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Marcelo de Souza Marques (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil)

Editor Honorário

Edgar Morin (Centre National de la Recherche Scientifique/França)

Comissão Editorial

Dirce Nazaré de Andrade Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Edgard de Assis Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Brasil)
Elísio Macamo (Universität Basel/Suíça)
Emilio Roger Ciurana (Universidad de Valladolid y Salamanca/España)
Emmanuel Banywesize Mukambilwa (Université de Lubumbashi/Rep. Dem. do Congo)
Francisco López Segrera (Universidad Politécnica de Cataluña/ Espanha)
Izabel Cristina Petraglia (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas/Brasil)
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes (Universidade do Porto/Portugal)
José Luis Solana Ruiz (Universidad de Jaén/Espanha)
Luís Fernando Beneduzi (Università Ca' Foscari Venezia/Itália)
Luís Wesley de Souza (Emory University/Estados Unidos)
Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Maria da Conceição Xavier de Almeida (Universidade Federal do Rio G. do Norte/Brasil)
Menara Lube Guizardi (Universidad Alberto Hurtado/Chile)
Patrício Vitorino Langa (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique)
Raúl Domingo Motta (Universidad del Salvador/Argentina)
Santiago Alvares (Universidad Nacional de San Martín/Argentina)

Conselho Editorial

Abel Leyva Castellanos (Universidad Autónoma de Sinaloa/México)
Alfredo dos Santos Oliva (Universidade Estadual de Londrina/Brasil)
André Augusto Michelato Ghizelini (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Andrea Lissett Pérez Fonseca (Universidad de Antioquia/Colômbia)

Antonio Correa Iglesias (University of Miami/Estados Unidos)
Carlos Alberto Pereira Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Brasil)
Carlos Eduardo Maldonado Castañeda (Universidad del Rosario/Colômbia)
Carlos Nazareno Ferreira Borges (Universidade Federal do Pará/Brasil)
Cleyde Rodrigues Amorim (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Denise Najmanovich (Universidad de Buenos Aires y Nacional de Entre Ríos/Argentina)
Domingo Adame Hernandez (Universidad Veracruzana/México)
Emerson Jose Sena da Silveira (Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil)
Enrique Manuel Luengo González (ITESO - Universidad Jesuita de Gudalajara/México)
Izabel Missagia de Mattos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Brasil)
Juan Guillermo D Drogue (Universidade Nove de Julho/Brasil)
Laila Maria Domith Vicente (Universidade Federal Fluminense/Brasil)
Leonardo Gabriel Rodríguez Zoya (Universidad de Buenos Aires/Argentina)
Luciana Maria de Aragão Ballestrin (Universidade Federal de Pelotas/Brasil)
Luis Alberto Salinas Arreortua (Universidad Nacional Autónoma de México/México)
Luís Eustáquio Soares (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Marcos Antonio Lorieri (Universidade Nove de Julho/Brasil)
Maria Betânia Moreira Amador (Universidade de Pernambuco/Brasil)
Maria Raquel Paulo Rato Alves (Universidade Nova de Lisboa/Portugal)
Marta Zorzal e Silva (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Mauricio Abdalla Guerrieri (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Mirela Berger (Universidade Estadual de Campinas/Brasil)
Mónica Solange de Martino Bermúdez (Universidad de la República/Uruguay)
Nelson Maldonado-Torres (Rutgers, The State University of New Jersey/Estados Unidos)
Patrícia Pereira Pavesi (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Paula Yone Stroh (Universidade Federal de Alagoas/Brasil)
Paulo Magalhães Araújo (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Rafael Piñeiro Rodriguez (Universidad Católica del Uruguay/ Uruguay)
Ricardo Luiz Silveira da Costa (Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil)
Rosana Pinheiro-Machado (University of Oxford/Inglaterra)
Sergio Daniel Morresi (Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina)
Sonia Elizabeth Reyes Herrera (Universidad de Valparaíso/Chile)
Thiago Lima Nicodemo (Universidade Estadual de Campinas/Brasil)

Equipe Técnica

Secretaria

Marcelo de Souza Marques

Revisão de Texto em Português

Ângelo Junior Lourenço de Lima
Dayane Santos de Souza
Everton Garcia da Costa
Luciana Mongim
Luiza Riveiro Gonçalves
Luíza Simões de Oliveira
Luiza Wanderley Miranda de Oliveira

Revisão de Texto em Espanhol

Alejandro Maldonado Fermín

Guillermo Omar Orsi

Larissa de Paula Couto

Revisão de Texto em Inglês

Bruce Padilha

Diandra Avila Martini

Dianine Censon

Samuel Rufino

Revisão Final e Editoração

Claudio Marcio Coelho

Marcelo de Souza Marques

Produção Técnica e Webmaster

Antonio Carlos Rocha de Sousa

Simbiótica é uma publicação eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O NEI está sob a coordenação geral da Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues, professora do DCSO/PPGCS/UFES.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil. CEP: 29.075-910.

E-mail: revistasimbiotica@gmail.com

Home page: www.periodicos.ufes.br/simbiotica

Dados Internacionais de Catalogação - na - publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

----- Simbiótica - Revista Eletrônica - Ciências Sociais, UFES, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Edição vol.6, n.2, julho-dezembro, 2019.

----- ISSN: 2316-1620.

----- 1. Revista Simbiótica. 2. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. 3. Departamento de Ciências Sociais. Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, sem autorização dos autores ou do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, constitui violação da Lei 5.988.

Editorial

A presente edição da Simbiótica traz algumas novidades. Primeiramente, gostaríamos de ressaltar a importância da atualização da plataforma OJS. Além de uma melhor adequação aos critérios técnicos e editoriais exigidos por indexadores nacionais e internacionais, a nova versão tem se demonstrado mais versátil, dinâmica e esteticamente aprazível, proporcionando uma melhor navegação. Uma segunda novidade diz respeito à constituição de uma ampla Equipe de Revisores (português, inglês e espanhol), contanto com dezoito integrantes, a saber: Alejandro Maldonado Firmín, Alessandro Bruce Lied Padilha, Aline Santos de Brito Nascimento, Cibele Verrangia Correa da Silva, Claudio Marcio Coelho, Diandra Avila Martini, Dianine Censon Lopes, Guillermo Omar Orsi, Joana d'Arc Batista Herkenhoff, Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres, Luciana Marquesini Mongim, Luiza Riveiro Gonçalves, Luíza Simões de Oliveira, Luiza Wanderley Miranda de Oliveira, Marcelo de Souza Marques, Natália Gimenes de Azevedo, Richard Winckelmann Momente e Samuel Rufino de Carvalho. A terceira novidade é a consolidação da proposta de publicação de dossiês juntamente com os artigos de temas livres. Com relação aos dossiês, no ano de 2020 teremos duas publicações: uma com chamada em aberto até o final de fevereiro de 2020, dedicada ao renomado pensador francês Edgar Morin; e uma segunda sobre ação coletiva, com destaque para as novas experiências organizacionais denominadas “coletivos”. A chamada para este segundo dossiê será publicada no início de março de 2020.

Além dos trabalhos de fluxo contínuo, esta edição apresenta o segundo volume do dossiê voltado à Teoria do Discurso em Laclau e Mouffe. Este número, organizado por Everton Garcia da Costa, Felipe Corral de Freitas e Nora Merlin reúne contribuições de diferentes áreas temáticas, evidenciando o alcance interdisciplinar e transversal da Teoria do Discurso.

Entre os instigantes trabalhos que compõem o referido dossiê, encontram-se contribuições de três reconhecidos pesquisadores: o inglês Bob Jessop, o brasileiro Daniel de Mendonça e o argentino Javier Balsa. É uma honra e uma grata satisfação publicarmos artigos destes estudiosos, posto que tais contribuições enriquecem sobremaneira o presente número.

Desejamos a tod@s uma ótima leitura!!

Vitória, Brasil, 12/2019

Claudio Marcio Coelho
Marcelo de Souza Marques

Apresentação do Dossiê “Teoria do Discurso e seu alcance interdisciplinar e transversal: explorando debates empíricos e teóricos”

Presentation of the Dossier “Discourse Theory and its interdisciplinary and transversal scope: exploring empirical and theoretical debates”

Presentación del Dossier “Teoría del discurso y su alcance interdisciplinario y transversal: explorando debates empíricos y teóricos”

Organizadores

1

Everton Garcia da Costa 

ORCID: 0000-0002-4446-2173

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, atua como professor substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IF Sul). E-mail: eve.garcia.costa@gmail.com

Felipe Corral de Freitas 

ORCID: 0000-0002-7831-6342

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), pesquisador no Grupo de Ideología e Análise de Discurso (IAD) e, atualmente, realiza estágio de pós-doutorado no PPGCPOL da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: felipecorral@gmail.com

Nora Merlin 

ORCID: 0000-0003-3466-2101

Psicanalista. Magister en Ciencias Políticas. Docente e investigadora de la Universidad de Buenos Aires. Autora de *Populismo y psicoanálisis* (Letra Viva, 2014) y de *Colonización de la subjetividad. Medios masivos de comunicación en la época del biomercado* (Letra Viva, 2017). *Mentir y colonizar. Obediencia inconsciente y neoliberalismo* (Letra Viva, 2019). E-mail: noram Merlin21@gmail.com

A Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe se consolidou no campo acadêmico mundial a partir da publicação do livro “Hegemonia e Estratégia Socialista:



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

por uma política democrática radical”, no ano de 1985 – traduzido para o português em 2015. Posteriormente, Laclau e Mouffe desenvolveram desdobramentos da TD de forma independente. Enquanto Laclau (2000 [1990], 2011 [1996], 2013 [2005], 2014 [2014] buscava construir um debate teórico-filosófico no sentido de “aperfeiçoar” a relação entre os conceitos da TD, Mouffe (1999 [1993]; 2003 [2000]; 2005; 2013; 2015 [2005]; 2018; 2019) tratou de posicionar-se no debate em torno de modelos democráticos, desenvolvendo críticas às tradições liberais-pluralista e deliberativa, bem como avançando no desenvolvimento de seu “modelo agonístico de democracia” em que, atualmente, discute com o conceito de populismo.

De tradição marxista e com influência do pós-fundacionismo e do pós-estruturalismo, relacionado conceitos e teorias de autores diversos, como Marx, Hegel, Gramsci, Althusser, Foucault, Lacan, Derrida, Husserl e Heidegger, bem como com diálogos com outros autores, a TD possibilita – tanto no campo teórico-filosófico, como em estudos empíricos – novos caminhos explicativos referentes à complexidade da realidade social e política. Utilizada como ferramenta teórica e metodológica em diversas formas de pesquisa, como nas áreas de Ciência Política, Sociologia, Direito, Psicologia, Antropologia e Educação, a TD vem se consolidando no campo acadêmico brasileiro como um instrumento com capacidade heurística de capturar e explicar a realidade social e política de forma a reconhecer toda sua complexidade em se deixar lavar por caminhos simplificadores.

Os livros organizados por Rodrigues e Mendonça (2006), Mendonça e Rodrigues (2008)¹ e Silva, Coelho, Costa e Freitas (2017) são exemplos do crescente debate teórico e da ascendente utilização da TD como ferramenta metodológica na América Latina, bem como da importância e do reconhecimento que esta teoria vem ganhando em solos brasileiros. Neste processo de expansão, o primeiro dossiê publicado pela Revista Simbiótica no primeiro semestre de 2019, intitulado “A Teoria do Discurso em debate e a possibilidade de interlocuções”, é importante contribuição, no que tange à qualidade que trabalhos voltados à TD vêm demonstrando nesses últimos anos. Além de um aumento expressivo na produção de trabalhos acadêmicos, esse primeiro dossiê evidenciou, também, um alto grau de qualidade do debate teórico e na aplicação da teoria como ferramenta metodológica.

A obra de Ernesto Laclau constitui um corpo teórico fundamental e uma ferramenta essencial para a prática política. Neste momento em que o neoliberalismo mostra sua face

¹ Há uma segunda edição publicada em 2014.



mais cruel, descobrimos que a América Latina é um continente em disputa pela hegemonia entre dois modelos opostos: o neoliberalismo e as democracias nacionais e populares. Ernesto Laclau, com seu imenso trabalho, nos deixou uma caixa de ferramentas necessárias, como a articulação de demandas, o radical heterogêneo, os elementos retóricos e afetivos que intervêm nas construções populares e nos permitem viver o tempo.

Foi a partir desse processo e com essa disposição, que este segundo dossiê, intitulado “*Teoria do Discurso e seu alcance interdisciplinar e transversal: explorando debates empíricos e teóricos*”, publicado pela Revista Simbiótica da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foi organizado. O objetivo deste segundo dossiê, intimamente ligado ao primeiro, é o de complementar às informações tratadas e mobilizadas no primeiro, abrigando trabalhos que propõem diálogos teóricos e metodológicos a partir da TD de Laclau e Mouffe. Acreditamos que esta segunda edição da Revista Simbiótica e cada um de seus interessantes artigos constituem uma contribuição no treinamento teórico e uma contribuição de uma academia comprometida com o pensamento crítico e democrático.

Abrindo o dossiê temos o artigo de Bob Jessop, da Universidade de Lancaster, do Reino Unido, intitulado “Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe’s post-Marxism”. No texto, o autor apresenta uma visão crítica ao processo de substituição de elementos marxistas, como o reducionismo econômico e a ideia de casualidade da primazia econômica, pela noção de contingência na construção da sociedade e a primazia do político. Este trânsito, segundo o autor, limita a compreensão do porquê determinadas articulações discursivas são menos estáveis que outras; e do porquê algumas dessas articulações sedimentam-se de forma duradoura. Sem abandonar o debate alicerçado no pós-estruturalismo e com uma visão pós-marxista, o autor, buscando avançar nesse debate, propõe uma “terceira via”, relacionando o estruturalismo com o idealismo.

Na sequência, o artigo “A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda”, de autoria de Daniel de Mendonça, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), reflete sobre a crise da democracia liberal e busca avançar em relação ao entendimento do que seria e para que serviria o populismo, mais especificamente um populismo de esquerda. Tratando sobre a crise dos regimes democráticos, ameaçados por alternativas autoritárias e por posições conservadoras, bem como dialogando com a visão hegemônica da tradição liberal que enxerga o populismo como um aspecto negativo e corrosivo para a democracia, o autor busca, com base no conceito de populismo de Ernesto Laclau, defender o populismo de



esquerda como uma alternativa política não somente aos regimes liberais, mas também à própria radicalização da democracia.

O terceiro artigo, intitulado “La retórica en Laclau: perspectiva y tensiones”, de autoria de Javier Balsa, da Universidade de Quilmes, na Argentina, analisa e problematiza a utilização e a posição que o conceito de retórica assume no âmbito da teoria do discurso de Ernesto Laclau. Para o autor, o papel central que Laclau atribui à retórica em sua teoria da hegemonia, bem como à concepção de linguagem que leva à ideia de uma “retoricidade total” acarreta certos problemas em relação às figuras retóricas e à “agentividade” dos sujeitos. Sem implicar em uma literalidade de uma linguagem “objetiva”, nem mesmo cair em uma busca por uma sutura impossível, o autor desenvolve uma perspectiva crítica visando à necessidade de se pensar em graus de retoricidade e no reconhecimento de uma determinada base de significações sedimentadas.

Na continuidade, Igor Suzano Machado, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), do Brasil, assina o artigo intitulado “A lógica do social e a lógica do político: uma abordagem alternativa para a compreensão da intervenção do judiciário na política”. O objetivo do artigo consiste em problematizar a chamada judicialização da política a partir de categorias da teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe. Além disso, o autor apresenta um debate com considerações metodológicas e normativas que permeia a teoria do discurso, e amplia sua reflexão em se tratando de sua capacidade explicativa.

4

O quinto artigo, intitulado “Todos contra o povo: limites da teoria de Ernesto Laclau”, de autoria de Kamila Nascimento, do Centro Universitário Fametro, do Brasil, problematiza o conceito de povo desenvolvido por Ernesto Laclau, no âmbito da teoria do discurso, mais especificamente, a partir da teoria do populismo desenvolvida pelo teórico argentino, visando refletir sobre as práticas democráticas contemporâneas. A autora percorre todo um trajeto teórico desenvolvido por Laclau, indicando sua relevância e importância para a compreensão da política, e conclui com a perspectiva de que o teórico argentino oferece uma alternativa incompatível com a política democrática de nossos tempos, baseada na inclusão de todos.

O sexto artigo, intitulado “Três leituras sobre o dissenso na Arte Pública: antagonismo, heterotopia e ficção”, de autoria de Diego Kern Lopes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), do Brasil, nos brinda com um debate acerca do papel do dissenso e do conflito, tendo como campo empírico as manifestações artísticas contemporâneas nos espaços públicos. Relacionando aspectos da teoria de Chantal Mouffe, Rosalyn Deutsche, Michel



Foucault e Jacques Rancière e enfatizando a importância do dissenso e do antagonismo nas práticas artísticas democráticas, o autor destaca o aspecto relevante do lugar contingencial, histórico e político das construções artísticas.

A seguir, Gustavo Patricio Guille, da Universidade de Buenos Aires, da Argentina, autor do artigo “Política del antagonismo, política de la hospitalidad. Derivas de la teoría del discurso en Laclau y Derrida”, diferencia e, posteriormente, relaciona o conceito de “hospitalidade” de Derrida com a noção de antagonismo de Laclau. Segundo o autor, ambos os conceitos se relacionam de forma direta com “o outro”. Enquanto o conceito derridiano se refere a uma promessa de justiça e uma “hospitalidade” incondicional oferecida a esse outro, o conceito laclauniano trata da necessidade do antagonismo para a construção de hegemonias.

O oitavo artigo, intitulado “A cidadania no meio rural: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar a partir da Teoria do Discurso”, de autoria de Anna Cláudia Campos Santos, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do Brasil, e Rennan Lannan Martins Mafra, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), do Brasil, aborda a temática do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a disputa discursiva em torno do Programa que propiciou a formação de sujeitos políticos nas dinâmicas entre Estado e Sociedade. Visando ressignificar a institucionalização da cidadania a partir do Estado, a autora e o autor evidenciam nesse processo de disputa a instabilidade política envolvendo a formação dos sujeitos envolvidos.

5

Fechando o dossiê, o artigo de autoria de Letícia Baron, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do Brasil, com o título “Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil”, analisa os sentidos discursivos presentes nas postagens dos movimentos que protagonizaram as grandes manifestações de rua no período do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff. A autora verificou que as manifestações de dezembro a abril tinham por objetivo consolidar a pauta do *impeachment* e o antagonismo ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao passo que as manifestações de agosto já defendiam uma agenda de reformas à direita.

Como se pode observar, a diversidade de temas e questões abordados pelos artigos que compõem este dossiê evidencia a dimensão heurística da TD desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, bem como sua atualidade para a análise dos fenômenos políticos do mundo



contemporâneo. As contribuições deste dossiê, portanto, são muito importantes no que diz respeito à consolidação da TD na América Latina, especialmente, no Brasil.

Frisamos, novamente, que o pensamento de Laclau e Mouffe constitui um corpo teórico fundamental e uma ferramenta imprescindível para a prática política. Neste momento, em que o neoliberalismo mostra sua cara mais cruel, constatamos que a América Latina é um continente em disputa pela hegemonia entre dois modelos que se opõem: neoliberalismo e democracias nacionais e populares.

Ernesto Laclau, com sua imensa obra, nos deixou uma caixa de ferramentas necessárias, composta por elementos como a articulação de demandas, o heterogêneo radical, os elementos retóricos e afetivos que intervém nas construções populares, ferramentas essas as quais permitem que seu pensamento esteja à altura da época.

Nós, os organizadores, cremos que este segundo Dossiê da Revista Simbiótica e cada um de seus interessantes artigos constituem um aporte na formação teórica e uma contribuição a partir de uma academia comprometida com o pensamento crítico e democrático. Esperamos, por fim, que os artigos ora apresentados sirvam também como referencial para a realização de pesquisas futuras, corroborando assim com a solidificação do pensamento de Laclau e Mouffe não só no Brasil, mas na América Latina.

Boa leitura!

Referências

- LACLAU, Ernesto (2000 [1990]). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- _____. (2011 [1996]). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- _____. (2013 [2005]). *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- _____. (2014). *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015 [1985]). *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.
- MENDONÇA, Daniel; Rodrigues, Léo (Orgs) (2008). Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- MOUFFE, Chantal (1999 [1993]). *El retorno de lo político*. Brcelona: Paidós.
- _____. (2003 [2000]). *La paradoja democrática*. Gedisa, Barcelona.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

- _____. (2005). “Por um modelo agonístico de democracia”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, pp.11-23.
- _____. (2013). *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso.
- _____. (2015 [2005]). *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2018). *For a left populism*. London: Verso.
- _____. (2019). The populist moment. *Simbiótica*, Vitória, v. 6, n. 1, pp. 6-11, jan./jun. 2019.

RODRIGUES, Léo; MENDONÇA, Daniel (Orgs) (2006). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: EdiPUCRS.

SILVA, Luís Gustavo; COELHO, Gabriel; COSTA, Everton; FREITAS, Felipe (Orgs). *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas*. Curitiba: Editora CRV, 2017.



Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism

El análisis crítico del discurso en el post-marxismo de Laclau y Mouffe

Análise crítica do discurso no pós-Marxismo de Laclau e Mouffe

Recebido em 25-11-2019
Modificado em 10-12-2019
Aceito para publicação em 15-12-2019

Bob Jessop 

ORCID: 0000-0001-8134-3926

8

Professor of Sociology at Lancaster University. He obtained his PhD in Sociology from Cambridge University in 1974, is an established state theorist inspired by Poulantzas and Gramsci, and is currently writing on cultural political economy. E-mail: b.jessop@lancaster.ac.uk

Abstract

Ernesto Laclau and Chantal Mouffe exaggerate the textual aspects of social practice in their post-Marxist reflections. They developed an account of social practices and social cohesion in terms inspired by linguistics and discourse theory. Their work saw a growing rejection of economism and class reductionism and growing emphasis on the contested, contingent discursive construction of society. Contingency is the precondition of hegemony – the ground in which struggles for hegemony and the construction of populism occur. In this regard, they replace the Marxist notion of the causal primacy of the economy with a “primacy of the political”. This leads to a discursive anti-foundationalism in which it is impossible to construct a unified society because all meanings and identities are contested, and its institutional foundations are potentially re-activated. The article concludes by comparing this exorbitation of language with a more limited cultural political economy approach that offers a “third way” between structuralism and idealism. It explores the conditions that shape the variation, selection and retention of sense- and meaning-making as well structuration. This approach seeks to explain why some discursive articulations get selected and become sedimented to be contested later and why some properties of institutions have enduring effects at different scales of action.

Keywords: Ernesto Laclau; Critical Discourse Analysis; The Exorbitation of Language; Hegemony; Cultural Political Economy.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introduction

Norman Fairclough, the British critical discourse analyst, emphasizes the centrality of language to social order. This said, he cannot be charged with the exorbitation of discourse beyond the discursive field because he stresses that “whereas all linguistic phenomena are social, not all social phenomena are linguistic – though even those that are not just linguistic (economic production, for instance) typically have a substantial, and often underestimated, language element” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 23). I also endorse Fairclough’s move from synthesizing text-analytical techniques to engage with social theories on contemporary economic, political, and social change (e.g., CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Two good examples of such engagement are *New Labour, New Language* (FAIRCLOUGH, 2000) on Third Way discourse and his critical dissection of discourses of globalization (FAIRCLOUGH, 2006). Thus, his discourse-theoretical approach straddles the divide between grand theory and grounded analytics because its disciples regularly link their analyses to changing social relations.

This essay examines the work of Ernesto Laclau and his collaboration with Chantal Mouffe and suggests that they exaggerate the textual aspects of social practice. This exorbitation of language can be illustrated from the following text:

By “the discursive” I understand nothing which in a narrow sense relates to texts but the ensemble of phenomena of the societal production of meaning on which a society as such is based. It is not a question of regarding the discursive as a plane or dimension of the social but as having the same meaning as the social... the non-discursive is not opposite to the discursive as if one were dealing with two different planes because there is nothing societal that is determined outside the discursive. History and society are therefore an unfinished text (LACLAU, 1980a, p. 87).

This “unfinished text” is produced through contingent “articulatory practices”. The notion of articulation implies that discursivity (in other words, the social) is always constituted relationally, always under construction, and liable to disarticulation. Articulation is also the basis of hegemony and the construction of populism. The “raw materials” of this social construction exist as unfixed polysemic discursive *elements* before they are articulated as specific *moments* within particular discourses. The struggle for hegemony is re-interpreted in terms of intervention to articulate different discursive elements into more or less discrete ideological ensembles that serve the interests of a fundamental social force. Elements can be

articulated to form different discourses (*sic*) because they have common nuclei of meaning that lack a fully determinate denotation and can be connotatively linked to other elements to produce the specific meanings they reveal in different discursive ensembles. The social is thereby located uneasily between attempts at fixing meaning and the ultimate infeasibility of these attempts. To the extent that these attempts succeed, it is because certain nodal points (*points de capiton*) emerge within discourse as privileged signifiers, or key principles, that limit the “play of meaning”. It is around these nodal points that discursive forms crystallize. However, because these nodal points are internal to discourse, not grounded outside it, they are inherently unstable. Because they are sedimented, i.e., their discursive origins are forgotten, they can be challenged and re-politicized. Key principles always have what Derrida (1988) calls a “constitutive outside”, that is, they exclude some elements in order to establish and stabilize a boundary but, in doing so, reveal the contingency of a hegemonic or dominant discourse.

It follows that meaning is only ever partially fixed and, given an ever-present surplus of possible meanings, any fix is contingent. It could have been fixed differently. Discourse therefore continually overflows the limits of any possible stabilization by nodal points (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 113). Paradoxically, this lack of fixity is the precondition of hegemony. Contingency is the ground, or space, in which struggles for hegemony occur. Thus, the greater is the contingency, the greater is the scope for hegemonic contestation. It is an important part of Laclau’s argument that the post-war world is becoming more contingent due to increasing globalization, democratic demands, the expansion of conflict and antagonism, and so on.

At stake here is the relation between signifiers and signified, which, partly following de Saussure’s general course on linguistics, Laclau and Mouffe present as occurring entirely within discourse. It has no outside, extra-discursive referent. Indeed, having claimed that all social practices are discursive practices, they then ignore their extra-discoursal aspects. They conclude that an adequate social explanation must refer to signifying relations rather than any type of physical or material causality¹. In emphasizing the purely contingent discursive articulation of the social world, they deny lawful links among events and qualities in the

¹ Laclau and Mouffe totally reject the base-superstructure distinction. They take this allusive and elusive metaphor literally and conclude that it posits total determination of the superstructure by an economic base that is a wholly self-sufficient as its own cause (LACLAU; MOUFFE, 1985, pp. 120-1, 142; LACLAU, 1990, pp. 6-14, 55; LACLAU, 2005, p. 250). They ignore alternative meanings and never consider whether it could be re-inscribed into post-Marxist analysis.

social world (LACLAU; MOUFFE, 1985). In short, they embrace what Mario Bunge called an “anti-determinist acausalism” (BUNGE, 1961, p. 29). Such claims ignore the need, long ago noted by Max Weber (1949), for explanations that are adequate at the level of causality as well as meaning². In contrast, Laclau and Mouffe have a contingent explanation of causality: things could occur otherwise depending on articulation (cf. LACLAU, 2006).

The early discourse-theoretical writings

In complementary articles in the late 1970s and early 1980s, Mouffe and Laclau attacked economism in the analysis of politics and ideology. This critique was stated most clearly by Chantal Mouffe in this period in her review of the concept of hegemony in Gramsci's *Prison Notebooks* (MOUFFE, 1979). She outlined three phases in the movement from economism to anti-economism in Marxist political and ideological analysis. Phase one was the pure and classic form of economism comprising a base-superstructure model coupled with the claim that all economic, political, and ideological subjects were at bottom class subjects (e.g., the Second International). The second phase endowed the political and ideological levels with their own effectivity but remained economist in tracing the origins of political and ideological practices to wilful class subjects whose actions are determined by the evolution of a class consciousness appropriate to their economic position (e.g., Korsch, Lukács). And the third phase broke with this class reductionist view by treating ideological practice as a *sui generis* process that constitutes subjects who are neither economically pre-defined nor, once constituted in and through ideologies, having a necessary class belonging (e.g., Gramsci, Togliatti) (see MOUFFE, 1979, pp. 169-178; cf. LACLAU, 1977, pp. 141-142, 158-159, 163-164; LACLAU, 1980, pp. 252-255; LACLAU; MOUFFE, 1981, *passim*).

While Mouffe and Laclau had together prepared the ground for a definite break with economism and class reductionism in the analysis of hegemony, significant residual elements of class reductionism remained in their initial studies (for details, see JESSOP, 1982, pp. 191-202). In subsequent studies, Laclau and Mouffe attempted to overcome these problems and developed a general theory of the discursive constitution of hegemony. They argue that all

² While Luhmann is also suspicious of causal explanation, his operative constructionism allows a regulative role for the real world beyond communication (LUHMANN, 1995). Laclau concedes this in his analysis of populism, in which external reality expresses itself via negation, i.e., by providing a ‘reality check’ that limits the resonance of alternative political projects, making some more plausible and appealing than others (LACLAU, 2005, pp. 89, 91-96, 190-1, 201).

social relations derive their social character from their discursive constitution: that is, all social practice constitutes itself in so far as it produces meaning (LACLAU 1980a, p. 87). This approach has important theoretical implications for the relations between “levels” and for the analysis of social subjectivity.

First, as the discursive is coextensive with the field of the social and, as such, all social relations are regarded as constituted in and through discourse, Laclau and Mouffe reject orthodox Marxist views of “base-superstructure” relations in which the so-called material base is seen as extra-discursive and the superstructure alone is discursive. Thus, even if one wished to retain the metaphor of “base” and “superstructure” or the topographical image of “regions” of a social formation, then the unity of a social formation, to the extent that it exists, depends on the contingent articulation among these discursive practices. It does not derive from a necessary correspondence between base and superstructure. In this sense, Laclau and Mouffe re-interpret Gramsci’s notion of “historical bloc” in discourse-theoretical terms. For the Italian, the historical bloc shows how “material forces are the content and ideologies are the form, though this distinction between form and content has purely didactic value” (1971, p. 377). For the Argentinian and Belgian, the historical bloc is a purely ideological construction (LACLAU; MOUFFE, 1985, pp. 170, 176).

Second, their approach in this early period implies that the subjects through whom social relations are mediated and reproduced are also constituted in and through discourse. One can no longer privilege class subjects over popular-democratic forces nor treat class struggle as necessarily more influential than popular-democratic struggles. Class antagonism is not inscribed in the social relations of production considered as an extra-discursive structure but derives from the particular discursive identification of class subjects. This suggests that class struggle is first of all a struggle about the constitution of class subjects before it is a struggle between class subjects. It follows from this that the field of political intervention is extremely broad. This must have crucial implications for hegemony considered as “political, intellectual, and moral leadership” (GRAMSCI, 1971, p. 57) as well as for the struggle for such leadership.

Although these inter-discursive practices cannot be modelled outside specific conjunctures, Laclau and Mouffe do identify two basic modes of hegemonic articulation. In a discourse of *difference*, hegemony neutralises ideologically constituted antagonisms by re-interpreting them as differences within a national-popular collective will. For example, class

antagonisms inscribed within the relations of production are transformed into positive-sum differences among economic agents performing complementary functions in the division of labour. This involves the localisation of differences that must be negotiated and compromised within a broad consensual framework established through the dominant discourse concerning the parameters of the “national-popular” collective will. Examples of such a discourse of difference include the “transformist” politics of Giovanni Giolitti’s prime ministerial role in Italy from 1892 to 1921 and the “One Nation” discourse of the nineteenth-century British Conservative politician, Benjamin Disraeli (cf. LACLAU, 1977, p. 115; LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 130).

The second form of hegemonic discourse involves constituting a system of equivalences among different positions and subjects. This can occur either through (1) a common polarity that is juxtaposed in an irreducible dualism to another pole and defined as superior to it or (2) a common antagonism to an internal and/or external enemy that must be defeated to advance each particular position or subject. Examples of such a *discourse of equivalence* would include the irreducibly dualist discourses of *apartheid* and the ruptural populist discourses of Chartism in England, Jacobinism in France, Fascism in Italy, and Maoism in China (cf. LACLAU, 2005, 2006). This friend-enemy distinction became crucial to Laclau and Mouffe’s analysis of populism.

In this period, both modes of discourse were seen to contain dangers to the dominant class. A discourse of difference transforms negatively-charged contradictions into positively differentiated contrarieties and creates the ideological conditions needed to integrate different subjectivities into a system of democratic politics. But the dominant class can go too far in absorbing and legitimating the demands of those in subordinate positions so that the latter forces can impose their own discourse within the state apparatus during crises in ways that undermine that class’s neutralising capacities. This can be seen in the appropriation of democratic discourse into a socialist discourse as monopoly capital finds it increasingly hard to maintain liberal democratic traditions and institutions. Likewise, the dominant class can assimilate the “people” in a discourse of equivalence to its own hegemonic project, which is particularly common during periods of crisis. Nonetheless, in doing so, it runs the risk that populist forces will develop the anti-status quo, anti-capitalist elements in populist discourse to the point of a radical break with the interests of the dominant class. This can be seen in the threats posed to capital as the Nazi left drew on socialist traditions and the Italian fascist left

drew on the Mazzinian, Garibaldian, and syndicalist traditions. Moreover, whereas the discourse of difference tends to be integrative in so far as it disarticulates the organisation of the various subordinate positionalities into a single “people” interpellated as the dynamic pole of confrontation with the power bloc, the discourse of equivalence is more readily “turned” to radical, ruptural goals by articulating the “people” to a revolutionary project rather than to a populism of the right (LACLAU, 1977, pp. 121-122, 162-163; 1980a, pp. 90-93; 1980b, pp. 255-258; LACLAU; MOUFFE, 1980, pp. 20-22).

Although these arguments were still being developed (see LACLAU; MOUFFE, 1985), their principal implications are clear. First, if all the various “levels” or “regions” of a social formation are constituted through discourse and are liable to transformation through forces that are likewise constituted, we must replace the Marxist notion of the causal primacy of the economy with a “primacy of the political” (LACLAU; MOUFFE, 1981, p. 22). This means that the capital relation is just as much a field of struggle as the political and ideological regions and that its so-called “laws of motion” are not governed by an extra-discursive “capital logic”. Instead the movement of the economy depends on the contingent hegemonic articulation in a given society (*ibid.*).

Second, since any given society is characterised by a vast plurality of subjects who need not identify as class subjects, hegemony must be seen in terms of the discursive articulation of different subjects. Thus, if the dominant class or working class are to contest the role of “political, intellectual, and moral leadership”, this must depend on their respective abilities to develop a political project recognised by other subjects in society as essential to realize their own particular interests. Further, it requires an “organic ideology” that can serve as a shared ideological frame of reference in which a plurality of subjects can redefine and negotiate alliances to advance that project (cf. LACLAU; MOUFFE, 1981, pp. 21-22).

This raises the crucial distinction between “political hegemony” and “organic ideology”. There is no doubt that political leadership is won or lost in the context of “intellectual and moral reform”. But there is a danger that “political hegemony” and “organic ideology” are conflated. Whilst the development of an appropriate ideological cement is the field *par excellence* of the creation of shared meanings, “common” sense, etc., political leadership works on these meanings in various ways to generate particular projects or national-popular programmes that require specific resources, policy initiatives, forms of mobilisation, etc. One cannot reduce Fascism or Nazism as hegemonic projects to the role of

“corporativism” and “race” as hegemonic principles (LACLAU, 1977, pp. 120-22). They also involved quite specific programmes of political action designed to advance specific class and “national-popular” objectives. In addition to “intellectual and moral reform”, the fascist movements needed to reorganise the Italian and German state apparatuses to implement their projects of national regeneration.

Finally, a discourse-theoretical approach along these early lines raises issues about the limits of hegemony. Although Laclau and Mouffe noted that there are specific conditions of production and reception of discursive practices, there is no attempt to theorize these conditions beyond the assertion that they should be considered as other discourses (LACLAU, 1980a, p. 87). The conditions of reception are almost wholly ignored. Yet, as Gramsci himself was careful to observe, there is a world of difference between historically organic ideologies and ideologies that are arbitrary, rationalistic, or “willed” (GRAMSCI, 1971, pp. 376-377). Moreover, however plausible a given hegemonic project may appear in terms of its intended articulation of class and non-class subjects and demands, it will only become “directive” to the extent that strategically significant forces support it and likely sources of resistance are neutralised.

15

Hegemony and the Logic of the Social

In their chief work, *Hegemony and Socialist Politics*, Laclau and Mouffe built on these earlier remarks and concluded that the concept of “hegemony” introduced a new logic of the social that is incompatible with the basic assumptions of traditional Marxism (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 3). More accurately, their post-Marxist account of this “logic” of the social required them to re-think the meaning of hegemony along with some other basic assumptions of Marxism. For they use the concept of hegemony so loosely and apply it so widely that it is often hard to distinguish it from more inclusive concepts such as discourse, the social and the political. The basic assumptions they claim are subverted by this new logic are: (1) the classist privileging of the proletariat's role as an agent of fundamental change; (2) the statist view that the state is the crucial site for implementing radical changes and that its activities must be expanded; (3) the economist claim that a successful economic strategy will also secure desired political effects; and (4) the argument that there must be a revolution that concentrates power so that society can then be “rationally” reorganized (LACLAU;

MOUFFE, 1985, p. 177). To these four assumptions they counterpose the logic of the social, i.e., the claim that the social has an open, unsutured character and that neither its elements nor its totality have any pre-given necessity. Their approach entails that the social has no positive essence: it has only a “negative essence” that consists in its essential openness.

In this sense, *Hegemony and Socialist Strategy* starts out from the claim that social relations can only be differentiated in terms of the specific discourses that endow them with meaning. In this context, they nonetheless assert that discourses include more than language: they also involve material practices. Indeed, they insist that articulation should not be reduced to pure linguistic articulation but must penetrate the materiality of institutions, rituals and practices through which a discursive practice is established (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 109). They then distinguish between the general field of the interdiscursive and specific fields constituted by particular discursive practices. The general field of the interdiscursive is a complex series of “elements” available for integration into specific discourses. The latter fix the meaning of these elements in relation to an overall discursive system and thereby transform them into relatively fixed “moments” in that discourse. But they also argue that no discourse can totally fix the meaning of these moments – there is always polyvalence and a surplus of meaning and thus a potential for articulation with other discourses (LACLAU; MOUFFE, 1985).

These general reflections have obvious implications for society. On the one hand, a fully closed, self-identical social formation is impossible. Even if individual identities and micro-social relations are unstable, it is hard to see how a fully sutured society could exist. But this does not mean that society is totally impossible (LACLAU; MOUFFE, 1985, pp. 110-13, 122, 127). For, given that parts are merely elements rather than fully fixed and that they can be articulated in different ways, relations can exist among them with the result that societies are tendentially constituted as an ensemble of totalizing effects in an open relational complex (1985, p. 103). Indeed, without partial fixity, no differences would be possible: there must also be nodal points or privileged points of reference for articulation. Society only exists as attempts to realize the impossible, to produce fixity despite discursivity.

Society never manages to be identical to itself, as every nodal point is constituted within an intertextuality that overflows it. The practice of articulation, therefore, consists in the construction of nodal points that partially fix meaning; and the partial character of this fixation proceeds from the openness of the social, a result, in its turn, of the constant

overflowing of every discourse by the infinitude of the field of discursivity (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 113).

Because neither its individual elements nor its overall articulation can provide a founding moment for the social totality, Laclau and Mouffe insist that social identity depends on the contingent pattern of hegemonic articulation in an unstable social system. They define articulation as any practice that establishes a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. In turn, emptying “discourse” of its customary linguistic connotations, they simply define it as a structured or relational totality resulting from articulation (1985, p. 113). In this sense, it differs little from the concept of social practice. Indeed, Laclau and Mouffe insist that articulation should not be reduced to pure linguistic articulation but must penetrate the materiality of institutions, rituals and practices through which a discursive practice is established (1985, p. 109). Yet they have little to say about these institutions, rituals, and practices, except to interpret them as sedimented discursive practices.

The link with hegemony is established through an expanded concept of the political. For their analysis implies that politics occurs anywhere and everywhere that there is contingency. There is no surface that is not constantly subverted by others and thus no unique, clearly demarcated space of politics (LACLAU; MOUFFE, 1985, pp. 179-81). Political (or hegemonic) discourse operates on a field of relatively open elements that have not yet been so sedimented that they can be reproduced merely through repetition rather than continuing articulation. In this sense, it cannot be localized within the state or in any other single power centre (or “nodal point”) but occurs across the whole field of discursivity. Some nodal points may become the focal point of many totalizing effects but, since a unitary society is impossible, no single hegemonic centre can emerge. Indeed, given that there is always a plurality of power centres that coexist in specific relational and conjunctural contexts, any one of these is always limited in its effectivity by other nodal points (1985, pp. 139, 142-3). There is a certain ambiguity here in so far as the hegemonizing force can secure its hegemony only through relatively distinguishing its hegemonic discourse from the discourses that are being hegemonized. For, if its discourse was not distinctive, there would be no field of differences to be hegemonized; if it was totally distinct, however, then hegemony would be impossible, and the would-be hegemonic discourse would merely co-exist alongside others (1985, pp. 134-5). In this context, instability in the socially constituted frontiers that divide antagonistic

forces are basic factors for establishing hegemony. For they provide the material on which a hegemonic discourse can operate. In the absence of antagonism, there could perhaps be a bureaucratic reorganization of elements – but not hegemony. But, if the resulting frontiers were fixed, they could not be re-articulated through a hegemonic discourse. Instead they could be connected only through a simple chain of equivalences in which different positions were treated as equivalent in their political effects (1985, p. 136).

In arguing that society is impossible, Laclau and Mouffe do not, let us repeat, rule out the possibility of partial, provisional “totalizing” projects. A social formation can become a totality in so far as a hegemonic discourse can establish clear frontiers by constructing a chain of equivalences that distinguishes what is beyond the hegemonic formation as its (antagonistic) other (1985, pp. 143-4, 292). Since there is a multiplicity of social logics that must be constantly re-articulated and re-negotiated, however, there is no final point at which a balance will be definitively achieved (1985, p. 188). Society tries to construct its identity on the basis (and in the face) of the multiplication of social spaces and the diversity of institutions; it rests on compromise, on the precarity of every antagonism, on the opacity of all social relations (1985, pp. 191-2).

Laclau and Mouffe argue that society is “impossible” because it can never be fully itself, self-identical and self-closed (1985, p. 127). In developing this argument, they claim to be moving beyond positivity, i.e., to deny that any social identity could ever be a full, self-constituted identity. For every social identity is constituted through a difference from which it can never fully distance or separate itself. There is no social identity “fully protected from a discursive exterior that deforms it” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 111). At the macro-level, this means that society is intelligible in terms of contingent relations among its institutions, organizational forms and agents that are the product of a hegemonic articulation that establishes frontiers in opposition to other social relations. Thus, a social formation with a unique determinative principle is simply impossible. Indeed, although there is a discursive logic of the social, society itself is not (and could never be) an ultimately intelligible and rational object (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 254).

Moreover, if the only properties that entities (apart from abstract existence) have are the product of discursive practices, then Laclau and Mouffe could claim to have discovered the philosopher's stone. Following their logic, one could discursively turn base metal into gold or convince those laughing at the emperor's fine new clothes that he really was wearing them.

Indeed, as they themselves insist in their reply to a critique by Normal Geras (1987), the function of a stone as a projectile is clearly discursive (LACLAU; MOUFFE, 1985, pp. 82-85). One might well add, although they did not, that it is its own inherent properties (or natural necessities) which make a stone a better projectile for some purposes than cotton wool. Moreover, let me note that it is not just “natural” objects that have such objective qualities. For “social” phenomena also have many emergent properties and tendencies that give them distinctive capacities and liabilities whose existence may not be acknowledged but which still have a powerful influence on social life. We should not allow a quite legitimate rejection of the so-called “metaphysics of presence” to lead us down the slippery road towards a denial that, to the extent that social phenomena exist, they can have definite properties, powers and liabilities that are reproduced to the extent that these phenomena are reproduced.

Yet there is a Derridean “trace” even in this constructivism. For Laclau also suggests that the real is the “ungraspable margin” that limits and distorts the discursive constitution of the objective. And he adds that there is an insurmountable asymmetry between the real and concept: “the real, therefore, will only show itself in the distortion of the conceptual” (LACLAU, 1988, p. 17-18). This suggests that the properties of entities (not just entities in abstracto) do penetrate the conceptual field. This indicates the confrontation between theoretical and evidential propositions, the latter being produced in and through an intervention in the real world and which, therefore, contain its imprint in ways that are not directly knowable. Moreover, unless one accepts this view, notions such as experience and learning could have no meaning and would be merely solipsistic and self-referential. Not even Laclau and Mouffe want to go this far and, if they did, it would render senseless Laclau's argument that class reductionism was plausible in Marx's time because the categories of class and class struggle “corresponded well enough to that which was occurring in the field of his historical and political experience” (LACLAU, 1988, p. 24). But, if we accept this “constructivist realism”, we must consider how the real comes to be both “present” and “absent” in discourse and what this implies for experience, learning and strategic conduct.

Indeed, Fred Mouzelis suggests, “because of their excessive fear of reifying institutional structures, Laclau and Mouffe go to the other extreme and analyse practices in an institutional vacuum” (MOUZELIS, 1988, p. 116). It almost seems as if they are so hesitant about attributing reality to socially unacknowledged conditions, emergent evolutionary properties and unanticipated consequences of discursive practices, that they prefer to focus on

the psychodynamics of hegemonic mobilization and the discursive constitution of interests and identities of what they themselves see as the empirical referent of society, namely, individuals (LACLAU; MOUFFE, 1985).

It has also been suggested that, in dismissing the distinction between institution and agency, Laclau and Mouffe create more problems than they solve. As Mouzelis notes, either they must smuggle institutional complexes in without acknowledging this and so fail to conceptualize how they both facilitate and constrain action; or they must consistently ignore institutions and thereby fail to deal with the constitution, persistence and long-term transformation of global social formations (MOUZELIS, 1988, p. 113). As it is, they concentrate their critical fire on reconstructing the concept of hegemony and showing how articulatory practices constantly construct and deconstruct self-identities, subject positions, nodal points; social and political spaces, and so on. But the conditions of existence of which practices are both sustained and limited by the more permanent institutional structures are never spelt out.

The closest Laclau and Mouffe come to delineating an overall context of articulatory practices and subject positions is in their talk of “discursive formations” and the more general “field of discursivity”. But these notions are so vague and so inadequate to deal with the institutional complexities of modern society that the two authors do not use them in any serious, systematic manner. In fact, when obliged to refer to the broad features of capitalist formations and their long-term transformations, they revert, as Norman Geras rightly pointed out (1987), to such conventional Marxist concepts as exploitation, commodification, the labour process, civil society, capitalist periphery, etc., and even the dreaded concept of “society” from time to time! How are the above concepts, which Laclau and Mouffe freely use, connected with discourse analysis? The connection is never made clear, and the gap between the two types of concepts creates a much more glaring dualism than that found in the Marxist texts that they so vehemently criticize (MOUZELIS, 1988, pp. 114-15).

Contrary to Laclau and Mouffe's empty realism, there is genuine scope for a transcendental enquiry both about the real world in general (its stratification, its internal complexity) and about specific entities (that they exist, they have specific natural properties, they are characterized by powers and liabilities, they manifest tendencies, and so forth). Although we have no direct access to these properties, they are both constraining and facilitating in relation to other entities and they are indirectly accessible to knowledge. It

sometimes seems that Laclau concedes this latter point when he appeals to experience to explain his own political development (LACLAU, 1988, pp. 12-13) or advances the more general claim that the plausibility of knowledge is indicated by its “verisimilitude” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 102).

Another problem posed within discourse analysis is the micro-macro linkage. Despite its claim to be a universal analytic, discourse theory has tended to focus on subjects, identity formation and related issues (cf. ROSENTHAL, 1988). However, as one moves from the socially amorphous interaction among individuals in “brief encounters” through more structured group and organizational conduct to the configuration of institutional orders and the tendential emergence of “society effects”, one moves further and further away from social relations that can readily be analysed in terms of individual subjectivity. In dealing with the macro-field we must take account of new types of articulation such as the structural coupling between co-evolving institutional orders that form part of each other's “social ecology”; the distinctive logics of organizations; patterns of strategic selectivity; and the structural constraints entailed in conditions of existence. This list is not exhaustive: its aim is simply to suggest that there's more to social life than discourse or and subversive practices. Perhaps there is nothing that inherently rules out a discourse-theoretical account of moments of the social but hitherto they have been neglected by its principal practitioners. A significant indicator of this is the past failure of Laclau and Mouffe to suggest any specific institutional mechanisms or organizational forms that might underpin the sort of radical and plural democracy which they advocate with such passion. To rely purely on the persuasive power of an inherently unstable hegemonic discourse carries little conviction.

For both argue that the social formation is the incomplete product of contingent articulatory practices (cf. LACLAU, 1988, p. 15). Its relative unity (if any) is not the necessary product of a single essential principle (a “cause without cause”, i.e., an apodictic foundation). Society results from an emergent, provisional, unstable and non-necessary correspondence among different social elements. Laclau and Mouffe insist that this correspondence is discursively constructed: it is neither logically necessary nor just empirical. In focusing on discursive (i.e. meaningful) articulation, Laclau and Mouffe ignore the various unintended, unanticipated aspects of social order. Thus, their approach is one-sided.

This one-sidedness is reflected in their account of how the social order comes to be articulated. In effect they reduce this to the specific forms of articulation of subjects in terms

of their identities (interpellation) and the construction of chains of equivalence among identities and interests. In this context, Laclau and Mouffe focus on politically effective discourse where this refers to effectivity in political mobilization. Moreover, even here they neglect the conditions of reception of discourse in favour of the discursive mechanisms of its production; where they do discuss issues of reception, they do so in terms of a recurrent, insatiable psychological “lack” (cf. LACAN). Thus, the appeal of a hegemonic project is effectively reduced to its significance for the individual psyche - its capacity to establish a link between the logic of the social and the logic of the unconscious (LACLAU, 1987, p. 333; cf. ŽIŽEK, 1990). This marks no real advance on Poulantzas's appeal to “class instincts” (POULANTZAS, 1975, pp. 16-17) or Foucault's resort to “plebeian spirits” and, in so far as it refers only to the individual psyche, offers no purchase on collective mobilization.

Discourse Theory and Cultural Political Economy

If valid, the post-Marxist approach of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe represents a fundamental challenge to cultural political economy (CPE) – on which, see Sum and Jessop (2013). Individually and together they have developed a coherent set of linguistic and discourse-analytical tools to analyse politics and hegemony and to provide a theoretical rationale for a radical pluralist democracy that breaks decisively with economism and class reductionism.

Although this equation of the social and discourse is a foundational ontological claim, it is presented as anti-foundational and anti-essentialist. This is certainly useful in critiquing “hard political economy”, i.e., the naturalization and fetishization of economic and political relations as objective facts of social life. This position also vastly expands historical contingency and hence the scope for agents and strategies to make a difference. Yet this ignores the emergent, path-dependent specificities of various institutional orders and their forms of articulation in favour of a pan-politicist ontology that insists on the permanent possibility of re-activation of sedimented structures. This introduces another form of essentialism. It reduces the social to politics such that every social space is either actually politically contested or, although “sedimented” (i.e., stabilized, naturalized), can be politically re-activated (LACLAU, 2005, p. 154). This goes beyond a claim about the primacy of the political (which depends on the existence of extra-political regions or spheres) to dissolve any

ontological distinction between the political and other fields (cf. NORRIS, 2006). It does so on the grounds that such differences are constituted semantically and that their boundaries are inherently unstable. Presumably this also holds for any emergent, extra-discursive structuring effects of such semantic distinctions. This ontological and epistemological anti-foundationalism leads Laclau and Mouffe to abandon any critical and effective account of the relations between semiosis and structuration in a social world beyond discourse. In this respect, it risks becoming a “soft economic sociology” (see Table 1).

Table 1

CPE between the Constructivist Charybdis and Structuralist Scylla

Constructivist Charybdis	Structuralist Scylla
Grasps semiotic-material construction of social relations, reveals their social embedding, and notes the performativity of semiosis	Grasps the <i>distinctiveness</i> of specific economic categories and their structured/structuring nature in wider social formations
But finds it hard to define specificity of economic relations vis-à-vis other relations - because they are all equally discursive in character	But reifies such categories, regards economic structures as natural, and views agents as mere <i>Träger</i> (passive bearers) of economic logics
Strong risk of idealism, defining economic relations in terms of their manifest <i>semiotic content</i>	Strong risk of economic determinism, explaining economic processes in terms of ‘ <i>iron laws</i> ’
‘ <i>Soft Economic Sociology</i> ’	‘ <i>Hard Political Economy</i> ’

Source: Sum and Jessop (2013, p. 181)

23

The impact of their work depended on a specific theoretical and political conjuncture when classical Marxism was in yet another crisis and provided a convenient foil for their post-Marxist linguistic (discursive) turn. This turn was more of a thematic extension of post-structuralist linguistics into a terrain where Marxist and liberal democratic theoretical and political discourses previously dominated. This is evidenced by the fact that most of the concepts deployed by Laclau and Mouffe are borrowed from other theoretical currents. “Discourse”, “discourse analysis”, “moment”, “genealogy”, “articulation” and “regulated dispersion” all derive from Foucault. “Floating signifier”, “empty signifier”, “overdetermination”, “suture”, and “nodal point” are taken from Freudian and Lacanian psychoanalysis and the work of the Slovenian psychoanalyst and political enfant terrible, Slavoj Žižek. “Paradigm” and “syntagm” come from Saussure; “sedimentation” from

phenomenology; and Derrida delivers “undecidability”, “deconstruction”, “logic of supplementation” and “never fully closed structures” (cf. ANDERSEN, 2003, p. 48-9). There is no parallel systematic appropriation, re-articulation, and recontextualization of concepts from political economy or critical social science more generally. Instead, where reference is made to phenomena in these domains, they are introduced from ordinary language or lay social scientific observations and employed in an ad hoc manner. Lest these remarks be misunderstood, I do not oppose the appropriation and recontextualization of concepts from other disciplines or currents of thought – this is part of the normal process of scientific development. My criticism has two targets: first, these concepts are deprived of their external referents; and, second, the borrowings are asymmetrical – focusing exclusively on the semiotic rather than structural moment of social practices and their emergent effects.

Because these concepts are borrowed, it is easier to disembed them from their discourse-centred deployment and recontextualize them in cultural political economy. Three especially useful concepts are sedimentation, sutures, and nodal points.

24

- Sedimentation refers, in a Husserlian context (1954[1936]), to the naturalization and institutionalization of social relations, which occurs as their origins are forgotten, so that are reproduced through dull repetition rather than deliberate articulation (LACLAU, 2005, p. 154; cf. TORFING, 1999, pp. 69-71; GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 116). This can be reversed through a new hegemonic articulation that deconstructs, re-politicizes and re-articulates sedimented relations.
- The concept of suture (MILLER, 1966) refers to the inevitably temporary nature of attempts to bind different elements and relations together, despite their differences and distinctions. Consistent with its metaphorical connotations, a suture is a short-term fix that is bound to dissolve. This metaphor can be applied in other ways to social, semantic, institutional, and spatio-temporal fixes, which are key concepts in CPE.
- “Nodal points” are provisional and unstable centres that emerge from the primordial flux of social relations to provide temporary points of reference for the contingent articulation of social relations and attempts to suture them into relatively stable, sedimented ensembles.

Given their pan-politicism, Laclau and Mouffe insist that power cannot be localized in the state or some other power centre but occurs across the whole field of discursivity. This argument is, of course, familiar from Foucault's critique of state-centred theorizing and his emphasis on the micropolitics of power (FOUCAULT, 1980; 2008). For Laclau and Mouffe, it follows that hegemony is "free-floating" and must be articulated everywhere and in all directions (1985, p. 139). Moreover, because there is always a plurality of power centres, any one of them will be limited in its effectiveness by the others (1985, pp. 139, 142-3). This argument is important but can be extended beyond discourse to nodal apparatuses, dispositifs,³ or points of crystallization where dominant principles of societal formation and domination are anchored.

This generates an arbitrary account of the social world that ignores the unacknowledged conditions of action as well as the many and varied emergent properties of action that go un- or mis-recognized by relevant actors. It ignores struggles to transform the conditions of action and modify emergent properties (and their feedback effects on the social world). And it is tempted towards the voluntarist vacuity of certain lines of discourse analysis, which seem to imply that agents can will almost anything into existence in and through an appropriately articulated discourse. What blocks this voluntarism is the existence of competing discourses.

CPE offers a "third way" between a structuralist Scylla and a constructivist Charybdis. It rejects the conflation of discourses and material practices and the more general "discourse-imperialism" that has influenced social theory for three decades. And it explores the dialectic of the emergent extra-semiotic features of social relations and the constitutive role of semiosis. In particular, it applies a consistent evolutionary approach to discourse as well as institutionalism. It explores the conditions of existence of variation, selection, and retention in sense – and meaning-making as well structuration. It seeks to explain why some discursive articulations get selected and become sedimented to be contested at a later date. And it also seeks to explain why some properties of institutions have enduring effects at different scales of action – see Sum and Jessop (2013).

³ Summarizing and seeking to inject some coherence into Foucault's unsystematic but broadly consistent reflections on dispositifs, I suggest the following extended (re)definition: a dispositif comprises a problem-oriented, ensemble or assemblage of (1) a distributed apparatus, comprising institutions, organizations and networks; (2) an order of discourse, with corresponding thematizations and objectivations; (3) diverse devices and technologies involved in producing power/knowledge; and (4) subject positions and subjectivation (cf. SUM; JESSOP, 2013, p. 208).

One consequence of this CPE approach is that the economy cannot be adequately conceived (let alone managed) as a “pure” economic sphere that reproduces itself in total isolation from the non-economic and that can therefore determine non-economic spheres in a unilateral manner. At least some of these extra-economic conditions and forces must be integrated into economic strategies to make them feasible. The operations of the economy are co-constituted by other systems and co-evolve with them: these include technologies, science, education, politics, law, art, religion, and so forth. They are also articulated more generally to what Habermas called the lifeworld. The latter comprises all those identities, interests, values and conventions that are not directly anchored in the logic of any particular system and that provide the substratum and background to social interaction in everyday life.

Moreover, insofar as these extra-economic mechanisms also reproduce the contradictions and dilemmas inherent in the economic mechanisms of the capital relation, they further expand the scope for agency, strategies and tactics to shape the course of accumulation and the manner in which these contradictions and dilemmas are expressed. This is why the more successful accumulation strategies are often connected to hegemonic projects that link economic success to the national-popular (or some equivalent) interest that aims to mobilize a broader social constituency behind the growth strategy. This extends in turn the influence of accumulation via its modes of regulation to the overall character of social formations.

Thus, overall, there is no single and unambiguous “logic of capital” but, rather, several such logics with a family resemblance. Given the open nature of capitalism's overall dynamic, each accumulation regime and/or mode of regulation imparts its own distinctive structure and dynamic to the circuit of capital – including distinctive forms of crisis and breakdown. This in turn requires any analysis of the improbable nature of capital accumulation to take agency seriously. Thus, it is essential to combine critical semiotic analysis with the critique of political economy.

On the other hand, although CPE emphasizes that all social phenomena, including the economic, are discursively constituted and never achieve a self-reproducing closure, isolated from other social phenomena, it also insists on the contradictory, dilemmatic, and antagonistic nature of the capital relation. This makes soft cultural economics inadequate. To neglect these features of social relations would be to subsume the economic under the general rubric of the socio-cultural and thereby lose sight of the distinctive materiality and overall logic of the

capital relation. The economy should not be dissolved back into society (or culture) as a whole. This is the tendency in Laclau and Mouffe's post-Marxism, which illustrates the temptations of a constructivist Charybdis. The economy has its own specificities that derive from the distinctive extra-discursive properties of its various forms – cf. Slater (2002), on the key role of the commodity and property forms in differentiating the economy from other social relations. Thus, successful economic governance depends on the co-presence of extra-economic as well as economic forms and on extra-economic as well as economic regularization.

Concluding Remarks

Laclau and Mouffe developed a self-proclaimed “post-Marxist” account of social practices and social cohesion in terms inspired by linguistics and discourse theory. Although many of their ideas are drawn from these two disciplines, they have extended the concepts of discourse and discursive practices beyond language as such to all the ways in which social relations are endowed with meaning and articulated to each other. In this sense, all social relations can be considered as discourses. They justify this “exorbitation” of language on three main grounds: first, that linguistics shows how differences are essential to understanding entities and their limits; second, that there is no essential difference between the systems of differential positions found in speech and the extra-linguistic or extra-discursive actions to which they are linked; and, third, by virtue of this indifference, linguistic objects lose their specificity and linguistic analysis can quite legitimately be extended to the whole field of discourse as an ensemble of relational logics embracing more than language (LACLAU, 1988, pp. 25, 27).

In terms of their logic of discovery, Laclau and Mouffe rely on the somewhat metaphorical use of linguistics to explore the field of discourse. This is justified, as we have noted above, by appealing to the more general applicability of the logic of differential articulation theorized in linguistics. But rather than pursue the general logic, Laclau and Mouffe still draw almost exclusively on linguistic concepts rather than on other approaches to articulation. Laclau and Mouffe stress that discourse is not simply the “text”, not just “language” and “parole”, not just ideological elements: it is “the ensemble of phenomena in and through which social production of meaning takes place” (LACLAU, 1980a, p. 87). In

this context, it is regrettable that the discourse-theoretical approach of Laclau and Mouffe slides all too easily from a general conception of discourse as the production of social meaning to a particular focus upon ideological discourse to the exclusion of economic, legal, military, administrative, and other discourses and then emphasises the “discourse of discourses” involved in the production of hegemony itself. For this slippage forces them back to the “text” and seems to reduce hegemony to an effect of various interpellative mechanisms considered in isolation from their conditions of production or reception.

References

- ANDERSEN, N. Å. (2003). *Discourse Analytical Strategies: Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann*. Bristol: Policy Press.
- BUNGE, M. (1961). *Causality*. Cleveland, OH: Meridian.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (1999). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- DERRIDA, J. (1988). *Limited Inc*. Evanston IL: North Western University Press.
- FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and Power*. Harlow: Longman.
- _____. (2000). *New Labour, New Language*. London: Routledge.
- _____. (2006). *Language and Globalization*. London: Routledge.
- FOUCAULT, M. (1980). *Power/Knowledge: Selected Writings and Other Interviews 1972–1977*. Trans. C. Gordon, L. Marshall, J. Mepham and K. Soper, Brighton: Wheatsheaf.
- _____. (2008). *Security, Territory, Population, Lectures at the Collège de France, 1977–1978*. Basingstoke: Palgrave.
- GERAS, N. (1987). “Post-Marxism?”. *New Left Review*, 163, pp.400-82.
- GLYNOS, J.; HOWARTH, D. (2007). *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. London: Routledge.
- GRAMSCI, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence & Wishart.
- HUSSERL, E. (1954 [1936]). *The Crisis of the European Sciences and Transcendental Phenomenology*. Evanston IL: Northwestern University Press.
- JESSOP, B. (1982). *The Capitalist State: Marxist Theory and Methods*. Oxford: Martin Robertson.

- LACLAU, E. (1977). *Politics and Ideology in Marxist Theory. Capitalism - Fascism – Populism*. London: NLB.
- _____. (1980a). “Discourse and populist rupture”. *Screen Education*, 34 (Spring), pp. 87-93.
- _____. (1980b). “Togliatti and Politics”. *Politics and Power*, n. 2. London: Routledge and Kegan Paul, pp. 251-58.
- _____. (1987). “Psycho-analysis and Marxism”. *Critical Inquiry*, 13, pp. 330–333.
- _____. (1988). “Building a New Left: An Interview with Ernesto Laclau”. *Strategies*, 1 (Fall), pp. 10-28.
- _____. (1990). *New Reflections on the Revolution of our Times*. London: Verso.
- _____. (2005). *On Populist Reason*. London: Verso.
- _____. (2006). “Why constructing a people is the main task of radical politics”. *Critical Inquiry*, 32 (4), pp. 646-80.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. (1981). “Socialist strategy – where next?”. *Marxism Today*, 18 January, pp. 17-22.
- _____. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso.
- LUHMANN, N. (1995). *Social Systems*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- MILLER, J. A. (1966). “Suture: éléments de la logique du signifiant”. *Cahiers pour l'analyse* 1, pp. 37-49.
- MOUFFE, C. (1979). “Hegemony and ideology in Gramsci”. In: Miuffe, C. (Ed.). *Gramsci and Marxist Theory*. London: Routledge & Kegan Paul, pp.168-204.
- MOUZELIS, F. (1988). “Ideology and class politics: A critique of Ernesto Laclau”. *New Left Review*, 112, pp. 45-61.
- NORRIS, A. (2006). “Ernesto Laclau and the logic of ‘the political’”. *Philosophy & Social Criticism*, 32 (1), pp. 111-34.
- POULANTZAS, N. (1975). *Classes in Contemporary Capitalism*. London: New Left Books.
- ROSENTHAL J. (1988). “Who practices hegemony? Class division and the subject of politics”. *Cultural Critique*, 9 (Spring), pp. 25-52.
- SLATER, D. (2002). “Markets, materiality and the ‘new economy’”. In: S. Metcalfe; A. Warde (Eds.). *Market Relations and the Competitive Process*. Manchester: Manchester University Press, pp. 95-114.
- SUM, N.L.; JESSOP, B. (2013). *Towards a Cultural Political Economy: Putting Culture in its Place in Political Economy*. Cheltenham: Edward Elgar.
- TORFING, J. (1999). *New Theories of Discourse. Laclau, Mouffe and Žižek*. Oxford: Blackwell.
- WEBER, M. (1949). *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe, IL: Free Press.

ŽIŽEK, S. (1990). "Beyond discourse-analysis". Appendix in: E. Laclau. *New Reflections on the Revolution of our Time*. London: Verso, pp. 249-260.

Resumen

Ernesto Laclau y Chantal Mouffe exageraron los aspectos textuales de las prácticas sociales en sus reflexiones post-marxistas. Ellos desarrollaron una conexión entre prácticas sociales y cohesión social inspirados en algunos términos provenientes de la lingüística y de la teoría del discurso. Su trabajo muestra un rechazo creciente al reduccionismo economicista y de clase, a la vez que enfatiza en la construcción discursiva contingente y contestataria de la sociedad. La contingencia es la precondición de la hegemonía, es decir, la base en la acontecen las luchas por la hegemonía y la construcción del populismo. En ese sentido, ellos reemplazan la noción marxista de la primacía causal de la economía por la "primacía de lo político". Esto lleva a un anti-fundamentalismo discursivo, según el cual es imposible construir una sociedad unificada porque todos los significados y las identidades son contestados y sus fundaciones institucionales son potencialmente reactivadas. Este artículo concluye comparando esa exorbitancia del lenguaje con una más limitada aproximación de economía político-cultural que ofrece una "tercera vía" entre estructuralismo e idealismo. Este enfoque explora las condiciones que modelan la variación, selección y retención de producción y estructuración de sentidos e significados. Con esto se busca explicar por qué algunas articulaciones discursivas son escogidas y acaban sedimentadas, para posteriormente ser contestadas; y por qué algunas propiedades de las instituciones tienen efectos duraderos en diferentes escalas de acción.

Palabras clave: Ernesto Laclau; Análisis Crítico del Discurso; La Exorbitancia del Lenguaje; Hegemonía; Economía Político-Cultural.

30

Resumo

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe exageram os aspectos textuais da prática social em suas reflexões pós-Marxistas. Eles desenvolveram uma interpretação das práticas sociais e da coesão social em termos inspirados por linguistas e pela teoria do discurso. Seu trabalho rejeitou o economicismo e o reducionismo de classe, dando ênfase à disputa e à contingência na construção da sociedade. Contingência é a pré-condição da hegemonia – o terreno no qual as disputas pela hegemonia e a construção do populismo ocorrem. Neste sentido, eles substituem a noção Marxista de casualidade da primazia da economia com a "primazia do político". Isso leva a um discursivo anti-fundamentalista no qual é impossível construir uma sociedade unificada porque todos os sentidos e identidades são contestados e seus fundamentos institucionais são potencialmente re-ativados. O artigo termina por comparar essa exorbitação da linguagem com uma abordagem cultural e política da economia mais limitada, que oferece uma "Terceira via" entre o estruturalismo e o idealismo. Explora as condições que moldam a variação, seleção e retenção do sentido - e da construção de sentido – tal como da estruturação. Essa abordagem busca explicar porque algumas articulações discursivas são selecionadas e sedimentam-se para serem contestadas posteriormente e porque algumas propriedades das instituições têm efeitos duradouros em diferentes escalas de ação.

Palavras-chave: Ernesto Laclau; Análise Crítica do Discurso; A Exorbitação da Linguagem; Hegemonia; Economia Político-Cultural.

A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda

The liberal democracy crisis and the leftist populist alternative

La crisis de la democracia liberal y la alternativa populista de izquierda

Recebido em 11-11-2019
Aceito para publicação em 30-11-2019

31

Daniel de Mendonça 
ORCID: 0000-0002-8920-4709

Professor Associado de teoria política no Curso de Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: ddmendonca@gmail.com

Resumo

Este texto tem dois objetivos principais. O primeiro é refletir sobre a crise das democracias liberais. O segundo é indicar o populismo de esquerda como alternativa política para se pensar a radicalização da democracia. Para atingir tais objetivos, o artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente, discuto a crise dos regimes representativos e seus dois perigos: as alternativas autoritárias e a posição conservadora. A seguir, discuto os problemas que envolvem considerar o populismo como alternativa política à democracia liberal. Na terceira parte, apresento uma noção mínima de populismo, em grande medida inspirada em Laclau (2005), a qual fornece os elementos necessários para se compreender a especificidade do fenômeno. Na última seção, reflito como o populismo de esquerda pode ser uma alternativa política não somente aos regimes liberais, mas também à própria radicalização da democracia.

Palavras-chave: Populismo; Democracia Liberal; Democracia Radical; Ernesto Laclau.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução

Avistar algo e ver com os olhos de ver o que é visto, não são a mesma coisa. Ver com os olhos de ver significa aqui: obter um aspecto daquilo, a partir do qual que é visto propriamente, do que dá um aspecto nos observa como o seu mais próprio. Nós avistamos muito e vemos pouco. Até quando nós olhamos para o que é visto.

Martin Heidegger

Neste texto, reflito sobre a crise atual das democracias liberais, mas também sobre a dificuldade de se pensar alternativas a ela. Trata-se, é verdade, de uma crise de difícil enfrentamento. Por um lado, os cidadãos têm dúvida sobre se os regimes democráticos ainda são capazes de prover segurança econômica e estabilidade social. Existe ainda a percepção de que os representantes eleitos são insensíveis às demandas dos seus eleitores. Por outro lado, há uma incapacidade de se vislumbrar alternativas aos regimes liberais, seja entre os profissionais da política tradicional, seja entre aqueles que professam o *mainstream* acadêmico da Ciência Política.

32

Impasse. Esta é a palavra que reflete esta crise. Porém, esse impasse também existe em função de um déficit da própria imaginação teórica, em grande medida incapaz de pensar a democracia além dos marcos da experiência liberal. A situação é crítica, pois mesmo sabendo que os regimes representativos não têm sido responsivos aos seus cidadãos, há uma resistência imaginativa para modificá-los. Parecemos estar presos àquela famosa sentença de Churchill, a qual, para defender a democracia liberal, a despeito dos seus problemas, dizia que todas as suas alternativas sempre seriam piores do que ela.

Neste artigo, defendo, ainda que de forma muito preliminar, que a questão da imaginação teórica a respeito da crise da democracia liberal é mormente um problema do olhar. Certa vez, Heidegger (1999, p. 74) chamou a atenção para o fato de que precisamos “ver com os olhos de ver”. Este certamente é o caso da crise dos regimes representativos. Precisamos ver realmente o problema e, quem sabe, vendo-o, poderemos perceber que o gérmen de sua solução esteja no “detalhe” que, mesmo visto, não é percebido. Creio que este detalhe, que mais assume a forma de um sintoma, esteja constantemente encoberto por outros elementos das democracias liberais que assumiram cada vez maior protagonismo: as instituições engessadas pela lei e a colonização da política pela economia. Este “detalhe” é o *demos*, cada vez mais desassistido pelo regime que leva o seu nome e que, por essa razão, tem

o levado a buscar alternativas ou mais democráticas ou nada democráticas com a esperança de ser ouvido. Essas alternativas têm sido, em geral, chamadas de populistas.

Nesse sentido, minha ideia é a de que precisamos olhar atentamente para o populismo, buscando vê-lo “com os olhos de ver”. Tenho a impressão de que as experiências populistas, longe de serem apenas um perigo à democracia, guardam a chave para a sua própria radicalização.

Para analisar a atual crise das democracias liberais, seus impasses para superá-la e a sua possível alternativa, a qual entendo residir num olhar mais cuidadoso para o populismo de esquerda, este artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente, discuto a crise dos regimes representativos, apontando para seus dois perigos: o das alternativas autoritárias e o da posição fácil da defesa de sua mera conservação. Após, discuto os problemas que envolvem considerar o populismo como alternativa política à aludida crise, uma vez que teóricos e políticos profissionais normalmente evitam refletir sobre o fenômeno, frequentemente tomado por eles de forma pejorativa. Na terceira parte, apresento uma noção mínima de populismo, em grande medida inspirada em Laclau (2005), a qual entendo fornecer os elementos necessários para ver o fenômeno “com os olhos de ver”. Na última seção, reflito como o populismo de esquerda pode ser uma alternativa politicamente relevante não somente aos regimes liberais, mas também ao aprofundamento da democracia.

33

Dois perigos à democracia: os autoritários e os democratas conservadores

Hoje a política, nos marcos liberais, não está somente estranha; está também perigosa. Seus perigos vêm tanto do lado da mudança como da conservação. Pelo lado da mudança, testemunhamos projetos autoritários que rondam as democracias ocidentais, que violam ou ameaçam violar direitos, conquistas sociais e políticas que pareciam já consolidadas. Há até pouco tempo, pensar em retrocessos, por exemplo, de direitos civis nos regimes representativos, era algo como uma distopia, um convite para se refletir sobre o imponderável. Não se imaginava, apenas há alguns anos, que as democracias maduras do Ocidente estariam agora em perigo. Além disso, pensava-se improvável, nesse passado recente, que hoje veríamos teóricos e cientistas políticos liberais (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019) convictos de que algumas dessas democracias não somente estariam perigosamente ameaçadas como, em até em alguns casos, a ameaça autoritária, batizada genericamente de populismo, já seria um projeto político em curso.

No entanto, não assumamos simplesmente a posição fácil e sedutora dos meros defensores da “democracia”, uma vez que o que eles realmente defendem, a democracia liberal, é um arranjo pouco responsável ao *demos*. Além de eles defenderem uma democracia pouco democrática, não raramente utilizam-se de métodos retóricos que visam aterrorizar os cidadãos, no sentido de fazê-los crer que qualquer projeto político diferente da democracia representativa liberal seria um salto num abismo cujo destino certamente seria o inferno.¹

Seus defensores projetam, assim, os cenários mais aterrorizantes de um mundo totalitário pós-democrático. No entanto, sabemos que esses regimes representativos não são democracias no sentido forte do termo; aliás, isso nunca foi escondido por teóricos elitistas da estirpe de Schumpeter (1984) e Sartori (1965). Para eles, o povo foi sempre um estorvo necessário, uma vez que é somente com a presença do *demos* que podemos minimamente falar em democracia. Se, por exemplo, tomarmos a elaboração clássica das formas de governo de Aristóteles, o que hoje chamamos de democracias representativas só poderiam ser comparadas, *mutatis mutandis*, às oligarquias do passado. São regimes em que a política foi colonizada pela lógica econômica, tornando os “representantes do povo” meros operadores do discurso hegemônico neoliberal. Não quero dizer que estes regimes sejam apenas negativos, mas mesmo as suas virtudes, tais como as liberdades individuais, sabe-se, não são para todos, ainda que formalmente sejam assim enunciadas. Vivemos sob o formalismo de uma liberdade irrestrita sempre barrada por condições materiais injustamente distribuídas. Não é por acaso que Rancière (1996) e Crouch (2004) já vaticinaram que as democracias realmente existentes são a própria expressão da pós-democracia.

No âmbito da teoria política, é bem sabido que as democracias liberais são regimes que necessitam de aprimoramento. Os projetos das democracias participativa e deliberativa do final do século passado já indicavam, do lado de uma esquerda liberal, a insuficiência do paradigma schumpeteriano. Mesmo assim, ainda mais considerando o final do socialismo real, havia a convicção de que esses regimes caminhariam, perfazendo quase uma linha reta, na direção evolutiva da prosperidade, iniciada no período do pós-guerra, combinada com o avanço paulatino, mas seguro, dos direitos civis, a partir das lutas forjadas nos anos 1960 e

¹ Certamente um representante digno do terrorismo liberal contra qualquer forma de mudança nos regimes representativos é Jan-Werner Müller (2016). Seu livro *What is Populism?* é uma peça que visa à identificação de toda experiência populista como autoritária ou totalitária. Trata-se de uma visão monolítica sobre esses fenômenos que pouco informa o leitor sobre as peculiaridades do populismo, além de não abrir o necessário espaço para a crítica das democracias liberais, elas mesmas as verdadeiras criadoras da crise por que hoje passam.

seguintes. Notemos que havia o sentimento da existência de uma base, de um fundamento sólido que indicava, a despeito de suas insuficiências, que esses regimes seguiriam um caminho seguro rumo o seu aprimoramento.

É em nome da segurança de um “belo futuro” – hoje ameaçado por projetos autoritários – que vemos intelectuais progressistas assumirem, paradoxalmente, a posição conservadora da simples manutenção dessas democracias insuficientes. Preferem, neste momento, uma democracia sem *demos*, uma pós-democracia a qualquer tipo de mudança. Há uns vinte anos, esses mesmos intelectuais, que defendiam a radicalização da democracia, hoje se agarram a uma pós-política, que não passa da condição defensiva do *status quo*. Na verdade, se agarram a um erro com a mesma força com que um naufrago se agarra a uma tábua de salvação. Intimamente, eles se fiam na fantasia de um mundo em evolução, uma ilusão típica da ingenuidade moderna. As ameaças contemporâneas, principalmente pelo lado da extrema-direita, seriam como pedras no sapato do processo social evolutivo e autorizariam uma postura defensiva que se traduz na ideia de que os regimes ocidentais são democracias que devem ser mantidas a todo o custo. É neste momento que surge o perigo invisível da postura conservadora: intelectuais que ontem desejavam radicalizar as democracias realmente existentes, hoje as veem, diante da ameaça da extrema-direita, simplesmente como regimes a serem mantidos. Não que eles não almejam mais a radicalização democrática de outrora. A questão é que eles percebem que o momento não é mais de avanço, mas de conservação, um passo atrás para, após, quem sabe, dar-se dois passos à frente.

A postura conservadora, nesse sentido, também apresenta seus perigos. Primeiramente, pois ela se assenta no já aqui mencionado mito da evolução social. Contra esse mito, a ameaça da extrema-direita não é, em relação à democracia liberal, necessariamente um obstáculo passageiro; ela pode ser a sua sucessora. O ressurgimento do reacionarismo no mundo ocidental, em forma de neofascismos e neo-autoritarismos, nos dá a prova de que qualquer projeto político, por mais fundado que seja, como a democracia liberal, não escapa à contingência e à precariedade. Dessa forma, as democracias realmente existentes podem, neste momento, estar dando lugar a um mundo baseado em extremismos e mais exclusões. Isso quer dizer que, no social e na política, não há evolução. O que existe são projetos hegemônicos que se sobrepõem a outros projetos hegemônicos. Se até a *pax romana* foi sobrepujada por sucessivas invasões bárbaras, por que uma experiência tão recente, como a das poliarquias, seria o fim da história?

O segundo problema do conservadorismo reside naquilo que é próprio dessa postura: a incapacidade de sonhar. Sem essa capacidade, a imaginação democrática simplesmente desaparece e esse é o estado em que nos encontramos agora. De um lado, extremistas ameaçando direitos; de outro, democratas agarrando-se a um regime que consideram insuficiente. Essa postura conservadora não é somente ruim por limitar a projeção de novos mundos possíveis a partir de um contexto político muito diferente daquele do final do século passado. Ela também, de forma perigosa, tem visto qualquer tipo de mudança, mesmo progressista, como se fosse uma ameaça à democracia. Tudo o que “ameaça” a democracia liberal é chamado, por seus defensores conservadores, de populismo.

O problema do populismo como alternativa política

Populismo tem sido o nome dado para qualquer projeto político que não seja o da manutenção das democracias existentes. Na verdade, não há sequer a necessidade de haver um verdadeiro projeto alternativo à democracia liberal; basta uma simples menção ao povo como sujeito político que o seu autor será acusado de populista. O populismo tornou-se um termo de abuso, podendo ser evocado por qualquer político ou intelectual conservador sem a menor necessidade de ter de explicar o que está querendo dizer com isso. Populismo é o nome de uma ofensa.

A tarefa do detrator do populismo é assaz simples, uma vez que o termo historicamente já carrega em si uma carga pejorativa. Neste particular, a negatividade do populismo é dotada de uma plasticidade singular, visto que a palavra pode assumir as mais distintas conotações negativas. Sem que esta lista seja exaustiva, populismo pode ser sinônimo de demagogia, de engano das massas, de autoritarismo, de totalitarismo, de extrema direita, de extrema esquerda. Basta que uma liderança política combine o nome do povo com qualquer ação política que o populismo assume as feições próprias do vazio de um significante mestre. Não que não possa haver uma combinação do populismo com qualquer um desses termos, mas isso não quer dizer que o populismo seja em si autoritário ou totalitário, por exemplo, nem tampouco que autoritarismos e totalitarismos sejam necessariamente populistas.

No entanto, para os liberais, é certamente mais fácil acusar os seus adversários e inimigos de “populistas autoritários” do que propriamente se preocuparem com os regimes representativos que defendem, o quais simplesmente, e a cada dia que passa, desprezam a

vontade popular. Os liberais tornaram-se não somente conservadores, mas também reativos e projetivos: reagem a qualquer possibilidade de mudança e projetam, em qualquer adversário, as limitações e as exclusões das democracias existentes, como se essa atitude fosse capaz de apagá-las. Não as apaga e ainda só faz aumentar o imenso abismo entre o discurso liberal-democrático e os cidadãos nas democracias ocidentais.

Resta saber o que, de fato, distancia o cidadão médio do regime democrático, pois é nesta distância que emergem os discursos populistas. O ponto fundamental para explicar esse distanciamento já foi, inclusive, diagnosticado por alguns liberais (MOUNK, 2019). Havia uma convicção de que as democracias ocidentais já tinham atingido o grau máximo de maturidade e estabilidade, uma vez que esses regimes estavam associados a um grande crescimento econômico do capitalismo e do *welfare state* após a Segunda Guerra Mundial. Esta convicção aumentou ainda mais, no final do século passado, após o colapso da União Soviética e da alternativa político-econômica que o socialismo real representava. No entanto, tal convicção não se confirmou e o mais irônico é que aos poucos descobriu-se que a maior inimiga da democracia liberal capitalista é ela própria, a partir da promoção de políticas neoliberais que paulatinamente têm excluído socialmente grande parte da população nos países ricos. Os opositores dos regimes representativos não são mais os agentes da KBG ou os membros dos partidos comunistas, mas os seus próprios cidadãos, que perceberam que estão cada vez mais à margem de decisões tomadas em gabinetes que favorecem quase que exclusivamente capitalistas e especuladores do mercado financeiro.

Começou então a ficar mais evidente para o cidadão comum que a associação entre neoliberalismo e democracia liberal não tem “valido a pena”. E aqui aparece, em letras maiúsculas, uma verdade que há uma década seria impensável: os cidadãos não *eram* democráticos em si, mas *estavam* democráticos, visto principalmente as vantagens econômicas e sociais que os regimes liberais lhes proporcionavam.

Nesse sentido, havia uma avaliação essencialista, por parte dos cientistas políticos, acerca da aderência das pessoas à democracia, como se esta fosse a única forma de governo possível. O primeiro grande erro é achar que os cidadãos são democráticos simplesmente pelas “virtudes” da democracia. O segundo é agora vislumbrá-los como antidemocráticos pela adesão e simpatia cada vez menores ao regime. O problema não está no cidadão, mas no regime, patentemente menos responsável e dia a dia mais tragado pelos interesses econômicos e financeiros.

É neste abismo que separa “representantes” que não representam e “representados” não representados que surgem discursos que se reivindicam ouvir e efetivamente fazer a vontade do povo. Vejamos, portanto, que a chamada “crise de representação” é responsabilidade dos próprios regimes liberais-democráticos e somente atinente a eles. Nesse sentido, é inexato afirmar que existe hoje uma crise da representação política em si, uma vez que a crise é específica de um regime que de fato representa cada vez menos os seus cidadãos. Não é sequer preciso recorrermos às teorias da representação para percebermos o que está aqui em jogo. Não se trata de mensurar a qualidade da representação para avaliar se as demandas dos representados estão sendo levadas a efeito pelos representantes. Sabe-se que isso não ocorre dessa forma nas democracias ocidentais e o argumento de Schumpeter (1984), ainda que bruto, é convincente, neste contexto, quando afirma que aos cidadãos — devido à incapacidade resultante do seu desinteresse político — cabe somente a tarefa de eleger aqueles que irão “representá-los”.

A democracia liberal sempre deu, como acertadamente apontou Norberto Bobbio (1997), um “cheque em branco” aos representantes, tendo esses uma grande liberdade para votar e tomar as decisões que lhes parecessem as mais acertadas. É justamente em razão dessa “representação fiduciária” que o campo político foi paulatinamente vinculando-se às demandas dos mercados e dos demais agentes econômicos e distanciando-se de uma virtual vontade do povo. A democracia, sobretudo com o final do *welfare state*, tornou-se ainda menos responsável ao *demos* e esse fato, mesmo que não possa ser medido de forma exata, é, mesmo assim, sentido pelos cidadãos. A crise da representação nas democracias ocidentais não é uma crise que reflete a ausência específica de representação, mas antes um sentimento negativo de que os representantes não representam mais os seus representados.

É esse sentimento negativo, percebido como desamparo e esquecimento, aliado a um empobrecimento paulatino da população, que tem tornado os cidadãos célicos em relação ao modelo liberal-democrático e aberto o flanco para novas possibilidades, muitas dessas claramente reacionárias e obscurantistas. Notemos bem a questão. O flanco aberto pela crise da representação liberal, em princípio, como Simon Critchley (2012) sugeriu com o termo “niilismo passivo”, levou uma parcela dos cidadãos a viver uma vida desinteressada e célica pela política. Num estágio posterior — com a ascensão de novas alternativas políticas, progressistas ou reacionárias —, os cidadãos passaram a prestar atenção a essas novas possibilidades e foram convencidos por algumas delas. De uma forma geral, esse convencimento tem a ver com uma maior ou menor capacidade de essas alternativas — em

comparação com o sentimento de desamparo promovido pelas democracias liberais —, conseguirem mostrar aos cidadãos que elas são capazes de melhorar as suas condições de vida.

Melhorar as condições de vida. É substancialmente o que as pessoas desejam para si e para as suas famílias. É em nome disso, em geral, que elas optam por uma ou por outra alternativa política. Hobbes, no início da modernidade, estava certo quando percebeu que a maioria das pessoas deseja apenas segurança e uma vida mais tranquila e, se esses desejos se concretizam ou se, ao menos, se vislumbra a sua concretização, o fato de o regime ser mais ou menos democrático, ser mais ou menos inclusivo, ser mais ou menos responsivo, é praticamente um detalhe, visto que a maioria dos cidadãos liberais não somente não se importa cotidianamente com a política, como muitos ainda estufam o peito para dizer que a odeiam. Portanto, os cidadãos não *são/eram* democráticos por viverem em regimes representativos que contam com os seus votos de tempo em tempo; os cidadãos *estão/estavam* democráticos, à medida que este regime seja capaz de prover segurança e tranquilidade.

É, portanto, o desamparo que obriga os indivíduos a buscarem novas alternativas. E essas, longe de hoje se apresentarem como sistemas políticos alternativos, como no caso do socialismo real no século XX, surgem no interior dos próprios regimes liberais. Há a impressão de que esses últimos caminham para a sua própria implosão. Populismo é o nome dado a essas alternativas que desafiam democracias liberais, essas últimas, como vimos, cada vez mais insensíveis e distantes do *demos*.

39

Mas, afinal, o que é populismo?

Mesmo quando os liberais se propõem a compreender o populismo, suas análises, em geral, não vencem a barreira do preconceito. Eles estão demais comprometidos com o conservadorismo liberal – que religiosamente prega a manutenção de uma democracia sem povo – para considerarem o fenômeno a partir de outro ângulo. O principal problema dessas análises, voltando a um argumento exposto há pouco, é que elas entendem o populismo como um fenômeno político sempre negativo e ameaçador à democracia. De fato, podemos listar uma série de experiências contemporâneas que atesta que este medo não é de todo descabido. No entanto, é possível também citar outras experiências populistas que não somente não ameaçam a democracia como ainda visam a avançá-la na direção de ela ser mais responsável.

aos cidadãos. O que os liberais fazem é literalmente jogar a criança fora com a água do banho. Vejamos por quê.

Entender realmente o populismo requer primeiramente realizar a operação de nos afastarmos dos preconceitos que historicamente o circundam. Feito isso, podemos buscar a sua compreensão a partir do que singulariza o fenômeno, o que chamarei aqui de o seu “núcleo duro”. Esse núcleo do populismo pode ser identificado como a construção política de um povo contra os seus inimigos.

A enunciação desse núcleo ou “noção mínima” do populismo não é uma novidade. De uma forma mais sistemática, desde o final da década de 1990, uma série de cientistas e teóricos políticos liberais e não liberais (e.g. Canovan, 1999; Mudde, 2004; Laclau, 2005) percebeu que – para fornecer ao termo um sentido rigoroso e potencialmente heurístico, ou seja, rejeitando o seu uso vulgar –, seria preciso ir além do empirismo que marcou as primeiras análises sobre o populismo.² Tratava-se, como observou Laclau (2005), de generalizações teóricas que eram acompanhadas por uma série de exceções que as fragilizavam.

Assim, considerar o populismo a partir da sua noção mínima coloca-nos em outro patamar analítico. Ela nos permite identificar esses fenômenos além de qualquer determinação ideológica, local, histórica ou econômica. O populismo é uma construção que pode assumir diversas configurações políticas e sociais. Portanto, temos de nos concentrar sobre esse núcleo duro e verificar-lo em sua dimensão ôntica. Vejamos.

Enuncio-o novamente: o populismo é a construção política de um povo contra os seus inimigos. A categoria central aqui é povo, o sujeito político do populismo. Por povo, neste contexto, não devemos entender simplesmente o conjunto dos cidadãos ou os habitantes de um Estado, nem tampouco uma localização sociológica, tal como, por exemplo, uma classe. Como o surgimento do povo depende de uma construção política, no sentido de Laclau (2005), essa dependência deve ser entendida em seu sentido mais radical, ou seja, não há qualquer essência ou determinação *a priori*, de modo que o povo pode assumir qualquer configuração, dependendo do contexto em que ele é construído. Daí por que há casos de

² Esta perspectiva tem, na verdade, o pioneirismo de Ernesto Laclau para quem o populismo, desde a sua primeira análise, realizada ainda na década de 1970, já era percebido como uma construção hegemônica do povo antagonicamente ao bloco de poder: “a contradição ‘povo’ bloco de poder é um antagonismo cuja inteligibilidade não depende das relações de produção, e sim, do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação constitutivas de uma formação social determinada” (LACLUA, 1978, p. 172).

mobilizações populistas à esquerda e à direita, no campo e na cidade, em países democráticos e não democráticos.

Além disso, há uma diferença substancial entre o “povo” do populismo e o “povo” tal como os liberais concebem este termo. Para os últimos, povo não é uma categoria politicamente mobilizada. Pelo contrário: ele é mobilizável, e de forma muito controlada, apenas em períodos eleitorais. A política “popular” liberal-democrática, já nos afirmaram tantas vezes os principais próceres da “democracia realista”, resume-se à coleta de votos de indivíduos atomizados que, em geral, perseguem apenas seus objetivos pessoais, sendo a esfera pública um horizonte distante e desinteressante. Para esses mesmos realistas, não há problema nessa participação episódica; ela é, inclusive, desejável. A razão é simples: a democracia, para existir em termos liberais, tem de ter “grades de proteção” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) contra os excessos do povo.

Assim, o problema inicial da presença do populismo — e talvez o mais importante — é que ele abre a “caixa de Pandora” popular: ele rompe com as grades de proteção de qualquer regime político percebido como não popular. A crítica liberal ao populismo, sabemos, dirige-se aos seus líderes, como pessoas inescrupulosas, manipuladoras e antidemocráticas. No entanto, independentemente da ideologia e dos interesses subjetivos de uma liderança populista, é inegável que ela mobiliza um povo.

A crítica liberal à liderança populista é, nesse sentido, apenas a superfície do verdadeiro problema que os liberais escondem, não querem ou não conseguem ver. O liberalismo, para ser “democrático” tem de domesticar o povo — ao mesmo tempo incômodo e indesejado, mas necessário, para se poder falar em democracia —, e torná-lo um objeto passivo e controlado. O liberalismo, como projeto democrático, é apenas mais um capítulo do que Rancière (2014) chamou de o “ódio à democracia”, ódio que tem a mesma idade, senão é até mesmo mais antigo do que a própria democracia como forma de governo, visto que o desprezo ao *demos* antecede ao seu próprio regime e persiste até hoje. O populismo é mais um capítulo de uma mobilização popular que descentra a ordem e o lugar das coisas, visto que ele atesta que a democracia, antes de ser um regime, é uma vontade sempre atualizada de igualdade por parte de um *demos* politicamente construído.

De uma forma mais sistemática, uma mobilização populista constrói politicamente um povo, ou seja, ele nunca está dado *a priori* em relação à luta política. Tampouco os “inimigos do povo” têm existência prévia. No entanto, o que explica tais constituições contingentes? É

aqui que a noção de antagonismo, desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985), assume uma posição central.

Antagonismo é a categoria-chave para pensar a política sob uma perspectiva pós-estruturalista; aliás, ela só faz sentido se for pensada dentro dos marcos pós-fundacionais.³ Laclau e Mouffe (1985) opõem “antagonismo”, respectivamente, à “contradição lógica” e à “oposição real” para demonstrarem que, à despeito de suas diferenças, entre ambas há em comum o fato de elas referirem-se a positividades plenamente constituídas. No caso do antagonismo, ao contrário, ele não somente não se refere à relação entre identidades plenamente constituídas como a sua presença representa a própria impossibilidade de constituições identitárias plenas. Ele indica que qualquer identificação política é precária, contingente e dependente, na produção de sentidos, da presença do polo antagônico. Não há qualquer identificação positiva em si, pelo contrário, trata-se de um processo que parte primeiramente de uma negatividade que sempre a ameaça e a torna incompleta.⁴

É pela presença do antagonismo que não há como definir *a priori* os sujeitos políticos de uma relação populista. O povo e os seus inimigos dependem de um contexto que os constitui de fato. O povo e os seus inimigos são ontologicamente inessenciais: suas “encarnações” dependem de uma situação ôntica específica. Suas existências dependem da política e de sua ação desestabilizadora.

42

Em que sentido o populismo (de esquerda) pode ser uma alternativa política?

Antes do início da crise das democracias liberais, uma série de propostas teóricas e de experimentos foi lançada com o objetivo de radicalizar tais regimes. Desde o Orçamento Participativo de Porto Alegre, até os modelos deliberativos, inspirados em Rawls e Habermas, teóricos e políticos engajados nunca esconderam o sentimento de que as democracias realmente existentes eram regimes que necessitavam mais da presença do *demos*. É importante frisar que o desejo de mais democracia foi sempre atrair ou possibilitar mais participação do povo.

³ Em outros lugares, discuti a relação entre pós-estruturalismo, pós-fundamentalismo e política. Como este não é o objeto deste artigo, faço referência a especificamente dois textos (MENDONÇA, 2016; MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016).

⁴ Em outros trabalhos, discuti mais amiúde a noção de antagonismo no contexto da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. A este respeito, ver: Mendonça (2003) e Mendonça (2012).

Contudo, há nessas propostas de ampliação democrática duas características que limitam esse alcance: a “espacialização” e a “domesticação” do *demos*. A espacialização, especialmente para os participacionistas, limita a participação do povo a espaços controlados principalmente pelo poder público. A domesticação do *demos*, ponto sensível ao deliberacionismo, tem sido criticado por seu normativismo forte que estabelece regras racionais fixas e restritivas ao debate público, que reduzem a participação de públicos que lançam mão de outras rationalidades e formas de expressão.

Nesse sentido, ainda que participacionistas e deliberacionistas desejem radicalizar a democracia liberal representativa, esses teóricos guardam o mesmo receio que acompanha a própria história da democracia. Esse é o receio do povo. O povo é bem-vindo para esses modelos desde que suas ações intempestivas possam ser evitadas por mecanismos de controle estruturais legais ou discursivos. Não se trata de dizer que ambos os modelos não sejam progressistas ou que não auxiliem na radicalização da democracia em diversos aspectos. A questão é que eles, cada um ao seu modo, temem o *demos*, como de resto quase toda tradição filosófica política ocidental.

E não sem razão. O povo é imprevisível e (por que não?) suscetível à manipulação e ao engano. É difícil organizar um governo estável ante à instabilidade do povo. Ciente disso, a tradição ou negou a democracia, a legitimidade do *demos* como regime, ou a aceitou mediante restrições de espacialização e de domesticação. Podemos dizer que o que modernamente tem sido chamado de democracia, desde a experiência estadunidense do final do século XVIII até o momento, foi uma série de tentativas para levantar “grades de proteção” contra os possíveis “abusos” e a “irreflexão” do *demos*.

Assim, a questão das democracias realmente existentes tem sido encontrar formas institucionais para controlar o *demos*, mantendo estável um regime, em alguma medida popular, mas a salvo do próprio povo, a partir de um governo, em tese, aristocrático, na prática, oligárquico. Essa fórmula tem acompanhado as democracias ocidentais, mas também as principais alternativas teóricas e políticas de radicalização democrática. A principal razão não dita, não admitida e inaudita do populismo ser hoje o maior inimigo da democracia liberal reside mormente no fato de que as suas experiências têm em comum a promessa ou mesmo o rompimento com o poder oligárquico, não somente distante do *demos*, mas também, e principalmente, que o torna ironicamente um excesso perigoso e ameaçador do regime batizado com o seu nome.

É no contexto dessa emergência perturbadora do populismo sobre a democracia representativa que a análise de Ernesto Laclau (2013) é particularmente importante. Para o autor, desde uma perspectiva ontológica, o populismo não é uma ideologia, uma forma de governo ou regime político, mas uma lógica política que contrasta com uma lógica social. Vejamos como se opera essa relação.

A lógica social está na ordem do estabelecido, na institucionalidade representada, no limite, por um perfeito funcionamento da lógica da diferença. As democracias liberais são lógicas sociais que se mantiveram estáveis entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início deste século na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Isso se explica também pelo fato de que uma lógica deste tipo visa à sedimentação de sua própria ordem. No caso dos regimes liberais, eles se colocam como a única possibilidade de haver democracia em grande escala; toda e qualquer alternativa que desafia minimamente esse regime de verdade é taxada como antidemocrática, autoritária ou totalitária. É importante destacar que a sedimentação de uma ordem gera aquilo que Laclau, inspirado em Husserl, chamou de um esquecimento de suas origens, ou seja, uma ordem estabelecida assim o é não sem ter impossibilitado ou silenciado outras ordens possíveis no momento de sua instituição.⁵ Toda a ordem é o resultado de uma articulação hegemônica.

Tanto mais for sedimentada uma lógica social, tanto menos ela terá de se afirmar como verdade. A sedimentação produz a naturalização da contingência, ou seja, a fantasia de que o contingente sempre foi necessário. Essa fantasia gera o que Derrida (2002) chamou de uma “certeza tranquilizadora” produzida pela ideia de que tudo tem um fundamento, uma base sólida a partir da qual ela se assenta. Fantasia que se evanesce sempre quando uma força contra hegemônica revela, via reativação, a sua historicidade precária. É neste momento que a lógica política tem lugar.

Para Laclau (2005, p. 117), literalmente, “a lógica política relaciona-se com a instituição do social”. Instituição num sentido fundador, ou seja, quando, no plano ôntico, a partir da articulação de diferenças e antagônica ao(s) inimigo(s) comum(ns), uma nova hegemonia estabelece-se sucedendo uma anterior. O surgimento das democracias liberais, em substituição ao *Ancien Régime*, num processo iniciado no final do século XVIII e que se hegemoniza, enfim, no século passado, está agora, ele próprio, sendo desafiado por lógicas

⁵ Uma análise da discussão de Husserl sobre sedimentação e reativação, categorias que influenciaram sobremaneira a perspectiva laclauiana, pode ser encontrada em Marques (no prelo).

políticas que visam a novas instituições do social. De uma forma geral, tais lógicas têm sido hoje chamadas de populistas e essas só fazem sentido de serem assim chamadas se de fato elas forem lógicas de construção política do povo contra os seus inimigos.

Para o democrata, que valoriza a ampliação da participação popular, o populismo deveria ser visto com olhos mais atentos do que aqueles que, seguindo a irrefletida massificação do pensamento, sugerem meramente a sua condenação. Bem entendido, o populismo promete a ampliação da participação das pessoas na política, exatamente aquilo que as democracias representativas liberais cada vez mais negligenciam ou impedem. É essa lógica política que desafia a ainda hegemônica democracia liberal.

Mesmo que seja verdade que as experiências populistas construam mobilizações populares na contramão da apatia dos cidadãos nas democracias liberais, a qual só serve aos mais ricos, isso não é suficiente para que o populismo seja chamado de democrático no sentido que estou propondo. Para tanto, resgatarei dois pares de oposições para explicar a diferença fundamental entre os dois tipos principais de populismos do nosso tempo. O primeiro par consiste na retomada da oposição aristotélica entre Democracia e Demagogia.⁶ O segundo é a diferenciação entre populismo de esquerda e populismo de direita. Começarei pela distinção elaborada pelo filósofo grego.

O meu uso da oposição aristotélica Democracia/Demagogia não é uma aplicação descontextualizada da forma como o filósofo percebeu os governos populares. Meu objetivo é apontar como, a despeito de ambos os governos serem levados a efeito pelo *demos*, suas consequências, como se sabe, são bem distintas.⁷

Segundo a tipologia clássica das formas de governo de Aristóteles, como largamente se conhece, o governo popular está dividido qualitativamente em dois tipos. O primeiro, a Democracia, consiste na boa forma do governo de muitos (dos pobres), que governa para todos aqueles que habitam a cidade. O segundo, a Demagogia, a degeneração da Democracia, refere-se ao governo dos muitos que, no entanto, governam apenas para si próprios.

⁶ Para evitar confusões sobre as nomenclaturas das boa e má formas de governo de Aristóteles com o argumento que desenvolverei a seguir, consciente de que a boa forma normalmente é traduzida por “Politia” e a má por “Democracia”, resolvi chamar a boa forma de governo popular de “Democracia” e a má de “Demagogia”.

⁷ Aristóteles se referia ao par Democracia/Demagogia no sentido de formas de governo. A analogia que busco aqui não sugere que eu esteja pensando o populismo como um regime político, pois, como vimos, entendo-o, num sentido mais amplo, ou seja, como uma lógica política. Estou consciente de uma série de mediações necessárias e o exemplo aristotélico serve tão-somente como inspiração à diferença que quero introduzir entre os populismos de esquerda e de direita.

Com base na distinção aristotélica, quero sugerir que, assim como a Democracia, o populismo de esquerda é inclusivo e igualitário, enquanto o populismo de direita, assim como a Demagogia, é excludente e inigualitário. Essa é a diferença fundamental entre ambos, a qual deter-me-ei até o final desse artigo.

A primeira questão sobre essa diferença é que ela registra a intenção de se vislumbrar, de forma mais atenta, as experiências populistas, renunciando o olhar que toma a todas como se fossem eticamente idênticas. De uma forma geral, liberais tendem a criticar o populismo principalmente com base em suas ocorrências europeias e estadunidenses, majoritariamente identificadas como populistas de direita. Não há nenhuma razão para se questionar, sob um ponto de vista ético-democrático, que as experiências populistas de direita sejam excludentes e desiguais ou, dito de outro modo, que sejam exemplos de uma forma de construção popular que resulta na própria degeneração da democracia. No entanto, como sabemos, o método indutivo pode nos levar a descobrir que nem todos os cisnes são necessariamente brancos e essa é uma obrigação de qualquer ciência: duvidar de todas generalizações ainda que elas possam parecer incontestáveis.

Se o que define o populismo de direita é a construção de um povo excludente, vejamos agora por que é fundamental termos mais clara a especificidade e a diferença do populismo de esquerda, o qual entendo ser aqui a constituição de um povo inclusivo e democrático. Para tanto, anuncio que o determinante de uma experiência populista de esquerda é a pressuposição da igualdade como fundamento da democracia.

Partirei do pressuposto de que a igualdade é o fundamento da democracia, seja como forma de governo, seja como modo de vida, uma vez que é ela que distingue a democracia de outras formas de regulação da vida social. A única possibilidade da igualdade é, portanto, democrática. No entanto, democracia e igualdade não têm sentidos precisos, estando esses termos constantemente abertos para assumirem distintos significados, dependendo das circunstâncias e das contingências apresentadas. Democracia e igualdade são significantes vazios no sentido expresso por Laclau (1996).

A discussão que proponho aqui sobre democracia e igualdade é mais onto-ontológica do que epistêmico-científica. Não se trata de definir os “verdadeiros” sentidos para ambos os termos, nem tampouco propor qualquer projeto teórico-normativo. Ainda que projetos neste sentido sejam exercícios interessantes de pensamento, no contexto desta discussão, eles aparecem apenas como propostas, entre tantas possíveis, todas incapazes de fixar permanentemente sentidos. A questão não é buscar, no plano ôntico, sentidos sempre

precários, mas enfatizar a existência de um vazio ontológico constitutivo, ou um fundamento abissal, que justifica uma infinidade de configurações políticas possíveis. “O que aceitamos como realidade (objetiva)”, afirma Stavrakakis (1999, p. 54), referindo-se a Lacan, “nada mais é do uma construção social com duração limitada”. A busca normativa em direção do fechamento significativo para democracia e igualdade, assim como para qualquer outro significante, serve apenas para reduzir a ansiedade do desejo impossível, mas, ainda assim, necessário, por finitude. Portanto, quando menciono democracia e igualdade não proponho qualquer sentido para ambos os termos, apenas uma estrutura ontológica mínima. Esta estrutura pressupõe a igualdade como fundamento e horizonte da democracia.

A igualdade como fundamento democrático é a assunção de que, fora da democracia, só existe desigualdade.⁸ A democracia inventou a igualdade política; ela torna iguais aqueles que “por natureza” são diferentes. Ressalto que me refiro à igualdade política como suficiente para se requerer qualquer outro tipo de igualdade, seja material, seja espiritual. A política, como lógica, da forma como vimos há pouco, é o que torna possível qualquer reivindicação por equidade, qualquer revolução ou luta contra aquilo que é significado como injusto.

Se populismo pode ser entendido, em seu núcleo duro, como a construção política de um povo contra o seu inimigo, essa constituição, ainda que popular, não necessariamente é democrática. Seguindo a lógica Aristotélica, ao contrário, ela pode ser a própria degeneração da democracia. Porém, se essa construção do povo visar à igualdade e à inclusão, ela será democrática, uma vez que ela reivindica a inclusão de direitos àqueles que, formalmente, já os têm, mas que a ordem do social insiste em negá-los.

É necessário, como nos chamou a atenção Heidegger, “ver com os olhos de ver o que é visto”. É preciso distinguir os dois populismos do nosso tempo, sob pena de que a atual indistinção seja responsável não somente pelo enfraquecimento dos regimes representativos, mas também, e principalmente, pela incapacidade de sonharmos com a radicalização da democracia como forma de vida. Não há oxímoro político pior do que uma democracia sem povo.

⁸ Aqui retomo um argumento que já desenvolvi em outros lugares. A esse respeito, por exemplo, ver: Mendonça (2019).

Referências

- Bobbio, Norberto (1997). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CANOVAN, M. (1999). Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. *Political Studies*, v. XLVII, n. 1, March, pp. 2-16.
- CRITCHLEY, Simon (2012). *Infinitely Demanding*: ethics of commitment, politics of resistance. London: Verso.
- CROUCH, Colin (2004). *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press.
- DERRIDA, Jacques (2002). “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”. In: _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, pp. 227-248.
- HEIDEGGER, Martin (1999). *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LACLAU, Ernesto (2005). *On Populist Reason*. London: Verso.
- _____. (1996). *Emancipation(s)*. London: Verso.
- _____. (1978). *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*: towards a radical democratic politics. London: Verso.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARQUES, Marcelo de Souza (No prelo). “Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro.
- MENDONCA, Daniel de (2019). “Democratas Têm Medo do Povo? O populismo como resistência política”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, pp. 185-201. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n85/0103-4979-ccrh-32-85-0185.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- _____. (2016). “Democracia e Desigualdade: pós-estruturalismo”. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.) *Desigualdades e Democracia*: o debate da teoria política. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 323-364.
- _____. (2012). “Antagonismo como Identificação Política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 9, pp. 205-228. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/08.pdf>>.
- _____. (2003). “A Noção de Antagonismo na Ciência Política Contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, pp.135-145. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3637>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián (2016). “O Fundamento como “Fundamento Ausente” nas Ciências Sociais: Heidegger, Derrida e Laclau”. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, pp. 164-194. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00164.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MOUNK, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.

MUDDE, Cas (2004). *The Populist Zeitgeist*. Government and Opposition, v. 39, n. 4, pp. 541-563.

MÜLLER, Jan-Werner (2016). *What is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

RANCIÈRE, Jacques (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.
_____. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

STAVRAKAKIS, Yannis (1999). *Lacan & the political*. Abingdon: Routledge.

SARTORI, Giovanni (1965). *Teoria democrática*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

SCHUMPETER, Joseph (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Resumen

Este texto tiene dos objetivos principales. El primero es reflexionar sobre la crisis de las democracias liberales. El segundo es indicar el populismo de izquierda como una alternativa política para pensar en la radicalización de la democracia. Para lograr estos objetivos, el artículo se divide en cuatro partes. Primero, analizo la crisis de los regímenes representativos y sus dos peligros: las alternativas autoritarias y la posición conservadora. A continuación, analizo los problemas de considerar el populismo como una alternativa política a la democracia liberal. En la tercera parte, presento una noción mínima de populismo, inspirada en gran medida por Laclau (2005), que proporciona los elementos necesarios para comprender la especificidad del fenómeno. En la última sección, reflexiono sobre cómo el populismo de izquierda puede ser una alternativa política no solo a los regímenes liberales sino también a la radicalización de la democracia.

Palabras-clave: Populismo; Democracia Liberal; Democracia Radical; Ernesto Laclau.

Abstract

50

This text has two main objectives. The first is to reflect on the crisis of liberal democracies. The second is to point out the left populism as a political alternative to think about the radicalization of democracy. To achieve these goals, the article is divided into four parts. Firstly, I discuss the crisis of the representative regimes and its two dangers: the authoritarian alternatives and the conservative position. Next, I focus on the problems of considering populism as a political alternative to liberal democracy. In the third part, I present a minimal notion of populism, mostly inspired by Laclau (2005), which provides the necessary elements to understand the specificity of the phenomenon. In the last section, I reflect on how the left populism can be a political alternative not only to the liberal regimes but also to the very democracy radicalization.

Key-words: Populism; Liberal Democracy; Radical Democracy; Ernesto Laclau.

La retórica en Laclau: perspectiva y tensiones

The rhetoric in Laclau: perspective and tensions

A retórica em Laclau: perspectiva e tensões

Recebido em 09-05-2019
Modificado em 27-07-2019
Aceito para publicação em 13-09-2019

Javier Balsa 

ORCID: 0000-0001-7695-292X

51

Director del Instituto de Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea, Universidad Nacional de Quilmes. Investigador independiente del CONICET. E-mail: jjbalsa@unq.edu.ar

Resumen

Este trabajo analiza el papel central que Ernesto Laclau otorga a la retórica dentro de su teoría de la hegemonía. Además, se consideran ciertos problemas que se han derivado de la concepción del lenguaje en Laclau y de su idea de “retoricidad total” que impiden el análisis crítico del uso de las figuras retóricas y cierta limitación para pensar la agentividad de los sujetos, en particular en su papel de *retor*. Finalmente, postulamos la necesidad de pensar en grados de retoricidad y en el reconocimiento de cierta base de significaciones sedimentadas, que permitirían la crítica, sin exigir la literalidad de un lenguaje “objetivo”, ni implicar la búsqueda de una sutura imposible.

Palabras claves: Laclau; Retórica; Hegemonía; Crítica.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introducción

Uno de los grandes aportes de Laclau a una teoría de la hegemonía es el lugar que le reserva a la retórica. Sin embargo, sorprendentemente esta cuestión ha sido muy poco desarrollada por sus seguidores. De hecho, en el que podría considerarse el libro con la mayor sistematización teórico-metodológica elaborada por integrantes de esta escuela, Glynos y Howard (2007) no les dedican casi ningún lugar a las figuras retóricas. Consideramos que esto se debe a ciertos déficits en la concepción del lenguaje en Laclau, y a una idea de “retoricidad total” que impiden el análisis crítico del uso de las figuras retóricas y cierta limitación para pensar la agentividad de los sujetos, en particular en su papel de *retor*. En este trabajo avanzaremos sobre estas tres cuestiones, pero antes reseñaremos el papel de la retórica en la teorización de Laclau.

1. La retórica en Laclau

1.1. Hegemonía y figuras retóricas

52

En los primeros textos de Laclau no hay un abordaje de la retórica. Así, en *Política e ideología en la teoría marxista*, el uso del término “retórica” era claramente negativo, como algo de poco valor: “un mero concepto retórico” (LACLAU, [1977] 1978, p. 193), o “en un mero nivel emocional o retórico” (LACLAU, 1977, p. 214); obsérvese que también lo “emocional” era planteado como algo no importante. Tampoco en el primer trabajo en el que le dedica un lugar central a lo discursivo, una ponencia presentada en Montreal en 1979 (LACLAU, [1979] 1985a), aparece la retórica. Y lo mismo acontece con las participaciones en los encuentros de Morelia de 1980 (LACLAU, [1980] 1985b) y Oaxaca de 1981 (LACLAU, [1981] 1986).

Laclau recién aborda la cuestión de la retórica en *Hegemonía y estrategia socialista*, y su emergencia se da a partir del concepto de “cadena de equivalencias” como un elemento clave en la construcción de la hegemonía. El concepto de hegemonía supone un campo teórico dominado por la categoría de articulación, en la que a través de operaciones discursivas se procura construir un centro que detenga el flujo de las diferencias, por medio de la fijación de cadenas de equivalencias, pero que siempre es desestabilizada por un constante enfrentamiento entre prácticas articulatorias antagónicas.

La equivalencia entre significantes es algo que parece una identidad, pero no lo es, y, sin embargo, precisa subvertir el carácter diferencial que, justamente, distingue a dos términos. De este modo, “la ambigüedad [...] penetra a toda relación de equivalencia” (LACLAU y MOUFFE, [1985] 1987, p. 148). Y, para Laclau y Mouffe, esta ambigüedad solo se la puede lograr a partir del uso de las figuras retóricas, ya que establecer una equivalencia implica vincular muy estrechamente dos significantes, de modo que su vínculo se presentará como necesario, aunque sabemos que es contingente. Los términos así articulados parecerán indisociables, e incluso idénticos o, al menos, intercambiables.¹ Para ello, las figuras retóricas cumplen una función ineludible.

En particular, Laclau y Mouffe agregan que la hegemonía “es esencialmente metonímica: sus efectos surgen siempre a partir de un exceso de sentido resultante de una operación de desplazamiento” (LACLAU y MOUFFE, [1985] 1987, p. 163). La metonimia es la operación de designar una cosa mediante el nombre de otra que tiene con ella una relación de causalidad o de dependencia. La metonimia presenta diversas variantes: la causa por el efecto, el efecto por la causa, el instrumento por quien lo maneja, el autor por la obra, el símbolo por la cosa simbolizada (FERNÁNDEZ, 2009, pp. 91-92). De todos modos, como Laclau ha aclarado en otros textos, él está recuperando, más específicamente, la idea de contigüidad sintagmática presente en la idea de metonimia. Así, ejemplifica que si uno dice “la pava está hirviendo”, lo que está hirviendo es el agua y no la pava; no hay analogía, sino una relación de continuidad, una relación metonímica (LACLAU, 2003b, p. 2). Esta operación se diferenciaría, analíticamente, de la metáfora, que se basa en relaciones paradigmáticas o de analogía. En el caso de la metonimia se mantiene la visibilidad del desplazamiento sintagmático, mientras que la metáfora tiende a eliminar esa visibilidad. Sin embargo, luego de realizar esta diferenciación analítica, Laclau va a pensar estas dos figuras como un *continuum*, en el cual el polo metafórico y el polo metonímico son sus dos extremos, y en el cual tenemos siempre el movimiento de uno a otro.²

¹ Así, por ejemplo, se puede plantear que “la estabilidad” solo podrá obtenerse a través de un “ajuste fiscal”, y en sucesivos enunciados, o en textos subsiguientes, directamente se procurará que la asociación sea tan fuerte que no pueda postularse una “estabilidad” ajena al “ajuste”.

² Para continuar con el ejemplo planteado en la nota anterior, si es posible establecer una relación de causa (“ajuste”) y efecto (“estabilidad”) en el marco de una teoría neoliberal, el discurso procurará que se borre su marco teórico (y por lo tanto, discutible) e, incluso, que desaparezca la idea de que es una posible causa (que permitiría pensar en otras causas), para deslizarse a una relación de equivalencia-identidad, en la que toda idea de “estabilidad” remita necesariamente a un “ajuste”, al punto que se constituya como una analogía. De todos modos, nunca este reemplazo será total, pues todo/a lector/a, en un punto, sabrá que no son dos significantes idénticos.

O, como Laclau dirá más adelante, las nociones de “analogía” y “contigüidad” (que son, respectivamente, las bases definitorias de los tropos de la metáfora y la metonimia) “lejos de ser completamente diferentes en naturaleza, tienden, al contrario, a solaparse una a otra”. Esto es así ya que “ambas son transgresiones del mismo principio; a saber, la lógica diferencial asociada al eje sintagmático del sistema de significación” (LACLAU, [2008] 2013, p. 79). Y, agrega, que es esencial a la operación hegemónica “el movimiento de la metonimia hacia la metáfora” pues constituye un desplazamiento “de la articulación *contingente* a la pertenencia *esencial*” (LACLAU, [2008] 2013, p. 80).³

Esta cuestión, Laclau la ejemplifica en la relación entre lucha antiracial y sindicalismo. Un sindicato puede, metonímicamente, hacerse cargo de esta acción. Si esta acción perdura en el tiempo y esta actividad se regulariza, finalmente sindicato y lucha antiracial se pueden terminar asociando, de forma metafórica (LACLAU, 2003b, p. 2).

Laclau fue profundizando sus reflexiones sobre estas cuestiones para terminar concluyendo que no es posible trazar distinciones claras entre ambas figuras e, incluso, que la propia construcción de la hegemonía va a basarse en los deslizamientos entre las figuras retóricas.⁴ En “Política de la retórica” Laclau complejiza este análisis. Por un lado, retoma a De Man, cuando afirma que hay un “patrón más general de sustitución que todos los tropos tienen en común. Es el resultado de un intercambio de propiedades hecho posible por una proximidad o una analogía tan cercana e íntima que ella hace posible que una sustituya a la otra sin revelar la diferencia introducida necesariamente por la sustitución. El vínculo relacional entre las dos entidades implicadas en el intercambio pasa entonces a ser tan estrecho que puede ser calificado de necesario: no puede haber verano sin moscas, ni moscas sin verano” (LACLAU, [1998] 2002, p. 71).

A esto Laclau va a agregar una profundización del vínculo entre las figuras retóricas. Es difícil establecer límites entre las figuras, ellas tienden a diluirse una en la otra. Sostiene que “las fronteras entre figuras y tropos en la retórica clásica son subsidiarias de las

³ Continuando con el mismo ejemplo de las notas anteriores, la relación metonímica y, por lo tanto, contingente entre la realización de un “ajuste fiscal” y el logro de una “estabilidad económica”, se procurará presentar como una relación esencial y metafórica, que permitiría presentar ambos significantes como idénticos y reemplazables.

⁴ En 2000, en su intervención en el libro *Contingencia, hegemonía, universalidad*, frente a la noción de Judith Butler de “actuación paródica”, Laclau va a plantear que, para él, “la parodia es constitutiva de toda acción social”, aunque prefiere no usar ese término, sino la idea de que todo lo social se organiza como un espacio retórico. Reconoce que “toda acción política [...] tiene un componente paródico, en tanto un cierto significado que estaba fijado dentro del horizonte de un conjunto de prácticas institucionalizadas es desplazado hacia nuevos usos que subvierten su literalidad.” Ahora bien, “este movimiento es *tropológico* por cuanto el desplazamiento no está gobernado por una lógica necesaria dictada por lo que está siendo desplazado, y *catacrético* por cuanto los agentes constituidos a través del desplazamiento no tienen ningún significado literal fuera de los mismos desplazamientos de los cuales emergen.” Por lo cual prefiere no hablar “de *parodia* sino de lo social organizado como un espacio retórico...” (LACLAU, [2000] 2003a, p. 85).

principales distinciones objetivas de la ontología antigua”. Pero es justamente esta distinción la que es puesta en cuestión por el giro deconstructivo (LACLAU, [1998] 2002, p. 73). Por esto mismo, sostiene que muchas veces no es posible distinguir una catacresis (cuando un término describe trasláticamente una cosa que carece de nombre específico: “la hoja de la espada”) de una metonimia, pues la catacresis pura requiere de la existencia una (imposible) frontera incontaminada entre lo propio y lo figural (LACLAU, [1998] 2002, p. 77).

Es que, como aclarará en *Articulación y límites de la metáfora*, Laclau sostiene que la retoricidad es constitutiva de la significación: “sin un desplazamiento tropológico la significación no podría encontrar su propio fundamento (LACLAU, [2008] 2013, p. 81). Pues no es que las figuras retóricas vienen a “adornar”, ni siquiera a complejizar una literalidad primera, ajena a estos juegos retóricos. Para Laclau no existe una literalidad primera, todo discurso es retórico. Y “la posibilidad misma de una relación hegemónica depende de [...] un equilibrio inestable entre [...] catacresis y metonimia” (LACLAU, [1998] 2002, p. 77). Además, agrega que “toda cadena de sustituciones metafóricas estará fundada, en última instancia, en (reversibles) desplazamientos metonímicos” (LACLAU, [1998] 2002, p. 83).

Gracias a todas estas operaciones retóricas se construyen, en la dinámica textual, permanentes deslizamientos que expanden la cadena equivalencial logrando evadir retóricamente la rigurosidad de la lógica. Al tiempo que, en la medida en que sedimentan las analogías en metáforas en el sentido común, cambian las formaciones discursivas. Y, a través de la catacresis, se consolidan las identidades políticas, como ejemplificaremos más adelante.

Y todo esto lo vincula con la propia construcción de la hegemonía. Laclau afirma que

[...] la posibilidad misma de una relación hegemónica depende de esta puesta en cuestión, de mantener un equilibrio inestable entre heterogeneidad y contigüidad, entre catacresis y metonimia –un equilibrio cuyas condiciones de extinción serían, o bien una heterogeneidad sin medida común entre los elementos de un cierto conjunto, o bien una contigüidad que pasa a ser exclusiva y de tal modo transforma, en el interior de un espacio implícitamente asumido, las posiciones contiguas en diferencias internas, [nota a pie:] con esto, desde luego, el movimiento tropológico sería eliminado (LACLAU, [1998] 2002, p. 77).

Es por eso que “toda hegemonía intenta retotalizar y hacer tan necesarios como sea posible los vínculos contingentes en que su poder articulador está basado. En tal sentido, ella tiende a la totalización metafórica”, aunque conservará las huellas de su contingencia metonímica. “La hegemonía está siempre suspendida entre dos polos imposibles” (LACLAU, [1998] 2002, p. 78).

De todos modos, unas páginas más adelante, Laclau aclara que

[...] la metonimia es, en cierto sentido, más ‘primordial’ que la metáfora (o, como en otro de los análisis de De Man, la alegoría toma precedencia sobre el símbolo): porque en una situación de contingencia generalizada ningún criterio de analogía es estable; una tal situación está gobernada por cambiantes relaciones de contigüidad que ninguna totalización metafórica puede controlar. La metáfora –y la analogía– es cuanto más un efecto “superestructural” de una parcial estabilización de relaciones de contigüidad que no están sometidas a ningún principio literal de determinación a priori (LACLAU, [1998] 2002, p. 92).

Sin embargo, más allá de esta jerarquización de la metonimia, la clave en la construcción de la hegemonía estaría en que ninguno de los tropos retóricos, ni metáfora, ni metonimia, ni sinécdoque, ni cataresis, funcionan de forma pura. En cambio, acontece un proceso de “retorización general”, que tiene lugar “en la medida en que no se cumple ninguna de las condiciones en que cada uno de los *tropoi* podría realizar lo que, literalmente, pretende ser”. De este modo, la metonimia se contagia con la analogía; la analogía no llega a ser total, pues se habría reducido a una identidad, con lo cual “el movimiento tropológico habría cesado”; la sinécdoque no llega a sustituir al todo por la parte, y la cataresis tampoco resulta completa, pues “esto sólo se verificaría si la distinción entre lo homogéneo y lo heterogéneo pudiera establecerse con entera precisión”. Habría, entonces, una “imposibilidad de aceptar la definición literal de cada uno de los *tropoi*”, y “cada uno de ellos tiende a diluirse en el otro. Lo mismo ocurre con la hegemonía: las condiciones de su plena operatividad son las mismas que las condiciones de su extinción” (LACLAU, [1998] 2002, pp. 92-93).

Laclau ejemplifica esta perspectiva analizando un discurso de Palmiro Togliatti definiendo la estrategia del Partido Comunista Italiano en 1957: “el proletariado pasa a ser una clase nacional en la medida en que soluciona los problemas del conjunto de la sociedad”; “tenemos que expandir la actividad de una vanguardia organizada [...] que debe adherirse firmemente a las condiciones de la vida colectiva y dar, por consiguiente, fundamentos, reales posibilidades y perspectivas al movimiento de las masas populares...” (TOGLIATTI *apud* LACLAU, [1998] 2002, pp. 94-95).

Laclau encuentra que en este texto hay “un espacio tropológico en el que cada una de las figuras tiende a diluirse en la otra”. Citaremos a Laclau en extenso, ya que aquí es posible observar en acción esta imbricación entre los tropos y su pretendido efecto hegemónico:

Las diferentes luchas e iniciativas democráticas no están unidas entre sí por vínculos necesarios, es decir, que nos enfrentamos con relaciones metonímicas de contigüidad. Pero la operación hegemónica intenta, sin embargo, hacer que la condensación de esas luchas sea tan firme y estable como sea posible; aquí las metonimias tienden a transformarse en totalización metafórica. La relación hegemónica es sinecdóquica en la medida en que un sector particular –el partido de la clase obrera, en este caso– tiende a representar un todo que lo excede. Como, sin embargo, este todo carece de límites definibles con precisión, nos encontramos con

una sinédoque impura: ella consiste en el movimiento indecidible entre una parte que intenta encarnar un todo indefinible, y un todo que sólo puede ser nombrado a través de su alienación a una de sus partes. Finalmente, la heterogeneidad sólo puede ser relativa –con el resultado de que la línea que separa a la catacrisis de la metonimia es también indecidible. Pienso que todas las categorías centrales de la teoría gramsciana –guerra de posición, voluntad colectiva, intelectuales orgánicos, Estado integral, bloque histórico, hegemonía– pueden ser leídas retóricamente: ellas circunscriben un espacio de movimientos tropológicos que aporta una nueva flexibilidad estratégica al análisis político (LACLAU, [1998] 2002, pp. 95-96).

1.2. El componente afectivo y lo identitario

Laclau incorpora a estos deslizamientos retóricos, la cuestión de la afectividad. Afirma que “los componentes afectivos del discurso [...] también desempeñan un papel esencial en los movimientos retóricos” (LACLAU, [2004] 2008, p. 380). Por lo cual concluye, especialmente en *La razón populista*, que las formaciones discursivas o hegemónicas “serían ininteligibles sin el componente afectivo” y esto limita el peso de la voluntad en el marco de la contingencia (LACLAU, [2004] 2005, p. 143).⁵

Es que para Laclau, sería un error pensar que el afecto se agrega a la significación, como si fueran dos tipos de fenómenos diferentes, separables. Como las asociaciones están dominadas por el inconsciente “no hay ninguna posibilidad de un lenguaje en el cual las relaciones de *valor* se establecieran solamente entre unidades *formalmente* especificables. Así, se requiere el afecto si la significación va a ser posible”. Mirado el fenómeno desde el lado del afecto, podemos ver que tampoco el afecto “es algo que exista por sí solo, independiente del lenguaje, sino que sólo se constituye a través de la catexia diferencial de una cadena de significación”. Y a esto lo denomina “investidura”. Por lo tanto, “los complejos que denominamos ‘formaciones discursivas o hegemónicas’, que articulan las lógicas de la diferencia y de la equivalencia, serían ininteligibles sin el componente afectivo (LACLAU, [2004] 2005, pp. 142-143).⁶

57

⁵ También para Voloshinov ([1929] 1992, p. 143) no sería posible diferenciar un plano descriptivo de otro valorativo, pues la palabra misma, en tanto que es efectivamente enunciada, tiene siempre una carga valorativa. Del mismo modo, Gramsci vinculó el plano del “sentir” con el del “saber”. Si bien ubica al sentir en tensión con el saber, esta es una falsa antinomia, pues no se puede saber sin sentir: “El error del intelectual consiste <en creer> que se pueda *saber* sin comprender y especialmente sin sentir y ser apasionado (no solo del saber en sí, sino por el objeto del saber) o sea que el intelectual puede ser tal (y no un puro pedante) si es distinto y separado del pueblo-nación, o sea sin sentir las pasiones elementales del pueblo, comprendiéndolas y en consecuencia explicándolas y justificándolas en esa situación histórica determinada, y vinculándolas dialécticamente a las leyes de la historia, a una concepción superior del mundo, científica y coherentemente elaborada, el ‘saber’; no se hace política-historia sin esta pasión, o sea sin esta conexión sentimental entre intelectuales y pueblo-nación” (GRAMSCI, 1999; CC11§67, pp. 346-347).

⁶ Esto se parece a la idea de valoración en Voloshinov, aunque Laclau nunca lo citó.

Todo esto tiene claros impactos sobre la constitución de los actores colectivos. Los movimientos entre los tropos resultan claves en los procesos de construcción de los sujetos políticos, ya que “toda identidad se constituye en el interior de la tensión entre equivalencia y diferencia” (LACLAU, [1998] 2002, p. 68). “El nombre –de un movimiento social, de una ideología, de una institución política- siempre es la cristalización metafórica de contenidos cuyos vínculos analógicos son el resultado de ocultar la contingüedad contingente de sus orígenes metonímicos” (LACLAU, [2008] 2013, p. 80).

1.3. Un ejemplo: kirchnerismo y peronismo

Solo para aclarar estas ideas, desarrollemos brevemente un ejemplo, vinculado a la dinámica política argentina. Un apellido (Kirchner) le da un nombre a un espacio político que carecía del mismo (el kirchnerismo). Y, además, se instaura un vínculo afectivo entre el líder (Néstor y luego Cristina) y sus seguidores, que incluso pasan a autoconsiderarse “kirchneristas” y a adherir con gran pasión a esta nueva identidad.

Antes de tener un nombre (ese nombre) no podemos decir que este espacio ya existiera, su autoreconocimiento le fue esencial. Podría decirse que existía un progresismo de cariz nacionalista-popular y, también, un sector de izquierda (o centro-izquierda) dentro del peronismo, pero solo cobró alguna consistencia, y una relativa unidad de ambos, a partir de su agregación como “kirchnerismo”. No existía antes del nombre, de allí la entidad catacrética del “kirchnerismo”, dándole un nombre a algo que antes no lo tenía. Al mismo tiempo, este nombre procura presentarse como equivalente a un todo (el peronismo), pero no es tampoco una equivalencia plena. Pues, por un lado, procura ser incluso más amplio que el propio peronismo, e incluir a sectores de izquierda y centro-izquierda dentro del mismo nombre. Pero, por otro lado, muchos/as peronistas quedan fuera del kirchnerismo pues se ubican a su derecha (ya sea que ellos/as no se siente incluidos dentro de este nuevo colectivo, ya sea que el propio kirchnerismo los excluye). Entonces el kirchnerismo es como una metáfora del peronismo, pero también es una sinédoque (parte-todo) que no es completa, una catacrésis (nombra algo que no podría ser nombrado de otro modo, ¿el progresismo del peronismo?, ¿su izquierda?) y una metonimia, en términos de que sería un efecto del peronismo, su reactualización, aunque también sería la causa de su revitalización, e incluso, es la forma en que se ha reactivado la identificación política en la Argentina (pues ser “peronista” hacia el año 2000, luego de una década en que esta identidad estuvo fuertemente asociada con el neoliberalismo menemista, significaba muy poco).

Ahora bien, cabría preguntarse porque se han mantenido estas imprecisiones luego de más de una década de existencia del kirchnerismo. Creo porque cualquier intento de borrar las ambigüedades que estas operaciones de deslizamiento provocan, puede terminar reduciendo la amplitud interactiva del término. Su precisión, en términos de una ideología o propuesta política de centro-izquierda, podría “regalar” una importante porción del peronismo (aquella que no gusta identificarse con el centro-izquierda) a las fuerzas vinculadas a la derecha peronista que se han abierto del kirchnerismo y han negociado con las fuerzas neoliberales. Por el contrario, una identificación clara del kirchnerismo con el peronismo, podría expulsar a las fuerzas no peronistas del espacio. Pareciera que la ambigüedad es inherente a la construcción de identidades políticas amplias, aunque, como veremos, esto no deja de generar problemas a estas mismas identidades.

2. Limitaciones de la conceptualización de la retórica en Laclau

Como señala Kaplan, en un texto que retomaremos repetidas veces, asombra que, a pesar de la centralidad que la retórica tiene en la teoría de Laclau, sus discípulos/as hayan realizado un escaso uso de la misma en sus estudios concretos y sean muy pocos los análisis sistemáticos que la emplean (KAPLAN, 2010, p. 254). También acordamos con este autor, en que esta situación se debe a problemas teóricos que se derivan de la propia concepción de la retórica que posee Laclau: esta concepción “es inadecuada para la difícil tarea política que a ella le es asignada” (KAPLAN, 2010, p. 255). Pero, tal como espero que haya quedado claro en la primera parte del presente artículo, y como también señala Kaplan, la solución no podría ser eliminar la retórica de la propia teoría laclausiana, ya que constituye un elemento indisociable de la misma.

El mayor inconveniente es que de estas dificultades se derivan otros tres problemas: una cierta incapacidad para analizar el empleo concreto de las figuras retóricas y el uso de los razonamientos retóricos; una dificultad para reconocer el papel activo del enunciador o *retor*; y, en el plano político, serias limitaciones a la hora de diseñar las intervenciones colectivas. Vamos a abordar estos problemas y procurar encontrarles alguna solución tentativa.

2.1. Retórica, lenguaje y discurso

Claramente, la retórica, tanto en su tradición “clásica” como en la “nueva”, no se reduce al uso de las figuras retóricas, que es el único aspecto que pareciera recuperar Laclau

en sus teorizaciones. La retórica también incluiría otra serie de operaciones claves como el empleo de razonamientos retóricos o entimemas, la construcción de complejos de cláusulas y la utilización del discurso epidíctico. Personalmente, considero que estas operaciones juegan un papel clave en la construcción de la hegemonía, pero por problemas de espacio no podré desarrollarlo ahora.⁷

Sin embargo, acuerdo con Kaplan en el sentido de que esta limitación de la retórica a sus figuras encierra un problema más profundo que se vincula al mantenimiento de una concepción estructuralista del lenguaje. Kaplan afirma que “el problema con la teoría de Laclau de la retórica no es que ‘reduce’ la retórica a los tropos [...] sino que el residuo estructuralista de Laclau se mantiene en sus modificaciones deconstructivas y lo conduce a situar a la eficacia retórica en el lugar equivocado” (KAPLAN, 2010, p. 277). Por el contrario, para este autor debería jerarquizarse el papel de lo que él llama la “forma”, o el locus discursivo del nexo entre las funciones pragmáticas y metapragmáticas del lenguaje. Kaplan piensa que no debe abandonarse la teorización de Laclau que le otorga centralidad a la catacrisis, pero que “su teoría debe ser suplementada”, en especial considerando la *forma discursiva*. “Por lo cual hay que revisar el pasaje entre las dimensiones ontológicas y ónticas de la retórica en la teoría de Laclau” (KAPLAN, 2010, p. 267).

Es decir, que las objeciones sobre el lugar de la retórica se vinculan con la crítica a la relación entre lo ontológico y lo óntico en las teorizaciones de Laclau. Recordemos que Howarth (2008) ha criticado a Laclau el haberse centrado demasiado en el nivel ontológico y dejado indeterminado el plano óntico. Ante lo cual Laclau simplemente ha respondido que sí, que esa era su preocupación (LACLAU, [2004] 2008, pp. 396-398).⁸

Entonces, habría que repensar la teoría del lenguaje en Laclau, pues no termina de romper con el estructuralismo. Pienso que sería más coherente con el conjunto de teorizaciones de Laclau una concepción de la realidad lingüística que negase su realidad por fuera de lo discursivo, en tanto realizaciones ónticas donde el lenguaje es empleado concretamente. En este sentido, podemos decir que la realidad discursiva no es solo una cuestión ontológica, sino que el propio ser del lenguaje implica su concreción discursiva (óntica). Y estas concreciones son inescindibles del sujeto que las emite y de sus intencionalidades comunicativas. No hay lenguaje por fuera del discurso y la comunicación.

⁷ En *El arte de la retórica* de Aristóteles (2005) era muy claro el papel central de los razonamientos retóricos y del discurso epidíctico. En relación con el papel de la utilización de los complejos de cláusulas, puede consultarse Balsa (2014). En próximos trabajos abordaremos más específicamente el lugar de los entimemas y del discurso epidíctico.

⁸ Para una distinción analítica entre estos dos niveles, y un tercero referido a las identidades sociales, véase Retamozo (2011). Personalmente, no acuerdo en la distinción de este tercer nivel.

Cabe aclarar que reconocer el papel del sujeto no implica pensar al mismo como consciente de las limitaciones que le genera estar inmerso en determinadas formaciones discursivas, o tampoco creer que puede controlar la totalidad de los efectos de sus enunciaciones (no debe confundirse intencionalidad con omnipotencia).

Por lo tanto, necesitamos de una concepción del lenguaje alejada del estructuralismo en tanto fundamento último del mismo. Creo que, tal como Laclau y Mouffe ([1985] 1987) plantean, es más fructífera la concepción de Wittgenstein de que “el significado de una palabra es su uso en el lenguaje” (WITTGENSTEIN, [1953] 2008, p. 61). Personalmente, considero que esta concepción del lenguaje resulta más clara en las teorizaciones (anti-saussurianas) de Voloshinov y Bajtín. Esta perspectiva permite pensar al lenguaje como una permanente lucha por las significaciones, lo cual también posibilita conceptualizar a la hegemonía no como una mera presencia (o ausencia) sino como constantes luchas por la hegemonía. De este modo, evitamos un enfoque estructuralista-ontológico del lenguaje como pre-existente a las disputas concretas-ónticas (y subjetivas e intencionales) que se dan en el discurso. Adicionalmente, este enfoque se puede articular con las elaboraciones de la retórica, tanto clásica como “nueva”. Como ha planteado Pistori (2013), del mismo modo que la retórica, Voloshinov y Bajtín proponen considerar el lenguaje en tanto discursos situados y pensando cada género en su especificidad y sus finalidades (BAJTÍN, 1985).⁹ Además, como retoma esta autora, explícitamente ellos sostienen que “un enunciado de la vida real en cuanto un todo pleno de sentido se compone de dos partes: 1) de una parte realizada verbalmente y 2) del sobreentendido. Es por eso que se puede comparar un enunciado de la vida real con un ‘entimema’” (VOLOSHINOV/BAJTÍN, [1926] 1997, p. 115).

A la perspectiva de Voloshinov/Bajtín, proponemos complementarlas con las elaboraciones de Foucault y de Halliday, junto con las observaciones de Fairclough vinculando esta perspectiva con las teorías de la hegemonía.¹⁰ Hemos elaborado esta perspectiva en un texto reciente (BALSA, en prensa_c). Aquí, simplemente rescataremos que de las teorizaciones de Halliday, retomamos la concepción del sistema lingüístico como una amplia serie de opciones léxicas y gramaticales que están abiertas para que el/la hablante opte por unas, y deje de lado otras, otorgando una particular significación a su enunciación (HALLIDAY, 2004).

⁹ De todos modos, es posible encontrar también en Bajtín varias valoraciones críticas acerca de la retórica. Sobre estas tensiones y su posible resolución, puede consultarse Pistori (2013).

¹⁰ De Foucault retomamos especialmente sus sistematizaciones presentes en *La arqueología del saber* (1969), y en *El orden del discurso* (1973). Un análisis del uso del concepto de hegemonía en el análisis del discurso, y de Fairclough en particular, puede encontrarse en BALSA (en prensa_a).

Ahora bien, no todas las opciones resultan igualmente percibidas por los/as oyentes o lectores/as. Existen formas típicas de nombrar determinadas cosas y también modos relativamente comunes de construir sintácticamente la descripción de determinadas situaciones. Desde la denominada “Nueva Retórica”, Perelman y Olbercht-Tyteca (1989, p. 270) afirman que las figuras retóricas implican un empleo que se aleja de la forma normal de expresarse. En cuanto a la sintaxis, Halliday ha planteado la existencia de “metáforas gramaticales”, cuando un tipo de proceso asume la realización grammatical típica de otro (HALLIDAY, 2004, cap. 10). Por lo tanto, lo opuesto a las figuras retóricas no sería lo literal (en tanto, “reflejo” de la realidad), sino la enunciación típica sobre un objeto y, por lo tanto, lo que no es percibido como “marcado”.

Gracias a esta concepción de las figuras retóricas y de las “metáforas gramaticales” como formas típicas de enunciación, podemos arribar a una idea de retórica que evite caer necesariamente en el concepto de “retoricidad total” en el que termina Laclau, como imprescindible contrapunto con la posibilidad de un lenguaje “literal”.

2.2. Retórica, objetividad y ambigüedad

62

De este modo, podemos diferenciar las figuras retóricas de las formas típicas, en tanto hegemónicas, de nombrar y construir discursivamente la realidad. Todas las operaciones discursivas están preñadas de la lucha por el poder, tanto las que reproducen el *status quo* al describir la realidad con los significantes más típicos, como las opciones que emplean nuevas formas (que pueden ser percibidas como metafóricas o metonímicas). Ninguna es neutral, más allá de que el éxito hegemónico sea que solo estas segundas formas sean percibidas como “politizadas” o “ideologizadas”.

De este modo, el lugar de la retórica sería el de intervenir en la lucha por las significaciones. Y, analíticamente, podemos diferenciar esta intervención en dos tipos de acciones (aunque en la dinámica sociodiscursiva ambas acciones se encuentran yuxtapuestas). Por un lado, están aquellas acciones que procuran persuadir acerca de cuál es la mejor posición sobre un asunto controversial (este ha sido el lugar original de la retórica, vinculada a la argumentación sobre cuestiones en debate político y/o judicial). Y, por otro lado, la retórica despliega operaciones que buscan modificar la percepción sobre qué existe en la realidad, poniendo en discusión la descripción de los “hechos”.

En términos de la teoría de la “nueva retórica”, habría dos tipos de objetos en los acuerdos en torno a lo que se acepta como punto de partida de los razonamientos, que son la

base de los procesos argumentativos. Por un lado, están los acuerdos acerca de lo que se considera lo *real*, que comprendería los hechos, las verdades y las presunciones. Cabe aclarar que este concepto de “lo real” de la “nueva retórica”, no tiene ninguna relación con el concepto lacaniano de “lo Real”, que es retomado por Laclau. Y, por otro lado, estaría lo *preferible*, que englobaría los valores, las jerarquías y los lugares comunes (*topoi*).

La primera cuestión implica sostener que existirían “hechos” que “se sustraen, al menos provisionalmente, a la argumentación” (PERELMAN y OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p. 122). De modo similar, se precisa el concepto de verdad: “se habla de *hechos* cuando se alude a objetos de acuerdo precisos, limitados; en cambio, se designará preferentemente con el nombre de *verdades* los sistemas más complejos, relativos a enlaces entre hechos, ya se trate de teorías científicas o de concepciones filosóficas o religiosas que trascienden la experiencia” (PERELMAN y OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p. 124). También existen *presunciones*, que del mismo modo gozan de acuerdo universal, pero con una adhesión no extrema, por lo cual requieren de otros elementos que las refuercen, y que están vinculadas a lo normal y a lo verosímil (PERELMAN y OLBRECHTS-TYTECA, 1989, pp. 125-127).

Por otro lado, estarían los juicios de valor. Aunque, como los propios Perelman y Olbrecht-Tytcera reconocen, “los juicios de valor, e incluso los sentimientos puramente subjetivos, pueden transformarse, por artificios de presentación, en juicios de hecho”. Por ejemplo, la frase nominal puede utilizarse para sugerir el estatuto de hecho (PERELMAN y OLBRECHT-TYTECA, 1989, p. 286).

Visto desde una perspectiva foucaultiana, como hemos analizado en otro trabajo (BALSA, 2017), los discursos forman sistemáticamente los objetos de los que hablan y este conjunto de objetos es la base de cada formación discursiva. Estas consideraciones presentan múltiples puntos de contacto con la idea de “objetividad” de Gramsci, como aquello que ha sedimentado sentido común y, por lo tanto, queda fuera de discusión, y es percibido como “realidad”. A través de la hegemonía, lo arbitrario se vuelve “objetivo”, es decir, que queda fuera de discusión, y los sujetos lo consideran descripciones verdaderas del mundo que, por lo tanto, resultan operativas para guiar la conducta. Y al funcionar de modo intersubjetivo tienen eficacia no solo individual, sino social, tanto en el presente como guía para la acción futura.¹¹ Si bien Laclau no parece haber prestado atención a estas elaboraciones de Gramsci, sus conceptualizaciones sobre la objetividad presentan muchos puntos de contacto con ellas. Así, sostiene que “lo instituido tiende a asumir la forma de una mera presencia objetiva. Este es el

¹¹ Para más detalles sobre la concepción de objetividad en Gramsci puede consultarse Balsa (2018).

momento de la sedimentación” (LACLAU, [1990] 1993, p. 51). Pero, “las huellas de esta exclusión [de alternativas] estarán siempre presentes de un modo u otro”. En el caso en que la sedimentación es muy completa, “el carácter contingente de este privilegio, su dimensión *originaria* de poder, no resulta inmediatamente visible.” De este modo, “las formas sedimentadas de la ‘objetividad’ constituyen el campo de lo que denominamos ‘lo social’”. Por el contrario, “el momento del antagonismo [...] es lo que constituye el campo de ‘lo político’” (LACLAU, [1990] 1993, pp. 51-53).

En fin, aquello que, por un triunfo en la lucha por la hegemonía, ha sedimentado como sentido común y, por lo tanto, ha queda fuera de discusión, es al mismo tiempo lo que se aparece como no metafórico, como no retórico. Es decir, se podrían distinguir entre enunciaciones típicas (formas de describir la realidad que son percibidas como “no marcadas”) y otras enunciaciones que se interpretan como “retóricas”. Y, si el objetivo fuera modificar la base de objetos instaurados por una formación discursiva como fuera de debate, las operaciones retóricas resultarían de suma utilidad para producir las desestabilizaciones y los deslizamientos semánticos necesarios para esta tarea. Pero, a su vez, esta base objetual, en la medida en que se la quiera, estratégica o tácticamente, aceptar (no poner en cuestión), puede convertirse en el punto de apoyo para criticar las operaciones retóricas de los/as dominadores. No toda operación retórica tendría la misma legitimidad. Obviamente, no hablamos de una legitimidad en abstracto, sino desde una crítica política emancipatoria, que podría contar con cierta base lógico-argumentativa para impugnar los “excesos” retóricos que, en su límite, se convierten en abiertas “fake news”. Pensar en grados de retoricidad y en el reconocimiento de cierta base de significaciones sedimentadas (que quedarían relativamente fuera de la retoricidad) que pueden no ponerse en discusión, habilita la crítica, al tiempo que no requiere postular ni la literalidad de un lenguaje “objetivo”, ni implica la búsqueda de una sutura imposible.

Con cierta vinculación con esta capacidad crítica, encontramos una importante diferencia en el lugar de las figuras retóricas en las elaboraciones de Gramsci y de Laclau. En este último, la idea de “retorización total” le ha impedido postular un análisis crítico del uso de las metáforas. En cambio, si bien Gramsci reconoce el carácter metafórico del lenguaje, por lo cual no corresponde invalidar el uso de metáforas en el discurso crítico, va a proponer procurar controlar su sentido y la utilidad de su empleo. Gramsci critica a Bujarin su idea de un empleo metafórico de los términos “inmanencia” e “inmanente” por parte de Marx y de Engels como algo que puede dejarse de lado, pues según Bujarin su uso era “solo en sentido metafórico”. Esta cuestión motiva a Gramsci a reflexionar en torno de “la cuestión de las

relaciones entre el lenguaje y las metáforas”, destacando que la cuestión “no es simple, sino todo lo contrario”. Gramsci sostiene que “el lenguaje es, entre tanto, siempre metafórico”, tal como lo ha analizado (IVES, 2009, pp. 534-535). Como mínimo se puede plantear que “el lenguaje actual es metafórico con respecto a los significados y al contenido ideológico que las palabras han tenido en los anteriores períodos de la civilización”. Y concluye que “es imposible [...] quitar al lenguaje sus significados metafóricos y extensivos” (GRAMSCI, 1999, CC 11 (24) pp. 285-286).

Sin embargo, Gramsci no deja de señalar que el analista crítico no debe confundir las metáforas con los conceptos que intenta desarrollar para dar mejor cuenta de la realidad. Se debe procurar controlar sus orígenes. Así, Gramsci plantea que “la expresión tradicional de que la ‘anatomía de la sociedad está constituida por su ‘economía’ es una simple metáfora tomada de las discusiones que tuvieron lugar en torno a las ciencias naturales y a la clasificación de las especies animales”. Incluso reconoce que “la filosofía de la praxis, proponiéndose reformar intelectual y moralmente a estratos sociales culturalmente atrasados, recurre a metáforas a veces ‘groseras y violentas’ en su popularidad”. Por todo lo cual, sentencia que “es útil precisar los límites de la metáfora misma, o sea para impedir que ésta se materialice y se mecanice” (GRAMSCI, 1999, CC11, 50, p. 322).

Esta perspectiva se distancia del análisis de Laclau excesivamente centrado en la efectividad de las operaciones retóricas como único elemento de su valoración. Pareciera, por ejemplo, que si un significante vacío es eficaz como eje de la construcción de hegemonía, esto lo convierte en algo valorable, independientemente del efecto político que tenga en términos emancipatorios. En otros trabajos (BALSA, 2011 y BALSA, en prensa_b), hemos analizado como ya en Marx está presente la interpretación de la capacidad interpelativa en términos de significantes vacíos (MARX, [1850] 1973, pp. 89-90). Sin embargo, en Marx este análisis se combina con una crítica a las falsas ilusiones que esto genera. Por este motivo, tendrían un impacto negativo sobre las dinámicas emancipatorias.

Ahora bien, en el extremo opuesto de esta cuestión, ni Marx ni Engels pudieron extraer las consecuencias políticas que se derivarían del abandono del uso de algunos significantes ambiguos, como “pueblo”, con su enorme capacidad interpelativa, tanto para construir una unidad de los sectores populares, como para disputar la legitimidad democrática.¹² Esto conduce a una cuestión más general: cómo abordar el problema de

¹² Arthur Rosenberg va a analizar cómo con una excesiva crítica al concepto de “pueblo”, el marxismo va a terminar regalando este significante a la burguesía. Según el agudo análisis de Rosenberg, “la fuerza y la debilidad del antiguo movimiento democrático se hallaba en el hecho de que había sido una movilización del

emplear significantes ambiguos de gran capacidad interpelativa para construir colectivos mayoritarios, sin perder por ello capacidad de análisis crítico acerca de la diversidad de intereses que se aglutan en torno a ellos. Una problemática que, a su vez, se vincula con el papel del sujeto de enunciación en la retórica: el *retor*, en general ausente en las elaboraciones de Laclau.

2.3. Agentividad, retórica y exterioridad relativa del sujeto

Kaplan plantea que “la determinación de las políticas como luchas hegemónicas parecen requerir de un tipo de agentividad retórica que la propia teoría el discurso de Laclau explícitamente impide” (KAPLAN, 2010, p. 255). Personalmente, pienso que Laclau ha procurado dotar al sujeto de cierta agentividad, aunque en la mayoría de sus obras esta cuestión se encuentra ausente. En *Hegemonía y estrategia socialista*, señalan que “el sujeto hegemónico debe ser parcialmente exterior a lo que articula –de lo contrario no habría articulación alguna–; pero, esa exterioridad no puede ser concebida como la existente entre dos niveles ontológicos diversos” (LA CLAU y MOUFFE, [1985] 1987, p. 155). En particular, en “Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo”, Laclau guarda todo un lugar para el sujeto, en tanto que es el sujeto el que, en el marco de una determinada estructura, toma una decisión que cancela diversas alternativas y establece la “objetividad” de una de ellas (LA CLAU, [1990] 1993, p. 47).¹³ Sin embargo, en debate con Butler y Zizek, Laclau establece “distancias con el ‘decisionismo’: el sujeto que toma la decisión es sólo parcialmente un sujeto; él también es un escenario de prácticas sedimentadas que organizan un marco normativo que opera como una limitación sobre el horizonte de opciones” (LA CLAU, [2000] 2003a, p. 90).

Lo cierto es que Laclau no le otorga al sujeto en sus teorizaciones sobre la retórica el lugar que se desprendía de estas reflexiones. Es que, como señala Kaplan, el ubicar a “la catacresis como el tropo paradigmático de la retoricidad ontológica” deriva en la pasivización. Por lo tanto, por ejemplo, un elemento clave de la teoría de Laclau, como es el enemigo, “emerge radicalmente de operaciones discursivas impersonales fuertemente y necesariamente

‘pueblo’.” Esto explicaría “por un lado, la nebulosidad verbal de la mayor parte de los antiguos demócratas sobre el problema social; pero, por el otro, también la apasionada energía que tenía unidos bajo una sola bandera democrática a obreros y campesinos, artesanos y estudiantes” (ROSENBERG, [1938] 1981, p. 164)

¹³ “[...] el sujeto no es otra cosa que esta *distancia* entre la estructura indecidible y la decisión”; y “la decisión tiene, ontológicamente hablando, un carácter fundante tan primario como el de la estructura a partir de la cual es tomada, ya que no está determinada por esta última” (LA CLAU, [1990] 1993, p. 47).

indiferentes de los intentos estratégicos para acelerar lo que puede o no puede suceder en cada caso” (KAPLAN, 2010, p. 264).¹⁴

Podemos concluir que no hay un *retor* en Laclau. Nunca aparece un sujeto que, desde cierta exterioridad, ejecuta operaciones retóricas para persuadir, para construir identidades que consoliden su posición dominante. Formular esta crítica no implica pensar en operaciones sencillas, transparentes y que permitirían al sujeto mantenerse completamente al margen de las mismas. Es que esta exterioridad no es algo fácil de construir y, menos aún, de mantener. Así, por ejemplo, en su análisis sobre Luis Bonaparte, Marx analiza la dificultad de la exterioridad en relación con estas operaciones retóricas. Como dicen Fairclough y Graham (2002, p. 39), Bonaparte logró ver la “performance”, la farsa mítica, de los políticos burgueses y se aprovechó para manipularlos. Sin embargo, para Marx, Bonaparte cayó finalmente en su propia trampa al terminar creyéndose el papel que se había reservado, fue víctima de sus propias frases, de los elementos de su propia retórica:

67

En un momento en que la misma burguesía representaba la comedia más completa, pero con la mayor seriedad del mundo [...], tenía que vencer por fuerza el aventurero que tomase lisa y llanamente la comedia como tal comedia. Sólo después de eliminar su solemne adversario, cuando él mismo toma en serio su papel imperial y cree representar, con su careta napoleónica, al auténtico Napoleón, solo entonces es víctima de su propia concepción del mundo, el payaso serio que ya no toma a la historia universal por una comedia, sino su comedia por la historia universal (MARX, [1852] 1973, p. 81).

El problema que emerge es que para que estas operaciones sean persuasivas, tiene que existir cierta creencia en las mismas por parte del orador, y, por lo tanto, es difícil mantener esta exterioridad (incrédula, casi cínica), tal como le termina pasando a Luis Bonaparte. Y este problema es mucho mayor en el caso de sujetos políticos colectivos, que tienen que compartir y consustanciarse con estas creencias. Por ejemplo, existiría una tensión entre la eficacia interactiva del significante “pueblo” y un conocimiento más ajustado de la dinámica social, si se la conceptualiza en términos de “clases” (pero que puede resultar menos convocante).

El interrogante sería cómo construir operaciones retóricas que persuadan de determinadas creencias y, más específicamente, de la universalidad de intereses que los enunciadores saben que son particulares de su propio grupo. Creemos que la carencia de una

¹⁴ Incluso, señala Kaplan (2010, p. 272) que es muy difícil comprender qué quiso plantear Laclau con las ideas de “intervención” y de “estrategia” en uno de los pocos párrafos donde hace referencia a la agentividad: “[...] porque hay Narrativa (Récit) hay estrategia. Pero como la identidad de los agentes de la estrategia no es dada de antemano, siempre tendremos movimientos estratégicos a corto plazo, no anclados en ninguna escatología” (LACLAU, [2008] 2013, p. 97).

teorización al respecto ha derivado en la ausencia de elaboraciones laclauianas acerca de la organización política (y una excesiva centralidad de la figura del líder) y sobre las formas de elaboración colectiva de una discursividad/propuesta populista de izquierda. Es decir, cómo lograr cierta claridad argumentativa (lo que requeriría menores niveles de ambigüedad retórica) y una dinámica de debate democrático (menos centralidad de las “genialidades” retóricas del/la líder) al interior de una fuerza política que permita diseñar una estrategia emancipatoria.

Reconocer la dificultad de la posición de exterioridad, no implica negar el requisito de la idea de estrategia o, al menos, de tácticas retóricas de persuasión. La concepción de la retórica, tanto clásica como de la “nueva retórica”, requiere de la existencia de un sujeto que maneje tácticamente, desde cierta exterioridad relativa, los recursos retóricos. Y ese es un problema para la acción política. Justamente, sería importante recuperar de la retórica su papel en el lenguaje entendido como discursividad intencional, en un juego comunicativo y persuasivo a la vez (no como dos intensiones que puede separarse claramente, como podría interpretarse de la propuesta de Habermas). Una cuestión que, en términos de Frosini, nos coloca en “los límites de la hegemonía”. Así,

68

[...] la inestabilidad de la hegemonía está en que surge positivamente del reconocimiento del hecho de que el ‘sujeto real’ son las relaciones sociales (ausencia de jerarquías dadas de antemano, de allí la extrema productividad de la dinámica social –en una palabra: la modernidad), pero es al mismo tiempo obligada a reducir la subjetividad a un solo lugar de las relaciones sociales, determinando una incoherencia constante entre lo que ella solicita y lo que ella tolera, un excedente constante del sujeto real respecto al sujeto representado (FROSINI, 2009, p. 119, traducción propia).

Considero que Gramsci podría ayudar a trascender esta tensión o, al menos, a transitarla. Por una cuestión de espacio no podemos abordar esta cuestión aquí, simplemente diremos que este tránsito podría procurar la construcción un lenguaje compartido por todos, que combine eficacia en hablar el lenguaje y el “sentir” populares, con el objetivo de lograr una conciencia crítica que describa la realidad de maneras más correctas y emancipatorias. Y todo ello en procura de lograr una dinámica política, primero al interior de la fuerza política propia, pero luego hacia el conjunto de la sociedad, en la que se tienda a disolver la dicotomía entre dirigentes y dirigidos. De modo que, las ambigüedades e imprecisiones que surgen de las operaciones retóricas deberían de reducir su papel a lo largo del proceso emancipatorio, sin por ello negar la efectividad interactiva que podrían tener inicialmente. Obviamente, por los motivos que hemos analizado, todas estas cuestiones no han podido ser conceptualizadas por Laclau.

Reflexiones finales

Como hemos podido ver, la retórica ocupa un lugar central en las teorizaciones de Ernesto Laclau, especialmente por la necesidad de las figuras retóricas (usadas de modo desplazado) para construir las cadenas equivalenciales y para potenciar el componente afectivo del vínculo político. Sin embargo, existen una serie de problemas en la precisión del papel de la retórica en sus elaboraciones que han determinado un escaso uso de la misma en los análisis desarrollados por la tradición laclausiana de investigación y también han dificultado incorporar estas reflexiones sobre la retórica a la hora del diseño de propuestas políticas emancipatorias.

Para avanzar sobre estas dificultades hemos propuesto revisar dos cuestiones. En primer lugar, postulamos la incorporación de una concepción del lenguaje que consideramos más acorde con la perspectiva de Laclau y que retoma las elaboraciones de Voloshinov/Bajtín, de Halliday y de Foucault. Esto nos conduce a pensar el lenguaje como un acontecimiento social de interacción discursiva, llevada a cabo mediante la enunciación y plasmada en enunciados, considerados como elecciones dentro de un sistema de opciones. Y, en esta línea, la significación es concebida como un proceso que recién se termina de construir en el proceso de interacción.

Específicamente, estas concepciones del lenguaje posibilitan pensar en grados de retoricidad y, sin necesidad de postular un grado cero o una literalidad básica, permiten distinguir entre enunciaciones típicas (formas de describir la realidad que son percibidas como “no marcadas”) y otras enunciaciones que se interpretan como “retóricas”, y que pueden ser, por su exceso y por su intencionalidad dominadora, criticadas desde una posición política emancipatoria.

Además, esta perspectiva conduce a reconocer la presencia de un/a agente o *retor* que emplea estos recursos como tácticas en el marco del despliegue de una estrategia persuasiva. Y, esta idea de estrategia posibilita conceptualizar la tensión que surge entre la elaboración de una retórica persuasiva que hace uso de la ambigüedad y su posible eficacia interactiva, y la necesidad de la participación conciente de colectivos políticos que procuren un conocimiento más ajustado de la dinámica social para el diseño de una estrategia emancipatoria. Considero que esta es una tensión ineludible, pero que solo su reconocimiento permitirá su progresiva reducción.

Creemos que con estas correcciones y agregados será posible una mejor teorización sobre el papel de la retórica en una teoría de la hegemonía. Además, esperamos que estos

aportes permitan reflexionar sobre los problemas y las virtudes de las operaciones retóricas dentro de una estrategia política emancipatoria.

Referencias

- ARISTÓTELES (2005). *El arte de la retórica*. Buenos Aires: EUDEBA.
- BAJTÍN, M. M. (1985). “El problema de los géneros discursivos”. In: BAJTÍN, M. M. *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI.
- BALSA, Javier (2011). “Aspectos discursivos de la construcción de la hegemonía”. *Identidades*, 1. Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco.
- _____. (2014). “Los complejos de cláusulas como herramientas en la lucha por la hegemonía: una aplicación al discurso de Manuel Fresco a los chacareros en la Argentina de 1936”. *Rétor*. Buenos Aires: Asociación Argentina de Retórica. vol.4 n°1; pp. 1-19.
- _____. (2017). “Formaciones y estrategias discursivas, y su dinámica en la construcción de la hegemonía. Propuesta metodológica con una aplicación a las disputas por la cuestión agraria en la Argentina de 1920 a 1943”. *Papeles de trabajo* (UNSAM), 11 (19), pp. 231-260.
- _____. (2018). “La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el Cuaderno 11”. *International Gramsci Journal*, Volume 2, Issue 4.
- _____. (en prensa_a). “The Concept of Hegemony in Discourse Analysis”, in M. Badino and P. Omodeo (eds.). *Cultural Hegemony in Scientific World: Gramscian Concepts for the History of Science*. (Historical Materialism book series). Leiden: Brill.
- _____. (en prensa_b). “Lenguaje y política en *El 18 Brumario de Luis Bonaparte* de Karl Marx”. *Marx e os marxismos*.
- _____. (en prensa_c). “Aportes para una base lingüística de la teoría de la hegemonía”. *Tram(p)as*.
- FAIRCLOUGH, Norman (2003). *Analysing Discourse*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, Norman y Phil GRAHAM (2002). “Marx as a Critical Discourse Analyst: The genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital “. *Sociolinguistic Studies, Estudios de Sociolingüística*. vol 3 (1) pp. 185-229.
- FERNÁNDEZ, Viviana (2009). *Diccionario práctico de figuras retóricas y términos afines*. Buenos Aires: Albricas.
- FOUCAULT, Michel (1969). *La arqueología del saber*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- _____. (1973). *El orden del discurso*. Buenos Aires: Tusquets.
- FROSINI, Fabio (2009). “Egemonia e verità: sulla critica di Laclau a Gramsci”. In: FROSINI, Fabio. *Da Gramsci a Marx. Ideologia, verità e politica*. Roma: DeriveApprodi, pp. 105-120.
- GLYNOS, J. y D. HOWARTH (2007). *Logics of Critical Explanations in Social and Political Theory*. Londres: Routledge.
- GRAMSCI, Antonio (1999). *Cuadernos de la Cárcel*. México: Editorial Era.

HALLIDAY, M.A.K. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. Third Edition. Londres: Hodder.

KAPLAN, Michael (2010). “The Rhetoric of Hegemony: Laclau, Radical Democracy, and the Rule of Tropes”. *Philosophy & Rhetoric*. Vol. 43, No. 3, pp. 253-283

HOWARTH, David (2008). “Hegemonía, subjetividad política y democracia radical”. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (comp.): *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

IVES, Peter (2009). “Metafora”. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario Gramsciano, 1926-1937*. Roma: Carocci, pp. 534-536.

LACLAU, Ernesto [1977] (1978). *Política e ideología en la teoría marxista*. México: Siglo XXI.

_____. [1979] (1985a). “Ruptura populista y discurso”. In: LABASTIDA MARTÍN DEL CAMPO, Julio (coord.). *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina (Seminario de Morelia)*. Comunicación presentada en el coloquio sobre “Texte et Institution” en la Université du Québec à Montréal. México: Siglo XXI, pp. 39-44.

_____. [1980] (1985b). “Tesis acerca de la forma hegémónica de la política” In: L. M. DEL CAMPO, Julio (coord.). *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina (Seminario de Morelia)*. México: Siglo XXI, pp. 19-38.

_____. [1981] (1986). “Discurso, hegemonía y política: consideraciones sobre la crisis del marxismo” In: L. M. DEL CAMPO, Julio (coord.). *Los nuevos procesos sociales y la teoría política contemporánea (Seminario de Oaxaca)*. México: Siglo XXI, pp. 30-40.

_____. [1990] (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. [1995] (1996). *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel.

_____. [1998] (2002). “Política de la retórica”. In: LACLAU, Ernesto. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, pp. 57-99.

_____. [2000] (2003a). “Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas”. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, pp. 49-93.

_____. (2003b). “Cataresis y metáfora en la construcción de la identidad colectiva”. *Phrónesis – Revista de filosofía y cultura democrática*; año 3; nº 9; verano 2003, pp. 1-6.

_____. [2004] (2008). “Atisbando el futuro”. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (comp.). *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, pp. 347-404.

_____. [2004] (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

_____. [2008] (2013). “Articulación y límites de la metáfora”. In: LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, pp. 69-97.

LACLAU, Ernesto y MOUFFE, C. [1985] (1987). *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

MARX, Karl [1850] (1973). *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Buenos Aires: Anteo.

_____. [1852] (1973). *El dieciocho brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: Editorial Anteo.

PERELMAN, Chaïm y Lucie OLBRECHTS-TYTECA (2006). *Tratado de la argumentación*. La nueva retórica. Madrid: Gredos.

PISTORI, Maria Helena Cruz (2013). “Mikhail Bakhtin e retórica: um diálogo possível e produtivo”. *Rétor*, 3 (1), pp. 60-85.

RETAMOZO, Martín (2011). “Tras las huellas de Hegemón. Usos de hegemonía en la teoría política de Ernesto Laclau”. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, nº 55 (octubre-diciembre, 2011); pp. 39 – 57.

ROSENBERG, Arthur [1938] (1981). *Democracia y socialismo*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 86.

VOLOSHINOV, V. y M.M. BAJTÍN [1926] (1997). “La palabra en la vida y la palabra en la poesía. Hacia una poética sociológica”, en M.M. Bajtín. *Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos*. San Juan de Puerto Rico: Anthropos, pp. 106-134.

VOLOSHINOV, Valentin [1929] (1992). *El marxismo y la filosofía del lenguaje*. Madrid: Alianza.

WITTGENSTEIN, Ludwig [1953] (2008). *Investigaciones filosóficas*. Crítica: Barcelona.

Abstract

This paper analyzes the central role that Ernesto Laclau gives to rhetoric within his theory of hegemony. In addition, certain problems that have been derived from the conception of language in Laclau and from his idea of “total rhetoricity” are considered. These problems constrain the critical analysis of the use of rhetorical figures and some limitation to think about the agentivity of the subjects, particularly in their role of *retor*. Finally, we postulate the need to think about degrees of rhetoric and the recognition of a certain base of sedimented meanings, that would allow criticism, without demanding the literality of an “objective” language, nor imply the search for an impossible suture.

Keywords: Laclau; Rhetoric; Hegemony; Critic.

73

Resumo

Este artigo analisa o papel central que Ernesto Laclau atribui à retórica em sua teoria da hegemonia. Além disso, são considerados certos problemas que derivam da concepção de linguagem em Laclau e de sua ideia de “retoricidade total” que impedem a análise crítica do uso de figuras retóricas e alguma limitação para pensar a agentividade dos sujeitos, em particular em seu papel de *retor*. Finalmente, postulamos a necessidade de pensar em graus de retoricidade e no reconhecimento de uma certa base de significações sedimentadas, que permitiriam a crítica, sem exigir a literalidade de uma linguagem “objetiva”, nem implicar a busca de uma sutura impossível.

Palavras chaves: Laclau; Retórica; Hegemonia; Crítica.

A lógica do social e a lógica do político: uma abordagem alternativa para a compreensão da intervenção do judiciário na política

Social logics and political logics: an alternative approach for understanding judicial intervention on politics

La lógica del social y la lógica del político: una visión alternativa para la comprensión de la intervención del poder judicial en la política

Recebido em 17-09-2019
Modificado em 20-10-2019
Aceito para publicação em 28-11-2019

74

Igor Suzano Machado 
ORCID: 0000-0003-4843-9664

Bacharel em Direito (FDV). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFES). Mestre em Sociologia (IUPERJ). Doutor em Sociologia (IESP-UERJ). Professor Adjunto de Sociologia (UFES). E-mail: igorsuzano@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca se debruçar sobre a chamada judicialização da política, articulando categorias da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para compreender o fenômeno sob os conceitos de “social” e “político” desenvolvidos pelos autores. Para atingir seu objetivo, o artigo contextualiza o problema, apresenta sumariamente os principais conceitos desenvolvidos pelos autores utilizados e usa exemplos práticos e a contraposição a outras teorias para argumentar a respeito da utilidade do uso do referencial teórico apresentado. Por fim, são tecidas considerações metodológicas e normativas a respeito da adoção da perspectiva que o artigo defende.

Palavras-chave: Judicialização da Política; Teoria do Discurso; Laclau e Mouffe; Hegemonia.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução: a controvérsia acerca da judicialização da política

Na década de 1990, C. Neal Tate e Torbjörn Vallinder sumarizaram alguns esforços intelectuais para compreender um novo contexto político que eles chamaram de “*A expansão global do poder judicial*” (TATE; VALLINDER, 1995). Nesses estudos, uma categoria explicativa surgiu e se tornou parte do vocabulário atual das ciências sociais em seus estudos sobre a intervenção dos tribunais na política: a categoria de “judicialização da política”. A judicialização, portanto, significa a obliteração das fronteiras entre Judiciário e demais poderes, com os juízes decidindo assuntos políticos e os poderes Executivo e Legislativo utilizando métodos típicos do poder Judiciário, ou ainda, recrutando membros do judiciário para suas composições internas, como ministérios. Essa segunda dimensão da judicialização não será diretamente focada aqui. Na verdade, eu pessoalmente prefiro o termo “tribunalização da política”, formulado por José Eisenberg (2003), para se referir a esse fenômeno. Sob essas diretrizes, eu gostaria de concentrar a minha reflexão sobre a “judicialização da política” nos termos de tribunais, assumindo algumas zonas de tomada de decisão tradicionalmente delegadas a instituições do governo que se espera serem mais políticas, como o parlamento e a presidência da república.

Nesse contexto de judicialização, os juízes ganham mais poder na política. Um exemplo é o chamado “judicial review”, isto é, o controle de constitucionalidade das leis pelo Judiciário, no qual os juízes podem descartar regras aprovadas pelo legislador que não se encaixem na ordem constitucional vigente. Para além de uma observação analítica, essa expansão do poder judicial também é um objeto de controvérsia na teoria política normativa. É por isso que esse avanço de juízes no campo da política é por vezes caracterizado negativamente pela categoria de “ativismo judicial”. Trata-se de uma tentativa de destacar a inadequação dessa intervenção na política por um grupo que não está bem equipado para isso – por exemplo, que não é escolhido por um pleito democrático. Cabe ressaltar que existem ainda autores que entendem essa expansão do poder judicial na política não como um fenômeno novo, que deve ser interrompido ou celebrado, mas apenas uma constatação das ciências sociais acerca de um poder que os juízes sempre tiveram. Por exemplo, contra o uso da categoria de judicialização, Koerner *et al.* (2011) defendem que os juízes e os tribunais sempre desempenharam um papel importante na política brasileira.

Conforme destaca Ran Hirschl (2008, pp. 119-123), a expressão ‘judicialização da política’ tornou-se uma espécie de termo “guarda-chuva”, utilizado para representar uma

miríade de situações distintas. Ela se debruça, segundo o autor, especialmente sobre três processos inter-relacionados. Primeiramente, no nível mais abstrato, refere-se à disseminação do discurso, jargão, regras e processos jurídicos na esfera política e na formulação de políticas públicas – que muitos preferem se referir em termos de “juridificação”. Em segundo lugar, em um nível mais concreto, diz respeito à extensão da província de atuação dos juízes na formulação de políticas públicas e organização da burocracia e órgãos políticos, inclusive mediante atuação na defesa de direitos e garantias individuais, de forma a restringir a atuação dos poderes Executivo e Legislativo. Por fim, há ainda casos de judicialização da “megapolítica”, em que juízes chegam a definir questões relativas à segurança nacional, planejamento econômico, processo eleitoral, etc.

A amplitude de temas relacionados ao guarda-chuva da judicialização gerou críticas, como a de que se trataria de um “conceito pouco preciso, mas de rápida circulação pública” (MACIAL; KOERNER, 2002, p. 131), ou mesmo, “um nome atribuído a partir do início dos anos noventa ao protagonismo político de juízes, o qual não apresentava qualquer novidade e não tinha implicações fundamentais para as democracias contemporâneas”, tratando-se de uma expressão “teoricamente inválida, porque apresenta deslizes conceituais, ao simplificar as relações entre os tribunais e a política, revelando uma concepção estreita da jurisdição e do direito” e apresentando “uma abordagem parcial e enviesada sobre as transformações dos Estados contemporâneos” e “ambiguidades sobre seu campo de aplicação” que a tornariam analiticamente inútil (KOERNER *et al*, 2011, pp. 176-177).

76

Consequentemente, estudos mais específicos, mesmo que não necessariamente descartem completamente a expressão, têm tentado lhe dar contornos mais críticos, ressaltando dimensões como a importância de processos de “juridificação”, por exemplo, capitaneados pelo Ministério Público, que, contudo, não chegam à efetiva “judicialização” ao não abraçarem a litigância formal (ASENSI, 2008). Ou então, chamando atenção para, pelo contrário, os efeitos posteriores e reflexos da efetiva judicialização, por exemplo, mediante a reação dos poderes Executivo e Legislativo às decisões das cortes constitucionais (POGREBINSCHI, 2012). Mesmo Luiz Werneck Vianna e Marcelo Burgos, cujos trabalhos pioneiros ajudaram a popularizar a expressão “judicialização da política” no Brasil (VIANNA *et al*, 1999), colocaram em destaque, em discussão mais específica sobre ações civis públicas, a noção mais precisa de “procedimentalização do direito” (VIANNA; BURGOS, 2003).

Tentando evitar ainda um certo viés “de cima para baixo” contido nos estudos sobre a judicialização, que dedicariam demasiada atenção à ação especificamente dos juízes e

tribunais, há ainda autores, no Brasil (MACIEL, 2011; LOSEKANN, 2013) e fora do país, que apostam na noção de “mobilização do direito”. Tal noção visaria prestar mais atenção às demandas da sociedade civil, sob um ponto de vista, digamos, “de baixo para cima”, seja focando nos litigantes individuais, seja em frutífero diálogo com a literatura sobre movimentos sociais em demandas coletivas (McCANN, 2008, p. 523).

Tendo isso em vista, este artigo tem como objetivo oferecer uma nova abordagem a esse tema, que considera a intervenção dos juízes na política um potencial inherente aos tribunais, mas que nem sempre está disponível e é utilizado no mesmo grau pelas chamadas partes do processo. Para atingir o seu objetivo, este estudo irá fazer uso das categorias do social e do político, que surgem a partir da teoria social de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Argumento que essas categorias podem nos dar um ponto de partida mais interessante - ou, pelo menos, um caminho complementar - para pensarmos sobre a judicialização, tendo em vista outras abordagens mais tradicionais sobre o tema. Assim, este trabalho irá explicar as categorias do social e do político na obra de Laclau e Mouffe para finalmente discutir algumas consequências teóricas e analíticas da adoção dessa abordagem para entender a chamada judicialização da política.

77

O social e o político na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Como Laclau afirma, o maior progresso alcançado pelo estruturalismo foi o reconhecimento do caráter relacional de cada identidade social, mas seu limite foi transformar essas relações em um sistema, com existência objetiva, inteligibilidade e uma essência. No entanto, se mantemos o caráter relacional de todas as identidades e, ao mesmo tempo, renunciamos a fixação dessas identidades em um sistema, a sociedade vai se tornar o jogo infinito de diferenças, ou seja, o que, no sentido mais estrito do termo podemos chamar discurso, desde que se abandone a compreensão do discurso como algo estritamente ligado à fala e à escrita e se adira à noção foucaultiana de discurso como “regularidades em dispersão” (LACLAU, 2000, p. 104).

Há distinções importantes entre a noção de discurso em Foucault (2007) e a noção de discurso em Laclau e Mouffe, que radicalizam a ideia de formação discursiva da realidade social, não reconhecendo, contrariamente ao pensador francês, a existência de práticas sociais não discursivas. O principal ponto aqui, no entanto, é desvincular discurso e linguagem falada ou escrita: o fundamental é que se trata de uma totalidade significativa, articule ela palavras,

objetos, pessoas, práticas ou o que quer que ganhe dimensão de inteligibilidade simbólica por meio de sua articulação nessa totalidade, e não por qualquer “essência” que tais palavras, objetos, pessoas e práticas poderiam ter.

Em todo o caso, uma formação discursiva não é caracterizada apenas pela impossibilidade de uma fixação definitiva dos significados e pelo fluxo infinito de diferenças. Lado a lado à sua falta de fixação final de significados, um discurso é sempre um esforço para produzir uma sutura que interrompe o fluxo de diferenças e estabelece uma totalidade inteligível - mesmo que temporária e precária. A impossibilidade de fixação definitiva dos significados implica que deve haver fixações parciais. Caso contrário, o fluxo de diferenças seria impossível. Mesmo para divergir, para subverter um significado, deve haver um significado. Se o social não pode ser fixado em uma realidade objetiva e apriorística e dotada de essência própria como “a sociedade”, ele existe, contudo, como um esforço para produzir tal objeto impossível. O discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade, para interromper o fluxo de diferenças, de instituir um centro (LACLAU; MOUFFE, 2006, p. 152). Por isso, se uma totalidade, como a sociedade, não pode ser um pressuposto apriorístico, mesmo assim, ela deve ser um horizonte (LACLAU, 2007, p. 95).

Assim, o discurso deve articular elementos do campo da discursividade, transformando-os em momentos de uma cadeia discursiva significativa que estabelece alguns pontos nodais. Essa organização discursiva também não é uma mediação que tem por objetivo reconstruir uma totalidade inicial que foi perdida (como Deus, a natureza, a razão etc.), mas uma atividade construtiva radical de articulação que muda os significados originais possuídos pelos elementos antes de sua assimilação discursiva. Finalmente, a presença de novos elementos na cadeia discursiva é limitada pelos pontos nodais que se reúnem e dão unidade a um conjunto de momentos já assimilados (LACLAU; MOUFFE, 2006, pp. 142-153).

Por exemplo, o formalismo jurídico¹ moderno articula uma série de elementos, tais como a previsibilidade, a racionalidade e a equidade, agrupando-os em torno do ponto nodal da aplicação da lei. Esses elementos, após a sua assimilação, têm significados específicos que não são os mesmos significados que eles têm fora desse discurso – por exemplo, a previsibilidade nas estatísticas, ou a equidade em um discurso político socialista poderiam significar algo completamente diferente – e tornam-se momentos do discurso. Um desses

¹ Segundo o formalismo jurídico, característico do direito moderno, conforme reconhecido por Max Weber (2004), a natureza jurídica da norma está na sua forma, isto é, sua adequação à forma da lei, que pode ter qualquer conteúdo, desde que possua a “forma jurídica” que lhe fornece sua racionalidade jurídica própria. Assim, o direito não se legitima por concretizar algum ideal específico de justiça substantiva, mas por obediência aos seus próprios procedimentos.

momentos é a aplicação silogística da legislação, um ponto nodal que está acima dos outros momentos e unifica suas equivalências – ou seja, você só poderá ter previsibilidade, racionalidade e justiça decorrente do direito, se você entender o próprio direito como uma aplicação da legislação. E, como ponto nodal, ele também bloqueia a presença de outros elementos no discurso, interrompendo a expansão infinita da cadeia discursiva - ou seja, se o direito é a execução de um sistema fechado de regras objetivas, ele não pode admitir, por exemplo, ser a concretização de um ideal de justiça, conforme podem almejar outros discursos concorrentes a respeito do que é o direito, como um discurso que vincule o direito à necessária consagração de um ideal substantivo de justiça.²

No entanto, o campo da discursividade contém uma grande quantidade de elementos, nem todos eles assimilados como momentos por discursos específicos, alguns deles flutuando entre diferentes discursos, e, como toda identidade é relacional, muitos deles funcionando como exteriores constitutivos para os outros. E se um exterior constitutivo é, por um lado, exterior, por outro lado, e igualmente, também é constitutivo. A consequência disso é uma dimensão inextricável de contingência inerente a todas as identidades sociais. Como a fonte da possibilidade de todas as identidades sociais é também a fonte de bloqueio da constituição de suas identidades como plenitude objetiva, toda a identidade relacional também é uma fonte eterna de possíveis antagonismos (LACLAU, 2000, p. 49). Isso significa que a articulação discursiva do exterior constitutivo pode não ser vista apenas como fonte de identidade, mas também como o bloqueador de identidade, como um inimigo que deve ser desafiado. E se não há nenhum centro determinante da mediação discursiva sob a lógica da necessidade, o que resta é a possibilidade infinita de subversão discursiva e rearticulação promovida pelas relações antagônicas no âmbito da lógica – se é que assim pode ser chamada – da contingência. Retomando o exemplo do parágrafo anterior, o discurso alternativo ao formalismo jurídico, em torno de uma ideia de justiça substantiva, pode ser um concorrente antagônico à caracterização formalista do direito como aplicação da lei.

Assim, fazendo uso das categorias apresentadas anteriormente, podemos dizer que no formalismo jurídico, a "justiça" se articula com uma justiça estritamente formal, e, por causa disso, universalista. A forma de aplicação do direito é a sua dimensão jurídica real, e seu conteúdo substantivo é uma questão extrajudicial. O que exclui a discussão da justiça

² Em contraposição à visão formalista do direito, sempre existiram perspectivas, mobilizadas principalmente por movimentos sociais, como o movimento operário, que visavam associar o direito não apenas à forma da lei, mas também a dimensões éticas, não obstante a possível contraposição dessas expectativas à racionalização do direito moderno (WEBER, 2004). Isto é, segundo essas visões, ao direito não bastaria a obediência à forma da lei, mas sim sua adequação a princípios de justiça substantivos.

substantiva da aplicação do direito: o conteúdo material do direito deve ser definido pelo legislador. Mas é possível articular "justiça" necessariamente com "justiça substantiva", como vários discursos anti-formalistas fazem. Dessa forma, entendida como bloqueio da afirmação da justiça substantiva, a justiça formal pode ser vista como a sua força antagonista que deve ser enfrentada e, consequentemente, um novo discurso que caracteriza o direito pode ser articulado em contraposição e em substituição ao discurso tradicional. Dando ares mais concretos ao exemplo, se Max Weber (2004) pôs em destaque a importância do discurso formalista de caracterização do direito para a emergência e a consolidação do capitalismo ao longo do século XVIII, Mauro Cappelletti (1999) chega mesmo a dar centralidade à chamada “revolta contra o formalismo” na renovação das relações entre direito e política no final do século XX.

Voltando à teoria do discurso de Laclau e Mouffe, de acordo com os autores, a instituição do discurso, o estabelecimento de seus pontos nodais, a exclusão de seus exteriores constitutivos e a articulação de seus elementos como momentos diferenciais são operações baseadas em exercício do poder, de exclusão e repressão de alternativas mantidas fora da cadeia discursiva. Isso faz com que a construção da totalidade precária e temporária da sociedade seja uma atividade política, uma atividade que usa o poder e a repressão como o único meio para lidar com a ontológica dimensão antagonista da vida social. Chantal Mouffe explicita bem esse ponto em seu livro mais recente, ao destacar que:

80

Como Ernesto Laclau e eu argumentamos em *Hegemonia e estratégia socialista*, pensar politicamente requer reconhecer a dimensão ontológica da negatividade radical. É devido à existência de uma forma de negatividade que não pode ser superada dialeticamente que a plena objetividade não pode ser alcançada e que o antagonismo é uma possibilidade sempre presente. A sociedade é permeada pela contingência e qualquer ordem é uma ordem de natureza hegemônica, isto é, sempre expressão de relações de poder (MOUFFE, 2013, p. XI).

De qualquer forma, algumas dessas exclusões e repressões de alternativas fora da cadeia discursiva hegemônica estão tão profundamente assimiladas que seu caráter político é esquecido e elas se tornam momentos incontrovertíveis de certos discursos que permitem algumas referências bastante estáveis para a ação. No trabalho de Laclau e Mouffe, esses momentos “naturalizados” do discurso correspondem à dimensão do “social”. Assim, a diferença entre o político e o social é estabelecida e o político recebe primazia sobre o social, tornando-se sua dimensão de definição (LACLAU, 2000, pp. 50-51).

Laclau e Mouffe dedicam especial atenção a essa lógica específica de determinação política do social: o momento em que uma nova formação discursiva surge para realizar uma

nova sutura em um discurso fraturado, dando-lhe uma totalidade significativa temporária. Assim, podemos dizer que enquanto o social é um processo de sedimentação, a política é um processo de reativação. Esse processo ocorre em um momento de deslocamento fraturante, quando os discursos disponíveis não podem dar sentido para novos eventos ou dimensões sociais. Tal deslocamento cria um momento de instabilidade, quando o caráter contingente das formações discursivas se torna explícito e os seus elementos devem ser rearticulados para formar uma nova cadeia significativa (LACLAU, 2000, p. 60). No exemplo das transformações recentes no direito, podemos considerar como um momento de deslocamento a dificuldade do formalismo jurídico para lidar com algumas características do direito contemporâneo, como a prática atualmente comum de inserção dos direitos humanos de embasamento moral nos textos constitucionais, uma das dimensões da revolta contra o formalismo posta em destaque por Cappelletti.

E a articulação política que irá ocorrer em um momento de deslocamento será o que os autores chamam de uma articulação hegemônica. Já citada aqui algumas vezes sem maiores explicações, a categoria hegemonia ocupa posição central nos escritos de Laclau e Mouffe e diz respeito a uma articulação discursiva em que uma particularidade assume o lugar da universalidade. Sem uma referência transcendental a ser mediada por práticas discursivas, essa referência será, necessariamente, uma particularidade, mas uma particularidade que pode assumir o lugar de universalidade, em um tipo de relação semelhante à relação de hegemonia na obra de Antonio Gramsci, em que uma classe social transcende seus interesses corporativos próprios para representar um grupo social mais amplo (LACLAU; MOUFFE, 2006, pp. 13-14). Em Gramsci, essa classe seria concretamente a burguesia, devendo ser, idealmente, o proletariado. Em Laclau e Mouffe essa relação se radicaliza e qualquer grupo passa a ter a possibilidade de “ocupar” essa posição de representante da universalidade.

Na retórica, a metonímia pode ser usada para expandir a cadeia discursiva de equivalências, articulando novas relações de contiguidade, e em um tipo específico de metonímia, a sinédoque, a relação de contiguidade representada é uma em que uma parte representa a totalidade.³ Usando categorias da retórica, portanto, podemos dizer que a sinédoque é especialmente representativa do movimento de hegemonia, quando uma parte consegue representar o todo; quando, por exemplo, uma dimensão da prática jurídica, como a

³ Exemplos tradicionais de sinédoque são quando dizemos que alguém precisa de “um teto” significando que precisa de uma moradia como um todo, ou que a indústria precisa de “braços” significando que precisa de trabalhadores.

busca por justiça substantiva, ou a aplicação silogística das leis promulgadas pelo legislativo se tornam o significado do direito *per se*, excluindo outras possibilidades.

O social e o político nas práticas judiciais

Entendida nos termos acima, a decisão judicial pode ser considerada, em alguns casos, como uma espécie de decisão política, que visa responder a um deslocamento identificado como um antagonismo social que precisa ser resolvido mediante uma articulação que busca manter ou transformar o discurso hegemônico. Tomada em bases contingentes, essa decisão rearticula uma formação discursiva, que estabelece novas fronteiras e identidades coletivas que mudam o sentido do discurso, transformando o que era apenas um elo dessa cadeia discursiva em uma representação de sua universalidade. Essa operação estabelece uma hegemonia que é capaz de produzir uma interrupção precária no fluxo de possíveis significados dentro do campo discursivo afetado pela decisão. Por exemplo, uma decisão concedendo direitos a famílias homoafetivas rearticula o discurso sobre a família dentro do campo de discursividade do direito, instituindo nova hegemonia que se contrapõe, digamos, a elementos biológicos e ao conservadorismo religioso, alavancando outros elos dessa cadeia, como as relações afetivas e as demandas do movimento LGBT. Ou seja, a decisão judicial não é tão diferente de outros tipos de decisões que dão identidade às demandas de movimentos sociais ou partidos políticos. Acredito que essa lógica poderia oferecer um terreno melhor para o entendimento das práticas judiciais do que outros entendimentos mais técnicos, que pressupõem decisões judiciais a serem feitas sob bases incontestáveis. A presente seção é dedicada a defender esse ponto de vista, defendendo, por conseguinte, a utilidade do uso das categorias analíticas desenvolvidas por Laclau e Mouffe para a análise da chamada “judicialização da política”. Uso como ponto de partida uma analogia entre trabalho dos juízes e operadores do direito e o trabalho de médicos e profissionais de saúde.

Quando um médico aplica um medicamento no paciente, ele atua apenas para proteger esse paciente, com o fim de preservar sua vida como algo que se presume valioso. Os pressupostos dessa ação – por exemplo, que a vida é algo valioso em si mesmo e que o corpo humano pode ser medicado – não são questionadas e o conflito a ser resolvido entre paciente e doença deve ser resolvido em favor do primeiro. Essa atividade técnica tende a desdobrar-se dentro do que Laclau e Mouffe consideram o “social”, ou seja, práticas discursivas bem sedimentadas, que não sofrem deslocamentos constantes.

Claro que podem surgir possíveis situações de instabilidade nas suposições do médico do exemplo - ou seja, para fazer uso do vocabulário de Laclau, situações em que a emergência de um “real” lacaniano que não pode ser domado pelos discursos disponíveis provoca um deslocamento estrutural que coloca em disputa o significado do que outrora foi assumido como óbvio.⁴ Pensem, por exemplo, na controvérsia de casos de eutanásia, em que uma vida tida como indigna pode desestabilizar a suposição comum no tratamento médico de que a vida humana é algo valioso em si mesmo.

Essas decisões mais políticas do que técnicas não tendem a surgir com frequência na prática diária do médico que busca curar seus pacientes. No entanto, há boas razões para crer que essa emergência é muito mais comum na prática diária dos juízes que procuram resolver os conflitos trazidos ao tribunal. Como apontado por Martin Shapiro e Alec Stone Sweet, se o juiz não tivesse de escolher entre alternativas, ele poderia simplesmente fazer cumprir a regra prevista pelos estatutos e alcançar sua conclusão impulsionado por um raciocínio legal estrito. Nesse caso, ele não seria politicamente mais interessado do que uma máquina IBM, que poderia ser concebida para substituí-lo. No entanto, se reconhecermos que a escolha é inerente às fases do comportamento humano que tradicionalmente têm sido objeto de estudos jurídicos, então o adjetivo “político” pode ser conectado a atividade judicial, que seria, portanto, uma atividade política (SHAPIRO; SWEET, 2002, p. 20).

Há casos jurídicos que geram decisões como a decisão que o médico deve tomar para curar a doença de um paciente. Nesses casos, o tribunal pode assumir um consenso estável sobre quem deve ser vitorioso no julgamento sob seu escrutínio. Porém, em princípio, um processo judicial envolve partes em igual estatura, cada uma alegando que a direito está a seu favor e não a favor de seu adversário. Mesmo uma defesa simplesmente protelatória, ou um pedido de redução de pena, ainda mobilizam um questionamento jurídico sobre o direito alegado pela outra parte. Os ditames do direito devem ser obedecidos e, assim, fazer parte do social, do garantido, presumido correto, do inconteste. Mas quando são desobedecidos e geram uma demanda judicial resistida, o direito passa a ser fonte potencial de antagonismos e suas decisões passam a ser potencialmente políticas.

Um exemplo comum para representar uma situação jurídica de fácil solução, isto é, que apenas reproduz as premissas estáveis do que Laclau e Mouffe chamam de social, é a

⁴ Como se sabe, Lacan entende que nosso acesso ao mundo é sempre mediado simbolicamente e nunca caracterizado pelo contato direto com “o real”. Laclau aproveita a intuição para considerar o movimento de desarticulação dos discursos como uma “emergência do real”, isto é, como a presença do incômodo gerado por aquilo ainda não articulado simbolicamente e que exige essa simbolização como condição *sine qua non* para a sua existência enquanto fato humano e não apenas realidade bruta e humanamente inacessível.

penalidade por exceder o limite de velocidade de uma via. Se for sinalizado que o limite de velocidade de uma via é 60 km/h, viajar em tal estrada, por exemplo, a 80 km/h seria um ilícito passível de uma sanção. Mesmo assim, continua a ser possível questionar a justeza do limite de velocidade atribuída a essa estrada, tendo em conta as políticas mais amplas de organização do tráfego. Se um conjunto de estradas na mesma situação permitem o tráfego a uma velocidade mais elevada, uma pessoa que desobedecesse o limite de velocidade poderia questionar por que precisamente a estrada em que ele ou ela estava dirigindo tem um limite de 60 km/h, ainda que outras estradas na mesma situação - por exemplo, em linha reta, sem inserção em perímetro urbano ou interseções etc. - possam ser trafegadas a 80 ou 110 km/h. Ele ou ela poderia reclamar uma justificação para o tratamento diferenciado da sua situação e, na ausência de tal justificação, não seria impossível para o poder judiciário decidir em seu favor, entendendo que a igualdade entre o motorista penalizado e qualquer outro motorista que viajasse a velocidades mais elevadas em outras rotas do mesmo tipo, nesse caso, teria sido desrespeitada.

Devido a isso, a decisão judicial, especialmente quando se aceita que a sua formação envolve não apenas as regras, mas também princípios,⁵ é algo mais próximo de decisões políticas, que visam domar o político como uma ontologia do conflito, do que de decisões técnicas, que se destinam a reproduzir discursos sedimentadas como certezas. Voltando ao exemplo do médico, ele aplica a medicação, a qual é absorvida pelo paciente. O juiz não faz algo assim com a lei. A lei não é aplicada e assimilada pelo caso. Ela muda o entendimento desse caso - por exemplo, o que era uma disputa de vizinhos torna-se um caso jurídico - e também é alterada por ela - quando cria um precedente que influencia a sua interpretação futura. Assim, a lei e o caso permanecem independentes entre si, e só são contingentemente articulados, como em uma disputa política, em que diferentes grupos pretendem falar em nome da igualdade, ou da liberdade, ou de outro valor, permanecendo como unidades separadas umas das outras, de um lado tais valores e, do outro, os movimentos sociais ou partidos políticos que os mobilizam. Não por acaso, movimentos sociais e partidos políticos, cuja atuação no campo político é amplamente conhecida, têm tido escrutinadas também suas

⁵ A teoria do direito faz distinção entre dois tipos de normas jurídicas: as regras e os princípios. As primeiras perfazem enunciados bastante claros a respeito do que é permitido, proibido ou exigido, como, por exemplo, a permissão do comércio de bebidas alcóolicas, a proibição do homicídio e exigência do uso de cinto de segurança nos automóveis. Já os princípios são enunciados mais gerais, que direcionam como certas regras devem ser interpretadas. Um exemplo é o princípio da dignidade humana que, para alguns, por exemplo, deveria fazer com que a regra de proibição do aborto fosse relativizada quando essa proibição ataca a dignidade das mulheres.

atuações no ambiente judicial, com objetivos bastante próximos dos objetivos que buscam em sua atuação política tradicional.

Como em um antagonismo social não está previamente decidido quem deve ser o vencedor e quem deve ser o perdedor – ao contrário do confronto entre o paciente e sua doença – resta aos grupos envolvidos na disputa se articularem questionando qual dos lados fala em nome da universalidade, sejam esses grupos partidos políticos ou partes em um processo judicial. Da mesma forma, não importa se é um caso de um partido social democrata afirmindo, em oposição a um partido liberal, que o liberalismo não promove a igualdade de consideração e respeito por todos, ou de uma pessoa no exemplo anterior, penalizada por desobedecer ao limite de velocidade, que usa a mesma ideia de igual consideração e respeito por todos para evitar um tratamento que é, em sua opinião, injusto. Uma contestação judicial ou uma oposição política no parlamento tendem a gerar decisões políticas, no sentido proposto por Laclau e Mouffe, uma vez que, de acordo com esses autores, a política é precisamente a dimensão social da amortização do político, que é baseado em uma ontologia fundada em conflito.

Nem toda decisão tomada na esfera política, tal como essa esfera é rotineiramente entendida – ou seja, as decisões tomadas dentro da estrutura do Estado, ou dentro da manifestação de partidos políticos ou movimentos sociais etc. – é uma decisão política como entendida por Laclau e Mouffe. Um político, no sentido profissional, ou uma instituição política, como o Congresso Nacional, tomam, em sua rotina, decisões que são mais técnicas, ou mesmo voltadas a obter vantagens pessoais, como em transações econômicas. Um partido e um governo que buscam formar uma coalizão podem negociar posições, apelando apenas para as vantagens que essa operação poderia trazer para cada lado da negociação, sem redefinir identidades coletivas, apelar para valores universais ou confrontar projetos de uma sociedade melhor. Da mesma forma, há casos judiciais em que a tendência de a decisão ser favorável a uma das partes é tão forte, que o tribunal se torna mais um lugar para barganha econômica – por exemplo, para a negociação de uma dívida reconhecida pelo devedor – do que um lugar para um conflito entre diferentes modos de entender o direito do país, cada um dando razão a uma das partes no julgamento.

Não obstante tais casos, os tribunais e parlamentos tendem a ser um espaço de desenvolvimento de um conflito mediado por regras específicas, em que a decisão final sempre apresenta certa contingência. Se esses espaços fossem configurados de forma diferente, aqueles que jogam o jogo não iriam aceitar suas regras. Portanto, o direito tem um

potencial inato para configurar antagonismos sociais. Ainda assim, temos a impressão de que só recentemente o direito se tornou propriamente político. Em certo sentido, isso é verdade, pois é nas democracias constitucionais contemporâneas que a dimensão política do direito é radicalizada.

De acordo com Andrei Koerner, Celly Cook Inatomi e Marcia Baratto, “a ativação do sistema judiciário por movimentos populares para fazer valer os seus direitos e a receptividade dos juízes para estas demandas não começou ontem”. Assim, de acordo com eles, as pessoas pobres, até mesmo os escravos, não estavam presentes nas cortes apenas como contribuintes ou objetos (no caso dos escravos) de disputa. Portanto, desde a época da monarquia no Brasil, não era incomum para esses grupos mobilizarem Judiciário brasileiro para defender ou promover seus direitos (KOERNER *et al.*, 2011, p. 167).

Esse exemplo de fato histórico serve para demonstrar o potencial inato de instituições jurídicas para a promoção da ação política no sentido amplo. Mas é com a instituição das democracias constitucionais contemporâneas que essa situação é radicalizada. Afinal, como os mesmos autores apontam, nas democracias constitucionais contemporâneas (*Ibidem*, pp. 172-173):

86

A ordem política adota a forma de comunidade política instituída, regulada e voltada à realização do direito. A jurisdição judicial continua como uma forma especial de investidura, mas os seus papéis na ordem política são muito mais amplos, incluindo a garantia da ordem constitucional, das condições da democracia política, do pluralismo e da efetividade do princípio do direito nas relações políticas e sociais. Eliminaram-se restrições à jurisdição judiciária, baseada em prerrogativas, domínios reservados para o exercício da autoridade; modificam-se os processos judiciais, que admitem sujeitos coletivos, objetos abstratos e decisões com efeitos gerais, para garantir o acesso a todos e controlar abusos do poder político e econômico. Generaliza-se a forma do “devido processo legal” para a tomada de decisão na administração pública. Criam-se agências autônomas e especializadas para tratar as áreas de regulação da economia e os conflitos sociais, com importantes papéis na prevenção e resolução de litígios. Adotam-se compromissos internacionais de caráter jurídico e com efeitos vinculantes, cuja efetivação pelas autoridades nacionais é controlada pelos próprios juízes dos Estados. Desenvolvem-se as técnicas de interpretação sistemática e teleológica do direito baseado em princípios do Estado de direito, da democracia e dos direitos fundamentais.

O direito das democracias constitucionais contemporâneas é mais explicitamente político por ser mais radicalmente aberto à participação de vários setores da sociedade, como intérpretes de suas normas e usuários das suas instituições. Para promover essa abertura, a presença no domínio do direito dos "patéticos postulados éticos" da justiça e da dignidade humana que Weber condenara como inadequados para um direito que tende à formalização (WEBER, 2004, p. 146), é fundamental. A presença desses significantes vazios nesse domínio

é, ao mesmo tempo, tanto um fator de instabilidade, quanto um fator de democratização, no sentido de abertura da jurisdição à sociedade. A garantia de que o direito servirá a todos é o que o impede de garantir seus resultados para alguns.

Consequências teóricas e metodológicas

Quais são as consequências teóricas e metodológicas de se compreender o direito e a judicialização da política tal como foram caracterizados nas seções anteriores? Em primeiro lugar, em termos teóricos, a presente abordagem nos dá alternativas perante outras perspectivas teóricas mais comuns sobre o direito na sociologia. Existem outras opções interessantes na teoria social para lidar com judicialização, seja nas diversas abordagens institucionalistas ou atitudinais da ciência política,⁶ seja nas abordagens características da antropologia, ou ainda nas abordagens tipicamente sociológicas que serão meu foco. Abundam na teoria sociológica contemporânea, por exemplo, categorias que podem nos ajudar a entender o direito, e, especialmente, como, quando agem no mundo, os juízes lidam com as instituições jurídicas e políticas como estruturas sociais. Essas categorias poderiam ser encontradas, por exemplo, na teoria da estruturação de Giddens ou na teoria do *habitus* de Bourdieu, ou mesmo em correntes teóricas mais atuais, como na teoria do ator-rede de Bruno Latour ou no pragmatismo francês de Luc Boltanski. Mas outros dois teóricos sociais são mais frequentemente usados para lidar com as novas relações entre direito e política, e eu vou concentrar minhas considerações nas obras dos dois. São eles Niklas Luhmann e Jürgen Habermas. Meu ponto é que ambos apresentam uma teorização muito interessante e frutífera sobre a lógica do social que abrange práticas importantes relacionadas ao direito e à política. Na verdade, entendo que eles desenvolveram categorias e teorias para lidar com essas práticas que iluminam essa dimensão social sob luzes mais promissoras do que Laclau e Mouffe. No entanto, ao contrário de Laclau e Mouffe, eles não forneceriam bons instrumentos para lidar com o que aqui foi chamado de “o político”, que abrange uma dimensão importante da chamada judicialização da política.

Se a lógica do social abrange práticas sociais sedimentadas e os sistemas sociais, de acordo com Luhmann, diferenciam-se de seu ambiente por práticas recursivas de

⁶ Cabe salientar que, da forma como a política fora aqui definida, nem toda abordagem da ciência política seria focada no político e na política, podendo focar prioritariamente no que foi chamado aqui de social. Assim, ainda que isso não vá ser feito no presente artigo, as considerações a respeito das abordagens sociológicas mais tradicionais podem ser replicadas também no campo da ciência política.

comunicação consolidadas ao longo do tempo, é possível identificar a autopoiese dos sistemas com a lógica do social. De acordo com essa abordagem teórica, a transformação dos sistemas sociais está relacionada a processos internos baseados em programas internos consolidados e as mudanças no sistema são parte da caixa preta do processo de autopoiese. Logo, as relações entre direito e política, em sociedades complexas, nas quais os sistemas jurídico e político são bem diferenciados, são relações entre dois sistemas fechados que só reagem um ao outro através de processos internos orientados por códigos e programas próprios, mesmo que o direito constitucional possa aparecer como um acoplamento estrutural entre os dois sistemas.

A consequência é que os autores influenciados por Luhmann têm uma tendência a compreender as decisões políticas tomadas pelos juízes como algo próximo a patologias no sistema jurídico. Por exemplo, Guilherme Leite Gonçalves (2011, p. 89), afirma que:

Se, na ascensão do Estado Social, o direito era utilizado como “meio” para legitimar a ação política, em seu momento de crise, torna-se o espaço para o qual o sistema político delega, por meio da inflação legislativa, suas competências decisórias com a finalidade de se isentar da execução dos programas de bem-estar e repassar para o direito a insatisfação social. É dessa forma, que, pela discricionariedade que lhe foi concedida, o direito atua como político. O problema é que o sistema jurídico é dotado de uma unidade organizacional e operativa – coisa julgada, princípio da inércia, “*non liquet*” [obrigação de decidir] – que o torna uma estrutura inábil para trabalhar com temáticas politizadas. (...) O esquema aqui apresentado é simples: a inflação legislativa e os conceitos jurídicos indeterminados, gerados pela crise do Estado Social, aumentam a polissemia das normas e destroem a unidade lógica do sistema jurídico. Ampliando-se a discricionariedade do magistrado, que passa a atuar politicamente, produzindo decisões que esbarram nas estruturas forjadas pelo direito.

Com certeza, podemos contestar esse tipo de uso normativo da teoria luhmanniana, tendo em vista os interesses exclusivamente analíticos do autor. Mas é uma abordagem possível para lidar com um problema que a teoria dos sistemas não nos ajuda a compreender de forma mais profunda. Se nós entendermos o político como uma dimensão que permeia toda a realidade social, incluindo os sistemas sociais, esperando para ser ativada nos momentos de crise, podemos repensar a judicialização da política de forma mais promissora. Como um sistema social, podemos entender que o sistema jurídico tem algumas estruturas e lógicas de operação regularizadas ao longo do tempo. No entanto, se somarmos a isso a dimensão do político como uma dimensão da emergência do real lacaniano contra estruturas bem sedimentadas, como proposto por Laclau e Mouffe, podemos entender a “politização da justiça”⁷ – assim como de outros sistemas, tal qual a politização da arte, ou da ciência, ou

⁷ Ao falar de política e politização, nesse ponto, faço referência ao conceito de política de Mouffe, relacionado ao que a autora chama de “o político” enquanto instância conflitiva ontológica da sociedade, conforme foi

mesmo, da própria política – como momentos de instabilidade dos sistemas que não podem ser evitados por meio de suas operações padronizadas, e que não apenas fazem os sistemas mudarem, como também tornam tais mudanças uma exigência.

Entendo que a teorização de Habermas vai mais longe quando ele acrescenta à realidade social sistêmica o *locus* do mundo da vida. No entanto, mais uma vez, não há um lugar aqui para a dimensão do político: tanto o mundo da vida, quanto os sistemas sociais, são parte do que Laclau e Mouffe chamam “o social”. Pois vejamos. Os sistemas econômico e político têm um funcionamento regular ao longo do tempo mediado por seus meios não-comunicativos do dinheiro e do poder. Já o mundo da vida é um estoque de conhecimentos não imediatamente contestável, que as pessoas têm e que só pode ser parcialmente discutido em uma ação comunicativa. Ambos os conceitos são, portanto, referidos a práticas sociais sedimentadas, o que Laclau e Mouffe incluem sob a categoria do social.

O direito aparece nessa construção teórica como um híbrido: sua faceta sistêmica garante às suas normas que elas serão efetivadas, enquanto seu uso da linguagem comum assegura a sua legitimidade como reflexo dos consensos estabelecidos pelo mundo da vida na esfera pública, pelo menos, em democracias deliberativas. A judicialização da política é aceitável na construção teórica habermasiana se ocorrer para impor esses consensos parciais do mundo da vida ou para garantir as condições processuais básicas de uma comunicação livre que possa influenciar o sistema político de tomada de decisão. No entanto, com base em razões sistêmicas ou do mundo-vida, essa judicialização é ainda completamente baseada na lógica do social.

É verdade que a chamada ação comunicativa desestabiliza algumas partes estáveis do mundo da vida. Mas essa forma de compreender a reativação da dúvida em contextos de certezas sedimentadas dá aos sujeitos muito controle sobre esse processo, além de sobrecarregar normativamente essa operação, submetendo-a à lógica da razão comunicativa como novo tipo de razão prática. Imaginemos um pai conservador tematizando o tema da homossexualidade, ao descobrir que o filho é gay. Até que ponto essa tematização responde a uma ação comunicativa e até que ponto ela responde a uma instabilidade mais profunda nos discursos que davam à inteligibilidade ao mundo desse pai? E mais: como compreender que essa instabilidade não precisa responder a influxos de uma racionalidade comunicativa, mas sim pode radicalizar uma identidade irracional, como uma identidade fundamentalista religiosa, por exemplo?

anteriormente explicado. Não está em jogo aqui, simplesmente, o caso em que se usa a ideia de “politização do direito”, da influência dos valores políticos dos juízes em suas decisões.

Entendo que a ideia do político como uma forma de lidar, pela via do antagonismo, com emergência do real contra o plano simbólico traduz melhor a agonia e a urgência do agir de um ator político que precisa atuar para restaurar a inteligibilidade do seu mundo ou sua própria identidade comunitária, menos pela racionalidade comunicativa do que pela oposição característica das identidades políticas entre um “nós” e um “eles”, conforme destacado por Chantal Mouffe (2103). Nesses termos, a judicialização não seria apenas uma maneira de impor consensos sociais, proteger os procedimentos democráticos e buscar a racialização progressiva das normas de convivência humana, mas também uma estratégia política utilizada por alguns grupos para dar concretude a seus valores ou interesses por meio de uma articulação discursiva capaz de definir identidades políticas novas, ou reforçar as antigas.

No que se refere às consequências metodológicas do uso das categorias do social e do político para entender o direito e sua intervenção na política, vou fundamentar minhas reflexões especialmente no trabalho *Logics of critical explanation in social and political theory*, de David Howarth e Jason Glynos. Nesse trabalho, Howarth e Glynos abandonam a possibilidade de explicação por indução e dedução nas ciências sociais. Por conseguinte, eles se concentram em explicações por retrodução, em que mais do que mecanismos causais ou contextualizações das auto-explicações dos sujeitos pesquisados, o analista estaria interessado na lógica subjacente às práticas discursivas que serão analisadas. Com isto em mente, baseados na teoria do discurso de Laclau e Mouffe e na psicanálise lacaniana, os autores sugerem como um parâmetro crítico de explicação nas ciências sociais as lógicas do social, do político e da fantasia (HOWARTH; GLYNOS, 2007, pp. 1-8).

Nesse ponto, Howarth e Glynos chegam a uma orientação metodológica também endossada por Marianne Jørgensen e Louise Phillips, como uma forma de considerar a posição do investigador que lhe permite escapar do senso comum e das auto-representações dos autores dos discursos que analisam. Essa orientação metodológica é o que Jørgensen e Phillips chamam de "redescrição analítica". De acordo com elas

Basil Bernstein sugere que pensemos as teorias como "linguagens de descrição" e a aplicação da teoria como tradução do material empírico para a sua língua. Através deste processo de tradução, alguns dos aspectos tomados como certos do material são desnaturalizados. Todas as abordagens de análise de discurso apresentadas neste livro fornecem a possibilidade de redescrever um material empírico. A teoria do discurso e da articulação de Laclau e Mouffe e seus conceitos de significantes flutuantes, mitos e assim por diante pode, por exemplo, ser vista como uma forma de linguagem que pode descrever o material empírico de uma maneira diferente da maneira em que ele se descreve a si mesmo (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002, p.189).

A sugestão metodológica de Howarth e Glynnos também faz uso das categorias de Laclau e Mouffe como forma de possível descrição do material empírico, enquadrando-o sob a lógica social e política - para além da lógica fantasmática, tomada de psicanálise lacaniana. A categoria de “articulação”, também tirada das obras de Laclau e Mouffe, desempenha aqui, igualmente, um papel fundamental. Contra um legado positivista da ciência, que afirma que a explicação é uma subsunção de fatos à teoria, Howarth e Glynnos chamam atenção para a forma como o pesquisador não opera tal subsunção, mas procede a uma articulação entre teoria e material empírico que transforma os dois lados articulados, formando um novo discurso em que teoria e dados empíricos não têm o mesmo significado que tinham antes de serem articulados pelo pesquisador. Eu acredito que a "redescrição analítica" como proposta por Jørgensen e Phillips, encaixa-se bem nessa perspectiva.

Assim, com base em como Howarth e Glynnos operacionalizam essa redescrição, cujas fontes também são tomadas da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, eu entendo que nós podemos nos concentrar na análise da lógica da política presente na construção das decisões judiciais de uma política judicializada, sem descuidar da lógica do social que também está por trás de algumas práticas judiciais importantes. Portanto, como nós começamos este estudo pela consideração da decisão judicial como uma potencial decisão política, creio que podemos submetê-la a uma análise de discurso como a descrita acima, especialmente atenta a explicar como certas práticas sociais obedeciam a uma “lógica política” tal como proposta por Laclau e Mouffe, não sendo diferente o caso das práticas jurídicas.

91

Considerações finais

Por que, por vezes, temos a impressão de que os juízes ignoram fronteiras judiciais para intervir na política? E por que, às vezes, nós pensamos que eles não o fazem? De acordo com o que foi desenvolvido neste artigo, isto ocorre porque às vezes a decisão judicial é tomada sob a lógica do político, e, às vezes, pelo contrário, ela é tomada sob a lógica do social. Isto é, por vezes, o que está sendo discutido em um julgamento vai além da mera repetição de padrões legais bem estabilizados que poderiam classificar as alegações das partes como lícitas ou ilícitas, conforme a clássica classificação realizada pelas comunicações do sistema jurídico, tal qual descrito por Niklas Luhmann. Nesses casos, tais julgamentos envolvem também a redefinição das fronteiras de identidades coletivas e antagonismos sociais. Estas são as situações em que Judiciário não atua sob a lógica do social, mas sob a

lógica do político, no sentido que esses termos possuem na obra de Laclau e Mouffe. Nessa situação em que a esfera judicial é procurada por uma demanda política, eu entendo que podemos falar sobre “judicialização da política”.

Na seção anterior, foram discutidas as consequências teóricas e metodológicas dessa abordagem. Mas o que podemos dizer sobre as suas consequências normativas? Ela nos faz compreender a judicialização da política numa direção boa ou ruim? A meu ver, esse entendimento sobre a judicialização da política nos exige maior dedicação à avaliação dos casos concretos em que diferentes grupos sociais fazem uso do aparato judicial para manter ou transformar os discursos jurídicos sobre o lícito e o ilícito. Diferentemente de outras abordagens que poderiam compreender a judicialização como algo contra a natureza de um sistema político saudável e com fronteiras bem definidas entre as atribuições de juízes e políticos, aqui eu entendo que a judicialização da política é sempre uma possibilidade incluída em procedimentos judiciais.

Mesmo que esses procedimentos tenham uma dimensão social de repetição e padronização de parâmetros – como a distinção entre situação/oposição, a arena política, ou lícito/ilícito na arena jurídica – eles também possuem momentos em que precisam lidar com deslocamentos discursivos e com a genuína ação política enquanto busca da hegemonia. E o surgimento desse caráter político - e, consequentemente, contestável – da ordem jurídica tem um potencial democrático que não pode ser negligenciado, ainda que a forte tendência de manutenção das estruturas sociais não possa ser desprezada e se apresente de forma vigorosa entre membros de uma elite, como os membros da elite jurídica. Por exemplo, o movimento gay poderia usar os procedimentos contra-majoritários do Judiciário para tentar redefinir discursos tradicionais sobre o que é uma família de uma forma mais bem-sucedida do que ele poderia fazer em uma arena de natureza majoritária como o Congresso Nacional.⁸

É por motivos como este que a abertura de mais uma arena para a disputa política - nesse caso, a arena judicial - pode ser vista como um ganho democrático, indo em direção a uma radicalização da democracia, tal como reivindicado no projeto de Laclau e Mouffe de “democracia radical” (LACLAU; MOUFFE, 2006, p. 222). Segundo os autores, o pluralismo característico das sociedades modernas, que. mais do que factual, seria ontológico, faz com

⁸ Uma característica importante das instituições judiciais é que elas permitem a imposição de uma vontade que pode não coincidir com a chamada vontade de maioria. Pelo contrário, as cortes constitucionais têm sido apontadas como um possível fórum de proteção de direitos de minorias contra maiorias opressoras. Se isso, por um lado, pode dizer respeito a direitos de pequenos grupos de proprietários contra demandas políticas redistributivos, por outro, também pode dizer respeito à defesa de minorias sexuais ou religiosas perante preconceitos enraizados em parcelas mais amplas da população.

que a lógica democrática deva ser radicalizada e expandida para diferentes dimensões da vida em sociedade, incluindo não apenas as instâncias propriamente governamentais, mas também o ambiente familiar, do trabalho etc.

Ainda que a judicialização da política possa servir de proteção a elites contra os influxos democráticos populares – por exemplo, quando o “direito à propriedade” é mobilizado contra políticas redistributivas –, não há como negar que outras dimensões do discurso jurídico possam justificar medidas mais igualitárias e inclusivas, como no exemplo clássico da negação, pela Suprema Corte do Estado Unidos, da validade das leis de segregação racial existentes no país. No Brasil, ainda que numerosas decisões judiciais de perpetuação das desigualdades possam ser apontadas nas práticas de nossos tribunais, não é possível ignorar ao menos o potencial transformador que possuem ações como as ações constitucionais que permitiram o reconhecimento da união homoafetiva e a interrupção de gravidez de fetos anencefálicos no país. Sendo assim, apenas a análise dos casos concretos é capaz de responder a questões relativas às suas consequências. O que o presente trabalho buscou fazer foi oferecer, a essa análise de casos, um ferramental teórico que possa ser útil a análises desse tipo.

93

Referências

- ASENSI, Felipe Dutra (2008). *Juridicização das relações sociais e Ministério Público: novas estratégias e desafios na efetivação do direito à saúde*. 211 f. Dissertação (mestrado) – curso de Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.
- CAPPELLETTI, Mauro (1999). *Juízes legisladores?* Porto Alegre: Sérgio Antoni Fabris Editor.
- EISENBERG, José (2003). “Pragmatismo, Direito Reflexivo e Judicialização da Política”. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 43-61.
- FOUCAULT, Michel (2007). *A arqueologia do saber*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David (2007). *Logics of critical explanation in social and political theory*. London: Routledge.
- GONÇALVES, Guilherme Leite (2011). “Entre politização e judicialização: limites estruturais do direito e da política”. In: MOTTA, Luiz Eduardo; MOTA, Maurício (Orgs.) *O*

Estado Democrático de Direito em Questão: teorias críticas da judicialização da política. Rio de Janeiro: Elsevier.

HIRSCHL, Ran. The judicialization of politics (2008). In: WHTTINGTON, Keith E.; KELEMEN, R. Daniel; CALDEIRA, Gregory A. (Ed.) *Oxford Handbook of Law and politics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 119-140.

JØRGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise (2002). *Discourse Analysis as theory and method*. London: Sage.

KOERNER, Andrei; INATOMI, Celly Cook; BARATTO, Márcia (2011). Sobre o Judiciário e a judicialização. In: MOTTA, Luiz Eduardo; MOTA, Maurício (Orgs.). *O Estado Democrático de Direito em Questão: teorias críticas da judicialização da política*. Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 149-180.

LACLAU, Ernesto (2000). “La imposibilidad de la sociedad”. In: LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, pp. 103-106.

_____. (2000). “Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo”. In: LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, pp. 19-99.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2006). *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

94

LOSEKANN, Cristiana (2013). Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *Dados*, vol. 56, n. 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000200003&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em 12 dez. 2019.

MACIEL, Débora Alves (2011). Ação Coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 77, São Paulo, out. pp. 97-111. Acesso em 12 dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300010>.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei (2002). Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova*, n. 57, São Paulo, pp. 113-134. Acesso em 12 dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-64452002000200006&script=sci_abstract&tlang=pt>.

MCCANN, Michael (2008). Litigation and legal mobilization. In: WHTTINGTON, Keith E.; KELEMEN, R. Daniel; CALDEIRA, Gregory A. (Ed.) *Oxford Handbook of Law and politics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 522-540.

MOUFFE, Chantal (2013). *Agonistics: thinking the world politically*. Londres: Verso.

POGREBINSCHI, Thamy (2012). *Judicialização ou representação? Política, direito e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.

SHAPIRO, Martin; SWEET, Alec Stone (2002). *On Law, politics and judicialization*. Oxford: Oxford University Press.

TATE, C. Neal; VALINDER, Torbjörn. (Orgs.) (1995). *The Global Expansion of the Judicial Power*. New York/London: New York University Press.

WEBER, Max (2004). “Sociologia do direito”. In: WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 2. Brasília: Unb. pp. 1-153.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo (2003). “Revolução processual do direito e democracia progressiva”. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 337-491.

Abstract

This article seeks to address the so-called judicialization of politics by articulating categories of the theory of discourse developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe to understand the phenomenon under the concepts of “social” and “political” developed by the authors. To reach its objective, the article contextualizes the problem, briefly presents the main concepts developed by the authors and uses practical examples and the opposition to other theories to argue about the usefulness of using the presented theoretical framework. Finally, methodological and normative considerations are made regarding the adoption of the perspective that the article defends.

Keywords: Judicialization of Politics; Discourse Theory; Laclau and Mouffe; Hegemony.

Resumen

Este artículo busca abordar la llamada judicialización de la política articulando categorías de la teoría del discurso desarrollada por Ernesto Laclau y Chantal Mouffe para comprender el fenómeno bajo los conceptos de “social” y “político” desarrollados por los autores. Para alcanzar su objetivo, el artículo contextualiza el problema, presenta brevemente los principales conceptos desarrollados por los autores utilizados y utiliza ejemplos prácticos y la oposición a otras teorías para argumentar sobre la utilidad del uso del marco teórico presentado. Finalmente, se hacen consideraciones metodológicas y normativas con respecto a la adopción de la perspectiva que defiende este trabajo.

Palabras clave: Judicialización de la Política; Teoría del Discurso; Laclau y Mouffe; Hegemonía.

Todos contra o povo: limites da teoria de Ernesto Laclau

All against the people: limits of Ernesto Laclau's theory

Todos contra el pueblo: límites de la teoría de Ernesto Laclau

Recebido em 17-09-2019
Modificado em 05-11-2019
Aceito para publicação 20-11-2019

Kamila Nascimento 
ORCID: 0000-0001-8986-3184

96

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora no Centro Universitário Fametro. Consultora Banco Mundial. Pesquisadora da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP). Possui interesse nas áreas de: Teoria Política, Relações Internacionais, Desenvolvimento e Segurança Pública. E-mail: kamiladonascimento@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivos: 1) apresentar brevemente os pressupostos necessários à compreensão do conceito de povo construído pelo teórico político argentino Ernesto Laclau; 2) mostrar o conceito de povo proposto pelo referido autor; 3) analisar criticamente o referido conceito e sua utilização para pensar as práticas democráticas contemporâneas. Ao longo de sua trajetória acadêmica, o autor supracitado desenvolveu importantes ferramentas teóricas para pensar as formações políticas, como é o caso do conceito de povo. Ofereceu uma visão afastada de preconceitos e interpretou a política fora da racionalidade tradicional, mostrando seus dissensos e paixões. Todavia, como argumentaremos, especificamente em relação ao conceito de povo, o teórico oferece uma alternativa incompatível com a política democrática de nossos tempos, baseada na inclusão de todos.

Palavras-chave: Povo; Ernesto Laclau; Teoria Política; Pós-Estruturalismo.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução

Ernesto Laclau foi um importante teórico político argentino, falecido recentemente no ano de 2014. Sua obra é mundialmente reconhecida e seus livros foram traduzidos em mais de 20 idiomas. Toda essa proeminência foi adquirida especialmente quando o autor foi professor emérito na Universidade de Essex, Inglaterra, onde fundou a escola de análise do discurso nessa mesma universidade.

A teoria que ele propõe, chamada de teoria do discurso, apresenta um novo modelo explicativo para o social através de dois movimentos concomitantes. De uma parte, através da utilização de ferramentas oriundas da tradição teórico-filosófica de matriz pós-estruturalista¹ e, de outra, através da crítica ao marxismo, escola na qual o autor tem sua origem teórica. Além destas, que são as correntes mais destacadas, uma série de teorias e autores orienta o pensamento de Laclau que vão da filosofia à psicanálise (NASCIMENTO, 2017).

O grande momento de consolidação de sua carreira veio com a publicação da obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* (HES) – escrita em parceria com Chantal Mouffe e publicada em 1985 – representando a grande virada teórica de sua obra. Essa virada ocorreu em relação ao legado teórico que o autor adotava e que passou a criticar, sem nunca de fato o ter abandonado e que, mais tarde, seria retomado em várias nuances.

Estamos nos referindo ao legado marxista que foi radicalmente atacado, mas que permaneceu presente em todas as suas obras. É importante destacar que o próprio autor não propunha a saída do marxismo, mas sim a mudança de seus fundamentos limitantes. Por esta razão, tanto ele quanto Mouffe ficaram conhecidos como autores pós-marxistas. De fato, o movimento da história da obra do autor não tendeu ao enfraquecimento das suas origens marxistas, mas a uma constante revisitação e fortalecimento (NASCIMENTO, 2017).

O retorno ao radicalismo do marxismo perpassará a crítica presente neste artigo, embora não seja seu foco principal. Não nos ocuparemos em nos contrapor à referida tradição. O objetivo fundamental que nos propomos é mostrar que o conceito de povo, como construído por Laclau,

¹ A virada teórica do autor é mais bem desenvolvida em resenha de sua obra publicada em: “Hegemonia e estratégia socialista”. *Soc. estado*. Brasília, v. 32, n. 2, pp. 535-540, agosto, 2017. Acesso em: 17/09/2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000200535>.

mesmo tendo se afastado consideravelmente do agente histórico do marxismo, é ainda limitado para pensar a democracia dos nossos tempos por ter, com este último, vários pontos de contato.

Isso ocorre principalmente porque, pela perspectiva laclauiana, o povo é limitado e se constrói sempre em oposição a um outro. Ainda, embora não consideramos ser possível uma sociedade sem exclusão, defendemos que a não exclusão faz parte do imaginário democrático e deve guiar nossos esforços no horizonte da democracia. Assim, todos contra o povo representa uma afirmação política de inclusão. Ela significa que nenhum grupo, seja de direita ou de esquerda, pode ser aceito como a representação do todo democrático.

Para desenvolver esta ideia, na primeira parte, apresentaremos alguns pressupostos para o entendimento do conceito de povo de Ernesto Laclau. Na segunda parte, desenvolveremos o conceito de povo como teorizado pelo autor, mostrando suas características mais fundamentais. Por fim, apresentaremos a crítica à noção como construída por este autor e sua incompatibilidade com a política democrática contemporânea, cujo princípio de participação é universal e não excludente.

98

1. Pressupostos para o entendimento do conceito de povo

O conceito de povo, como qualquer outro conceito político, encontra-se em permanente disputa de sentidos, ou seja, é essencialmente aberto e inacabado. Isso quer dizer que sempre lhe será possível adicionar novas significações, pois esta é uma característica própria de todos os conceitos. Seu desenvolvimento é muito antigo e são incontáveis os autores que trataram dele; logo, não nos caberá discorrer exaustivamente sobre as várias definições de povo.

Todavia, para ambientar o leitor no assunto que iremos tratar, faz-se necessário chamar atenção para algumas especificidades relacionadas ao conceito de povo construído por Laclau - especificamente sua ambiguidade enquanto parte e o todo da população - e que serão cruciais para o entendimento deste texto. Poderíamos fazer esse esclarecimento através do próprio autor argentino, todavia, optamos por tomar brevemente a uma das mais antigas disputas na teoria política que se tem registro: entre o pensamento de Platão e Aristóteles. A escolha se deu por razões didáticas, pois nos parece que estes dois exemplos são mais palatáveis para a compreensão quando comparados ao arcabouço teórico da psicanálise escolhido por Laclau, o qual iremos tratar adiante.

O conceito de povo em Platão e Aristóteles está diretamente relacionado ao conceito de democracia, a qual é a forma de governo da maioria, ou o governo de muitos. Em Platão, a democracia se apresenta como uma degeneração da oligarquia, quando os pobres revoltam-se e tomam o poder dos ricos. Em Aristóteles, ela aparece como uma forma corrupta de governo, sendo a mesma definida como o governo de vantagem para o pobre.

Em Platão, a Democracia “nasce quando os pobres, após haverem conquistado a vitória, matam alguns adversários, mandam outros para o exílio e dividem com os remanescentes, em condições paritárias, o Governo e os cargos públicos, sendo estes determinados, na maioria das vezes, pelo sorteio” (PLATÃO, 2000, p. 378). Para Aristóteles, “trata-se de uma democracia quando os homens livres e pobres, formando a maioria, são senhores do Estado” (ARISTÓTELES, 1988, p. 83).

Desse modo, percebe-se de imediato que, para estes autores, o povo não é a totalidade da população, mas a maioria, ou seja, os mais pobres. Entretanto, no caso da Platão, os pobres, ao matarem e expulsarem os ricos, tornam-se também a totalidade da população. É aqui que podemos introduzir a ambiguidade em relação ao conceito de povo, que é essencial no trabalho de Ernesto Laclau. De acordo com este autor, em se tratando do conceito de povo, além da abertura de significação, comum a todos os conceitos, lidamos também com ambiguidade de significado, visto que o povo representa ora a parte e ora o todo da comunidade.

De acordo com Canovan (2005), povo nomeia duas coisas que são, ao mesmo tempo, distintas e equivalentes. Por um lado, o povo nomeia o todo da política, por outro, nomeia a massa de desprivilegiados. Assim, o conceito de povo possui como particularidade interna o fato de nomear tanto o todo da política quanto uma parte da população, usualmente os pobres e excluídos.

[A parte é] algumas vezes a parte privilegiada que controlava a política, mas mais frequentemente a parte excluída do poder. A ambiguidade teimosa entre parte e todo persistiu através de muitos conflitos políticos em que as pessoas excluídas reivindicaram o poder justificando serem a maior parte do povo, entendido como povo soberano, o todo. Dentro da política ocidental contemporânea, movimentos populistas ainda procuram mobilizar o povo como parte excluída em nome do povo-como-um-todo soberano (CANOVAN, 2005, p. 65).

A identificação entre o povo e os pobres manteve-se em vigência durante grande parte da nossa história. Segundo Canovan (2005, p. 66), “na maioria das sociedades anteriores ao século

XX o povo comum era nitidamente distinto da elite, formando não apenas uma maioria numérica, mas uma massa que era pobre, ignorante e desprezada". Ainda de acordo com a autora supramencionada, valendo-se dos escritos de Aristóteles, na antiga Grécia, o povo (*demos*) "no sentido da maioria dos cidadãos significava os pobres em oposição aos ricos (...). Na Roma republicana, o *populus* no sentido da *plebes*, significava os que eram desprezados e muitas vezes temidos" (CANOVAN, 2005, p. 68).

A breve explanação sobre o conceito em questão chama atenção para três pontos que são cruciais, quais sejam: 1) o povo, desde os tempos antigos, achava-se ligado à democracia; 2) o povo sempre representou uma parte da população que era comumente relacionada aos mais pobres; 3) o povo se contrapunha a outro, comumente aos ricos. Desse modo, o povo, como a parte mais pobre e mais numérica, nesta condição de maioria, contrapõe-se antagonicamente aos ricos, tomando para si o poder e fundando uma democracia.

Como veremos a seguir, esta mesma sucessão alimenta o imaginário, na contemporaneidade, dos chamados autores populistas, dentre os quais se encontra Ernesto Laclau. De acordo com Canovan (2005), os autores populistas agitariam a população de excluídos a recuperar o seu poder, apelando para sua identidade de povo. Eles utilizariam em seus apelos o fato de "que a fonte última de autoridade é o povo soberano; que todo poder político legítimo tem como base o consentimento das pessoas, e que estas são capazes de retirar a legitimidade de um regime e concedê-lo a outro" (CANOVAN, 2005, p. 84).

Por esta razão, o povo e principalmente os movimentos populistas contemporâneos, seriam tão temidos. O temor ao povo fundamentava-se justamente na possibilidade acenada por Platão de que a maioria poderia despertar dessa condição e tomar para si o governo, ou seja, poderiam perceber que são excluídos do poder, apesar da sua condição de maioria. Pensava-se que o povo, quando identificado como a grande massa da população, poderia ser facilmente manobrado contra aqueles que ocupavam o governo, a elite.

Três razões relacionadas para temer a pessoas comuns (povo) foram passadas para pensadores políticos posteriores. Como as pessoas comuns eram pobres, elas poderiam ser facilmente estimuladas por demagogos para saquear os ricos. Sendo também ignorantes e ressentidos, eles eram irracionais e passíveis de se transformar em uma multidão, o monstro de muitas cabeças' que assombrou os políticos de elite e a imaginação de Platão a Shakespeare e além (Hil 1974). Eles colocariam em perigo qualquer constituição mista e limites de poder, em terceiro lugar, eles poderiam ser induzidos por um líder militar populista para apoiar o estabelecimento de uma tirania (CANOVAN, 2005, p.68).

Para Laclau, entretanto, a aversão ao populismo é fruto de má interpretação, pois ele nada mais seria que uma lógica política que não dispõe de conteúdos específicos, embora tenha uma natureza singular (LACLAU, 2013). A especificidade do populismo seria, segundo Laclau, o fato de que nele há uma construção política hegemônica de um povo contra o poder, sem que isso implique que tal povo seja uma massa de pobres e desprezados, ou possua qualquer significação previamente dada. Dito de outra forma, o populismo seria uma lógica radical, cuja principal característica é a divisão simbólica do social em dois campos antagônicos, separando o “povo” do seu “outro”.

Falaremos sobre as operações hegemônicas em instantes, porém, antes disso, é preciso reter três pontos sobre o que acabamos de dizer sobre o populismo, os quais serão importantes adiante: 1) o povo do populismo não está ligado a um regime específico, ou seja, não necessariamente dará início a democracia² – se por democracia considerarmos um regime de igualdade e liberdade, cuja escolha de representantes é feita através de voto; 2) o povo representa uma parte da população que é comumente relacionada aos mais pobres; 3) o povo se contrapunha a outro, comumente os ricos, mas também a institucionalidade.

Como será mostrado na terceira parte deste texto, algumas das dificuldades em relação ao conceito do povo e do populismo relacionam-se com o fato de que, nos dias atuais, a democracia não é pensada simplesmente como um regime democrático em que o povo encontra-se no poder, mas como um sistema representativo que abrange inúmeras especificidades que são frutos de experiências que buscaram afastar da democracia seus aspectos degenerados e corruptos, para utilizar as expressões de Platão e Aristóteles.

101

2. O povo como significante vazio

Tendo feito uma pequena introdução ao embaraço que nos comprometemos a tratar, devemos agora adentrar nas especificidades da obra de Ernesto Laclau. A base da construção teórica desenvolvida por ele, a teoria do discurso, encontra-se na obra *Hegemonia e Estratégia*

² Para os democratas radicais, dentre os quais Laclau, se o povo está no poder, trata-se de uma democracia, porém, neste texto, estamos considerando que a democracia só existe a partir de uma série de elementos, tais como: liberdade, participação, transparências, entre outros, comumente relacionados à democracia representativa.

Socialista (1985), escrita com Chantal Mouffe, onde os autores apresentam como ocorrem as construções hegemônicas³.

De modo simplificado, uma operação hegemônica ocorre quando um discurso particular - uma demanda política, por exemplo -, de forma contingente – pois nunca se sabe quando isto poderá acontecer-, consegue articular em torno de si tantos outros sentidos ou demandas a ponto de representá-los como uma universalidade, em oposição a outros discursos que lhes são antagônicos. Laclau oferece um exemplo de como esta operação se desenvolve a partir da descrição de uma situação comum no terceiro mundo.

Imagine uma grande massa de migrantes agrários que vão morar nas favelas das periferias de uma cidade industrial em desenvolvimento. Surgem problemas habitacionais e as pessoas por eles afetadas solicitam algum tipo de solução às autoridades locais. Aqui temos uma *demand*a que inicialmente talvez seja apenas uma *solicitação*. Se a demanda for atendida, o problema termina aí. Caso contrário, as pessoas podem começar a perceber que seus vizinhos têm outras demandas que também não foram atendidas: problemas com a água, a saúde, a escola, etc. Caso a situação permaneça imutável durante algum tempo, ocorrerá um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo *diferenciado* (cada uma delas isolada das outras). Estabelece-se entre elas uma relação de equivalência. O resultado, caso a situação não seja contornada por fatores externos, poderia facilmente ser um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas (LACLAU, 2013, p. 123).

A partir do exemplo acima, Laclau indica como ocorre a possibilidade da formação de uma discurso hegemônico, bem como a sua contingência. Perceba que a articulação de várias demandas para fortalecer uma demanda inicial só ocorre se elas não forem atendidas de modo isolado e se as pessoas perceberem o abismo entre elas e o sistema institucional. Logo, a contingência está ligada à eventualidade da situação – as pessoas estarem reunidas – e também à percepção das pessoas em se disporem ou não a formar um movimento.

Convém notar ainda que o autor parte de uma situação de falta, ou seja, de uma necessidade não suprida pela institucionalidade. Sem essa demanda inicial, não haveria possibilidade de uma articulação e nem do surgimento do povo. Em termos teóricos, a falta é explicada por Laclau através do princípio de falta constitutiva, tomada de empréstimo da

³ Para uma melhor compreensão da construção da lógica hegemônica, favor acessar o artigo: As raízes filosóficas e os primeiros contornos da teoria do discurso de Ernesto Laclau. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 24, n. 1, 2016. Acessar em: <<http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/268>>. Acesso em: 17/09/2019.

psicanálise de Jacques Lacan⁴. Falta constitutiva refere-se a uma significação que nunca pode ser finalmente preenchida.

No caso da discussão de Laclau, a grande falta constitutiva das nossas democracias modernas seria a da vacância do poder, visto que a partir da queda do rei e da consolidação dos sistemas eletivos, ninguém mais pode ocupar o espaço do poder infinitamente (NASCIMENTO, 2016). No exemplo anterior, a falta seria a própria ausência de recursos habitacionais que deveriam ser garantidos pelo poder público.

Entretanto, como sabemos, o poder nunca está, em rigor, vazio. De fato, a fim de oferecer uma forma de organização social, a sua ocupação é sempre requerida, pois as pessoas não podem viver sem uma ordem. Como essa vacância é impossível de ser finalmente preenchida, ou podemos dizer, como essa falta constitutiva é marcada pela impossibilidade da significação total, o único modo de preenchê-la provisoriamente é através da representação, momento em que um discurso parcial assume a tarefa de encarnar uma universalidade impossível (NASCIMENTO, 2016).

Em outras palavras, o vazio do poder precisa estar sempre provisoriamente ocupado, e sua ocupação se fará através de uma construção hegemônica, na qual um determinado grupo ou mesmo um líder, tomará a tarefa de representar a totalidade da comunidade que, em rigor, é impossível de ser completamente representada. Todavia, se aqueles que ocupam provisoriamente o poder não conseguirem atender a todas as demandas políticas da população, eles poderão ser substituídos por uma outra construção hegemônica que se formará em oposição a este.

Assim, tomando como base o exemplo anterior, há problemas sociais que estão afetando determinadas pessoas, as quais demandam que tais problemas sejam resolvidos. Inicialmente, essas demandas surgem como solicitações e assim permanecerão, caso sejam atendidas de forma

⁴ No artigo intitulado *Vislumbrando o futuro* (2004), Ernesto Laclau explica as similaridades entre a sua teoria e a de Jacques Lacan, ao mesmo tempo em que sintetiza à sua própria. De acordo com ele: “minha teoria da hegemonia afirma: 1) que existe um deslocamento constitutivo em qualquer arranjo estrutural que, em última análise, impossibilita qualquer tipo de identificação simbólica completa; 2) que o objeto capaz de preencher essa estrutura da falta, sendo necessária e impossível, pode ser apenas um objeto particular que assume o papel de gerar uma plenitude incomensurável consigo mesma (isto é, o link hegemônico); 3) que, sendo este elo essencialmente contingente, não há conexão lógica entre representante e o que ele representa - não há passagem ‘natural’ de um para o outro (é por isso que é necessário um ‘investimento radical’, o último envolvendo um vínculo afetivo entre dois objetos); 4) que, como resultado, não existe apego permanente entre o significante da plenitude e os vários objetos encarnados (nos termos de Lacan: sempre haverá uma lacuna entre os gozo esperado e o gozo obtido)” (LACLAU, 2004, pp. 299-300).

institucional. Se, de outro modo, forem negadas ou ignoradas pela institucionalidade, poderão ter seu *status* modificado e se transformarem em exigências.

Esta operação hegemônica, segundo Laclau, serve para explicar a ascensão de qualquer discurso que se torna hegemônico, ou seja, sempre haverá uma situação de falta, seguida de uma contingência que faz emergir uma identidade particular que acaba por representar uma cadeia de sentidos que lhe excede.

As demandas negadas são embrião para a formação do povo e, na teoria de Laclau, para a formação do populismo. Logo, segundo o autor, o povo não é uma simples agregação de indivíduos, mas uma categoria eminentemente política. Como antecipamos, o povo não corresponde ao todo da comunidade, ele é a parte insatisfeita com a institucionalidade. Porém, o povo é a parte que se apresenta como todo, ou seja, é uma parte que pretende ser o todo.

Para Laclau, a representação da parte enquanto todo se dá de uma forma muito mais radical que uma simples ambiguidade de sentidos. Não é que a parte seja confundida com o todo, ela é, em certo sentido, o todo. É “uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo” (LACLAU, 2013, p. 134). Não se trata de uma parcela da população que se identifica com o todo, mas uma parte que funciona como o todo, e que toma para si a legitimidade do todo.

104

O *demos* atribui a si mesmo, como algo que lhe cabe de direito, uma igualdade que pertence a todos os cidadãos. Ao agir assim, esta parte, que não é o todo, identifica sua propriedade imprópria com o princípio exclusivo de comunidade e identifica seu nome – o nome da massa indistinta de homens sem posição – com o nome da própria comunidade. (...). O povo se apropria da qualidade comum como se fosse sua. Estritamente falando, o que ele aporta à comunidade é a disputa (RANCIÈRE, 1996, p. 26).

Deste modo, o povo não apenas tem como função representar a totalidade ausente, mas deve nomear a própria totalidade. Logo, “o objeto parcial não é *uma parte de um todo*, mas *uma parte que é o todo*” (LACLAU, 2013, p. 175). Trata-se da operação que, na psicanálise, Lacan chama de “a elevação de um objeto ordinário à dignidade da Coisa” (LACLAU, 2013, p. 176). Sua função não é simplesmente representar, mas substituir o objeto ordinário pela Coisa, como em um processo de sublimação.

Em termos lacanianos: um objeto é elevado à dignidade de Coisa. Neste sentido, o objeto do investimento hegemônico não constitui uma segunda escolha em relação à coisa *real*, que seria uma sociedade *inteiramente* reconciliada, a qual, numa totalidade sistêmica, não exigiria nem investimento nem hegemonia. É, simplesmente, o nome que a plenitude recebe em certo horizonte histórico, o qual, enquanto objeto parcial de um

investimento hegemônico não é um *ersatz*, mas o ponto de partida de ligações profundas (LACLAU, 2013, p. 180).

Traduzindo-se esta discussão para o conceito central deste estudo, pode-se inferir que o povo, embora não seja o todo, é o todo. Todo, não no sentido de totalidade, mas da representação da totalidade de tal forma que passa a ser a própria totalidade. A Coisa seria uma comunidade totalmente reconciliada, algo que é impossível, pois o povo seria o objeto ordinário, aquele que promete oferecer a reconciliação final quando, na verdade, é apenas um grupo que se contrapõe ao poder. O povo não é o todo, mas funciona como se assim o fosse, pois aqueles que se juntam ao seu discurso o fazem por entender que se trata do verdadeiro povo, em oposição a outros que seriam ilegítimos para ocupar essa posição.

Também é essencial notar que, para Laclau, o povo não pode ser conhecido *a priori*, ou seja, não existe uma população determinada a quem poderíamos nomear de povo. Usualmente, como dissemos, o povo é identificado como a parte mais pobre e excluída da população, mas nada impede que um movimento de elite possa tomar a identidade de povo, se apresentar como verdadeiro povo, e formar um populismo de direita, por exemplo. O povo, como um significante vazio, é produzido retroativamente através da própria construção hegemônica (NASCIMENTO, 2018).

Isto ocorre porque, segundo o autor, o povo é um significante vazio, ou seja, um significante que não possui significados fixos. É através dele que se pode preencher temporariamente uma falta constitutiva. O papel semântico de um significante vazio é, justamente, funcionar como nomes de uma plenitude que é constitutivamente ausente. Por ser a plenitude constitutivamente ausente, ou seja, pelo fato do poder não ser definitivamente ocupado, o significante permanece vazio, mas este é um vazio que pode ser significado, pois estamos lidando com um “vazio *no interior* da significação” (LACLAU, 2013, p. 166). Para Laclau (2013), um significante vazio é comparável ao “zero de Pascal”, onde o “zero” é ausência do número, mas também é um número.

O vazio, no que diz respeito a este lugar, não significa simplesmente *vacuidade*; ao contrário, o vazio existe porque aquela vacuidade aponta para a ausente completude da comunidade. Vazio e completude são, na realidade, sinônimos. No entanto, essa completude/ vacuidade somente pode existir encarnada numa força hegemônica. Isto significa que o vazio circula entre o lugar e seus ocupantes. Eles se comunicam um com o outro (LACLAU, 2013, p. 247).

Em outras palavras, pelo fato do povo não possuir características distintivas, por ser um significante vazio, qualquer um poder se dizer parte do povo ou pode dizer que fala em nome do povo. De fato, ninguém que queira ocupar um espaço na política nos dias atuais pode se dizer contra o povo.

Vale ressaltar ainda que a construção hegemônica ocorre, segundo Laclau, a partir da lógica do antagonismo. Para a teoria do discurso construída pelo autor⁵, não existe a possibilidade de estabelecer uma nova hegemonia sem a criação de fronteiras políticas. Para ele, é preciso reconhecer que não é possível “haver política radical sem a definição de um adversário. Ou seja, tal política requer a aceitação da inerradicabilidade do antagonismo” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 45). Nota-se neste trecho a menção à política radical e ao estabelecimento de uma nova hegemonia. Isso significa que o termo com o qual nos ocupamos, o povo, não trata de uma reunião qualquer de pessoas que assim se identifiquem. O povo tende a dividir a sociedade em dois campos: de um lado, a institucionalidade e, de outro, aqueles que dela foram excluídos e que intentam contestá-la e recriar o social em novos termos.

Em outras palavras, o povo é constituído por sujeitos que intentam provocar um deslocamento político contra o sistema em voga⁶. Deslocamento político refere-se, na teoria do discurso, a momentos políticos radicais em que se buscam promover mudanças significativas na ordem política vigente. Exclui-se, desse modo, as reuniões de pessoas que intentam obter benefícios dentro do próprio sistema político, pois a estas apenas interessam que seus requerimentos sejam contemplados.

O povo surge a partir de uma situação de negação de direitos. Isso significa que o conceito de povo pressupõe a existência de um contrapoder, aquele que lhe nega a sua completude, ou podemos dizer, a institucionalidade que não lhe reconhece a demanda. O povo, conforme teorizado por Laclau, é uma tentativa de recompor a unidade a partir de um novo ponto.

⁵ Escrito em parceria com Chantal Mouffe.

⁶ Para compreensão do deslocamento político provocado pelo povo, favor consultar o seguinte artigo: O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda? *Revista Estudos Políticos*, v. 9, n. 1, 2018. Acessar em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2019/03/vol-9.1-pp.-32-48.pdf>>. Acesso em: 17/09/2019.

3. Todos contra o povo

Nesta última seção, trataremos de promover a crítica ao conceito de povo de Laclau, especificamente sua utilização como parte da democracia. Antes disso, será preciso observar alguns pontos já tratados até aqui. Em primeiro lugar, é importante chamar atenção para o fato de que, apesar do lapso temporal significativo entre os teóricos antigos – Platão e Aristóteles - e Laclau, algumas similaridades podem ser traçadas entre eles. Como exemplo, podemos citar o fato de que o povo representa parte da população, o fato de que a partir de um determinado evento acredita ser um agente legítimo para tomar o poder e, ainda, o fato de que o povo se opõe àqueles que ocupam a ordem vigente, a institucionalidade. Por fim, tanto os autores antigos quanto Laclau acreditam que a ocupação do poder pelo povo leva a uma democracia.

Este último ponto ainda não foi devidamente tratado, portanto, começaremos por ele. Até este momento, havíamos relacionado o conceito de povo com o populismo, conforme construído por Ernesto Laclau. O próprio autor constrói o seu conceito a partir desta relação. Porém, em 2010, em entrevista concedida à revista Eurozine⁷, Laclau declarou que, para ele, o populismo e a democracia radical⁸, conceito criado por ele em parceria com Mouffe, coincidiam inteiramente. Sendo assim, a partir deste momento, trabalharemos com a hipótese de que tudo que dissemos sobre o populismo serve para pensar a democracia.

Para dar início à nossa crítica, buscaremos outra vez auxílio nos autores antigos. Aristóteles identifica que as variadas formas de governo podem ser puras ou corruptas em relação a quem esse governo visa beneficiar: o interesse geral ou o interesse próprio. Na democracia, os pobres governariam para o seu próprio interesse e não para o interesse geral, daí viria sua corrupção. Lembre-se que, na democracia de Aristóteles, diferente da de Platão, os pobres não matam e nem expulsam os ricos; pelo contrário, convivem com eles, porém, governam para si.

Se tomarmos a assunção de Aristóteles como verdadeira, a democracia defendida por Laclau tenderia a ser considerada como uma forma corrupta, já que o discurso hegemônico que ela forma surge através da oposição àqueles que ocupam o poder, e o povo apresenta-se como único ator legítimo. Uma exceção seria caso aqueles que vierem a ocupar o poder governem em

⁷ A entrevista tem como título *The Defender of Contingency* e pode ser acessada em: <<http://www.eurozine.com/articles/2010-02-02-laclau-en.html>>.

⁸ A democracia radical é o conceito de democracia desenvolvido por Laclau e Mouffe em 1985.

benefício de todos; entretanto, não existe qualquer garantia de que esse cenário venha a se apresentar.

Os populistas pensam que é perfeitamente legítimo que, sendo o povo a fonte última do poder e tendo direito de concedê-lo ou de negá-lo, ele possa e deva ser agitado quando lhe for necessário defender seus direitos. É a partir desta suposição que também parte o autor chave deste estudo. Entretanto, do nosso ponto de vista, o problema está no fato de que, ao construir um bloco político antagônico, o povo contra o poder, promove-se outra divisão radical social e uma nova exclusão se insere no lugar da qual se queria resolver.

Para Laclau, este não é um problema passível de solução, visto que ele considera que a diferença e a desigualdade nunca podem ser completamente resolvidas; logo, sempre haverá oposição e antagonismo. Neste trabalho, partimos da mesma suposição. Entretanto, consideramos que a aceitação da inerradicabilidade da desigualdade não justifica partirmos de um imaginário democrático desigual; pelo contrário, deve nos levar a pensar em um imaginário radicalmente igual que possa desafiar a desigualdade política.

É na revolução democrática moderna que encontramos a democracia ligada à ideia da igualdade ampla e irrestrita. Como dissemos, na Antiguidade, a democracia foi identificada por teóricos como Platão e Aristóteles como o governo dos pobres ou de muitos, em contraste com os governos de poucos. Não havia neste contexto a ideia moderna da igualdade dos seres humanos; os pobres eram iguais apenas em sua condição de pobreza, e eram radicalmente opostos aos ricos.

Especificamente na democracia teorizada por Platão, encontramos uma ideia de governo radicalmente igualitário e de pobres. “Povo” e “pobre”, nesse caso, significam a mesma coisa, e a igualdade é o resultado dessa condição. Os pobres são iguais na sua situação de despossuídos, tão iguais que poderiam ser escolhidos para governar por sorteio. Contudo, a igualdade, neste caso, não é adquirida por uma consciência universal de que as pessoas são iguais em todos os lugares, nem pela radical oposição à desigualdade, e sim porque os “desiguais” foram mortos ou exilados, restando na cidade apenas os iguais em tudo, onde tudo foi dividido em condições paritárias.

Em contraste, no imaginário ocidental moderno, especialmente advindos da Revolução Francesa, buscou-se construir “uma sociedade com homens tão iguais e condições tão iguais quanto à humanidade permite” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 187). A partir deste novo imaginário, uma importante mudança ocorreu na modernidade: a democracia deixou de ser considerada um governo de muitos e passou a ser vista como o governo de todos. Em contraste com o modelo

antigo, “a democracia moderna, não tem limites, e é por isso que Spinoza a chama de ‘absoluto’. Este movimento de *muitos* para *todos* é uma pequena mudança semântica, mas com consequências extraordinariamente radicais!” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 240).

Desse modo, na percepção moderna da democracia, a consideração de quem se identifica como povo é secundária em relação à consideração de que o sistema democrático não exclui a ninguém por ser um sistema igualitário. Ao criar uma sociedade horizontal onde todos os homens são iguais, a Revolução mudou o imaginário social, criando uma “pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadãos” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 59).

Certamente o reconhecimento da igualdade de todas as pessoas não torna os governos democráticos automaticamente igualitários. O imaginário político da igualdade precisa ser positivado por práticas e instituições, o que nem sempre ocorre. De fato, em nome do absoluto e das regras do jogo da política, muitas desigualdades acabam sendo relegadas ao âmbito privado ou são tomadas como considerações secundárias em nome do bem maior de todos.

Além disso, embora nossos sistemas políticos modernos ocidentais reconheçam a soberania do povo - aqui entende-se que todos têm direitos políticos -, sua atuação é comumente pré-programada dentro de estruturas e limitações constitucionais e suas manifestações são comumente restritas. É contra isto que teóricos populistas, incluindo Ernesto Laclau, se contrapõem. Para eles, a democracia não deve ser identificada como simples sistema político, mas como algo muito mais radical.

Segundo Laclau (2004, p. 295), “a democracia só é radical se envolver um esforço para dar uma voz política ao oprimido”. Isso quer dizer que, para ele, a democracia não está fixamente incorporada a nenhum regime e que mesmo um governo político militar e autoritário pode ser considerado democrático se cumprir com o requisito de absorver as demandas do povo.

109

Na América Latina, nas décadas de 1930 e 1940, os regimes militares nacionalistas que incorporavam as massas à esfera pública eram muito mais democráticos do que os regimes parlamentares corruptos e baseados em clientelismo que os precedeu, embora este respeitasse as regras liberais formais (LACLAU, 2004, p. 295).

Dessa forma, como se observa no excerto acima, Laclau admite que o povo pode adquirir contornos políticos que não se identificam com as regras institucionais democráticas – da democracia representativa - podendo inclusive adquirir contorno político autoritário. Contra esta ideia, defendemos com Canovan (2005) que a limitação constitucional do exercício do poder, ou

seja, as regras democráticas, tem a finalidade da manutenção dos direitos, incluindo os direitos das minorias impopulares. Isto significa que a democracia visa a proteção não apenas da maior parte da população, identificada como o povo, mas também da elite política minoritária.

A defesa dos democratas radicais em torno da ideia do populismo baseia-se na premissa de que a vontade do povo é o principal elemento que deve ser defendido pela democracia. Sendo assim, é preciso protegê-la a todo custo, mesmo se o preço a ser pago for o do próprio sistema democrático, visto que, pela perspectiva desses autores, o sistema democrático representativo mais comum em vigência nos dias atuais não seria, em rigor, democrático caso a vontade do povo fosse suprimida.

Junto com Laclau, defendemos a perspectiva de que a democracia deve dar voz a todos, inclusive àqueles que têm as suas demandas negadas pela institucionalidade. Porém, em contraste com este autor, advogamos que as regras institucionais democráticas são fundamentais e que as demandas populares devem ser limitadas dentro do próprio sistema para a preservação deste último e para sua não desintegração.

Concordamos com Canovan (2005) que afirma que a democracia “implica também um governo conduzido de acordo com princípios, às vezes contrários à opinião popular”. A formação de uma identidade popular hegemônica implica uma simplificação das demandas do povo que não se verifica nas estruturas modernas que são complexas e pautadas em um emaranhado de leis e regras. Elas podem, muitas vezes, dificultar o acesso às grandes mudanças políticas, mas existem justamente para tornar a democracia uma experiência permanente frente às ameaças não democráticas. Para Canovan:

110

A tentação é pensar na democracia liberal moderna como um cruzamento entre dois elementos que são em essência bem diferentes um do outro: por um lado, democracia pura, entendida como regra direta pelo povo; por outro lado, o liberalismo constitucional, concebido como uma tradição aristocrática de governo limitado, principalmente preocupado com a proteção de direitos. A vertente liberal constitucional, associada à liberdade individual, bem como propriedade desigual, é considerada essencialmente oposta ao poder popular, que está associado no modelo à regra da massa e a tirania da maioria. E já que as pessoas estão aparentemente de um lado, enquanto liberdade, direitos e civilização do outro lado, a democracia moderna tem sido, sob esse ponto de vista, possibilitada apenas restringindo drasticamente o acesso popular à política. Em certo sentido, então, os populistas estão certos em ver a democracia contemporânea como uma conspiração para manter o poder longe das pessoas, que são perigosas justamente porque são certas (CANOVAN, 2005, p. 85).

O excerto acima oferece importantes bases para compreender nossa oposição a teóricos do populismo, como Ernesto Laclau. O populismo divide o campo social em lados antagônicos mutuamente excludentes. Em uma parte, a elite representa a institucionalidade; na outra, o povo é associado à maioria cujo acesso à política é restringido, mesmo sendo ele seu principal fiador. A grande dificuldade aqui é que o povo, quando identificado com os excluídos, embora possa ser considerado como maioria, não é o único titular do poder do povo-como-todo. Se aceitamos que a democracia deve abranger a todos, esta exclusão não pode ser aceita pela política democrática.

Como já foi antecipado acima, a democracia moderna não se configura como o governo de muitos ou dos pobres, mas como o governo para todos. Desse modo, não há qualquer razão para se justificar que uma parte da população deve tomar para si a tarefa do governo em nome próprio. Certamente essa regra não impede que politicamente esta operação possa ser intentada. Aqui podemos fazer uma distinção entre o populismo enquanto lógica de produção de identidades políticas e enquanto lógica política de governo. No primeiro caso, o populismo seria uma lógica de construção de identidades políticas que tem como principal característica a reunião de propostas em torno do nome do povo. Em contraste, o populismo como lógica política - que se vincula à institucionalidade e à democracia - é muito mais radical (RETAMOZO, 2014). Neste segundo caso, a lógica do povo é introduzida dentro da própria governabilidade, ou seja, aceita-se que uma maioria, ainda que parcial, encarne a tarefa de recompor a institucionalidade a partir de suas próprias demandas não acolhidas.

No entanto, pela nossa perspectiva, qualquer solução política democrática não deve partir da divisão do social, mas deve considerar seu entrelaçamento. Isso, de nenhum modo, sugere pensar uma ideia de política em que o dissenso esteja excluído, e nem mesmo onde a desigualdade seja negada. Sempre haverá exclusão no social; porém, o imaginário político democrático está assentado inteiramente na busca por essa impossibilidade. A mudança no regime democrático moderno, que o transformou de um regime de *muitos* para um regime de *todos*, teve como consequência converter a democracia em um sistema não excludente.

É verdade que, como dissemos, as revoluções modernas não instituíram imediatamente o conceito universal de democracia em termos práticos. Um exemplo disso foi a exclusão de certos grupos do direito ao voto, tais como as mulheres, os não proprietários, os não brancos, entre outros. No entanto, a noção do voto universal serviu para orientar os nossos desejos e práticas

políticas e, até hoje, são fundamentais para respaldar o problema da exclusão (HARDT; NEGRI, 2004).

Nesse sentido, a democracia, ao estabelecer o princípio do todo e do universal, não supõe a anulação automática de toda a exclusão na prática; todavia, oferece um imaginário igualitário em que todas as formas de exclusão podem ser contestadas. Certamente Laclau estava ciente de tal princípio e construiu seu conceito de povo valendo-se desta ideia.

No entanto, ao confiar ao povo parcial o papel político de retomar o poder contra a exclusão da institucionalidade vigente, Laclau ressuscitou, em certo sentido, o agente histórico do marxismo que tem por função salvar o mundo. Embora tenha construído uma versão refinada do agente do marxismo, não limitando-o a uma identidade de classe, mas deixando totalmente em aberto a identidade do povo para uma construção hegemônica contingente, ainda assim Laclau não resiste à tentação de atribuir ao povo a tarefa da emancipação.

Vale ressaltar que a emancipação não deve ser entendida como aquela do marxismo que resultaria em um mundo completamente novo. Laclau dedica boa parte de sua obra a mostrar que a emancipação é um intento impossível. Ainda assim, ele acredita que o povo pode ser capaz de mudar radicalmente o social através de deslocamentos políticos.

Outra diferença entre a teoria de Marx e de Laclau é que, para este último, o discurso do povo pode ser tomado tanto pela esquerda quanto pela direita, sendo completamente aberto, visto que o significante vazio do povo não possui qualquer atribuição *a priori*. Ainda, o autor acredita que a representação do povo é sempre legítima, independentemente das pautas que possa defender e sem considerar contra quem irá se contrapôr, abrindo a possibilidade de não abranger regras democráticas e nem igualitárias.

É sobre este ponto que podemos falar em um retrocesso da teoria de Laclau em direção ao retorno do marxismo, afastando-se dos desenvolvimentos iniciais da democracia radical. No livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, por exemplo, o autor – juntamente com Mouffe –, afirmava que “entre a lógica da identidade total e a da diferença pura, a experiência da democracia deve consistir no reconhecimento da multiplicidade de lógicas sociais juntamente com o da necessidade de sua articulação” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 278). Desse modo, acredita-se que a democracia deveria buscar o equilíbrio entre as várias possibilidades do jogo político.

O populismo teorizado por ele posteriormente, em contraste, é construído através do privilegiamento de um grupo através da divisão radical entre o “povo” e o poder que é insensível

a eles. As demandas que a democracia radical buscava articular não tinham por função dar vazão a demandas de grupos excluídos contra o poder institucional, mas a demandas de grupos subordinados que estão em situação de marginalidade em relação ao poder e que devem ter suas pautas incluídas. O que isso significa? A democracia radical consiste na ampliação da pluralidade de espaços de debate e na expansão das fronteiras políticas, de modo que os grupos subordinados possam ter suas lutas politicamente reconhecidas como formas de opressão. O que se intenta é incluir dentro do sistema aquelas identidades que antes não eram reconhecidas como legítimas.

Isto nos permite ver em que sentido podemos falar do projeto de uma democracia radical como alternativa para a esquerda. Este não pode consistir na afirmação, a partir de **posições de marginalidade**, de uma série de **demandas anti-sistêmicas**; ao contrário, ele deve se basear na busca de um ponto de equilíbrio entre um máximo avanço da revolução democrática numa ampla gama de esferas, e a capacidade de direção hegemônica e reconstrução positiva destas esferas, por parte dos grupos **subordinados** (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 279) (Grifo nosso).

No caso do populismo, o que está em jogo não é deslocar as fronteiras de dentro do poder, mas fundar um novo poder. Na democracia radical, Laclau dá destaque ao momento de reconstrução social a partir de um novo projeto que deve lidar com a pluralidade de todos os grupos como pautas democráticas legítimas em *um* espaço político heterogêneo. No caso do populismo, o destaque é dado ao momento de contestação em que o social é dividido em dois campos antagônicos, cada qual encarnando sua própria positividade radicalmente diferente e, em alguns casos, quase incomunicáveis, o que pode inclusive gerar um sistema autoritário.

Da nossa perspectiva, é justamente esta característica ligada ao populismo que nos leva a rejeitá-lo. Diferente do que admite o autor, advogamos que nem todo discurso pode ser aceito no jogo democrático e especialmente que não é possível admitir discursos totalitários que possam ameaçar as regras da democracia. A democracia – como forma de governar – deve dar voz a todos e não pode preceder de garantir a liberdade pautada em um imaginário igualitário; todavia, para que isto seja possível, é preciso preservar o próprio sistema político democrático de modo que as regras do jogo sejam alargadas, mas nunca canceladas.

Considerações finais

No presente artigo, exploramos brevemente a discussão envolvida em torno do conceito de povo e promovemos críticas pontuais à noção desenvolvida pelo teórico político Ernesto

Laclau. Inicialmente, apresentamos alguns pressupostos para o entendimento do conceito em questão ligados à sua ambiguidade característica enquanto todo e parte da população. Em seguida, mostramos como essa mesma ambiguidade é radicalizada por Laclau ao tomar o povo como significante vazio, utilizando-se das ferramentas teóricas criadas por Jacques Lacan. Por fim, adicionamos uma seção com críticas pontuais ao teórico argentino.

O primeiro ponto destacado foi sobre a ambiguidade já destacada entre o povo e o toda da comunidade que na teoria de Laclau ganha contornos radicais. O povo, em sua perspectiva, não apenas é ao mesmo tempo a parte e o todo, ou seja, não é apenas a parte que fala em nome do todo, mas uma parcela que funciona como totalidade da comunidade a partir de uma operação de sublimação.

Contrapondo-se a este ponto argumentamos que, no imaginário democrático moderno, pautado na assunção de que a democracia abrange a todos, seria inapropriado falar em um povo que represente a totalidade da população, quando este é, na verdade, apenas uma parcela. Pressupõe-se que, ainda que algumas práticas políticas possam ser excludentes, a racionalidade democrática precisa ser includente para que estas deficiências possam ser eficazmente combatidas. Esta desaprovação aplica-se apenas à teorização do conceito de povo, pois sabemos que em termos de práticas políticas a identificação das pessoas enquanto povo será sempre um recurso possível, porém não deve ser admissível como forma de construção do imaginário político e social.

Um segundo parecer negativo em relação a Ernesto Laclau é o fato deste autor aceitar a possibilidade da construção, pelo povo, de um novo poder não necessariamente a partir de regras democráticas. Através de uma operação hegemônica ele contrapõe o povo à institucionalidade de modo que o primeiro, intentaria recriar o poder sobre novas bases. Para o autor, considerando que o novo poder seria criado pelo povo e a partir do povo ele seria naturalmente um poder democrático. De nossa perspectiva, em contraste, toda e qualquer contestação na democracia deve ter como função alargar os seus limites de modo a incluir pautas e demandas sempre dentro do próprio sistema, sem que se intente destruir as regras do jogo democrático, mesmo em nome de um grupo hegemônico. Dito de outro modo, nada justifica que a democracia possa se transformar em uma política autoritária de maioria, independentemente de quem esta seja.

Referências

- ARISTÓTELES (1998). *A política*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1998). *Dicionário de política*. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CANOVAN, Margaret (2005). *The people*. Cambridge: Polity.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2004). *Multitude: War and democracy in the age of empire*. New York: The Penguin Press.
- LACLAU, Ernesto (2004). “Glimpsing the future”. In: SIMON CRITCHLEY and OLIVER MARCHART. *Laclau: A critical reader*. London and New York: Routledge, pp. 279-328.
- _____. (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Rio de Janeiro: Intermeios.
- NASCIMENTO, Kamila (2016). “As raízes filosóficas e os primeiros contornos da teoria do discurso de Ernesto Laclau”. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 24, n. 1, pp. 93-109. Disponível em: <<http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/268/171>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- _____. (2017). “Hegemonia e estratégia socialista”. *Soc. estado.*, Brasília, v. 32, n. 2, pp. 535-540, agosto. Acesso em: 15 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n2/0102-6992-se-32-02-00535.pdf>>.
- _____. (2018). “O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda?” *Revista Estudos Políticos*, v. 9, n. 1, pp. 32-49. Acesso em: 15 dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39849/22934>.
- PLATÃO (2000). *A república*. 3 ed. Belém: EDUFPA.
- RANCIÈRE, Jacques (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- RETAMOZO, M (2014). “Ernesto Laclau y Emilio de Ipola ¿un diálogo? Populismo, socialismo, democracia”. *Identidades*, ano 4, n. 6, pp. 38-55. Acesso em: 15 dez. 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/158832408.pdf>>.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1997). *O antigo regime e a revolução*. 4 ed. Brasília: UNB.

Abstract

This article aims to: 1) briefly present the necessary assumptions for the understanding of the concept of people built by the Argentinian political theorist Ernesto Laclau; 2) show the concept of people proposed by the mentioned author; 3) critically analyze the referred concept and its use to think about contemporary democratic practices. Throughout his academic career, the aforementioned author developed important theoretical tools for thinking about political formations, such as the concept of people. He offered a perspective apart from prejudice and interpreted politics out of the traditional rationality, showing its dissent and passions. However, as we will argue, specifically in relation to the concept of people, the author offers an alternative that is incompatible with the democratic politics of our time, based on the inclusion of all.

Keywords: People; Ernesto Laclau; Political Theory; Post-Structuralism.

116

Resumen

Este artículo tiene como objetivos: 1) presentar brevemente los supuestos necesarios para la comprensión del concepto de pueblo construido por el teórico político argentino Ernesto Laclau; 2) mostrar el concepto de pueblo propuesto por el referido autor 3) analizar críticamente este concepto y su uso para pensar sobre las prácticas democráticas contemporáneas. A lo largo de su carrera académica, el autor antes mencionado desarrolló importantes herramientas teóricas para pensar sobre formaciones políticas, como el concepto de pueblo. Ofreció una visión alejada de las ideas preconcebidas e interpretó la política de fuera de la racionalidad tradicional, mostrando sus desacuerdos y pasiones. Sin embargo, como argumentaremos, específicamente en relación con el concepto de pueblo, el teórico ofrece una alternativa incompatible con la política democrática de nuestros tiempos, basada en la inclusión de todos.

Palabras clave: Pueblo; Ernesto Laclau; Teoría Política; Post-Estructuralismo.

Três leituras sobre o dissenso na Arte Pública: antagonismo, heterotopia e ficção

Three readings about disense in Public Art: antagonism,
heterotopia and fiction

Tres lecturas sobre lo disenso en el Arte Público:
Antagonismo, heterotopia y ficción

Recebido em 10-10-2019
Modificado em 05-12-2019
Aceito para publicação em 15-12-2019

117

Diego Kern Lopes 

ORCID: 0000-0003-2431-0778

Artista/Pesquisador. Doutor em Processos Artísticos Contemporâneos – UERJ (Bolsista CAPES). E-mail: diegokernlopes@gmail.com

Resumo

O artigo analisa o papel do dissenso e do conflito nas manifestações artísticas contemporâneas no espaço público a partir do exame de três elaborações teórico-conceituais. Apresenta as perspectivas das autoras Chantal Mouffe e Rosalyn Deutsche para debater a importância do dissenso em práticas artísticas democráticas, sobretudo, com ênfase no antagonismo. Além disso, examina o conceito de “heterotopia” de Michel Foucault e seus elementos relevantes para compreender a relação entre dissenso e instituição. A terceira abordagem teórica examinada é a ideia de “ficção” de Jacques Rancière e seu potencial crítico para as manifestações artísticas. Nestas análises do dissenso evidencia-se, entre outros aspectos, o lugar contingencial, histórico e político das construções artísticas – aspecto fundamental na análise da arte pública.

Palavras-chave: Arte Pública; Disenso; Antagonismo; Heterotopia; Ficção.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução

Cada vez mais a contemporaneidade exige do artista e o do público atenção nas formas de produção e recepção das manifestações poéticas e artísticas. Essa atenção deve ser redobrada quando a manifestação se pretende minimamente crítica. Não raro, muitos trabalhos que se pretendem críticos resvalam desde sua execução, transformando-se, de pronto, em mera ilustração de um problema. Isso é perigoso. Principalmente pelo fato de que, muitas vezes, os alvos aos quais essas críticas se destinam representam forças instituídas totalmente aptas a digerirem, redirecionarem e reutilizarem a potência poética do trabalho em proveito próprio. Nesse sentido, o artista contemporâneo que pretende criticar as estruturas que formam o mundo da vida e, consequentemente, o mundo da arte, deve desdobrar-se constantemente na análise, reflexão e autocritica de seus próprios meios.

O presente artigo tem por objetivo gerar uma reflexão teórica acerca do papel do dissenso e do conflito nas manifestações artísticas contemporâneas no espaço público. Nesse sentido, tratamos de realizar uma análise que permeia elementos dos campos de estudo teórico da arte e da política. Apresentamos e refletimos, a partir de três distintas elaborações teórico-conceituais, o tema do dissenso na arte pública.

Para tanto, na primeira seção, analisaremos as perspectivas de Chantal Mouffe e de Rosalyn Deutsche para debater a importância do dissenso em práticas artísticas democráticas, sobretudo, com ênfase no antagonismo. Nessa aproximação que a teoria da arte contemporânea realiza com a teoria política, evidencia-se o lugar contingencial, histórico e político das construções artísticas – aspecto fundamental na análise da arte pública. Na sequência, propomos que o conceito de “heterotopia” de Michel Foucault traz elementos relevantes para se compreender a relação entre dissenso, instituição e espaço público. Do mesmo modo, examinamos a ideia de “ficação” de Jacques Rancière para sugerir como o dissenso pode se constituir em potencial crítico para as manifestações artísticas. No exame dessas diferentes abordagens, também serão apontados aspectos complementares, tais como questões relativas à instituição, à política, à identidade e aos elementos constitutivos do espaço público. No momento final, que chamamos aqui de “jogo de inscrições e apagamentos”, apresentaremos dois registros de casos que exemplificam os conceitos abordados. Esperamos que o presente texto permita que o leitor passe a reexaminar o meio sensível que o cerca.

A importância do antagonismo nas práticas artísticas

Uma das principais referências para a teoria da arte contemporânea, no que se refere à defesa da tese do dissenso, está na proposta da teórica política Chantal Mouffe. A proposta analítica que a autora elabora sobre o espaço público, a arte e, consequentemente, sobre a relação entre arte e política será fonte de fundamentação e inspiração para uma importante historiadora da arte, sobretudo, no que se refere ao conceito de espaço público no contexto da arte. Esta autora é Rosalyn Deutsche. Nesse sentido, faz-se relevante analisar inicialmente os pontos centrais da obra de Mouffe que dialogam com a teoria da arte.

Para Mouffe, “o político” é a dimensão dos antagonismos¹ onde se distinguem inimigos de amigos, sendo que tais antagonismos podem surgir em qualquer tipo de relação – uma possibilidade sempre presente e inerente às relações humanas. Aqui, “o político” se refere à impossibilidade de um mundo sem antagonismos, ou seja, à própria condição ontológica das sociedades humanas (MOUFFE, 1996). Por sua vez, “a política” é o conjunto de discursos, de práticas e instituições, também artísticas, que contribuem a uma ordem e a reproduzem sendo, assim, sempre potencialmente conflituosas por serem afetadas pelo “político” (MOUFFE, 2012). Esses dois conceitos estão sempre em condições potencialmente conflituosas por se apresentarem permeados ou atravessados pela dimensão “do político” (MOUFFE, 2007). Nesse sentido, não existiria possibilidade de neutralidade política nas manifestações poética e artística. Nas palavras da autora:

119

Como a dimensão “do político” sempre está presente, nunca pode haver uma hegemonia completa, absoluta, não excluente. Neste contexto, as práticas artísticas e culturais são absolutamente fundamentais como um dos níveis em que se constituem as identificações e as formas de identidade. Não se pode distinguir entre arte política e arte não política, porque todas as formas de práticas artísticas ou bem contribuem à reprodução do sentido comum dado – e nesse sentido são políticas – ou bem contribuem a sua destruição ou sua crítica. Todas as formas artísticas têm uma dimensão política (MOUFFE, 2007, p. 26).

Segundo a autora, as práticas artísticas podem desempenhar um papel na luta contra-hegemônica sobre a dominação capitalista. Entretanto, para verificar como elas podem fazer

¹ Segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), somos entidades necessariamente incompletas, com uma identidade estrutural falha que depende de um processo de identificação para existir. O antagonismo é um tipo de relação que emerge entre estas identidades. Sendo assim, relações clássicas da lógica como de negação (A - não A) ou de diferença real como em A diferente de B, não representam antagonismos, pois pressupõem identidades completas. Assim, na lógica do antagonismo “somos confrontados com uma situação diferente: a presença do ‘Outro’ faz com que eu não seja eu mesmo completamente. A relação não surge de totalidades completas, mas da impossibilidade de sua constituição” (*ibidem*, p. 125 [Tradução nossa]). Em outras palavras, a presença do que “não sou eu” torna a minha identidade precária e vulnerável; a ameaça do que o “outro” representa transforma o próprio senso de mim mesmo em algo questionável.

uma intervenção eficaz, é necessário entender a dinâmica da política democrática que, segundo Mouffe, só pode ser alcançada mediante: (1) o reconhecimento do “político” em sua dimensão antagônica e (2) o “caráter contingente” de qualquer tipo de ordem social. Em outras palavras, não há elementos essenciais nas estruturações das ordens sociais, sendo que estas construções se desdobram no espaço e no tempo. A partir destas duas premissas, podemos compreender que é a luta hegemônica que caracteriza a política democrática, sendo nesse movimento, nessa luta, que as práticas artísticas podem desempenhar um papel decisivo.

Entretanto, segundo a autora, o antagonismo tende a ser mascarado, pois o liberalismo, no qual vivemos, defende a possibilidade de um consenso. Um dos princípios fundamentais desse liberalismo é a crença racionalista na possibilidade de um consenso universal baseado na razão². Esse projeto de liberalismo tem que negar o antagonismo, pois este, ao trazer à tona o inevitável momento de decisão – no sentido próprio de ter que decidir em uma área indecidível – faz com que ele próprio (o antagonismo) revele o limite de qualquer consenso racional.

Nesse sentido, toda sociedade é o produto de uma série de práticas cuja função é estabelecer ordem em momentos de contingência. Práticas que se pretendem hegemônicas. Assim, toda ordem é política e está baseada em algum tipo de exclusão (MOUFFE, 1996). Sempre existem outras possibilidades que foram reprimidas e podem se reativar. As práticas articulatórias mediante as quais se estabelece determinada ordem e se fixa o significado das instituições sociais são práticas hegemônicas. Toda ordem hegemônica é suscetível à impugnação por práticas hegemônicas contrárias – práticas que têm por objetivo desarticular a ordem existente e instaurar outra forma hegemônica.

Dessa disputa entre projetos hegemônicos, surge o que a autora denomina de “luta agonista”. Para a autora “o antagonismo é uma luta entre inimigos, enquanto o ‘agonismo’ é uma luta entre adversários” (MOUFFE, 2003, p. 115). Nessa luta, o que estaria em jogo seria a configuração das relações de poder em torno da qual se estrutura uma determinada sociedade. Mouffe defende que um dos espaços dessa luta seria o “espaço público”. Tal espaço não seria um campo de consenso, mas sim, um campo de batalha onde se enfrentam diferentes projetos hegemônicos, sem possibilidade de conciliação. Os espaços públicos são sempre plurais e a confrontação se produz em uma multiplicidade de superfícies discursivas.

120

² Mouffe realiza um acirrado debate com autores defensores de propostas liberais de consenso, tais como Habermas e Giddens. Para uma leitura avançada sobre este tema, conferir Mouffe (1996; 2013).

Uma dessas possibilidades discursivas seria o das práticas artísticas e poéticas críticas no espaço público.

Direcionando esse debate de forma mais direta ao campo da arte, Rosalyn Deutsche, em seu trabalho intitulado *Agorafobia*, inicia perguntando: “o que quer dizer que um espaço seja público? O que faz com que o espaço de uma cidade, de uma edificação, de uma exposição, de uma instituição, seja público?” (DEUTSCHE, 2008, p. 3). A autora destaca que essa questão tem estado na pauta de acirradas discussões durante as últimas décadas e que a permanência e duração do debate, assim como a intensidade do mesmo, encontra origem na constatação de que “o modo como definimos o espaço público está intimamente ligado a nossas ideias relativas ao significado do humano, da natureza, da sociedade e do tipo de comunidade que queremos” (*Ibidem*, 2008, p. 3).

Entretanto, segundo a autora, apesar dos embates, um aspecto parece ser defendido pelos diversos posicionamentos sobre a questão, a saber, que o apoio e a defesa das coisas que são públicas promovem a sobrevivência e a expansão de uma cultura democrática (*Ibidem*, 2008). A autora ainda salienta que essa relação pode ser percebida na linguagem aplicada por parte dos órgãos, instituições, administradores e funcionários no tocante às questões das políticas artísticas destinadas a algum tipo de espaço público. Não raro, perguntas tais como *as obras de arte são para o povo, elas estimulam algum tipo de participação, são destinadas aos eleitores* surgem e fazem alusão às relações entre arte e democracia enquanto forma de governo.

De forma semelhante, com a intenção de garantir algum tipo de ideal democrático, invariavelmente questiona-se se tais obras podem promover uma ampla acessibilidade perceptiva do público através da negação de qualquer tipo de caráter elitista. Entretanto, segundo Deutsche, devemos ficar atentos a estes discursos que, a partir do jogo entre os conceitos de democracia, arte pública, acessibilidade e elitização, argumentam que os aspectos excessivos dos governos, assim como a potência crítica de alguns trabalhos de arte pública podem comprometer o acesso da população aos espaços públicos.

Como exemplo, a autora cita o caso do desmantelamento e da remoção da obra *Tilted Arc*³, de Richard Serra, onde o argumento principal daqueles que eram favoráveis à remoção da obra fundamentava-se no aspecto, literal, da acessibilidade democrática, uma vez que o trabalho forma uma espécie de muro ou parede que redefine o espaço da praça. Segundo o

³ Subvencionado pelo governo dos EUA, *Tilted Arc* era um *site-specific* elaborado para a *Federal Plaza* em Nova Iorque. Foi instalado em 1981 e retirado após um embate judicial que orbitava em torno de questões como acessibilidade, espaço público, propriedade privada e liberdade de expressão, em 1989.

próprio artista, a intenção era a de trazer o espectador para dentro da escultura, sendo que, uma vez que a peça fosse instalada, o espaço seria compreendido como uma função da escultura.

Essa reorientação do espaço, ao mesmo tempo em que expunha a percepção de Serra sobre a *Federal Plaza* como uma representação do sistema judiciário dos EUA, fazia com que a obra não se integrasse como parte deste mesmo espaço – enquanto representação do sistema. Para manter sua integridade a arte tinha que ser de oposição. Por sua vez, aqueles que eram favoráveis à manutenção da obra argumentavam que retirá-la era o mesmo que aniquilar o direito à liberdade de expressão do artista, o que comprometeria profundamente os mesmos princípios democráticos que estavam sendo usados como argumento por aqueles que defendiam a remoção da escultura.



122

Figura 1: **Tilted arc:** Richard Serra

Diante das questões e dos dilemas que surgem a partir do uso e da manifestação artística em espaços públicos (manutenção ou remoção das manifestações), Deutsche destaca um terceiro posicionamento, definido como democrático, que, invariavelmente, surge como forma de solucionar tais questões, a saber, a aplicação de princípios comunitários na seleção e na implantação das obras de arte em relação ao espaço que irão ocupar. Entretanto, segundo a

autora, apesar desta perspectiva se demonstrar positiva em alguns casos, encará-la como uma fórmula para ser sempre aplicada a fim de solucionar as questões da arte pública implicaria presumir que a tarefa da democracia seja apenas a de acalmar e não expor e sustentar os conflitos sociais. Nesse sentido, a autora se junta a Mouffe na defesa do papel central do dissenso e do conflito para a democratização do espaço público e da arte.

A partir desta constatação é que, segundo Deutsche, a democracia tem sido uma realidade cada vez mais relevante para a arte pública, pois a relação da arte pública não se restringe somente a uma relação com o espaço, mas também, e principalmente, com os elementos que formam e se formam neste espaço. Segundo a autora, apesar das mudanças políticas ocorridas no transcorrer do século XX e início do século XXI, é preciso acautelar-se sobre o discurso que, principalmente após a queda do bloco socialista soviético, defende que a democracia tenha triunfado de forma definitiva como único sistema possível para a sociedade. Tal especulação encontra respaldo principalmente na defesa retórica de que o sistema democrático, por si só, tem a potência de eliminar as incertezas e consequentes injustiças sociais e políticas. Diante desta perspectiva, a autora argumenta que a democracia, antes de ser a única solução, ainda é uma questão que traz em si a construção do espaço público (DEUTSCHE, 2008). O poder democrático encontra sua legitimação no movimento decorrente das relações de negociação que se desenvolvem neste espaço.

Sendo assim, a contribuição da autora é a de caracterizar o espaço público como, potencialmente, a institucionalização dos debates e conflitos inerentes à sociedade. Dessa forma, a democracia e o espaço público só existem quando as bases essencialistas são abandonadas e o corpo social se forma através da possibilidade de disputas abertas. Diante disto, a identidade da sociedade não é fechada. Ao contrário, é uma realidade mutável em função desses debates e conflitos que a constituem. Tal abertura faz com que, consequentemente e simultaneamente, os elementos que formam essa sociedade também não apresentem identidades essenciais, ou seja, fechadas e completas.

Assim, Deutsche ressalta e concorda com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) na definição de que essa relação de impedimento, causada por esse “exterior constitutivo⁴”, que

⁴ “Se aceitarmos que todas as identidades são relacionais e que a condição de existência de qualquer identidade é a afirmação de uma diferença, determinação de um ‘outro’ que desempenhará o papel de ‘elemento externo constitutivo’, torna-se possível compreender a forma como surgem os antagonismos. No domínio das identificações colectivas, onde o que está em causa é a criação de um ‘nós’ pela delimitação de um ‘eles’, existe sempre a possibilidade de esta relação nós/eles se transformar numa relação do tipo amigo/inimigo; por outras palavras, pode sempre tornar-se política, no sentido que Schmitt dá ao termo. Isto pode acontecer quando o outro, que até aí só era considerado sob o prisma da diferença, começa a ser compreendido como negando a nossa própria identidade, como pondo em causa a nossa própria existência. Desse momento em diante, qualquer

deixa as identidades abertas, incompletas e precárias – contingentes – é designada como uma relação de antagonismo. Entretanto, essa impossibilidade de totalidade e completude social não deve ser encarada com desesperança, mas como a principal causa ou ponto de partida para o constante desenvolvimento de políticas e práticas democráticas. Nesse sentido, Deutsche defende que ao se pensar arte pública na contemporaneidade como forma de manifestação de uma cultura democrática, deve-se ter por base e objetivo essa estrutura aberta e incerta.

A partir dessas constatações, Deutsche alerta sobre o quanto a arte pública oficial, através de programas de apoio oriundos das instituições, tem funcionado como elemento importante na manutenção das positividades e discursos subordinadores. Segundo a autora, ao utilizar-se de elementos como a “continuidade histórica, a preservação da tradição cultural, do embelezamento cívico e do utilitarismo”, a arte pública contribui para a construção de espaços onde os aspectos de conflito da sociedade são suprimidos (DEUTSCHE, 2008, p. 14). Dessa forma, o dissenso é apresentado como a única possibilidade de que os espaços não sejam neutralizados.

Nessa perspectiva, a arte pública sempre participa e cria um espaço político, fazendo com que se torne impossível não assumirmos nossas identidades políticas – que se constroem, assim, nessas relações de associação e antagonismo. Decorre, então, que o espaço público, segundo a autora, não é, por si só, suficiente para garantir a prática democrática. É preciso lembrar que esse espaço também é criado de forma política e que as noções de legitimidade que o cercam e o constituem – assim como a sociedade – são frutos do conflito. Desse jogo resulta que o espaço público é sempre exclusivo e que é justamente essa característica que mantém o jogo – uma espécie de condição ontológica da sociedade, como sugere Mouffe.

Para Deutsche, portanto, o que devemos nos esforçar em manter ativos, enquanto práticas democráticas, são a manifestação e a exposição dos conflitos no/do espaço público através da arte pública. Tais manifestações públicas devem servir para manter e expor o espaço aberto, o que não significa um espaço isento de resistência, mas, pelo contrário, que justamente é aberto por oferecer resistência, pois mostra que, efetivamente, não é constituído por elementos positivos e fechados, mas sim por elementos negativos e incompletos que precisam, necessariamente, lutar, constantemente, para existir.

relação do tipo nós/eles, seja religiosa, étnica, nacional, econômica ou outra, torna-se o centro de um antagonismo político” (MOUFFE, 1996, p.13).

Dessa forma, o espaço público e a arte pública devem ter por objetivo a exposição do sistema de intenções que constituem a sociedade e, consequentemente, que o constituem, objetivando rechaçar as ideias de elementos essenciais como criadoras do conceito de público, pois permitir tais verdades, tais essências, é permitir a existência de poderes autoritários.

Heterotopia e Ficção: as transformações do dissenso na relação entre espaço público e instituição

Retomando a questão dos problemas referentes à apropriação positiva do espaço público, faz-se necessário verificar possíveis formas de ação e reação das estruturas hegemônicas neste campo. Identificamos duas possibilidades de ação/reação oriundas do poder hegemônico no tocante à construção de elementos positivos e fechados na arte pública. Ambas, apesar de se diferenciarem quanto à estratégia, se completam em objetivo. São elas: (1) a imposição de símbolos e estruturas e (2) o controle através de dispositivos de disciplina e vigilância destes espaços. Sobre a primeira estratégia, destaco a afirmação de Anne Cauquelin no que diz respeito ao uso institucional do espaço público:

[...] a atividade artística sempre foi requisitada pelo poder para dar visibilidade aos conceitos que lhe servem de princípios. Arcos do triunfo, castelos, planos urbanísticos, avenidas em perspectiva, jardins e parques reais, teatros, essas realizações sempre responderam a uma concepção definida pelo comanditário; é ele que escolhe a execução desse ou daquele projeto, o que melhor corresponde à ideia que faz de sua própria imagem – do que ele pretende exibir como imagem (CAUQUELIN, 2005, p. 162).

Seguindo esta premissa, abre-se no espaço público, no que se refere aos monumentos, a possibilidade de uma leitura sobre os desdobramentos dos valores constituídos no espaço e no tempo. Tais desdobramentos refletem-se na forma e função destas construções. Submetidos às mudanças históricas, os monumentos trazem em si o conjunto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de seu tempo. Se antes funcionavam apenas como faróis a iluminar – ou cegar e ofuscar – destinos e fins ideais, contemporaneamente podem também servir de suporte para críticas e reflexões de um determinado *status quo*. Ou seja, os monumentos (principalmente os que fazem referência a personalidades e fatos históricos) trazem sintetizados, condensados em si, a massa de conceitos, o encadeamento narrativo idealizado, as intenções, realizações e projeções de um poder institucionalizado com pretensões hegemônicas. Essa pretensa hegemonia reside no ato de inserir essa marca (monumento – condensação de conceitos) no espaço público, no espaço que deveria ser aberto

e de todos. A inserção de um símbolo, de uma materialidade ideológica perspectiva cuja função é firmar e reafirmar, constantemente, uma determinada ordem.

Podemos desdobrar, também, que não só o monumento, mas o espaço do monumento, a praça, os espaços de memórias e construções, os museus, bibliotecas, podem ser igualmente percebidos como formas de estruturação de redes discursivas. Como Foucault definiu, poderiam ser compreendidos como espaços heterotópicos.

No texto *Outros espaços*, Foucault (2009) apresenta uma breve história sobre as mudanças ocorridas na noção de espaço. Inicia descrevendo que, na Idade Média, o espaço era percebido como hierarquizado em função dos lugares. Estruturas dialógicas indicavam a situação espacial, o mundo dividia-se, por exemplo, em lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos (fechados) e lugares desprotegidos (abertos), lugares urbanos e lugares rurais, lugares supracelestes e lugares celestes.

Segundo o autor, o espaço medieval podia ser entendido como um espaço fundamentado na localização. A partir de Galileu e de sua teoria heliocêntrica, ocorre uma mudança. Ao deslocar o centro do sistema e do universo (da Terra para o sol) o espaço torna-se infinito e infinitamente aberto (a humanidade não era mais o centro da criação). O lugar das coisas tornava-se relativo e não fixo. O espaço passava a ser percebido não mais em função da localização, mas sim da extensão. A alternativa encontrada para codificar a percepção do espaço em função da extensão foi começar a perceber o espaço em função do posicionamento. Para Foucault, “estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos” (*Ibidem*, 2009, p. 413).

Apesar das mudanças de percepção do espaço (localização – extensão – posicionamento), na prática, segundo Foucault, ainda podemos perceber que o espaço não foi inteiramente dessacralizado. Certos jogos de oposição como espaço privado e espaço público, espaço da família e espaço social, espaço da cultura e espaço do útil, espaço de lazer e espaço de trabalho, ainda são tidos como naturais (não criados). No fundo, o que estes jogos de (o)posição revelam são as relações que definem os posicionamentos nos quais vivemos. A análise destas relações poderia trazer à tona os elementos que, ainda, sacralizam o espaço e estruturam o mundo, entre, por exemplo, aquilo que deve ser incluído e aquilo que deve ser excluído na delimitação deste espaço.

Seria possível, segundo o autor, empreendermos uma lista descritiva que fosse abarcando, um por um, os tipos de relação de posicionamento existentes. Entretanto, apesar desta possibilidade, Foucault se propõe a analisar um tipo especial de relação de

posicionamento (de espaço), que tem a “curiosa propriedade” de estar em relação com todos os outros posicionamentos. Esta tipologia de posicionamento é subdivida em duas formas de classificação: utopias e heterotopias. Segundo Foucault:

As utopias “são posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que, fundamentalmente, são essencialmente irreais (FOUCAULT, 2009, p. 415).

Talvez pudéssemos pensar que as utopias e suas versões negativas, as distopias, encontram sua existência apenas nas projeções e superlativações dos ideais do discurso que constitui a sociedade e residiriam apenas em espaços mentais (imateriais). Por sua vez, as heterotopias poderiam ser conceituadas da seguinte forma:

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias (FOUCAULT, 2009, p. 415).

O que podemos desdobrar destes conceitos (retomando Mouffe) é o fato de que os espaços heterotópicos são espaços de materialização e sedimentação de práticas hegemônicas. Em outras palavras, relações de posicionamento constituem uma hegemonia e a heterotopia é o espaço onde estas relações, que constituem a hegemonia, se encontram. Foucault, após expor a definição de heterotopia, elenca seis princípios que estariam presentes em sua formação e existência. Dentre estes princípios, gostaríamos de destacar dois: um que relaciona a heterotopia à heterocronia, e outro que revela as características de abertura e fechamento heterotópicos.

O primeiro princípio refere-se ao fato de que, invariavelmente, as heterotopias estão relacionadas com recortes de tempo. Quando isto acontece, estes espaços também podem ser chamados de heterocronias. Segundo Foucault, as heterotopias só funcionam plenamente quando os homens que ali se encontram sentem-se desconectados de seu tempo tradicional (podemos elencar alguns espaços como o cemitério, o cinema, a prisão...). Essa mudança em relação ao tempo tradicional, também pode se dar de forma cumulativa. Em nossa sociedade, museus e bibliotecas são bons exemplos de heterotopias. Nestes espaços, o objetivo é que o

tempo se acumule infinitamente sobre si, acumulando todos os tempos, todas as épocas, todos os gostos, todas as formas. Pretende-se que aí estejam todos os tempos num espaço fora do tempo e “inacessível a sua agressão (projeto de manutenção), o projeto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e infinita do tempo em um lugar que não mudaria” (FOUCAULT, 2009, p. 419).

O segundo princípio, remete à característica que as heterotopias apresentam, na forma de um sistema de abertura e fechamento que, de maneira simultânea, as isola e as torna penetráveis. Em outras palavras, “não se chega num posicionamento heterotópico como a um moinho” (*ibidem*, 2009, p. 420). Existem ritos, purificações, obrigações, processos que levam às heterotopias. Não se pode simplesmente chegar à caserna, à prisão, ao templo, à sauna, e, até mesmo, ao museu. É necessário submeter-se aos processos e práticas que constituem o poder destas estruturas hegemônicas.

Nesse sentido, argumentamos que os espaços heterotópicos, a partir da elaboração conceitual de Foucault, ao gerarem um deslocamento e descolamento espaço temporal neutralizam o dissenso, impondo uma percepção consensual sobre o mundo que nos cerca. Tais processos e práticas podem ser conceitualizadas como dispositivos – e aqui chegamos à segunda estratégia de ação/reação do poder hegemônico nos espaços públicos.

Para Foucault, dispositivos são os operadores materiais do poder, ou seja, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. Eles se apresentam de forma heterogênea, como discursos, práticas e instituições (REVEL, 2005). Nas palavras de Foucault, um dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas” (FOUCAULT, 2004, p. 244). Partindo desse ponto, podemos pensar em algumas situações de clara percepção destes dispositivos. Em museus e galerias, esses dispositivos, num tipo de hibridismo, se alternam entre níveis de disciplina e vigilância a fim de criar a característica sacralizante e de abertura e fechamento – quase mítica – que os constituem.

Entretanto, estes dispositivos não se constituem apenas como estratégias de controle externo. De fato, parte fundamental de seu êxito reside nas poderosas estruturas discursivas instaladas, historicamente, nas construções epistemológicas que nos formam. É através dessa instalação que um projeto hegemônico é implementado. Essas estruturas discursivas constituem/infiltram as bases, os postulados dos campos do conhecimento instituído. Sendo assim, uma possibilidade para pensarmos algum tipo de ação artística que antagonize com o

projeto hegemônico poderia iniciar-se justamente por uma reflexão sobre alguns desses conceitos impostos e tidos como, naturalmente, balizares.

Nesse sentido, num interessante paradoxo – reconstituidor e fomentador da potência crítica da manifestação da arte enquanto antagonismo – poderíamos refletir que é justamente essa estrutura que se pretende totalizante e hegemônica que oferece a matéria, a energia e os recursos para o surgimento do dissenso. Numa alusão ao coeficiente duchampiano (DUCHAMP, 1965) um jogo de intenções e velamentos que, ao originar-se na criação, torna-se potência da posteridade – a ação crítica somente é ativada quando instaura e rompe a imposição do consenso por intermédio do dissenso (como igualmente sugere Andrea Fraser (2008) em “Da crítica às instituições a uma instituição da crítica”, sobre como o alargamento do campo da arte faz com que não exista lado de fora). Poderíamos pensar que práticas artísticas críticas e dissensuais teriam o poder de neutralizar os elementos sacralizantes e heterocrônicos dos espaços públicos heterotópicos.

Um jogo de inscrições e apagamentos

129

A consolidação e sedimentação das práticas discursivas trazem consigo uma carga valorativa que, consequentemente, acaba indexando sob parâmetros morais essencialistas as ações e manifestações que se pretendem antagônicas, como se essas não representassem nenhum tipo de realidade ou verdade. A fim de questionar essa abordagem, trazemos aqui as palavras do filósofo Jacques Rancière:

Não há real em si, mas configurações daquilo que é dado como nosso real, como objeto de nossas percepções, de nossos pensamentos e de nossas intervenções. O real é sempre objeto de uma ficção, ou seja, de uma construção do espaço no qual se entrelaçam o visível, o dizível e o factível. É a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por realidade e traçando uma linha de divisão simples entre o domínio desse real e o das representações e aparências, opiniões e utopias (RANCIÈRE, 2012, p. 74).

Para Rancière (2012, p. 64), determinados artistas usam como estratégia a proposta de mudar os referenciais do visível e do enunciável – mostram aquilo que não era visto, articulando e rearticulando elementos a fim de criar “rupturas no tecido sensível da percepção e na dinâmica dos afetos”. Para o autor, esse é o trabalho da ficção. Entretanto, devemos ressaltar que, segundo o filósofo, “ficção” não é a criação de um mundo imaginário que se opõe ao mundo real. Para Rancière, a ficção é que realiza dissensos, “que muda os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação [...]” (*ibidem* p.64). Ainda de acordo com o

autor: “A ficção artística e a ação política sulcam, fraturam e multiplicam esse real de um modo polêmico” (RANCIÈRE, 2012, pp. 74-75).

São essas premissas que podem, de forma totalizante, definir e instaurar a realidade – ficção tornada “verdade” – do outro como sendo o “vândalo”, “o bárbaro”, “o que está fora”. O cerco institucional e de dispositivos transforma este espaço público, literalmente, em um espaço heterotópico. A ação e a reação da instituição podem oscilar desde o apagamento – encarado como limpeza – até a prisão do indivíduo que esteja inscrevendo (noção-tentativa elaborada em trabalho anterior – LOPES, 2013). Esse espaço representa exatamente o que Foucault definiu como heterotopia, pois, ali, o indivíduo, além de ser deslocado de seu tempo – remetido a outro momento histórico e fundacional – se vê obrigado a entender que aquela representação, por exemplo, um monumento, ao mesmo tempo em que, supostamente, o constitui, e por isso ele deve respeitá-lo, não está acessível a ele, pois a interação pode ser passível de repreensão e castigo. A título de exemplificação desta articulação teórico-analítica, apresentamos dois momentos através dos quais este processo torna-se observável.

130



Figura 2: Foto: Diego Kern Lopes

Situado na Praça Getúlio Vargas, na Cidade de Vitória, Brasil, encontra-se um monumento em homenagem ao presidente Getúlio Vargas. O monumento, no caso uma

estátua – categoria clássica do campo artístico –, apresenta em seu pedestal o fragmento final da carta testamento deixada pelo então presidente que se suicidara. Nela lê-se: “Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”⁵. Merece destaque o fato de essa carta ser a segunda versão. Uma versão datilografada pelo assistente pessoal do então presidente. Essa segunda versão foi política e estrategicamente editada, diferindo-se perceptivelmente da versão original e manuscrita. Isso se torna importante para esse relato, pois, dessa forma, o que temos como texto oficial no monumento oficial é explicitamente uma construção deliberada.

Igualmente importante é o fato de em determinado momento alguém ter ido até o monumento e tê-lo pichado, inscrito a palavra “estória” no pedestal da estátua. A palavra estória, pouco utilizada contemporaneamente, tem como significado ser uma narrativa em prosa ou verso, fictícia ou não, com o objetivo de divertir e/ou instruir o ouvinte ou o leitor. Geralmente uma estória é tida como algo não baseado em fatos verídicos, uma ficção.

131

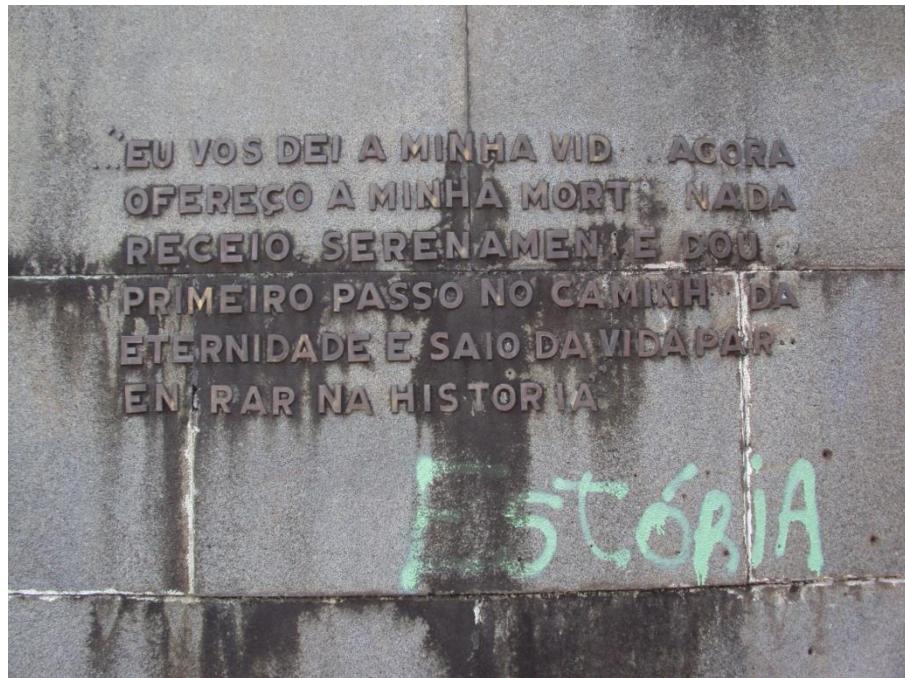


Figura 3: Foto: Diego Kern Lopes

Entretanto, no presente caso, a ação poética de inscrever a palavra “estória” no monumento, e logo abaixo da palavra “história”, se apresenta como um excelente ponto de

⁵ Disponível em: <<https://www.correioims.com.br/carta/cartas-testamento-de-getulio-vargas-duas-versoes/>>.

tensão discursiva e simbólica – o que lhe garante potência e atualização poética, possibilitando, assim, a leitura das categorias até aqui apresentadas. A partir dessas peças do jogo discursivo, o que poderíamos chamar de “história” e o que poderíamos chamar de “estória”? Não teríamos aqui ficções que se passam por realidade e tentam instaurar heterotopias ou heterocronias que são desveladas pela manifestação dissensual?

Desse embate o que resultou foi o acionamento das diversas engrenagens de manutenção discursiva, no presente caso, da manutenção estética desse espaço público. Alguns dias depois da pichação ter sido realizada, entraram em cena os trabalhadores do departamento de limpeza pública e, munidos com seus equipamentos, removeram a inscrição “estória”. Mesmo assim, num segundo gesto poético, é possível perceber, sem muito esforço – figura 2 – a permanência do espectro da palavra “estória” no monumento histórico. Vale lembrar, como aqui já foi dito, que é preciso desnaturalizar e perceber a construção do que é esteticamente sensível no espaço tido como público, como uma intervenção do discurso político dominante – o que configura e constitui um monumento. Da mesma forma é necessário desnaturalizar a pichação, essa aplicação de tinta, e percepê-la como discurso reativo, no caso uma intervenção contra-hegemônica.

Essa perspectiva se torna ainda mais interessante quando invertemos os gestos dos agentes participantes desse jogo de inscrição e apagamento. Em 2017, circularam vídeos pela internet e outros meios de comunicação em que o então prefeito de São Paulo, João Dória, munido de rolos, pincéis, compressores e tinta cinza decidiu, no intuito, segundo ele, de deixar a cidade mais limpa, pintar as paredes e os muros públicos de cinza, cobrindo, assim, a vasta coleção de grafites e pichações que existiam ali. Como esperado, essa atitude estético política acionou as engrenagens dos defensores (artistas e públicos) dos grafites e pichações. Como estratégia/ação contra-hegemônica, descobriu-se que a tinta usada pelo prefeito e suas equipes era solúvel em água e sabão. Num gesto reativo, grafiteiros foram às ruas munidos de equipamento de limpeza, esponjas, água e sabão.

Fizemos uma edição, reunindo os dois vídeos em um⁶ só. Nele é possível ver, à esquerda, o prefeito com sua tinta spray pichando os muros. À direita, posteriormente, temos o registro de um dos grafiteiros removendo a tinta do prefeito a fim de revelar as camadas com as inscrições anteriores. Dessa inversão de papéis desprende-se, novamente, o jogo das ficções presente na materialidade sensível que nos cerca. Cremos que esses são apenas dois

⁶ Vídeo realizado por Diego Kern Lopes (2017). Acesso em: 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zIkovjNtiTs&feature=youtu.be>>.

casos dentre inúmeros que podem ser lidos e registrados nos espaços públicos que nos rodeiam.



Figura 4: Still do vídeo. Fonte: **Diego Kern Lopes**

Reflexões finais

Nossas reflexões finais refletem não conclusões, mas sim o ponto onde paramos provisoriamente. Não obstante, é inegável observar que o dissenso se apresenta hoje para a arte contemporânea como uma questão inescapável. Conforme observamos nas análises de Mouffe e Deutsche, se as sociedades contemporâneas se pretendem democráticas é fundamental compreender que isto só é possível na medida em que exista um espaço público aberto para o contínuo questionamento das ideias vigentes. É nesse sentido que as práticas artísticas, ao invés de buscarem, simplesmente, a realização de uma experiência estética que conforta e reforça o *status quo*, podem ganhar um papel muito mais importante e transgressor, ao possibilitar experiências que revelem os aspectos contingenciais e dissensuais da vida e das relações de poder às quais estamos submetidos.

Além da dimensão do antagonismo, propomos que o conceito de “heterotopia” de Foucault traz outros elementos relevantes para compreender a relação entre dissenso, instituição e espaço público, assim como nos mecanismos e dinâmicas que envolvem as instituições de arte e suas formas de incorporar o dissenso. Essa linha de argumentação pode

se tornar uma perspectiva promissora para compreender os movimentos que o dissenso produz nas próprias instituições e no espaço público. E, como neste processo elementos são ressignificados, construindo novos discursos hegemônicos. Finalmente, ao trazer a ideia de “ficção” de Jacques Rancière, pretendemos colocar o dissenso do ponto de vista de seu potencial crítico para o trabalho do artista. Sendo assim, nosso trabalho, longe de esgotar a discussão, objetivou levantar questões a partir da reunião das três perspectivas abordadas aqui.

Referências

CAUQUELIN, Anne (2005). *Arte contemporânea – uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes.

DEUTSCHE, Rosalyn (2008). *Agorafobia*. Barcelona: MACBA.

DUCHAMP, Marcel(1965) in: BATTCOCK, Gregory. A nova arte. Coleção “Debates”.

FRASER, Andrea (2005). “Da crítica às instituições a uma instituição da crítica”. *Concinnitas*, Revista do Instituto de Artes da UERJ, Rio de Janeiro, Ano 9, vol. 2, nº 13, dezembro de 2008.

FOUCAULT, Michel (2004). *Microfísica do poder*. São Paulo: Edições Graal.

_____. (2009). *Ditos e escritos*. Vol. III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. São Paulo: Forense Universitária.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso Books.

LOPES, Diego Kern (2013). *A inscrição pública como manifestação antagônica no campo institucional da arte*. 112 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. (2003). *O paradoxo da democracia*. Barcelona: Editorial Gedisa.

_____. (2007). *Prácticas artísticas y democracia agonística*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

_____. (1996). *O regresso do político*. Gradiva: Lisboa.

_____. (2012). “Para un modelo agonístico de democracia”. In: MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática: el peligro del consenso en la política contemporánea*. Barcelona: Gedisa, pp. 93-118.

_____. (2013). “Democracia, cidadania e a questão do pluralismo”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1. n. 3, pp. 11-26. Acesso em: 10 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>>.

RANCIÈRE, Jacques (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

REVEL, Judith (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Editora Claraluz.

Abstract

The article analyzes the role of dissent and conflict in contemporary artistic manifestations in public space by examining three theoretical-conceptual elaborations. It presents the perspectives of the authors Chantal Mouffe and Rosalyn Deutsche to discuss the importance of dissent in democratic artistic practices, especially with an emphasis on antagonism. It also examines Michael Foucault's concept of "heterotopia" and its relevant elements to understand the relationship between dissent and institution. The third theoretical approach examined is Jacques Rancière's idea of "fiction" and its critical potential for artistic manifestations. These dissent analyzes show, among other aspects, the contingent, historical and political place of artistic constructions - a fundamental aspect in the analysis of public art.

Keywords: Public Art; Dissense; Antagonism; Heterotopia; Fiction.

135

Resumen

El artículo examina el papel de la disenso y el conflicto en las manifestaciones artísticas contemporáneas en el espacio público a partir del examen de tres elaboraciones teórico-conceptual. Presenta los puntos de vista de los autores Chantal Mouffe Rosalyn Deutsche, y para discutir la importancia de lo disenso en las prácticas artísticas democrática, sobre todo, con énfasis en el antagonismo. Además, se analiza el concepto de "heterotopía" Michael Foucault y sus elementos relevantes para comprender la relación entre lo disenso y la institución. El tercer enfoque teórico que se examina es la idea de la "ficción" de Jacques Rancière y su potencial crítico para la expresión artística. En estos análisis del disenso se pone de manifiesto, entre otras cosas, el lugar de la contingencia, construcciones históricas y políticas del arte - aspecto fundamental en el análisis del arte público.

Palabras-claves: Arte Público; Disenso; Antagonismo; Heterotopia; Ficción.

Política del antagonismo, política de la hospitalidad. Derivas de la teoría del discurso em Laclau y Derrida*

Politics of antagonism, Politics of hospitality. Laclau and
Derrida readings on theory of discourse

Política de antagonismo, política de hospitalidade.
Derivações da teoria do discurso em
Laclau e Derrida

Recebido em 28-03-2019
Modificado em: 14-07-2019
Aceito para publicação em 30-08-2019

136

Gustavo Patricio Guille 
ORCID: 0000-0003-0611-6699

Profesor en Filosofía y Magister en Estudios Interdisciplinarios de la Subjetividad por la Universidad de Buenos Aires. Actualmente es doctorando en Filosofía por la misma universidad. Se desempeña como docente en la Universidad de Buenos Aires y en la Universidad de San Andrés. E-mail: gustavopguille@gmail.com

Resumen

El artículo presenta dos derivas políticas posibles configuradas a partir de los presupuestos básicos de la teoría del discurso. De este modo, luego de describir los lineamientos fundamentales que conforman la matriz discursiva común a los enfoques teóricos de Jacques Derrida y Ernesto Laclau, caracterizamos lo que denominamos una “política de la hospitalidad” y una “política del antagonismo”. La primera, propia del pensamiento del filósofo franco-argelino coloca en su centro la promesa de Justicia y una hospitalidad incondicional ofrecida al otro; mientras que el pensador argentino sostiene la necesidad de una política hegemónica basada en la configuración de antagonismos. El artículo se centra en mostrar las complejas relaciones que pueden establecerse entre ambas (a pesar de sus diferencias), sin afirmar su absoluta complementariedad ni presentarlas como alternativas excluyentes.

Palabras clave: Política; Discurso; Hospitalidad; Antagonismo.

* El presente trabajo se realizó en el marco de una beca de investigación doctoral otorgada por la Universidad de Buenos Aires



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introducción

El siglo XX comenzó con tres ilusiones de inmediatez, de la posibilidad de un acceso inmediato a las ‘cosas mismas’. Estas ilusiones fueron el referente, el fenómeno y el signo, y fueron el punto de partida de tres tradiciones: la filosofía analítica, la fenomenología y el estructuralismo. (...) En algún momento, en las tres, la ilusión de inmediatez se desintegra y da paso a una u otra forma de pensamiento en el que la mediación discursiva se hace primaria y constitutiva.

(Ernesto Laclau, 2003, p. 80).

Los vínculos entre el pensamiento de Ernesto Laclau y la filosofía deconstructiva de Jacques Derrida son claros y han sido reconocidos por el teórico argentino en más de una ocasión. No obstante, también sus diferencias, a veces profundas, pueden advertirse con cierta facilidad. En este sentido, quizás el vínculo entre la deconstrucción y la teoría de la hegemonía deba ser considerado menos bajo la imagen de la “complementariedad”, utilizada por Laclau con relativa frecuencia para señalar el hecho de que ambas representan, a sus ojos, “las dos caras de una operación única”¹ (LACLAU, 1996, p. 155), que a través de la figura del quiasmo. La disposición cruzada de esta figura, que al mismo tiempo promete ligazón y ofrece ruptura, ha interesado mucho a Derrida:

137

Todo pasa por este quiasmo, toda la escritura está atrapada ahí –lo practica. La forma del quiasmo, del χ, me interesa mucho, no como símbolo de lo desconocido sino porque hay una especie de bifurcación (...) desigual, por otra parte, una de cuyas puntas extiende su alcance más lejos que la otra: figura del doble gesto y del cruce (DERRIDA, 2001, p. 174).

Relación disimétrica (quiasmática): “una de cuyas puntas extiende su alcance más lejos que la otra”. Unión y separación; fidelidad infiel. Complicidad en conflicto. Tal vez sea ese el mejor modo de trabajar el vínculo entre dos pensamientos que han intentado escapar a la totalización y la síntesis². Es a partir de esta premisa que en el presente trabajo nos

¹ De acuerdo con Laclau esa complementariedad se produciría, como veremos más adelante, debido a que la deconstrucción pone al descubierto y amplía el carácter indecidible de toda estructura, lo cual conlleva postular la necesidad de una decisión ético-política contingente que no puede deducirse de las relaciones estructurales; la otra cara de estos desarrollos es la comprensión de la hegemonía como una teoría de la decisión tomada en un terreno indecidible.

² Para una revisión de los vínculos y/o puntos de contacto entre la deconstrucción y la teoría de la hegemonía, así como también de los reparos frente a una asimilación demasiado rápida entre ambas posiciones desde la

proponemos, en primer lugar, delinear la matriz discursiva en la que se asientan ambos pensamientos; pues es allí donde el entre-cruce resulta manifiesto y donde se presente una mayor complicidad entre ambos. A continuación, nos centraremos en el “momento” de la bifurcación; esto es, el modo en que Laclau y Derrida, cada uno a su manera, modulan las contribuciones de la teoría de discurso en el campo de la política. Como veremos, ello nos conducirá, por un lado, a presentar lo que consideramos “una política del antagonismo” y, por otro, lo que presentaremos como “una política de la hospitalidad”. Postular estas dos derivas políticas divergentes resulta relevante puesto que permite, por un lado, reconsiderar la tesis laclausiana de una “despolitización” del pensamiento de Derrida producto de su viraje ético de los años ’80; mientras que por el otro, pretende destacar el hecho de que ciertos rasgos de la política de la hospitalidad pueden resultar estratégicamente útiles para un proyecto hegemónico de izquierda y/o populista; por último la hipótesis de la relación quiasmática –es decir, de la no complementariedad– entre ambas construcciones teórico-políticas invita a reflexionar sobre cada una de ellas a la luz de la otra sin necesidad de optar por una y/o desechar otra.

138

La deconstrucción de la estructura y la noción de discurso

De acuerdo con Ernesto Laclau (2004) las raíces de la noción de discurso deben buscarse en lo que denomina “el giro trascendental en la filosofía moderna”; el cual se caracteriza por llevar adelante un tipo de análisis dirigido, en lo fundamental, a las condiciones de posibilidad de los objetos –y no a los objetos mismos-. Este tipo de análisis habría encontrado sus modelos paradigmáticos en las filosofías de Kant y Husserl. Sin embargo, para Laclau, las teorías contemporáneas del discurso difieren de estos enfoques clásicos en dos aspectos fundamentales. El primero es que en la filosofía trascendental de Kant, las categorías del entendimiento y las intuiciones de la sensibilidad escapan, en tanto estructuras *a priori*, a las variaciones históricas; mientras que por el contrario las teorías contemporáneas se constituyen como históricas y atienden a variaciones temporales a pesar de

perspectiva del propio Ernesto Laclau, véase Laclau (1998; 1996). El intelectual argentino estableció una rica y extensa polémica en torno al modo de establecer los nexos entre dichas teorías con Simon Critchley (2002; 2008); además de los textos de Laclau mencionados anteriormente, los puntos centrales del intercambio pueden rastrearse en Laclau (2014b) y Critchley (2008); Una síntesis detallada de esta polémica puede consultarse en Vergalito (2016). Por otra parte, un examen general de las relaciones entre la deconstrucción y la teoría laclausiana de la hegemonía puede encontrarse en Norval (2004) y Mendez (2014). Este último autor también ha explorado el vínculo entre espectralidad y hegemonía en Mendez (2015); mientras que Barros (2006) y Melo (2013) se han focalizado en la posible relación entre espectralidad y populismo.

su rol (cuasi)trascendental. En segundo lugar, los enfoques contemporáneos asumen el carácter dislocado (descentrado) y eminentemente abierto de toda estructura discursiva (en tanto su clausura o cierre definitivo es considerado imposible).

Como ha señalado Jacob Torfing (1999, p. 85), poniendo el foco en el segundo de los aspectos mencionados, se puede arribar al concepto de discurso en Laclau por dos vías diferentes: a través de la deconstrucción de la noción de estructura totalizante, o a través de la deconstrucción de la concepción que parte de la existencia de elementos sociales atomizados.

En lo que respecta a la primera de esas vías, Laclau retoma el camino trazado por Jacques Derrida en sus textos de los años '60. Especialmente su artículo de 1966, "La estructura, el signo y el juego en el discurso de las ciencias humanas"³ (DERRIDA, 1989, donde el filósofo franco-argelino realiza una crítica profunda del estructuralismo. Por un lado, Derrida trata de mostrar, como afirma en otro texto de la época, la pertenencia del estructuralismo a la metafísica de la presencia: "se trata aquí de la metafísica implícita de todo estructuralismo o de todo gesto estructuralista" (DERRIDA, 1989, p. 11); mientras que por el otro se aboca a desmontar el concepto de estructura cerrada y centrada.

Es por referencia a estos dos motivos que Laclau retoma los análisis derrideanos para construir su concepción de discurso. La teoría del discurso de Laclau ha sido plasmada de la manera más acabada, sin duda, en *Hegemonía y estrategia socialista* (escrito en colaboración con Chantal Mouffe). Una de las premisas básicas de las que parte el libro es la crítica filosófica al esencialismo. Como recuerda Chantal Mouffe en su último trabajo, el principal obstáculo a vencer a la hora de realizar una relectura de la tradición marxista (como la que emprendieron junto a Ernesto Laclau y que daría lugar al llamado "posmarxismo") "provenía de la perspectiva esencialista dominante en el pensamiento de izquierda" (MOUFFE, 2018, p. 2). De acuerdo a esta perspectiva, que Laclau y Mouffe denominan "esencialismo de clase", las identidades políticas son la expresión de la posición que los agentes sociales ocupan dentro de unas relaciones de producción determinadas; posición a partir de la cual son también definidos sus intereses (político-económicos).

Los autores de *Hegemonía y estrategia socialista* entienden que "la esencia de algo es el conjunto de características necesarias que constituyen su identidad" (LACLAU; MOUFFE, 1993, p. 129). A partir de esta definición, el esencialismo es concebido, al menos de manera esquemática, como la afirmación respecto de la existencia *a priori* de una serie de

³ Otro texto importante donde Derrida emprende una deconstrucción del estructuralismo es *Fuerza y significación* (DERRIDA, 1989, pp. 9-46).

características necesarias que configuran el ser de los objetos o, dicho de otro modo, la estructura de lo real, de la realidad o de la objetividad en general. En este sentido, la “idea de un mundo organizado a través de un conjunto estable de formas esenciales” es la presuposición central de la filosofía, al menos desde Platón y Aristóteles (LACLAU; MOUFFE, 1993, p. 134). Es aquí donde la deconstrucción de la noción de estructura cerrada y centrada se anuda con la crítica al esencialismo, pues como ha mostrado Derrida, estas formas esenciales que constituyen lo que es tal cual es, se sustraen al proceso de configuración que inauguran y gobiernan. Situándose por fuera o más allá de aquello que constituyen, esas formas han ocupado en la historia de la metafísica el lugar de centro fundante y dador de sentido de toda estructura científica, epistemológica y social:

Este centro tenía como función no sólo la de orientar y equilibrar, organizar la estructura –efectivamente, no se puede pensar una estructura desorganizada– sino, sobre todo, la de hacer que el principio de organización de la estructura limitase lo que podríamos llamar el *juego* de la estructura” (DERRIDA, 1989, p. 383)⁴.

De este modo, el concepto de esencialismo queda estrechamente vinculado a la idea de un juego fundado, “constituido a partir de una inmovilidad fundadora y de una certeza tranquilizadora” (DERRIDA, 1989, p. 384). Dada esta certeza inmutable e indubitable, las repeticiones, las sustituciones o las transformaciones que puedan aparecer quedan siempre inscriptas en una historia del *sentido* que puede tanto recordar su origen como adelantar su fin. En otras palabras, las nociones de esencialismo, estructura centrada y teleologismo se entrelazan formando esa compleja red que es la metafísica occidental.

Dicho en otros términos, en toda estructura centrada aquello que funciona como centro organizador escapa a la estructuración que él mismo gobierna. De manera tal que se ubica a la vez dentro y fuera de la estructura. Ello pone de manifiesto que el centro no es un lugar fijo, sino más bien un no-lugar en el cual se suceden un número infinito de desplazamientos y sustituciones. Ahora bien, esa “presencia central” no ha sido nunca “ella misma”, en la medida en que “desde siempre ha estado deportada fuera de sí en su sustituto” (DERRIDA, 1989, p. 385). De allí que pueda afirmarse que “el sustituto no sustituye a nada que de alguna manera le haya pre-existido”:

140

⁴ “[Este] centro recibe, sucesivamente y de una manera regulada, formas o nombres diferentes. La historia de la metafísica, como la historia de Occidente, sería la historia de esas metáforas y de esas metonimias. Su forma matriz sería (...) la determinación del ser como *presencia* en todos los sentidos de esa palabra. Se podría mostrar que todos los nombres del fundamento, del principio o del centro han designado siempre lo invariante de una presencia (*eidos*, *arché*, *telos*, *energeia*, *ousía* [esencia, existencia, sustancia, sujeto], *aletheia*, trascendentalidad, conciencia, Dios, hombre, etc.)” (DERRIDA, 1989, p. 385).

A partir de ahí, indudablemente, se ha tenido que empezar a pensar que no había centro, que el centro no podía pensarse en la forma de un ente-presente, que el centro no tenía lugar natural (...) Este es entonces el momento en que el lenguaje invade el campo problemático universal; este es entonces el momento en que, en ausencia de centro o de origen, todo se convierte en discurso (DERRIDA, 1989, p. 385).

El discurso es entonces definido como un sistema de diferencias dentro del cual, en ausencia de un significado trascendental, el juego de la significación se extiende infinitamente. Dada la falta de un centro que detenga y funde el juego infinito de sustituciones, el campo del discurso excluye la posibilidad de la totalización. No es porque se trate de un campo inagotable, demasiado grande para ser abarcado en su totalidad, sino porque le *falta* algo (un centro) que el juego de desplazamientos y sustituciones se extiende infinitamente (DERRIDA, 1989, p. 397). El discurso puede entonces ser considerado como una estructura descentrada que constituye la condición de posibilidad del ser de los objetos, y en seno de la cual el sentido/significado (el ser) se éstos debe ser constantemente construido y (re)negociado (justamente en virtud de su carácter descentrado).

Para terminar de delinear la noción laclausiana/derrideana de discurso en toda su dimensión resulta necesario realizar algunas especificaciones adicionales. En primer lugar, “discurso” no se limita a hacer referencia a las prácticas lingüísticas, sean éstas orales o escritas, sino que por el contrario remite a la idea de que “todo objeto se constituye como objeto de discurso” (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 144), en tanto ningún objeto puede emerger más allá de una superficie discursiva. En este sentido, Laclau y Mouffe rechazan explícitamente la distinción foucaultiana entre prácticas discursivas y no discursivas o entre aspectos lingüísticos y extra-lingüísticos (LACLAU; MOUFFE, 1993, p. 114; 2010, p. 146); por lo tanto, como afirma Derrida: no hay afuera del texto⁵. De ello podemos concluir que el

⁵ Esto último ha generado numerosas incomprendiciones y controversias a pesar de que Laclau y Mouffe han insistido en señalar que el hecho de afirmar que todo objeto se constituye discursivamente, no implica la formulación de una concepción idealista que niegue la “existencia real” de dichos objetos. Una posición semejante sólo puede sostenerse, para los autores, partiendo de un prejuicio – el cual debe ser rechazado – que asigne a la estructura discursiva un carácter específicamente *mental*. Frente a esta posibilidad, Laclau y Mouffe reivindican el carácter *material* del discurso. Para nuestros autores, se trata de redefinir el materialismo comprendiéndolo como aquella posición que sostiene que el discurso (entendido como prácticas lingüísticas y extra-lingüísticas) construye la realidad, pero que al mismo tiempo reconoce la imposibilidad de la totalización, señalando un límite a toda objetividad – es decir, que se produzca el “agotamiento” total del objeto –. En este sentido afirman que un terremoto, por ejemplo, es un hecho existente independientemente de mi voluntad, pero que el mismo se constituya como objeto en términos de “fenómeno natural” o de “expresión de la ira de Dios” depende enteramente de su estructuración dentro de un campo discursivo. La consecuencia que se extrae de ello es que los “hechos naturales” son construcciones discursivas tanto como los “hechos sociales”: “Y lo son por la simple razón de que la idea de naturaleza no es algo que esté allí simplemente dado, para ser leído en la superficie de las cosas, sino que es ella misma el resultado de una lenta y compleja construcción histórica y social. Denominar a algo como un objeto natural es una forma de concebirlo que depende de un sistema

discurso no puede ser comprendido como una región de lo social rodeada por estructuras extra-discursivas que definirían sus límites. Por el contrario, si el discurso se manifiesta como el horizonte de constitución del ser de los objetos, entonces no es posible diferenciar, en términos de ser, lo discursivo de ninguna otra área de la realidad. El discurso, por lo tanto, no es ni una superestructura, ni un área específica de lo social, sino la forma de constitución de lo social. En este sentido, cuando Derrida señala que no hay afuera del “texto” aludiría al hecho de que en éste están implicadas “todas las estructuras denominadas ‘real’, ‘económica’, ‘histórica’, socio-institucional, en pocas palabras: todo posible referente” (DERRIDA, 1988, p. 148)⁶.

Ahora bien, a partir de este marco general de coincidencia, puede advertirse como las posiciones de Laclau y Derrida tienden a bifurcarse. Si bien a simple vista este distanciamiento podría parecer una diferencia respecto del énfasis puesto por cada uno de los autores en distintos aspectos de una matriz común, esta divergencia no dejará de acentuarse con el correr del tiempo (sobre todo desde la óptica de Laclau) ni de tener importantes consecuencias en sus respectivas derivas políticas. De este modo, mientras que Derrida concibe la operatoria de la deconstrucción a partir de la lógica de la diseminación, es decir, como un juego infinito de diferencias, como una remisión incesante de unas huellas a otras (lo que hay es huella de huella, sin origen pleno o, dicho en otros términos, huella originaria o archihuella) sin recolección última de sentido, lo que efectivamente posibilita la apertura irreductible de la estructura, de lo social; Laclau, Por el contrario, pone el acento en la necesidad de fijar, al menos parcialmente, el flujo continuo de las diferencias: “incluso para diferir, para subvertir el sentido, subraya, tiene que haber *un sentido*” (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 152). Puesto que un discurso en el que ningún sentido pudiera ser fijado no sería otra cosa que un discurso psicótico. En consecuencia, “lo social [lo político] no es tan solo el infinito juego de las diferencias, es también el intento de limitar ese juego, de domesticar la

142

clasificatorio. Una vez más, esto no pone en cuestión el hecho de que esta entidad que llamamos “piedra” exista, en el sentido de que esté presente aquí y ahora, independientemente de mi voluntad; no obstante, el hecho de que sea una “piedra” depende de un modo de clasificar los objetos que es histórico y contingente [por ejemplo, depende del discurso de la mineralogía]” (LACLAU; MOUFFE, 1993, p. 116).

⁶ Otra de las conclusiones que pueden extraerse de esto, es que se abandona –en verdad, se deconstruye– la dicotomía pensamiento/realidad y se extiende el campo de categorías que pueden dar cuenta de la construcción del espacio social; lo cual deriva en lo que Laclau denominará modelo retórico de las relaciones sociales, ya que: “sinonimia, metonimia, metáfora no son formas de pensamiento que aporten un sentido segundo a una literalidad primaria a través de la cual las relaciones sociales se constituirían, sino que son parte del terreno primario de constitución de lo social” (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 126). En este sentido, como se lee desde el título de la última obra de Laclau, publicada póstumamente, se trata de los fundamentos retóricos de la sociedad. Para esta concepción, que continúa el camino abierto entre otros por Nietzsche y de la cual Jacques Derrida es quizás el mayor exponente, la literalidad es la primera de las metáforas.

infinitud” (LACLAU, 1993, p. 104). En este sentido, como destaca Agustín Méndez, el punto de partida desde el cual reflexionar acerca del desencuentro entre la deconstrucción y la teoría de la hegemonía, tiene como base el siguiente reconocimiento fundado en la divergencia arriba señalada:

La teoría de la hegemonía es un enfoque cuyo interés central está dado en pensar cómo es posible que una sociedad exista, a partir de una descripción antiesencialista, antes que en indagar sobre los modos de su desestructuración. Su real preocupación será identificar los procesos que operan en la conformación del “uno”, antes que indagar las grietas sobre las que se erige (MENDEZ, 2015, p. 97).

Como veremos en los siguientes apartados, esta divergencia respecto de los objetivos va a decantarse en dos perspectivas disímiles a la hora de pensar la política, articuladas cada una de ellas sobre ejes vertebradores bien diferenciados: el antagonismo y la hospitalidad. Sin embargo, como indicamos más arriba, no hay que desconocer que –con todo lo significativa que es– esta diferenciación entre las posiciones de Laclau y Derrida siempre podría reinscribirse bajo el signo de una “diferencia de énfasis o de acento”; puesto que Derrida también reconoce la necesidad de la fijación y estabilización de sentido:

143

Todo lo que un punto de vista deconstrutivo trata de mostrar es que, dado que la convención, las instituciones y el consenso son estabilizaciones (...) esto significa que hay estabilizaciones de algo esencialmente inestable y caótico. (...) Porque hay inestabilidad es que la estabilización se vuelve necesaria; porque hay caos es que hay necesidad de estabilidad. Ahora bien, este caos e inestabilidad, que es fundamental, fundador e irreductible, es al mismo tiempo naturalmente lo peor que debemos enfrentar con leyes, reglas, convenciones, política y hegemonías provisionales, pero al mismo tiempo es un suerte, una posibilidad de cambiar, de desestabilizar. Si hubiera una estabilidad continua no habría necesidad de política (DERRIDA, 1998b, pp. 162-163).

Antes de avanzar hacia la caracterización de las diferentes derivas políticas que adelantamos anteriormente, nos detendremos brevemente en la segunda manera de acceder a la noción de discurso en la teoría de Laclau, pues a partir de allí también se introduce una bifurcación entre ambas posiciones. Como hemos señalado, la deconstrucción de la noción de estructura totalizadora y la idea a ella asociada acerca de la existencia de relaciones pre establecidas entre los elementos dentro de la misma (tal como se desprende, por ejemplo, del postulado clásico del marxismo acerca del lugar asignado a la economía como centro organizador de la estructura y las relaciones sociales), no implica asumir que la relación entre dos elementos sea completamente externa. Pues esa perspectiva tiende a invocar una especificidad ilegítima de los elementos, de acuerdo a la cual los mismos se constituirían con

independencia de sus relaciones mutuas. Es decir, cada elemento no se vería de ningún modo afectado o modificado “en su ser” por la acción de ningún otro. Esto conllevaría que la concepción de estructura cerrada y centrada se repita en cada uno de los elementos que serían entonces comprendidos como micro-totalidades sin un afuera constitutivo. En tal situación, asistiríamos al paso de un esencialismo de la totalidad a un esencialismo de los elementos (TORFING, 1999, p. 86). De acuerdo con Torfing, la noción de discurso permite escapar a esta última posibilidad, en la medida en que aquel es comprendido como una “totalidad relacional” de secuencias significantes que determinan la identidad de los elementos sociales sin totalizar ni clausurar las mismas ni el campo en el que se constituyen⁷.

Laclau aborda este problema en relación con la cuestión del sujeto. El intelectual argentino se desmarca de la concepción esencialista del sujeto que penetra todo el pensamiento moderno, para la cual el sujeto es concebido – a la manera del cogito cartesiano – como una instancia previa a las relaciones sociales. Más específicamente, se trata de deconstruir la posición marxista (dependiente en ello de la tradición moderna) que postula el privilegio político de un sujeto – para encarnar la lucha revolucionaria o por la emancipación – a partir de una determinación *a priori*. Por el contrario, el postulado del que parte la teoría de la articulación hegemónica es que los objetos tanto como los sujetos, las relaciones y las prácticas sociales, esto es, lo social en cuanto tal, son constituidos por y a través de estructuras discursivas.

Dentro de este marco general, en *Hegemonía y estrategia socialista* el sujeto es comprendido bajo la noción de “posiciones de sujeto”⁸. Además, cada posición de sujeto es constituida a través de sus relaciones diferenciales respecto de otras posiciones de sujeto. De modo que sería erróneo deducir del carácter discursivo, precario y contingente de toda posición de sujeto, la absoluta dispersión y/o separación de las mismas. Ya que sostener una *separación y dispersión* absoluta de las posiciones de sujeto es lo que conllevaría la

⁷ Como afirma Torfing (1998, p. 40) el “discurso” puede ser definido como una “totalidad relacional” de secuencias significantes en la medida en que: 1) este “aspecto relacional se refiere al relationalismo radical que sostiene que las relaciones entre identidades sociales” son constitutivas de esas identidades; 2) las comillas que rodean la noción de totalidad indican que el sistema relacional puede concebirse como una totalidad sólo en relación a una cierta exterioridad; 3) la expresión “totalidad relacional de secuencias significantes” hace referencia a todo tipo de procesos por los que lo social se construye como significativo.

⁸ “Siempre que en este texto, afirman Laclau y Mouffe (2010, p. 156), utilicemos la categoría de ‘sujeto’, lo haremos en el sentido de ‘posiciones de sujeto’ en el interior de una estructura discursiva”. Posteriormente, y a raíz de una serie de críticas realizadas por Slavoj Žižek, Laclau abandona la noción de posiciones de sujeto para pasar a comprender el sujeto como la distancia entre la estructura indecidible y la decisión. Esta cuestión merecería un análisis detallado que excede los límites de este trabajo. Para una caracterización de la nueva posición que adopta Laclau respecto del sujeto con posterioridad a *Hegemonía y estrategia socialista*, véase Laclau (1993), Topuzian (2015) y Retamozo (2011).

reintroducción de un esencialismo, en este caso, de los elementos. Por lo tanto, Laclau y Mouffe sostienen que si toda posición de sujeto es una posición discursiva, entonces el análisis no puede prescindir de las formas de sobredeterminación de unas posiciones por otras. En sus propias palabras:

Todo esto nos hace ver que la especificidad de la categoría de sujeto no puede establecerse ni a través de la absolutización de una dispersión de “posiciones de sujeto” ni a través de la unificación igualmente absolutista en torno a un sujeto trascendental (...) El momento de cierre de una totalidad discursiva, que no es dado al nivel “objetivo” de dicha totalidad tampoco puede ser dado al nivel de un sujeto (...) Por esa misma falta de sutura última es por lo que tampoco la dispersión de las posiciones de sujeto constituye una solución: por el mismo hecho de que ninguna de ellas logra consolidarse finalmente como *posición separada* hay un juego de sobredeterminación entre las mismas que reintroduce el horizonte de una totalidad imposible (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 164).

Por otro lado, lo que hace posible que un sistema relacional de diferencias – es decir, una totalidad discursiva – se constituya es una exclusión; algo que esté por fuera, más allá de los límites del sistema pero en virtud de lo cual justamente se impone como una limitación. Pues si ello no fuera así estaríamos en presencia de una totalidad discursiva que se manifestaría como una *positividad* plena, simplemente dada y delimitada, esto es, completamente cerrada y clausurada. Pero, por el contrario, Laclau entiende que toda totalidad discursiva se configura a través de una lógica relacional incompleta y penetrada por la contingencia. Esto es, establecen el carácter constitutivamente abierto de toda formación discursiva. De ello se sigue que no hay identidad social que no esté atravesada por un exterior discursivo que la constituye pero que a la vez la deforma y le impide suturarse completamente. La existencia de ese exterior “es la condición de posibilidad de todo discurso porque le permite fijar parcialmente las identidades; pero a la vez, es su condición de imposibilidad, al subvertir toda identidad e imposibilitar cualquier cierre definitivo” (DAÍN, 2011, p. 52).

Esto resulta relevante para el propósito de este trabajo en tanto permite dar cuenta de cómo la teoría de la hegemonía es, en buena medida, una teoría del sujeto que va más allá de lo que a este respecto puede desprenderse de los postulados de la deconstrucción tomados al pie de la letra. En este sentido, Derrida privilegiaría, al contrario de Laclau, los momentos de desidentificación; ya que si la decisión es solamente identificación, “entonces se destruye a sí misma” (DERRIDA, 1998b, p. 164). De este modo, el filósofo franco-argelino desconfiaría de las limitaciones o exclusiones que una teoría del sujeto como la de Laclau podría llegar a

producir, en tanto implicarían una reducción de la responsabilidad ante el otro. Sin embargo, también puede encontrarse en los textos de Derrida un espacio abierto a la posibilidad de una reinscripción no metafísica del sujeto, que como afirma en más de una oportunidad, nos sigue resultando indispensable:

Pienso en aquellos que querrían reconstruir hoy en día un discurso sobre el sujeto que no fuera pre-deconstructivo, sobre un sujeto que no tuviera más la figura del dueño de sí mismo, de la adecuación a sí, centro y origen del mundo, etc., sino que definiera más bien al sujeto como la experiencia finita de la no identidad consigo, de la interpellación inderivable en tanto ésta viene del otro. (DERRIDA, 2005, p. 159).

Incluso ante la apertura de esta posibilidad, y sin poder decidir de manera concluyente si la teoría de la hegemonía podría satisfacer por completo los requerimientos derrideanos (nuestra sospecha, como se desprenderá de los siguientes apartados, es que no), Derrida deja plasmada su vacilación: “¿con qué derecho, se pregunta, apelar a este sujeto? ¿Con qué derecho, inversamente, prohibirnos apelar a este ‘sujeto’?” (DERRIDA, 2005, p. 159).

3. Una política del antagonismo

146

Lo que nos interesa por sobre todo destacar en este apartado es la deriva política que el pensamiento de Laclau toma a partir de compresión de la noción de discurso explicitada más arriba. Esta construcción teórico-política se centra, desde nuestro punto de vista, en aquello que Slavoj Žižek caracterizara como el gran logro de *Hegemonía y estrategia socialista*: el concepto de antagonismo. Ya que a través de él, “lejos de reducir toda la realidad a juegos de lenguaje, el campo socio-simbólico es concebido como estructurado en torno a una cierta traumática imposibilidad, en torno de una fisura que no puede ser simbolizada” (ŽIŽEK, 1993, p. 257). Efectivamente:

Si la lengua es un sistema de diferencias, el antagonismo es el fracaso de la diferencia y, en tal sentido, se ubica en los límites del lenguaje y sólo puede existir como disruptión del mismo – es decir, como metáfora – (...) El antagonismo escapa a la posibilidad de ser aprehendido por el lenguaje, en la medida en que el lenguaje sólo existe como intento de fijar aquello que el antagonismo subvierte⁹ (LACLAU; MOUFFE, 2010, pp. 168-9).

⁹ En consecuencia, los autores señalan que el antagonismo “muestra” –en el sentido en que para L. Wittgenstein lo que no se puede *decir* se puede *mostrar*– los límites de toda objetividad, es “testigo” de la imposibilidad de una sutura última del espacio social (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 169).

De manera que nos encontramos ante la presencia de una negatividad constitutiva: “por antagonismo, señala Laclau, se entiende una relación entre fuerzas de modo tal que la negatividad pasa a ser un componente interno de esa relación” (LACLAU, 2014a, p. 133); lo cual conlleva que cada fuerza niega la identidad de la otra. Atribuir a la negatividad este papel constitutivo en la configuración de las relaciones antagónicas, implica aceptar que el orden social no puede estructurarse nunca como un todo objetivo, homogéneo y sin fisuras, es decir, completamente “reconciliado” consigo mismo.

En la medida en que se encuentra habitado o asediado (como diría Jacques Derrida) desde su interior por relaciones antagónicas (por una negatividad) constitutivas que impiden su clausura definitiva, todo orden social se revela como una “objetividad fallida”. Como afirma Laclau (2013) en su conferencia “La construcción discursiva de los antagonismos sociales”¹⁰:

Lo que hace posible que un sistema de diferencias se constituya como tal es una exclusión, algo que esté por fuera, más allá de los límites y en virtud de lo cual justamente hay límites. Pero eso crea un problema: el elemento excluido es una diferencia respecto del sistema de todas las diferencias que, por consiguiente no es tal; y por otro lado, todas las diferencias interiores al sistema son equivalentes respecto de esa diferencia. Por lo cual aquello que hace posible el cierre del sistema es aquello que lo hace imposible. Esa diferencia exterior es, en verdad, *una fractura interna* y constituye un antagonismo social. (LACLAU, 2013).

147

Dicho en otros términos, “el antagonismo constituye los límites de toda objetividad” (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 168). Es decir, por medio de este movimiento se destruye la aspiración de constituir la objetividad bajo el signo de una presencia plena. En virtud de ello, toda objetividad debe ser considerada en términos de procesos de objetivación siempre parciales y precarios, esto es, fallidos. Esto vale tanto a nivel de la estructura social como de las identidades (los sujetos) que forman parte de ella. En conclusión: “es porque lo social está penetrado por la negatividad – es decir, por el antagonismo – que no logra el estatus de la transparencia, de la presencia plena, y que la objetividad de sus identidades es plenamente subvertida” (LACLAU; MOUFFE, 2010, p. 172).

Ahora bien, es a partir de esta noción de fractura interna que la teoría laclausiana de la hegemonía (y del populismo) puede ser considerada como una política del antagonismo. Como puede apreciarse en el texto citado, los límites de un sistema significativo – de una

10 Ernesto Laclau brindó la conferencia “La construcción discursiva de los antagonismos sociales” el martes 23 de julio de 2013 en el aula 108 de la Facultad de Filosofía y Letras. La misma puede consultarse en: <<http://mediateca.filoz.uba.ar/content/ernesto-laclau-la-construcci%C3%B3n-discursiva-de-los-antagonismos-sociales>>. Última consulta: 4/7/2019.

estructura discursiva – tienen que mostrarse como una interrupción o quiebra del proceso de significación. Es decir, como algo que no puede ser asimilado por el sistema o estructura. La consecuencia que Laclau extrae de lo anterior es, justamente, que los límites auténticos nunca pueden ser neutrales sino que presuponen una exclusión antagónica, dado que:

Un límite neutral implicaría que él es esencialmente continuo con lo que está a sus dos lados, y que estos dos lados serían simplemente diferentes el uno del otro. Pero como una totalidad significativa es precisamente un sistema de diferencias, esto significa que ambos lados son parte del mismo sistema y que, en consecuencia, los límites que separan a uno del otro no pueden ser los límites del sistema. Por el contrario, en el caso de una exclusión tenemos auténticos límites, dado que la realización de lo que está más allá del límite de exclusión implica la imposibilidad de lo que está de este lado del límite (LACLAU, 1996, p. 72).

En buena lógica, la conclusión que se deduce de esta afirmación es que los límites de un sistema deben ser necesariamente antagónicos. Esto ha sido materia de controversia para los estudiosos del pensamiento de Laclau. Urs Stäheli (2008), por ejemplo, ha cuestionado el hecho de que todo límite deba ser antagónico, abriendo la posibilidad de que sólo algunos tipos particulares de límites lo sean. Para este autor “la suposición de que existen límites discursivos necesariamente antagónicos tiende a despolitizar la construcción discursiva de los antagonismos” (STÄHELI, 2008, p. 282); señala, asimismo, que el principio para el esclarecimiento de esta cuestión debe buscarse en la distinción, realizada por Laclau con posterioridad a *Hegemonía y estrategia socialista*, entre dislocación y antagonismo. Puesto que distinguir entre estas dos nociones conduciría “a pensar la articulación antagónica como un resultado histórico contingente” (STÄHELI, 2008, p. 291) mientras que la dislocación indicaría la imposibilidad de cierre de todo sistema. De este modo, la categoría de dislocación sería lógicamente anterior a la de antagonismo, y no habría que confundirlas. Por momentos el propio Laclau parece acordar con esta caracterización, al sostener que “el antagonismo ya es una forma de inscripción discursiva (...) de algo más primario que, desde *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* en adelante, comencé a llamar ‘dislocación’. [En consecuencia] No todas las dislocaciones necesitan ser construidas de manera antagónica” (LACLAU, 2008, p. 394). Por el contrario:

(...) Se puede experimentar una dislocación en la experiencia y atribuirla a la ira de Dios, atribuirla al castigo de los pecados, atribuirla a la intervención de algunos agentes misteriosos que están operando en esa sociedad, atribuirla a los judíos o a cualquier otro grupo victimizado. La idea de construir, de vivir esa experiencia de la dislocación como antagónica, sobre la base de la construcción de un enemigo, ya presupone un momento de construcción discursiva de la dislocación, que permite

dominarla, de alguna manera, en un sistema conceptual que está a la base de cierta experiencia (LACLAU, 2002, p. 81).

En un sentido similar, Yannis Stavrakakis (2010, p. 93) sostiene que el antagonismo se sitúa en el orden simbólico de la realidad, “denotando la relación entre proyectos discursivos diferentes, pero ya articulados, que compiten por la hegemonía”; mientras que la dislocación pertenecería al orden de lo real (en sentido lacaniano). Podría decirse, entonces, que la dislocación es, tanto analíticamente como ontológicamente, anterior al antagonismo; de ahí que pueda afirmarse que aquella es la condición de posibilidad no sólo del antagonismo sino de la política en general, entendida ésta como práctica hegemónica. En palabras del intelectual argentino: “hay política porque hay subversión y dislocación de lo social” (LACLAU, 1993, p. 77). No obstante lo cual, el antagonismo presentaría un carácter enteramente *contingente*, dado que es posible “expresar” la dislocación a través de inscripciones discursivas que no impliquen una relación antagónica¹¹.

Es sobre esta matriz conceptual que a partir de la reintroducción de la temática del populismo como categoría central de análisis teórico, el concepto de antagonismo gana, desde nuestra visión, en protagonismo. Específicamente, en tanto el establecimiento de una frontera antagónica se torna indispensable, en el esquema de *La razón populista*, para la conformación del pueblo. En este sentido, la construcción de una hegemonía populista tiene como uno de sus requerimientos fundamentales la producción de una fractura antagónica del espacio social que separe un “nosotros, el pueblo” de los poderosos, de los opresores, en definitiva de los enemigos del pueblo. De esta manera, los discursos populares equivalenciales se caracterizan por dividir lo social en dos campos antagónicos: el poder o “los de arriba” y “los de abajo”. Aquí estaría operando de manera clara una *intensificación* o *radicalización* política del antagonismo, pues a partir de la noción de *frontera antagónica* se concibe a la sociedad como

¹¹ Quien más sistemáticamente se ha opuesto a esta lectura es Oliver Marchart. Como destaca en su último trabajo, Marchart nunca ha estado convencido de este giro hacia la dislocación como algo más primario que lo político. De hecho, sostiene que en la teoría laclausiana de la significación, “*tomada seriamente*”, el antagonismo “debe ser la última fuente de dislocación social, dado que cada sistema [estructura discursiva] es no solo instituido sino que también será destituido por un exterior amenazante [*threatening outside*]” (MARCHART, 2018, p. 25). La tesis que sostiene esta interpretación es que en la teoría de Laclau, “antagonismo” es el nombre para “lo político” en tanto tal, que Marchart entiende en un sentido ontológico. La lectura de Marchart se sostiene sobre lo que se conoce como “la diferencia política”, esto es, la diferenciación entre la política (aspecto óntico) y lo político (aspecto ontológico). Un análisis crítico y riguroso de las tesis de Marchart merecería un ensayo completo, que excede largamente los límites de estas páginas. Nos limitamos a señalar aquí nuestras reservas respecto de esta lectura. Para una crítica del tópico de la diferencia política véase BISSET, Emmanuel (2010). “Contra la diferencia política”. *Pensamiento plural*, n° 7. Pelotas, pp. 173-202.

dividida en “dos campos irreductibles estructurados alrededor de dos cadenas equivalenciales incompatibles” (LACLAU, 2005, p. 110).

En este sentido, la posición de Laclau da un giro de 180° respecto de lo sostenido en *Hegemonía y estrategia socialista*: pues a pesar de que ya en ese texto era claramente reconocida la centralidad política de los efectos de frontera, en tanto el núcleo de la apuesta política de entonces estaba puesto en las “luchas democráticas” – y no en las “luchas populares” – las cuales requerían para su establecimiento y efectividad de la multiplicidad y proliferación de puntos de antagonismo. De este modo, consideramos que el pasaje al populismo como referencia central de una política emancipatoria que tenga por objetivo subvertir el orden institucional vigente se cifra, en buena medida (aunque, por supuesto, no exclusivamente), en la intensificación del antagonismo y que, por lo tanto, puede ser concebida como una política del antagonismo. Esta intensificación del antagonismo no dejará de tener consecuencias, puesto que a partir de ella ese Otro exterior a través del cual el sujeto popular se constituye solo podrá ser considerado bajo la figura del enemigo antagónico. Es por ello que vale la pena examinar, a continuación, la otra de las puntas del quiasmo presentado al comienzo, que hará referencia a una política de la hospitalidad.

150

4. Una política de la hospitalidad

En el apartado anterior se abordó el modo en que a partir de la concepción discursiva de lo social procedente de la deconstrucción del estructuralismo, Laclau configura lo que denominamos una “política del antagonismo”. Es por ello que el autor argentino entiende que es en los textos de los años ´60 (en los que la política no constituye un tema explícito) donde se encuentran, sin embargo, los mayores aportes de Derrida – y la deconstrucción – para pensar la política. Esto se debe a que al mostrar la inestabilidad o indecidibilidad estructural de todo sistema significativo, Derrida hace patente que toda estabilización es producto de una institución arbitraria, “de una fuerza que tiene que ser parcialmente externa a la estructura” (LACLAU, 2004, p. 15), es decir, de una decisión ético-política¹². De este modo, todo acto de institución es político, pero por lo mismo, resulta también contingente y precario. Como indica Emmanuel Biset “pensar la política en esta tensión entre la dimensión conflictiva propia de la indecidibilidad y la estabilización parcial de un sentido, conlleva una

¹² *Strictu sensu*, para Laclau la “verdadera” decisión será siempre una decisión política, es decir, hegemónica; y no una decisión ética.

radicalización de la política como relación con la alteridad no pacífica” (BISET, 2009, p. 122). Esa irreductibilidad del poder y/o de la fuerza, que Derrida tematiza, a la vez, a partir de la afirmación de la imposibilidad de una relación absolutamente pacífica con la alteridad, es uno de los aspectos en los que Laclau reconoce la dimensión profundamente política de los primeros textos de Derrida.

Ahora bien, ya en esos mismos textos de Derrida puede encontrarse la alusión a una apertura hacia la alteridad absoluta del otro, más allá de toda referencia a fuerza o a la violencia¹³. El lugar central que en ellos ocupa la noción de “huella” – tomada del pensamiento de Emmanuel Levinas – se revela como un índice inequívoco de la importancia de esta cuestión. De acuerdo con Derrida, la huella “pertenece al movimiento mismo de la significación”; es “la apertura de la primera exterioridad en general, el vínculo enigmático del viviente con su otro y de un adentro con un afuera” (DERRIDA, 2008, pp. 91-92). La huella es la marca de “la no-presencia de lo otro inscripta en el sentido del presente” (DERRIDA, 2008, p. 92). Así, la temática de la huella remite a un Otro que ya siempre “habrá sido” pero que abre, al mismo tiempo, a lo por-venir. Esta *futura anterioridad* habrá sido irreducible a la ontología.

De esta forma, Derrida propone pensar la apertura en general, esto es, la apertura irreductible de toda estructura significativa, a partir de la hospitalidad o de la acogida debida al otro. De la respuesta o, mejor dicho, de la *promesa* de respuesta. Es a partir de este gesto inicial que, años después, puede acoger las palabras de Levinas casi sin reticencias, y citarlo con aprobación cuando éste último dice: “la relación con Otro o el Discurso (...) es una relación ética” (DERRIDA, 1998a, p. 45); y más adelante: “el Discurso se presenta como Justicia [imposible] ‘en la rectitud de *la acogida* hecha al rostro’” (DERRIDA, 1998a, p. 47).

Sin embargo, este pensamiento derrideano de la acogida y la hospitalidad no conduce a la utopía o la aspiración ingenua de una relación absolutamente pacífica con el otro. Mucho menos a un irenismo político. “Lo que estoy sugiriendo aquí, afirma Derrida, no carece de violencia, (...) la herida no simbolizable viene, antes de toda fractura, de la huella anterior del

¹³ Aquí entra en juego la cuestión referida a la existencia o inexistencia de un giro ético-político en el pensamiento de Derrida. Como indica E. Biset “pensar el giro implica construir un esquema en el cual los textos relevantes para el pensamiento de lo político son localizados en los escritos de fines de la década del ‘60 [como sostiene Laclau] o en aquellos de la década del ‘90” como han afirmado otros intérpretes, entre ellos Simon Critchley (BISET, 2013, p. 23). Como puede deducirse en parte de las afirmaciones aquí vertidas, y que por cuestiones de espacio no podemos profundizar, nos inclinamos a rechazar la hipótesis del giro en favor de la interpretación del propio Biset (2013) para quien lo que existe en los textos de Derrida es *un desplazamiento de acento* desde la violencia a la justicia, pero no un giro.

otro” (DERRIDA, 2016, p. 211). En el marco del simposio “Deconstrucción y pragmatismo” organizado en 1993 en el *College International de Philosophie* por Chantal Mouffe, el filósofo franco-argelino se detiene sobre este motivo paradójico o aporético de su pensamiento, casualmente o no, en el momento en que examina algunos postulados sostenidos por Ernesto Laclau; motivo por el cual merece ser citado en extenso:

Estoy completamente de acuerdo con todo lo que dijo Ernesto Laclau sobre la cuestión de la hegemonía y el poder, y también concuerdo en que en la discusión más segura y pacífica están presentes la fuerza y la violencia. No obstante, creo que hay, en la apertura de un contexto de argumentación y discusión una referencia (...) al desarme. Concuerdo en que ese desarme no está nunca simplemente presente, incluso en el momento más pacífico de la persuasión, y por lo tanto que es irreductible a una cierta fuerza y violencia, pero sin embargo esa violencia sólo puede (...) aparecer como tal sobre la base de una no violencia, una vulnerabilidad, una exposición. No creo que la no violencia sea una experiencia describable y determinable, sino más bien una promesa irreductible de la relación con el otro como esencialmente no instrumental. No es este el sueño de una relación beatamente pacífica, sino el de cierta experiencia de amistad tal vez impensable hoy...” (DERRIDA, 1998b, pp. 161-2).

Esto que Derrida enuncia como impensable hoy, es lo imposible mismo: una experiencia de la hospitalidad sin condición; una relación no violenta con la alteridad. Ahora bien, la pregunta que debería formularse a los fines del presente ensayo es la siguiente: ¿Cómo pensar esta apertura incondicional, esta hospitalidad absoluta, en términos políticos? Y paralelamente: ¿Qué relación existe entre una ética de la hospitalidad (de cuño levinasiano) y una política de la hospitalidad que Derrida quisiera afirmar como política por-venir? O dicho en otros términos: ¿Puede la ética de la hospitalidad fundar una política o un derecho?

Las respuestas a estos interrogantes no son sencillas, requerirían largos rodeos y minuciosos análisis; sin embargo, en vistas a los objetivos planteados en estas páginas pueden trazarse los contornos preliminares de las mismas. De acuerdo a las premisas de su planteo, Derrida parecería más bien reacio a subordinar alguno de los dos ámbitos, sea el ético o el político, al otro. De este modo, habría que desistir respecto de la posibilidad de fundar una política en la ética; pero no porque la contraria sea la opción elegida (como en efecto sucede en la teoría de Laclau). Sino porque se trataría más bien de pensar una apertura no ética de la ética, así como una apertura no política de la política.

Por otro lado, no debería verse en ello una debilidad o una insuficiencia; por el contrario, el hecho de que “no haya paso asegurado, según el orden de la fundación, (...) según la jerarquía fundador/fundado, originariedad principal/derivada” entre una ética de la hospitalidad y una política, que haya un hiato insalvable entre ellas: ¿no abriría “la posibilidad

de otra palabra, de una decisión y una responsabilidad (jurídica y política, si se quiere), allí donde éstas deben ser *tomadas* sin la seguridad de un fundamento ontológico” (DERRIDA, 1998a, p. 38). Esa *otra* palabra, ese otro camino, es sin duda el que ha elegido Jacques Derrida. Y ese camino conduce a la otra de las cuestiones planteadas: si la relación entre la ética de la hospitalidad y una política hospitalaria no es del orden de la fundación o de la derivación, entonces ¿de qué tipo de relación se trata?

Para abordar esta problemática es necesario remitirse al particular modo en que Derrida plantea el vínculo entre la justicia y el derecho, ya que de éste se desprende, al menos en su lógica, el tratamiento de la temática de la hospitalidad. Aquel se encuentra elaborado fundamentalmente en su conferencia “Del derecho a la justicia”. Desde las primeras páginas, el texto anuncia la posibilidad de pensar la Justicia como heterogénea respecto del ámbito del derecho; heterogeneidad que, a la vez, indicaría un desborde de dicho ámbito o, lo que es lo mismo, revelaría la excedencia de la Justicia respecto del ordenamiento jurídico legal¹⁴. Sin embargo, de acuerdo con Derrida, “todo sería todavía simple si esta distinción entre justicia y derecho fuera una verdadera distinción” (DERRIDA, 1997, p. 51); pero lo que ocurre es justamente lo contrario: el derecho pretende ejercerse en nombre de la justicia, mientras que ésta requiere instalarse en el derecho para no correr el riesgo de devenir en una instancia meramente utópica. De esta forma, a pesar de tratarse de ámbitos heterogéneos, derecho y justicia son, en verdad, indisociables. Esta relación resulta, sin duda, sumamente paradójica: pues mientras que la justicia deconstruye y excede el derecho, sólo puede darse – aunque de manera imperfecta e inadecuada – efectivamente en ese marco.

Esta condición paradójica o aporética rige también, en el pensamiento de Derrida, para la cuestión de la hospitalidad. En efecto, entre la hospitalidad condicionada, esto es, las leyes positivas del derecho, las normas y reglas que forman parte del *corpus* jurídico bajo las cuales toda hospitalidad es “efectivamente” concedida, y la *Ley* de la hospitalidad absoluta, ofrecida sin condición alguna, existe a la vez una heterogeneidad y una indisociabilidad irreductible. Dicho en otros términos, la *Ley incondicional* y las leyes condicionadas se limitan y desplazan mutuamente; estas últimas, al imponer derechos y deberes, trasgreden y pervierten la ley de hospitalidad absoluta, pero a la vez:

¹⁴ “Quiero insistir inmediatamente, señala Derrida (1997, p. 16), en reservar la posibilidad de una justicia, es decir de una ley que no solo excede o contradice el derecho sino que (...) mantiene [con él] una relación tan extraña que lo mismo puede exigir el derecho como excluirlo”.

La ley incondicional de la hospitalidad necesita de las leyes, las requiere. Esta exigencia es constitutiva. No sería efectivamente incondicional, la ley, si no *debiera devenir* efectiva, concreta, determinada (...) Correría el riesgo de ser abstracta, utópica, ilusoria, y por lo tanto transformarse en su contrario. Para ser lo que es, *la ley necesita así de las leyes* que sin embargo la niegan, en todo caso la amenazan, a veces la corrompen o la pervierten. Y deben siempre poder hacerlo.

Porque esta pervertibilidad es esencial, irreductible, además, necesaria. Es el precio de la perfectibilidad de las leyes. (...) Recíprocamente, las leyes condicionales dejarían de ser leyes de la hospitalidad si no estuvieran guiadas, inspiradas, aspiradas, incluso requeridas, por la ley de la hospitalidad incondicional (DERRIDA, 2006, p. 83).

Estos breves análisis respecto de las nociones de la justicia, el derecho y la hospitalidad parecen sugerir, sin temor a exagerar, la idea de una política de la hospitalidad. Esta política parecería restar aún como una tarea imposible, y pertenecería por entero al orden de lo *por venir*. Sin embargo, ¿qué sería de una política que no estuviera inspirada, requerida, por esa hospitalidad incondicional y por la promesa de Justicia? Sin duda, no otra cosa que el reino del cálculo y de la violencia desesperada y desesperanzada. Por otra parte, la estructura de la promesa, tal y como Derrida la tematiza, no es puro retraso indefinido ni conlleva la inacción o la parálisis. Al contrario, la promesa debe prometer siempre poder ser cumplida, y el hecho de anunciarla como tal ¿no es ya un modo de estar aquí y ahora? De este modo, a fin de que sea “efectiva” – aún en su imposible realización – la política de la hospitalidad debe producir acontecimientos, irrumpir en la arena político-jurídica deconstruyendo el derecho y las formas sedimentadas de la política: “es decir, no [debe] limitarse sólo a ser ‘espiritual’ o ‘abstracta’, sino producir acontecimientos, nuevas formas de acción, de práctica, de organización, etc.” (DERRIDA, 2012, p. 103)

154

Observaciones finales

A lo largo de estas páginas, hemos intentado dar cuenta de dos derivas políticas posibles que se siguen de una matriz discursiva para pensar lo social. Las mismas dialogan entre sí, tan pronto se acercan y entrecruzan, se alejan y se distancian según ritmos y velocidades diversas. No se trata de reducirlas en una síntesis dialéctica, ni de articularlas tomando “lo mejor” de cada una ellas. Pues son irreductibles la una a la otra. Tampoco se trata de oponerlas o de realizar una elección entre ambas. Quizás entre una política de la hospitalidad y una política del antagonismo no se produzca sino un juego en el que quien gana pierde y donde se gana y se pierde cada vez.

En este sentido, luego de haber presentado las bases teóricas de la noción de discurso que sustenta tanto la posición de Derrida como la de Laclau, hemos querido resaltar el gran mérito que la teoría de la hegemonía presenta al repolitizar la teoría del discurso a través de la introducción de la categoría de antagonismo, mostrando que no se trata, como muchas veces se cree, sólo de juegos de lenguaje. En este sentido, la construcción discursiva de los antagonismos sociales (que rompe con el esencialismo de clase) ha logrado revitalizar la tradición marxista poniendo nuevamente de relieve el carácter inerradicable del conflicto y del antagonismo, pero afirmando la imposibilidad de un cierre definitivo de la sociedad (que rompe con la ilusión metafísica de una comunidad plena, armónica, y el consecuente peligro de un devenir totalitario) y señalando, en consecuencia, la necesidad de un cierre hegemónico, esto es, parcial, precario y sometido a renegociaciones periódicas. Por otro lado, esta revitalización del marxismo, que es también una radicalización de lo político, deviene en los últimos trabajos de Ernesto Laclau en una apuesta por el populismo como estrategia política emancipatoria; en tanto aquel representa de la manera más cabal lo que denominamos una política del antagonismo, que fractura el espacio social en dos campos dicotómicos: el pueblo y sus enemigos. De manera tal que, como reza el título de uno de sus trabajos: construir al pueblo es la principal tarea de toda política radical hoy.

Ahora bien, esta radicalización de lo político y de su carácter antagónico colisiona, hasta convertirse en un rechazo explícito – es necesario “evitar enredarse en todos los problemas de una ética levinasiana” (LA CLAU, 1996, p. 142) –, con lo que Laclau considera una eticización de la ontología por parte de Derrida o, lo que es lo mismo, una fundamentación ética de lo político. Dado que para el pensador argentino, una política de la hospitalidad, inspirada por una acogida incondicional, no violenta, de la alteridad, sería prácticamente un contrasentido pues negaría, al menos en principio, el carácter incuestionablemente antagónico de la política o de la operación hegemónica.

Sin embargo, como hemos señalado en el apartado anterior, Derrida no aboga por una fundamentación ética de la política, sino más bien por una contaminación entre ambas esferas. De manera tal que no sería posible trazar una frontera prística entre ellas. Esto le permite por un lado reconocer la irreductibilidad de la violencia, del cálculo económico-político, sin renunciar a la promesa de la justicia, de una relación no violenta con la alteridad; y, por el otro, le da la posibilidad de afirmar la incondicionalidad de una hospitalidad absoluta siempre por venir, en nombre de la cual resulta sin embargo indispensable calcular, ejercer algún tipo

de fuerza por medio de leyes y normas que regulan y establecen las condiciones de una hospitalidad efectiva. Es decir, construir hegemonías. Esa es la aporía a la que se enfrenta, sin retroceder ni renunciar en su empeño, una política de la hospitalidad. Esa es la aporía que constituye la política de la hospitalidad.

Como hemos anticipado, no se trata de elegir entre estas dos derivas políticas. Si una política del antagonismo, que fracture el espacio social entre el pueblo y sus enemigos, parece hoy día necesaria para un pensamiento de izquierda que pretenda oponerse a los poderes del capitalismo financiero que reduce a la pobreza a poblaciones enteras con el único fin de maximizar sus ganancias; también resulta indispensable para un populismo que se quiera de izquierda pensar en una política de la hospitalidad que resista al repliegue xenófobo de quienes intentan refugiarse en criterios inmunitarios para combatir la crisis. Pues, en definitiva, ¿aquellos que rechazan el principio de hospitalidad, y con ello la promesa de Justicia, no deberían constituir el enemigo antagónico de un populismo de izquierda, radical y emancipador?

Sin embargo, esto último no haría más que poner de manifiesto que la política de la hospitalidad pura, absoluta, es lo imposible mismo; lo impracticable, dado que implicaría la posibilidad de una sociedad plenamente reconciliada. Por lo que incluso un populismo de izquierda que se articulara en torno a un principio de hospitalidad requeriría, para su puesta en práctica efectiva, de una política del antagonismo que logre plasmar una hegemonía parcial. De este modo, esta aporía política podría conducir a la pregunta/objeción que alguna vez lanzara Žižek:

156

¿No implica la postura resignada/cínica de “aunque sepamos que fracasaremos, deberíamos persistir en nuestra búsqueda”, de un agente que sabe que (...) su esfuerzo supremo fracasará necesariamente, pero no obstante acepta la necesidad de ese Espectro global [aquí la Hospitalidad o la Justicia] como un aliciente necesario para darle la energía que lo haga empeñarse en resolver problemas parciales? (ŽIŽEK, 2003, p. 98).

Lejos de aceptar lo que pretende insinuar Žižek, creemos que no se sigue de lo expresado en estas páginas ningún tipo de resignación política. Por el contrario, y para finalizar, como sostiene Laclau en su respuesta al filósofo esloveno: dado que no se trata de un proceso acumulativo lineal (similar a la Idea reguladora en sentido kantiana) no habría lugar para un cinismo acerca del carácter inalcanzable de la emancipación. De manera tal que:

Para los actores históricos que participan en las luchas concretas no existe ningún tipo de resignación cínica: sus objetivos reales son todo lo que constituye el horizonte dentro del cual viven y luchan. Decir que la plenitud final es inalcanzable no implica de ningún modo defender una actitud de fatalismo o resignación: es decirle a la gente “eso por lo que están luchando es todo lo que hay” (LACLAU, 2003b, p. 198).

Y, sin embargo, *hay* también un *resto* que se sustraer a ese horizonte de lo posible; lo socaba y lo inspira. Ese resto no es silencio.

Referências

BARROS, Sebastián (2006). “Espectralidad e inestabilidad institucional. Acerca de la ruptura populista”. *Estudios Sociales*, año XVI, nº 30, pp. 145-162. Disponible en: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/EstudiosSociales/article/view/2574>>. Acceso en: 22 ago. 2019.

BIGLIERI, Paula; PERELLÓ, Gloria (2012). *Los usos del psicoanálisis en la teoría de la hegemonía Ernesto Laclau*. Buenos Aires: Grama Ediciones.

BISET, Emmanuel (2009). “Dimensiones políticas de la deconstrucción. Un análisis político de la discusión de Jacques Derrida con la fenomenología y el estructuralismo”. *Tópicos. Revista de Filosofía de Santa Fé*, nº 18. pp. 107-130. Acceso en: 5 ago. de 2019. Disponible en: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Topicos/issue/view/688>>.

_____. (2013). “Derrida y lo político”. *Confines*, nº 30, Buenos Aires. pp. 23-37. Disponible en:<<https://www.aacademica.org/emmanuel.biset/12.pdf>>. Acceso en: 5 ago. de 2019.

CRITHCLEY, Simon (2002). “Ethics, Politics and Radical Democracy. The History of a Disagreement”. *Culture Machine*, vol. 4, pp. 1-6. Acceso en: 22 ago. 2019. Disponible en: <<http://svr91.edns1.com/~culturem/index.php/cm/article/viewArticle/267/252>>.

_____. (2008). “¿Hay un déficit normativo en la teoría de la hegemonía?”. In: _____ (Org.). *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra*. Buenos Aires: F.C.E., p. 145-155.

DAÍN, Andrés (2011). “Ontología de la sobredeterminación”. In: BISET, Emmanuel y FARRÁN, Roque (Eds.), *Ontologías políticas*. Buenos Aires: Imago Mundi. pp. 43-78.

DERRIDA, Jacques (1988). *Limited Inc*. Evanston: Northwestern University Press.

_____. (1989). *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos.

_____. (1997). *Fuerza de ley. El “fundamento místico de la autoridade”*. Madrid: Tecnos.

_____. (1998a). “Palabra de acogida”. In: _____. *Adiós a Emmanuel Lévinas. Palabra de acogida*. Madrid: Trotta, pp. 31-155.

_____. (1998b). “Notas sobre deconstrucción y pragmatismo”. In: MOUFFE, Chantal (Org.), *Deconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, pp. 151-170.

_____. (2001). *La verdad en pintura*. Barcelona: Paidós.

_____. (2006). *La hospitalidad*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor.

- _____. (2008). *De la gramatología*. México: Siglo XXI.
- _____. (2005). “Hay que comer o el cálculo del sujeto”. *Confines*, n° 17. Buenos Aires: Guadalquivir. Disponible en: <https://redaprenderycambiar.com.ar/derrida/textos/comer_bien.htm>. Acceso en: 5 de agosto de 2019.
- _____. (2012). *Espectros de Marx. El estado de la deuda, el trabajo de duelo y la nueva internacional*. Madrid: Trotta.
- _____. (2016). “En este mismo momento en este trabajo heme aquí”. In: DERRIDA. *Psyché. Invenciones del otro*. Adrogue: La cebra, pp. 169-216.

LACLAU, Ernesto (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.

- _____. (1996). *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel.
- _____. (1998). “Deconstrucción, pragmatismo, hegemonía”. In: MOUFFE, Chantal (Comp.), *Deconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, pp. 97-136.
- _____. (2002). *Hegemonía y antagonismo. Conferencias de Laclau en Chile, 1997*. Villalovos-Ruminott (Ed.), Buenos Aires: Editorial Cuarto Propio.
- _____. (2003). “Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas”. In: BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto y ŽIŽEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: F.C.E. pp. 49-93.
- _____. (2003b). “Estructura, historia y lo político”. In: BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto y ŽIŽEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: F.C.E. pp. 185-214.
- _____. (2004). “Discurso”. *Estudios: filosofía, historia, letras*, vol. 2 (68), México. pp. 7-18. Disponible en: <<https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/ernestolaclaudiscurso.pdf>>. Acceso en: 5 ago. de 2019.
- _____. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: F.C.E.
- _____. (2008). “Atisbando el futuro”. In: CRITCHLEY, Simon y MARCHART, Oliver (comps.), *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra*. Buenos Aires: F.C.E., pp. 347-404.
- _____. (2014a). “Antagonismo, subjetividad y política”. In: LACLAU, Ernesto (2014). *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: F.C.E. pp. 127-153.
- _____. (2014b). “Ética, normatividad y la heteronomía de la ley”. In: LACLAU. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: F.C.E., pp. 155-166.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1993). “Posmarxismo sin pedido de disculpas”. In: LACLAU, Ernesto (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión. pp. 111-145.

_____. (2010). *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: F.C.E.

MARCHART, Oliver (2009). *El pensamiento político posfundacional. La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires: F.C.E.

_____. (2018). *Thinking Antagonism. Political Ontology after Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

MELO, Julián (2013). “El jardinero feliz: sobre populismo, democracia y espectros”. *Las Torres de Luca*, n° 2, pp. 21-45. Acceso en: 22 agosto de 2019. Disponible en:

<<https://es.scribd.com/document/373393448/El-jardinero-feliz-sobre-populismo-democracia-y-espectros-pdf>>.

MÉNDEZ, Agustín (2014). “La teoría de la hegemonía, una lectura desde el psicoanálisis y la deconstrucción”. *Utopía y praxis latinoamericana*, año 19, n. 64. Maracaibo. pp. 51-66. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/pdf/279/27937087005.pdf>>. Acceso en: 5 ago. de 2019.

_____. (2015). “Espectralidad, falta y ontología. La teoría de la hegemonía frente a su reverso excluido”. *Pléyade*, 16. Santiago de chile. pp. 93-117. Disponible en: <<https://www.revistapleyade.cl/pleyade/ediciones/numero-16/>>. Acceso en: 5 de ago. de 2019.

MOUFFE, Chantal (2018). *For a left populism*. London: Verso.

NORVAL, Aletta (2004). “Hegemony after deconstruction: the consequences of undecidability”. *Journal of Political Ideologies*, 9 (2), pp. 139-157. Disponible en: <https://www.researchgate.net/publication/233323577_Hegemony_after_deconstruction_The_consequences_of_undecidability>. Acceso en: 22 de ago. de 2019.

RETAMOZO, Martín (2011). “Sujetos políticos: decisión y subjetividad en perspectiva posfundacional”. *Ideas y valores*, vol. LX, nº 147, Bogotá, pp. 51-64. Disponible em: <<http://www.redalyc.org/pdf/809/80922471003.pdf>>. Acceso en: 22 de ago. de 2019.

STÄHELI, Urs (2008). “Figuras rivales del límite. Dispersión, transgresión, antagonismo e indiferencia”. In: CRITCHLEY, Simon y MARCHART, Oliver (Org.), *Laclau. Aproximaciones críticas a su obra*. Buenos Aires: F.C.E., pp. 281-298.

STAVRAKAKIS, Yannis (2010). *La izquierda lacaniana. Psicoanálisis, teoría, política*. Buenos Aires: F.C.E.

TORFING, Jacob (1999). *New theories of discourse. Laclau, Mouffe and Žižek*. Oxford: Blackwell.

TOPUZIAN, Marcelo (2015). *Creencia y acontecimiento. El sujeto después de la teoría*. Buenos Aires: Prometeo.

VERGALITO, Esteban (2016). *Laclau y lo político*. Buenos Aires: Prometeo.

ŽIŽEK, Slavoj (1993). “Más allá del análisis del discurso”. In: LA CLAU, Ernesto (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión. pp. 257-267.

_____. (2003). “¿Lucha de clases o posmodernismo? ¡Sí, por favor!”. In: BUTLER, Judith, LA CLAU, Ernesto y ŽIŽEK, Slavoj (Orgs.). *Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: F.C.E. pp. 95-140.

Abstract

This article presents two possible political drifts configured from the basic assumptions of the Theory of Discourse. In this way, after describing the fundamental guidelines that make up the discursive matrix common to the theoretical approaches of Jacques Derrida and Ernesto Laclau, we characterize what we call as “politics of hospitality” and “politics of antagonism”. The first, characteristic of the French philosopher's thought, places at its center the promise of Justice and unconditional hospitality offered to the other; while the Argentinian thinker supports the need for a hegemonic policy based on the configuration of antagonisms. The article focuses on showing the complex relationships that can be established between them (despite their differences), without affirming their absolute complementarity or presenting them as exclusive alternatives.

Keywords: Politics; Discourse; Hospitality; Antagonism.

160

Resumo

O artigo apresenta duas possíveis derivações políticas configuradas a partir dos pressupostos básicos da Teoria do Discurso. Desse modo, após descrever as diretrizes fundamentais que compõem a matriz discursiva comum às abordagens teóricas de Jacques Derrida e Ernesto Laclau, caracterizamos o que chamamos de “política de hospitalidade” e “política de antagonismo”. A primeira, característica do pensamento do filósofo franco-argelino, coloca no seu centro a promessa de justiça e uma hospitalidade incondicional oferecida ao outro; enquanto o pensador argentino apóia a necessidade de uma política hegemônica baseada na configuração de antagonismos. O artigo se concentra em mostrar as complexas relações que podem ser estabelecidas entre eles (apesar de suas diferenças), sem afirmar sua complementaridade absoluta ou apresentá-las como alternativas exclusivas.

Palavras-chave: Política; Discurso; Hospitalidade; Antagonismo.

A cidadania no meio rural: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar a partir da Teoria do Discurso

Citizenship in countryside: an analysis of the National Program for Strengthening Family Agriculture based on Discourse Theory

La ciudadanía en el medio rural: un análisis del Programa Nacional de Fortalecimiento de Agricultura Familiar a partir de Teoría del Discurso

Recebido em 12-03-2019

Modificado em 21-08-2019

Aceito para publicação em 25-09-2019

Anna Cláudia Campos e Santos 

ORCID: 0000-0001-6950-2437

161

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Principal linha de pesquisa se dá em torno das Teorias Políticas Contemporâneas, com ênfase na Teoria do Discurso e no tema da cidadania. Bolsista Capes. E-mail: accamposesantos@gmail.com

Rennan Lanna Martins Mafra 

ORCID: 0000-0002-9078-5475

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Viçosa. Lidera o Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença. Possui quatro principais áreas de pesquisa: comunicação e organizações, comunicação e experiência, comunicação e política e teorias da comunicação. E-mail: rennan.mafra@ufv.br

Resumo

Tomando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como a principal resposta dada pelo Estado à institucionalização da cidadania no meio rural pós-Constituição de 1988, este trabalho busca por meio da divisão histórica demarcada de 1995-2002, realizar uma ressignificação histórica do desenvolvimento de tal programa, a partir do campo de discursividade existente em torno da criação e manutenção desta política nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para tal, a metodologia foi composta por uma abordagem baseada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, tomando as práticas discursivas em torno do programa e evidenciando um contexto de disputas e de criação de novos lugares e não-lugares aos sujeitos envolvidos nas dinâmicas Estado-Sociedade.

Palavras-chave: Pronaf; Cidadania; Teoria do Discurso; Meio Rural.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução

Identificada como a primeira grande política agrícola criada pelo Estado após a Constituição de 1988, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) se relaciona com aspectos presentes na lei Agrícola de 1991, baseando-se em pressupostos como o de “proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais”, como também, objetivando “eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura” (BRASIL, 1991). Assim, desde sua criação, este programa vem disponibilizando cada vez mais recursos ao seu público-alvo. Para se ter uma noção, em meados de 1997/1998 foi disponibilizado R\$ 1,6 bilhão. A disponibilidade de recursos em 1999/2000 foi de quase R\$ 3,5 bilhões, e em 2000/2001, aumenta-se para R\$ 4,13 bilhões. Esse crescimento nos investimentos permanece ao longo dos anos, chegando, em meados de 2009/2010, em R\$15 bilhões (BIANCHINI, 2015). Nota-se, assim, uma aposta no programa não só pelo discurso em torno do mesmo, como também, pelo aumento significativo e constante de investimentos ao longo dos anos.

Destarte, nosso esforço é o de analisar o Pronaf enquanto principal aposta do Estado em torno das demandas e lutas dos diversos sujeitos do meio rural brasileiro, ou seja, em torno de aspectos que buscam, como mostrado acima no propósito da política, o fortalecimento da cidadania no meio rural (SANTOS, 2017). Em outras palavras, buscamos compreender as configurações discursivas que o Pronaf foi assumindo em seus primeiros anos de criação nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os tipos de significados trazidos por estas configurações discursivas, os tipos de articulações que foram produzidas, permitindo-nos compreender o campo de disputas em torno do programa.

Realizando um pequeno Estado da Arte no que diz respeito à relação entre cidadania, meio rural e teoria democrática, encontramos estudos que problematizaram o meio rural a partir de perspectivas específicas delimitadas dentro da teoria democrática, mas sem a problematização da noção de cidadania. Assim, tais estudos abordam teoricamente a noção de reconhecimento no âmbito do Pronaf, à medida que há esforços de desnaturalização da relação de causalidade entre desenvolvimento rural e reconhecimento posta em tal política pública (RESENDE; MAFRA, 2016), ou ainda, no âmbito do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), fortemente influenciado pelo Pronaf, a partir da entrada dos agricultores familiares no âmbito de tal Programa, seja como beneficiários, seja como fornecedores de alimentos para as escolas públicas brasileiras (RESENDE, 2016). Alguns estudos problematizam a teoria deliberativa no âmbito dos CMDRS's (MUCCI; MAFRA, 2016; 2015; MUCCI, 2015), enquanto outros se utilizam da democracia radical de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para pensar questões relacionadas ao Código Florestal Brasileiro (CARVALHO, 2015) e o cooperativismo de crédito rural solidário (MARTINS, 2016). Porém, ainda que tais trabalhos se tornem relevantes por trazerem a discussão do meio rural à luz de teorias democráticas específicas, eles não problematizam a noção de cidadania no meio rural à luz de uma teoria democrática mais ampla, impedindo uma reflexão acerca da concepção específica de cidadania a partir dos discursos das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro.

Deste modo, acreditamos apostar numa problematização da cidadania no meio rural no âmbito das políticas públicas, com foco no modo como o Estado brasileiro cria apostas a partir de políticas públicas para o exercício da cidadania nos contextos rurais. Nossa estudo utiliza-se da teoria do discurso, uma vez que acreditamos ser bastante frutífero analisarmos o meio rural brasileiro – complexo e repleto de disputas – por meio de uma teoria que enxerga a realidade social baseada em conflitos e disputas pelo poder.

163

2. O corte empírico escolhido: por que o Pronaf?

Em linhas gerais, o Pronaf é a política pública que protagoniza a nova concepção de cidadania que o processo de redemocratização traz consigo, instituindo dois mecanismos práticos e concretos centrais nas novas políticas públicas para o meio rural: espaços deliberativos e a própria categoria “agricultor familiar”. Segundo Fernandes (2013, p. 25), o Pronaf surge para atender às demandas dos sujeitos rurais, estes que a partir das lutas e organizações travadas ao longo da história, pautavam a criação de uma política social e econômica direcionada ao desenvolvimento rural. Tal programa acaba por reforçar a importância da produção agropecuária do país, por meio do “fortalecimento das condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhora da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania”. Por isso dizer que o Pronaf foi pensado como um programa de crédito que

possibilitaria a inserção de tais sujeitos na economia, potencializando o desenvolvimento (FERNANDES, 2013).

Segundo Fernandes (2013) e Schneider *et. al.* (2009), de um ponto de vista operacional, e de modo resumido, este programa apresenta atualmente quatro linhas de atuação: (1) *financiamento da produção*, a partir dos recursos destinados para custeio e investimento das atividades dos agricultores familiares (estes são divididos em grupos A, B, C, D e E de acordo com a renda); (2) *financiamento e infraestrutura e serviços municipais*, a partir de apoio financeiro aos municípios para realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; (3) *capacitação e profissionalização dos agricultores familiares*, a partir da realização de cursos para agricultores familiares, conselheiros municipais e técnicos envolvidos nas políticas de desenvolvimento rural; e (4) *financiamento da pesquisa e extensão rural*, a partir da destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologia aos agricultores familiares.

Desde a sua criação, o Pronaf sofreu inúmeras modificações. Dentre elas, pode-se falar da ampliação do acesso ao crédito, uma vez supostamente reconhecida a heterogeneidade dos agricultores familiares. Além disso, consideradas as críticas feitas ao programa, ampliaram-se os grupos de acesso, possibilitando que os mais diversos perfis de agricultores familiares pudessem contar com os benefícios (FERNANDES, 2013).

Segundo Bianchini (2015), a estruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, tendo como base organizacional a Secretaria da Agricultura Familiar e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, trouxe uma nova reconfiguração ao Pronaf. Logo, o Programa se consolidou em três principais subprogramas: o Pronaf Crédito, o Pronaf Infraestrutura e o Pronaf Formação. Dessa forma, os critérios utilizados para a caracterização do beneficiário são, segundo Bianchini (2015): o critério da renda; o critério da área (até quatro módulos fiscais); o limite de mão de obra assalariada (até dois empregados e/ou predomínio da mão de obra familiar); a residência em estabelecimento ou em região urbana próxima; o predomínio da renda do estabelecimento na renda familiar.

Bianchini (2015) também discute as mudanças mais recentes (tais como a criação do *Plano Safra da Agricultura Familiar*, em 2003). Com esta nova configuração, o objetivo do governo federal se volta ao aperfeiçoamento das políticas públicas para os agricultores familiares, no intuito do aumento da produção sustentável de alimentos, da geração de renda no meio rural e da organização econômica dos beneficiários.

3. Metodologia

Laclau e Mouffe (2015) partem de lugares os quais acreditamos estar em diálogo com as sociedades contemporâneas, logo, com a realidade brasileira. Neste sentido, buscaremos agora lançar mão da abordagem política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para entender quais lógicas perpassam a relação dos Estados democráticos contemporâneos e os grupos sociais. Ou seja, como tal relação influencia as diversas relações do Estado, dentre elas, as políticas públicas. Buscamos compreender também como as políticas públicas para o meio rural podem ser compreendidas pela abordagem pós-estruturalista, entendendo o meio rural como um campo constituído de inúmeras diferenças que buscam consideração por parte do Estado contemporâneo. Ao fazer tal movimento, nosso objetivo é o de construir uma abordagem a partir da teoria do discurso como grande arcabouço capaz de explicitar essas dinâmicas sociais em torno do Estado.

Para tanto, apostamos em uma metodologia baseada na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015). Neste sentido, a teoria do discurso que se pretende aqui explicar possui aspectos ontológicos que nos permitem entender porque ela se compõe de forma complexa e, por isso, é também explorada não só na ciência política, como também na pedagogia, na literatura, entre inúmeras outras áreas. Para uma compreensão de seus aspectos ontológicos é preciso que o leitor compreenda que o discurso é a noção pela qual Laclau e Mouffe pretendem construir uma teoria do político. Em outras palavras, pode-se dizer que o político, ou seja, a realidade social é tida como sinônimo de discurso. O que significa dizer que tudo o que se constrói socialmente só ocorre por meio da construção de sentidos discursivamente estabelecidos.

Ainda que se faça necessário salientar os aspectos ontológicos nos quais tal teoria se baseia, não será possível entrar em detalhes sobre os mesmos, mas caso o leitor tenha interesse em compreender a teoria o discurso, o conhecimento aprofundado de tais aspectos se faz primordial. Assim, tais aspectos ontológicos encontram-se ancorados em pensamentos denominados como *pós-fundacionalista* e *pós-estruturalista*, por meio de autores¹ como Jacques Lacan (1998), Martin Heidegger (2002; 1999) e Jacques Derrida (2002).

¹ Ainda que de modo indireto, é preciso também compreender as contribuições de Ferdinand Saussure (2006) na linguística e Lévi-Strauss (2012) na construção do movimento denominado como *estruturalismo*, o qual recebeu alguns apontamentos dos autores acima citados. Para maiores detalhes, ver (LACLAU, s.d.a; s.d.b)

Neste sentido, pode-se dizer que a formação do social se dá por discursos, que se estruturam a partir de *práticas articulatórias*, estas que mesmo buscando dominar o *campo de discursividade*, fazem com que o discurso seja tido como precário e provisório. A noção de *antagonismo* se torna fundamental para compreendermos como os discursos não podem ser tidos como fixos e eternos, pois é através do corte antagônico que um determinado discurso se instaura e simultaneamente não se fixa. O *corte antagônico* se constitui justamente nos outros discursos existentes que estão em busca de abarcar mais elementos e, por isso, e simultaneamente, impedem a totalidade discursiva em dado momento/contexto histórico. (LACLAU; MOUFFE, 2015)

Para Laclau e Mouffe (2015) a construção discursiva temporariamente hegemônica se dá por meio da unificação de diferentes elementos que se aglutanam, formando um discurso amplo, dada sua possibilidade de agrupar discursos suturados – estes que adquirem status de *equivalência* com os demais. Por isso, as identificações particulares se transformam em identificações o mais “universal” possível. O que se tem então é uma identificação diferencial que adquire um status de temporariamente equivalencial.

Assim, a noção de hegemonia se torna importante, sendo o conceito que nos permite compreender a unidade existente na formação social concreta, na medida em que um discurso, ao aglutinar vários outros discursos, se torna *temporariamente* hegemônico, dando sentido e formação à sociedade (LACLAU; MOUFFE, 2015). Neste sentido, a hegemonia é vista como um “discurso sistematizador, aglutinador (...), um discurso de unidade (...) de diferenças”. (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b).

A teoria do discurso pode ser melhor visualizada por meio do destaque de algumas categorias centrais desenvolvidas por Laclau e Mouffe (2015), a saber: elementos, articulação, momentos, pontos nodais, antagonismo, campo de discursividade, hegemonia. Elementos são diferenças sociais que não estão articuladas em discursos, representando uma lógica complexa chamada *lógica da diferença*; é a partir da articulação desses elementos que os sentidos vão se formando, transformando os elementos, em momentos. Essa articulação se dá a partir de *pontos nodais* que são chamados de *significantes vazios* ao adquirirem um caráter de abertura a sentidos múltiplos (FERREIRA, 2011).

Em outras palavras, podemos visualizar a construção do discurso em meio ao *campo da discursividade*, onde elementos se transformam em momentos, que a partir da articulação, possibilitam a criação de um discurso, este que, ampliando seus sentidos, se torna

hegemônico. Dentro desse *campo de discursividade*, a existência de um discurso hegemônico não impede, e na verdade, se torna dependente da existência de demais discursos. Estes outros discursos “pairam” em torno do discurso hegemônico – tanto na formação desse discurso, como no instante em que ele se torna hegemônico.²

É por meio das categorias acima que pretendemos desenvolver nossa análise em torno do campo de discursividade dos primeiros anos de criação do Pronaf. Ou seja, por meio de uma ideia discursiva em torno do poder, num contexto de democracia e de disputa das diferenças, nosso principal esforço é compreender como o Estado respondeu, diante das inúmeras demandas articuladas e que pressionaram a construção da Constituição de 88, à institucionalização da cidadania no meio rural.

De modo mais detalhado é possível compreender que, a partir da Constituição de 1988, a categoria “agricultor familiar” passa a ser alvo de várias de políticas públicas, sobretudo, políticas que se embasam em uma nova concepção de desenvolvimento rural, protagonizadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (SCHNEIDER, 2010; 2007; 2004). Neste processo, o discurso em torno do Pronaf parece se tornar central na operacionalização da cidadania por meio de políticas públicas para o meio rural brasileiro. Assim, nossas preocupações se voltam a questionar como se consolidou esta nova visão de políticas públicas de desenvolvimento rural como capaz de garantir a conquista e a ampliação da cidadania aos sujeitos rurais, a partir da construção de uma equivalência entre desenvolvimento rural e cidadania. (SANTOS, 2017)

A construção do corpus empírico para nossa análise foi orientada por dois critérios: a natureza das práticas discursivas e a coleta temporal do material. Assim, o primeiro critério diz respeito ao material em torno do programa, que permitiu identificar como se deu a construção das práticas discursivas; enquanto o segundo critério diz respeito ao parâmetro de coleta do material que será temporal, a partir da análise das práticas discursivas do Estado dos anos de 1995 até 2002. Neste sentido, a análise das práticas discursivas presentes no discurso oficial do Estado sobre o Pronaf se dará por meio dos documentos oficiais (leis, cartilhas e outros textos disponíveis acerca da definição, implementação e avaliação do Programa) e de

² Importante destacar que, nesta configuração discursiva, a junção e a transformação dos elementos em momentos faz com que esses se modifiquem e deixem de ser como eram inicialmente, transformando em momentos “suturados”. Assim, todo processo de construção de um discurso hegemônico traz mudanças para a formação deste discurso, bem como modifica aspectos dos momentos que se articularam e o fizeram emergir.

noções que aparecem em torno do discurso do programa, que, como já apontado por Schneider (2010; 2007), influenciaram na construção do mesmo.

Assim, antes de demonstrarmos como foi feita nossa análise mobilizando tais materiais, é precisoclarear alguns aspectos para que o leitor consiga compreender todo o percurso que realizamos para organização do material. Em primeiro lugar, é necessário que o leitor esteja ciente de que, antes que realizar uma ressignificação histórica e discursiva do Pronaf, identificá-lo em seus diversos aspectos, desde seu momento de criação em 1995-6, é uma tarefa difícil. Isto porque se tem bastante material acerca do programa, e para além deste fato, o Pronaf é um programa que sofreu diversas modificações, sendo, portanto, quase impossível detalhá-las em sua totalidade no âmbito deste estudo. Neste sentido, utilizamos como documento base dois estudos principais (BIANCHINI, 2015; SCHNEIDER *et al.*, 2004) os quais nos permitiram visualizar os cenários de criação, implementação e modificação do programa em seus aspectos mais relevantes.

Destarte, identificamos uma espécie de conjunto de “aspectos gerais do Pronaf que não podem ser esquecidos”, ou seja, não é possível realizar uma ressignificação histórica e discursiva do programa sem elencar alguns marcos traduzidos na criação de ministérios, em outras políticas públicas inseridas dentro do “guarda-chuva” do programa e alguns conceitos que nos mostram a influência direta de pesquisadores e estudiosos no âmbito do programa. Tais aspectos, identificados no quadro abaixo, são indícios que nos permitirão identificar quais noções e conceitos passaram a nortear as intenções e o foco do programa, bem como, a mapear o campo discursivo em torno das disputas pela construção de um discurso acerca da institucionalização da cidadania no meio rural pós-88.

Aspectos gerais do Pronaf - Momentos históricos e principais mudanças do Pronaf

1995	No momento em que antecede à criação do Pronaf identifica-se dois principais movimentos: (1) as organizações de agricultores empresariais se rearticulam e (2) as organizações de agricultores familiares se fortalecem.
1996	Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
1999	Criação em 1999 dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.
2000	Criação em 2000 do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incorporação da concepção “novo rural”.

Aspectos gerais do Pronaf – práticas discursivas	
Práticas discursivas oficiais do Estado sobre o Pronaf	<ul style="list-style-type: none"> - BIANCHINI, V. 20 anos do Pronaf, 1995-2015: Avanços e desafios., 2015. - BRASIL. Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Pronaf, e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 8.171 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. - BRASIL. DECRETO No 3.508, DE 14 DE JUNHO DE 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. - BRASIL, Decreto nº 4723, de 6 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 06 jun. 2003. - MATTEI, L. Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores. Brasília, 2005. - MATTEI, L. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. 2006.
Práticas discursivas de estudos científicos sobre o Pronaf	<ul style="list-style-type: none"> - ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. 1999. - ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. 2001. - FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. 2002. - GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro. 2000. - GUANZIROLI; et. al. Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto. 2000. - SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. 2003. - _____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. 2004. - _____. Tendências e temas dos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil. 2007. - _____. CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). 2009. - _____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. 2010. - TOLENTINO, M. L. D. L. De qual rural fala o PRONAF?. 2012. - _____. O (des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013. - VEIGA, J.E. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, 2001. - _____. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, 2001. - WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. 2000. - WANDERLEY, M. de. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. 2003.

4. Uma análise do campo de discursividade em torno do Pronaf (1995-2002): criação e estruturação do programa

Como dito anteriormente, buscaremos agora por meio da divisão histórica demarcada de 1995-2002 realizar uma reconstrução histórica do desenvolvimento do Pronaf. Tal processo se dará por meio da identificação das principais categorias elencadas por Laclau e Mouffe (2015) para compreendermos o campo de discursividade a partir dos elementos, da transformação de alguns destes elementos em momentos e a construção dos principais significantes vazios do Estado em relação à cidadania no meio rural pós-88.

Nossa análise ficou dividida da seguinte forma: o momento que antecede a criação do programa (anos 80/90), objetivando mapear o contexto em que surgiu; o momento de sua criação propriamente dita (metade dos anos 90 em diante), o início de suas modificações (anos 1999) e por fim, as novas articulações feitas (que datamos de 2000 até meados de 2002).

4.1. Fins dos anos 80 e início dos anos 90: O momento que antecede a criação do Pronaf

A partir de Laclau e Mouffe (2015), entendemos que toda análise de discurso se baseia na identificação de um contexto, uma vez que qualquer discurso que se constrói o faz por meio de um cenário histórico específico. Neste sentido, identificamos dois posicionamentos que permeavam a discussão acerca da agricultura familiar em meados das décadas de 80 e 90 no Brasil, sendo eles vinculados a dois contextos específicos: as organizações de agricultores familiares que se fortaleceram e as organizações de agricultores empresariais que se rearticularam (BIANCHINI, 2015).

Para falarmos destes dois posicionamentos, Schneider *et al.* (2004) nos auxiliam no destaque das Jornadas de Luta, ocorridas no início da década de 90, atualmente denominadas como Grito da Terra Brasil e os debates realizados no âmbito da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, no período entre 1988 a 1993, quando se estabeleceu a Lei Agrícola e o 96 debate sobre a Lei Agrária, demonstrando a influência dos movimentos sociais do campo na construção da Constituição de 88.

O movimento denominado *Grito da Terra Brasil* contra a fome e a miséria, pelo emprego, realizado em 1994, teve por objetivo reivindicar pautas relacionadas aos seguintes temas: reforma agrária, crédito agrícola para os pequenos produtores, direitos trabalhistas, previdência social, saúde, preservação ambiental e política energética. Sendo um movimento que significou o envolvimento de diversos atores sociais: pequenos proprietários, posseiros, sem-terra, seringueiros, pescadores artesanais, extrativistas ribeirinhos. As organizações envolvidas neste ato foram o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), o Conselho de

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) e várias Federações Estaduais de trabalhadores da agricultura (Centro SBH, 2016; MST, 1994).

Neste sentido, o debate em torno da lei Agrária se realizou por meio destes movimentos sociais que continuam, até os dias atuais, a problematizar a necessidade de se repensar a questão da redistribuição de terras. Acerca desta questão, o que se vê é que, apesar da criação de tal lei, sua aplicação a partir da Constituição de 1988 não parece ter sido efetiva e eficaz, já que, segundo Távora (2013; 2008) a questão da reforma agrária parece não ter avançado positivamente tanto quanto se nota nos resultados da aplicação da lei Agrícola³. A lei Agrária foi sancionada em 1993, dispondo dos dispositivos relativos à reforma agrária, em que esta aparece não só como sinônimo de produtividade, mas também se relacionando ao bem estar dos sujeitos rurais. Neste sentido, podemos perceber que o debate em torno da temática se faz muito mais amplo e dá sentido às discussões em torno dos movimentos sociais rurais que desembocam no Grito da Terra Brasil na década de 90, posterior à Constituição de 88 e à lei Agrária, mantendo o debate que se estende e permanece inclusive antes e com a criação do Pronaf.

Neste cenário, importante salientar o crescimento do agronegócio, movimento que se fortaleceu no Brasil a partir da década de 60, através das diretrizes da Política Agrícola e apostou na industrializada da agricultura por meio da combinação da exploração agrícola e o estímulo ao uso de insumos industriais (MENDONÇA, 2013).⁴ Criada em 1991, a lei Agrícola “define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.” (BRASIL, 1991). Tal legislação parece dialogar de modo mais incisivo com agricultores empresariais, ainda que haja preocupação em gerar, a partir de políticas agrícolas, serviços essenciais como saúde,

³ Neste sentido, estudos dialogam com os movimentos sociais rurais ao apontarem a necessidade de se problematizar acerca da reforma agrária enquanto necessária para a modificação do quadro das desigualdades estruturais e sociais presentes no meio rural brasileiro, para além, inclusive de aspectos econômicos. Para mais detalhes ver Leite e Ávila (2007) e Miralha (2006). Também nesta lógica, Oliveira (2001) traz um excelente panorama da dificuldade de implantação e efetivação da Reforma Agrária desde os primeiros passos em direção a uma possível modificação do sistema de desigualdade agrária no Brasil. Neste sentido, nota-se que tal luta se constrói desde muito antes do século XX e foi adquirindo novos formatos ao longo do tempo, demonstrando a pertinência da pauta nos movimentos sociais rurais.

⁴ Como afirma Távora (2013; 2008), a partir de 1988 emerge um novo modelo em que se vê maior participação do setor privado e consequente diminuição do Estado no setor agrícola, como também um incentivo à modernização do parque agroindustrial, contribuindo para melhorar a produção, a qualidade e a produtividade da agropecuária brasileira, tendo como principais instrumentos, investimentos públicos e privados, crédito rural, garantia da atividade agropecuária, irrigação e drenagem, mecanização agrícola, crédito fundiário, entre outros.

educação, segurança, saneamento, habitação e outras questões identificadas como “benefícios sociais”.

Nos termos de Laclau e Mouffe (2015) estaríamos falando de um campo de discursividade formado por diversos atores em torno de dois discursos principais, que poderíamos identificar pela lei Agrária (a questão da reforma agrária) e pela lei Agrícola (modernização e participação do setor privado) presentes na Constituição 1988 (BRASIL, 1988). Assim, o campo de discursividade que antecede à criação do Pronaf é constituído por sentidos que emergem por atores sociais reunidos em dois grandes grupos: a) pequenos proprietários, indígenas, atingidos por barragens, posseiros, sem-terra, seringueiros, pescadores artesanais, extrativistas ribeirinhos que constroem seus discursos por meio de demandas acerca de questões sociais e ambientalistas; e b) os agricultores empresariais identificados por meio da produção em grande escala, com forte presença do setor privado e modernização em termos de produtividade.

Assim, o campo de discursividade pode ser identificado pelos seguintes elementos: pequenos proprietários, modernização do parque agroindustrial, sem-terra, posseiros, indígenas, reforma agrária, direitos trabalhistas, lei Agrícola, política energética, lei Agrária, agropecuária, preservação ambiental, setor privado, seringueiros, crédito agrícola, pescadores artesanais, previdência social, saúde, extrativistas ribeirinhos, atingidos por barragens e agricultores empresariais.

O campo de discursividade identificado antes da criação do Pronaf nos dá indícios das demandas postas pelo meio rural. Cabe-nos, a seguir, explicar como se deu a criação do Pronaf em meados de 1995-6, examinando os elementos que se transformaram em momentos, não só nos anos de 1995-6, como também durante os anos de governo de FHC.

4.2 Os anos de 1995-6: a criação do Pronaf

O Pronaf nasce em 1995, por meio da lei nº 9138, inicialmente por meio da linha de crédito rural para produtores rurais, se transformando em uma política agrícola de desenvolvimento rural em 1996, por meio do decreto nº1946, “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996). Segundo Bianchini (2015, pp. 22-23), dois documentos

foram indispensáveis na criação do programa: o Fórum Sul dos Rurais da CUT, realizado em 1993 e as Resoluções deste seminário, que teve como principal tema “Crédito de Investimento – uma luta que vale milhões de vidas”. Este fórum e seminário foram realizados a partir de um movimento de sindicatos da região Sul do país pensando um novo modelo de crédito e uma reestruturação produtiva da agricultura familiar. É neste seminário que se identifica, segundo Bianchini (2015), a bandeira central do movimento sindical: o crédito, em que este poderia desencadear a conquista de outras políticas como assistência técnica, extensão rural, crédito fundiário, pesquisa, educação, infraestrutura, habitação, entre outros.

Pode-se dizer que o Pronaf foi inicialmente coordenado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, se baseando numa parceria entre Estados, municípios e Federação, em conjunto com a iniciativa privada, agricultores familiares e suas organizações (BRASIL, 1996). É a partir do Pronaf que percebe-se a utilização, no discurso oficial do Estado, da categoria *agricultor familiar* (BIANCHINI, 2015; MATTEI, 2006; BRASIL, 1996). Assim, em diálogo com tal fato, nota-se a presença, na grande maioria dos estudos sobre o tema, um entendimento de que o Estado “reconhece” a categoria agricultor familiar.

Com isso, alguns trabalhos entendem que tal categoria adquire, junto aos movimentos assinalados anteriormente, (como o Grito da Terra Brasil) significado político, demonstrando, por consequência, o reconhecimento de demandas dos movimentos sociais rurais (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2000). Tal movimento desdobra-se na criação do programa enquanto política pública que surge para dar respostas à sociedade civil e promover o desenvolvimento rural, noção esta que se desenvolve e adquire bastante força no espaço acadêmico com autores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga (SANTOS, 2017).

Destarte, a criação do Pronaf se dá a partir da transformação dos elementos que pairavam em torno de demandas encaminhadas ao Estado no contexto de emergência da Carta Magna, quais sejam: pequenos proprietários, posseiros, Fórum Sul dos Rurais da CUT, reforma agrária, sem-terrás, Lei Agrícola, direitos trabalhistas, política energética, Lei Agrária, preservação ambiental, seringueiros, crédito agrícola, pescadores artesanais, previdência social, saúde, extrativistas ribeirinhos. Assim, na criação do programa é possível identificar quais elementos se transformam em momentos, ou seja, quais dos discursos se tornam parte da construção de um discurso “universal”: identificamos que a lei Agrícola articulada ao crédito agrícola se transformou em uma das principais articulações, tal fato

ocorre por meio da articulação entre esses momentos, que se transformam em pontos nodais, e posteriormente, nas principais articulações em torno do programa.

A partir de indícios presentes no discurso de criação, tornam-se notáveis três noções, as quais são postas como as principais práticas articulatórias realizadas na formação do discurso: desenvolvimento rural, agricultura familiar e crédito agrícola (em que este se vê articulado principalmente com o Fórum Sul dos Rurais da CUT) e a lei Agrícola. Simultaneamente, têm-se outras demandas e elementos que permanecem “pairando” em torno da construção do discurso principal e das principais articulações realizadas, identificados pelos elementos que permanecem fora da construção do discurso em torno do programa: pequenos proprietários, modernização do parque agroindustrial, sem-terra, posseiros, indígenas, reforma agrária, direitos trabalhistas, política energética, lei Agrária, agropecuária, preservação ambiental, seringueiros, atingidos por barragens, pescadores artesanais, previdência social, saúde, extrativistas ribeirinhos, agricultores empresariais.

Neste sentido, no momento de criação do Pronaf, o discurso criado pelo Estado no meio rural indica que o mesmo se relaciona a aspectos do desenvolvimento rural, da agricultura familiar e do crédito agrícola, na medida em que estas três noções, transformadas nas principais articulações na criação do programa, se tornam as principais noções presentes no discurso e são associadas à capacidade das mesmas de gerar cidadania aos sujeitos rurais.

174

4.3. Os anos de 1999: a noção de desenvolvimento local e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs)

A criação dos CMDRSs se dá de forma efetiva a partir dos anos 1999/2000. A exigência de sua instituição surge simultânea à elaboração por estes Conselhos, de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável⁵ (PMDRs). Dessa forma, a criação dos CMDRSs teve como pressuposto o envolvimento do agricultor familiar e das comunidades rurais na criação, na implementação e na avaliação das ações do Pronaf, possibilitando a ampliação de mecanismos de participação da população e a apostila numa melhoria da gestão e da eficiência no uso dos recursos (SCHNEIDER *et al.*, 2009).

⁵ O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável se constitui “das diretrizes, dos objetivos e das metas dos Programas Nacional de Reforma Agrária, Fundo de Terras e Reforma Agrária - Banco da Terra, de Fortalecimento da Agricultura Familiar e de Geração de Renda do Setor Rural” (BRASIL, 2000).

A criação dos CMDRSs aponta na direção de uma valorização dos municípios, na medida em que tal plano deve priorizar as ações voltadas às demandas locais dos agricultores familiares. Para Abramovay (2001), “o simples fato de recursos federais destinados a um município passarem pela mediação de um conselho formado por representantes da sociedade local já constitui uma inovação organizacional significativa” (ABRAMOVAY, 2001, p. 122). Os conselhos municipais são também uma possibilidade para se gerar desenvolvimento rural, devendo ser pensados de forma a melhorar as realidades rurais brasileiras.

Neste sentido, parece haver uma articulação criada que se direciona o incentivo à participação dos sujeitos rurais em conjunto com o estabelecimento da noção de desenvolvimento local, no qual, participação e representação são concepções que deixam de ser elementos e passam a ser momentos que articulados, adquirem extrema relevância no discurso do programa.

Portanto, novas articulações são realizadas em 1999. Isto porque, elementos que existiam em torno do programa foram transformados em momentos e articulados, criando quatro principais articulações que são identificadas como as principais noções abordadas no discurso: desenvolvimento rural, agricultura familiar, crédito agrícola e desenvolvimento local. Assim, os pontos nodais em torno do discurso do crédito agrícola agora se reforçam por meio de uma articulação a partir da transformação de conceitos como participação, representação e a valorização dos municípios em momentos, em que, a partir dos pontos nodais criados entre eles, se transformam em uma articulação em torno da noção de desenvolvimento local e da criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Assim, pensando a cidadania por meio do discurso do Pronaf, pode-se dizer que tal discurso adquire novos aspectos se identificando com a rearticulação feita em torno do desenvolvimento rural, que se transforma em uma concepção de desenvolvimento rural pautada no âmbito dos municípios, ou seja, em um *desenvolvimento rural local*. Uma nova roupação é realizada em torno do programa e do discurso de cidadania, ainda que mantenha a crença de que é a partir do crédito agrícola, e agora do desenvolvimento local/econômico dos municípios, que a cidadania possa ser gerada. Porém, alguns elementos identificados antes da criação do programa permanecem “pairando” em torno da construção do discurso “universalizante”: como pequenos proprietários, sem-terra, posseiros, indígenas, reforma agrária, direitos trabalhistas, política energética, lei Agrária, preservação ambiental,

seringueiros, pescadores artesanais, atingidos por barragens, previdência social, saúde, extrativistas ribeirinhos.

4.4. Anos 2000: a criação do MDA e a concepção de “novo rural”⁶

O Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto é um relatório que se coloca então como de importância crucial para entendermos o discurso em torno do Pronaf (BIANCHINI, 2015), uma vez que teve como objetivo central demonstrar a importância da agricultura familiar brasileira como “um novo e poderoso eixo desenvolvimentista” para o país. Desta forma, a influência deste relatório na construção do Pronaf aponta para novos elementos que se tornam momentos no discurso do programa, a partir do investimento em questões como a extensão rural e a pesquisa agropecuária, bem como para o reconhecimento da diversidade de produção e de vida existente no meio rural, a partir de novas concepções acerca do mundo rural.

Deste modo, a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) nos permite 176 inferir que há o desejo por parte do Estado de apresentar um órgão institucional que se responsabilize pelas políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, de modo a “subsidiar o desenho e implementação de políticas públicas (fundiárias e agrícolas) para o meio rural e de fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2003). As responsabilidades do MDA foram definidas por meio do decreto nº 4.723/2003, sendo elas: questões relacionadas à reforma agrária, à promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (Brasil, 2003).

⁶ Importante salientar que a FAO teve, junto ao Incra, importante papel na construção do Pronaf (BIANCHINI, 2015; VEIGA, 2001a; 2001b). Porém, não conseguimos ter acesso a nenhum dos dois relatórios (datados dos anos de 1994 e 1995) desenvolvidos pelo Incra em parceria com a FAO. Ainda que consideremos tais documentos de extrema relevância para nossa análise, houve certa dificuldade de acesso aos mesmos. Entramos em contato com a Embrapa, uma vez que existem informações acerca de tais relatórios no site da mesma, mas nos foi recusado uma cópia desses documentos, ao alegarem ser do Incra. Tentamos estabelecer contato com o Incra, mas não obtivemos nenhum retorno. No site da FAO, encontram-se milhares de trabalhos desenvolvidos desde meados da década de 90, mas também não encontramos os relatórios desejados. Ao que tudo indica estes dois relatórios não se encontram digitalizados e sua versão impressa está disponível em regiões de difícil acesso para nós. Contudo, observamos que a maioria dos documentos acerca da criação do Pronaf dialoga entre si. Apostamos assim que nossa análise não ficará prejudicada sem a análise destes dois relatórios.

Ao concentrar a maioria das políticas públicas para o meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário agregou, consequentemente, inúmeras demandas advindas dos sujeitos rurais. Assim, a estrutura organizacional do Ministério se deu por meio da criação da Secretaria de Agricultura Familiar e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Por meio deste Conselho, Bianchini (2015) alerta para a criação de três subprogramas dentro do Pronaf: Pronaf Crédito, Pronaf Infraestrutura e o Pronaf Formação.

Como dito acima, a partir da criação do MDA, há também a incorporação de uma nova concepção do meio rural, pensada a partir de pesquisadores como José Graziano da Silva (TOLENTINO, 2013, 2012; SCHENEIDER, 2010, 2007). Ao identificar um processo de terceirização das atividades agropecuárias, Graziano da Silva e Del Grossi (2000) apontam para a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nos processos atuais, os quais fazem parte os sujeitos rurais que atualmente vivem no meio rural, apontando para a necessidade de se ampliarem as políticas públicas para o setor a partir da noção de pluriatividade. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000).

Tais autores identificam um processo de pluriatividade, ou seja, diversas formas de ocupação realizadas pelas famílias rurais, criando novas configurações sociais e econômicas, sobretudo, pelo processo de urbanização do meio rural. Simultaneamente a tal fato, os autores apontam também para uma valorização do meio rural para além de aspectos agrícolas: considerando tanto as indústrias que “vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar custos [...] ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos etc.)”, como também em termos de questões relacionadas à ecologia, à preservação da cultura “*country*”, ao lazer, ao turismo, à moradia (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000, p. 166).

Neste momento é possível identificarmos uma nova articulação por meio da incorporação no discurso oficial do Pronaf de uma perspectiva que se pauta por pensar o agricultor familiar para além de aspectos de produção agrícola, em que a pluriatividade aparece como uma articulação realizada por meio de elementos que se transformam em momentos: lazer, turismo, moradia, atividades não agrícolas. Simultaneamente ao debate da pluriatividade, identificamos estudos que apontam para algumas reflexões realizadas acerca da categoria *camponês*. Fernandes (2002) realiza um debate acerca do poder explicativo de tal categoria, no sentido de que a mesma poderia estar perdendo força dada a criação da categoria agricultor familiar e sua utilização pelos diversos estudiosos. Neste sentido, identificamos o

primeiro corte antagônico presente no campo de discursividade no discurso criado pelo Estado em torno do Pronaf. Isto porque, para Fernandes (2002, p. 5), há uma tentativa de se reconstruir o conceito de camponês “na produção capitalista das relações não-capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária”, o que acabou gerando uma refutação desta categoria.

O corte antagônico é aquele que, segundo Laclau e Mouffe (2015), nega o discurso que está sendo construído. Neste sentido, a partir de Fernandes (2002), nota-se que há uma argumentação em torno da importância da categoria camponês, esta que acaba sendo abafada, já que há a tentativa de universalização dos sujeitos rurais por meio da categoria agricultor familiar, levando à uma aglutinação da noção de camponês junto à noção de agricultor familiar. Tal movimento se torna problemático, posto que tais noções possuem diferenciações. Para Fernandes (2002, p. 7), “a construção teórica da agricultura familiar tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso”.

É, neste sentido, que reforçamos a identificação de um corte antagônico, na medida em que ainda que a agricultura familiar possua características camponesas, a tentativa de universalização desta categoria, é vista, a partir de debates como o de Fernandes (2002), como problemática, inclusive porque a própria categoria de camponês perde, a partir do Pronaf, seu poder explicativo, já que há a tentativa de equivalência entre diversas categorias existentes no meio rural. Assim, buscamos demonstrar como novas articulações foram criadas no discurso em torno do Pronaf, evidenciando noções que perpassam o discurso que o Estado deseja construir em torno da noção de cidadania no meio rural.

Como visto, a partir de 2000 tem-se a criação da primeira instituição voltada às políticas públicas para o meio rural: o MDA. Identifica-se assim o primeiro ponto nodal em torno da construção do discurso do programa. É a partir deste primeiro ponto nodal que encontramos indícios para afirmar a construção de outros pontos nodais que resultaram nas principais articulações do programa e um discurso em torno da cidadania rural que se complexifica, por meio da quantidade de aspectos inseridos, ainda que continue como discurso, a não dar conta da complexidade em torno deles.

Deste modo, a criação do MDA se dá na transformação de elementos como territórios, crédito agrícola, extensão rural, agricultura familiar, desenvolvimento rural, pluriatividade, pesquisa agropecuária que, transformados em momentos, geram o principal ponto nodal em

torno da noção de “pluriatividade”. Concepção que articulada gerou o discurso difundido pelo programa de o “novo rural”, desembocando em outros pontos nodais em torno do MDA: Secretaria de Agricultura Familiar e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. A partir destes pontos nodais, tem-se a subdivisão do programa em três principais linhas: o Pronaf Crédito, Pronaf Infraestrutura e o Pronaf Formação.

Ainda que o discurso em torno do programa tenha se complexificado, tal fato se deu de modo insuficiente, já que os indícios nos apontam para uma continuidade do uso da categoria familiar como tentativa “universalizante” para reconhecimento dos mais diversos sujeitos rurais, bem como a apostila em uma nova noção do meio rural fortemente calcada em aspectos produtivos, ainda que não apenas agrícolas. Assim, a noção de cidadania no meio rural permanece relacionada a aspectos que não contemplam as mais diversas demandas, atores e elementos identificados no campo de discursividade, criando lógicas de diferenças. Esses discursos permanecem “pairando” em torno das articulações e da construção do discurso hegemônico do programa e são identificados como: os pequenos proprietários, sem-terra, posseiros, indígenas, reforma agrária, direitos trabalhistas, política energética, lei Agrária, preservação ambiental, seringueiros, pescadores artesanais, atingidos por barragens, previdência social, saúde, extrativistas ribeirinhos.

Para a construção e a manutenção do discurso do programa, nota-se que as articulações realizadas em torno do Pronaf se mantêm fortemente calcadas nas noções de desenvolvimento rural, agricultura familiar, crédito agrícola e desenvolvimento local. Ainda que a tentativa de “universalização” da categoria agricultor familiar se mantenha, identifica-se uma negação da mesma a partir do corte antagônico identificado por meio de outros discursos que apostam na categoria *camponês* como divergente da categoria agricultor familiar, como também, a necessidade de não abandono da mesma, dada sua capacidade explicativa.

5. A cidadania pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Como demonstrado na análise, o Pronaf é criado a partir de um discurso baseado na lei Agrícola e que com suas articulações, se volta a pensar o meio rural por meio da categoria-chave criada pelo programa: o agricultor familiar. Neste sentido, percebe-se que há uma nova nomeação das políticas públicas criadas para o meio rural: “políticas públicas de

desenvolvimento rural" (SANTOS, 2017). Como aponta Schneider (2010; 2007; 2004) a concepção de desenvolvimento rural que começa a ser debatida nos estudos acadêmicos em meados dos anos 90, reflete-se diretamente no planejamento e na construção de ações para o meio rural. Assim, noções de desenvolvimento rural adquirem nova roupagem no Brasil e passam a definir fortemente as discussões sobre o meio rural brasileiro, e como foi visto aqui, no Pronaf (SCHNEIDER, 2004).

Neste sentido, pensando o discurso do Pronaf enquanto fortalecedor de um discurso da noção de cidadania, podemos identificar a articulação feita pelo Estado em torno de duas principais concepções que adquirem o status de grandes significantes vazios do momento de criação do Pronaf: o desenvolvimento rural e a categoria *agricultor familiar*.

O segundo momento analisado pós-criação do Pronaf, a partir de 1999, nos permite afirmar que a noção de desenvolvimento rural é rearticulada e adquire novos sentidos em torno da noção de *desenvolvimento local*. Assim, apostando em uma noção de desenvolvimento rural que acredita poder gerar empregos, qualidade de vida e pleno exercício da cidadania (FERNANDES, 2013), e, por isso, realizando nova articulação ao acrescentar a esta noção de desenvolvimento a importância de seu aspecto *local*, o discurso realizado em torno do Pronaf nos permite afirmar que o Estado enxerga a participação dos sujeitos rurais em espaços formais apenas como uma medida de exigência para recebimento de recursos, e não necessariamente, como um espaço democrático em que diversas demandas devem ser discutidas, levando ao aprimoramento democrático.

Inclusive porque o que pode ser analisado a partir do decreto nº 3508 de 2000, é que a participação e a representação ficaram condicionadas apenas a um aspecto descrito neste decreto, levando as noções de *participação* e *representação* a serem reduzidas a uma definição sobre quais seriam os representantes nestes espaços deliberativos. Assim, essa falta de detalhamento por parte do Estado de como deve se dar tal participação e representação, ou ainda, a ausência de uma avaliação em âmbito federal das mesmas de modo a problematizá-las para além de aspectos econômicos e quantitativos, refletem-se nos próprios estudos sobre o tema (BISPO JUNIOR; SAMPAIO, 2008; OLIVEIRA, 2008; MEDEIROS; BORGES, 2007; MOURA, 2007; OLIVAL *et al.*, 2007; BEDIN, 2005).

O terceiro e último momento de análise do Pronaf, a partir de 2000, nos permite realizar apontamentos importantes em torno, sobretudo, da identificação de uma ênfase dada à criação do MDA, de secretarias e algumas subdivisões do Pronaf que contribuíram para o

fortalecimento do programa nos anos seguintes. Simultaneamente a tal fato, identifica-se um corte antagônico pela presença da categoria *camponês*, que marca a limitação em torno da categoria *agricultor familiar*, demonstrando a incapacidade desta de universalizar os sentidos em torno dos sujeitos do meio rural. As novas articulações realizadas em torno da noção de *pluriatividade* marcam um processo de inserção de novos elementos a partir de 2000 que permaneciam fora do discurso do programa, e que de 2003 em diante, ampliarão os sentidos em torno da noção de cidadania que pode ser encontrada no discurso do programa. (SANTOS, 2017)

Assim, a partir de nossa análise, compreendemos que ainda que o Estado reconheça que há diversidade no meio rural, tal diversidade ficou fortemente marcada por um viés economicista. Em outras palavras, ainda que as tentativas, ou nos termos de Laclau e Mouffe (2015), as práticas articulatórias em torno do discurso para o programa, tentassem dialogar com as demandas existentes, sobretudo porque havia um suposto clima de reconhecimento das complexidades, especificidades e diversidades do meio rural brasileiro, gostaríamos de enfatizar que as práticas articulatórias em torno deste programa aqui analisado apostaram fortemente na noção de desenvolvimento.

A partir dos indícios encontrados em torno dos discursos analisados sobre o programa, parece haver uma crença de que todas as questões relativas ao meio rural brasileiro podem ser resolvidas apenas por meio de uma visão de agricultura familiar, e, sobretudo, de desenvolvimento rural. Tal criação discursiva traz consigo inúmeras consequências, tanto em termos de ausências, quanto de silenciamentos.

Em termos de silenciamentos, nota-se como os pequenos proprietários (camponeses), os sem terra, os posseiros, os seringueiros, os pescadores artesanais e extrativistas ribeirinhos foram silenciados no que diz respeito às demandas destes grupos pautados em meados das décadas de 1980 e 1990, como também de tantos outros sujeitos rurais que vivem no meio rural e não são ou não se reconhecem enquanto agricultores familiares ou pelas categorias identificadas acima. Por isso, em termos de ausências, ainda que uma parte destes sujeitos rurais tenha sido contemplada com a identificação da categoria agricultor familiar, não são todos os sujeitos que se identificam como tal, tornando ausente do discurso o próprio reconhecimento do sujeito rural em suas diversidades e diferenças. E mais, ainda que novas modalidades de crédito agrícola tenham sido criadas, possibilitando a ampliação do público, outras demandas historicamente colocadas, ao permanecerem silenciadas, permaneceram

ausentes no discurso Pronaf. Dentre elas têm-se os direitos trabalhistas, a política energética, a lei Agrária, a preservação ambiental, a previdência social, a saúde, a reforma agrária, a educação, a segurança e tantas outras.

Apontamentos finais

Foi o objetivo deste artigo pensar a cidadania no meio rural a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nossa tentativa foi a de mobilizar a teoria do discurso, dada a escassez de estudos que problematizam a cidadania no meio rural a partir de recortes pós-estruturalistas. Assim, tal movimento nos permitiu analisar o campo de discursividade em torno do Pronaf para pensarmos a construção de um discurso sobre cidadania que se torna, a partir da Constituição de 1988, de extrema importância para a compreensão de que modo novos sentidos e lugares as políticas públicas trazem consigo (ou ainda, deixam de trazer).

Em termos do meio rural brasileiro e da política aqui analisada, podemos concluir que até meados de 2002, o discurso em torno de um fortalecimento da cidadania no meio rural pode ser vinculado a noções como desenvolvimento rural, agricultura familiar e crédito agrícola. Noções essas que junto a rearticulações e novos sentidos incorporados discursivamente, demonstram como o meio rural é visto em suas demandas historicamente colocadas. Por isso, novos arcabouços teóricos surgem, tal como a teoria do discurso, para permitir aos pesquisadores a construção de políticas públicas para o meio rural em aspectos mais amplos, tomando-as não apenas como ações, mas como construções de discursos que refletem lugares e sentidos que possibilitam (ou dificultam) a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

182

Referências

- ABRAMOVAY, R. (2000). “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”. *Economia Aplicada* – n° número 2, vol. IV: 379-397.
- _____. (2001). “Conselhos além dos limites”. *Revista Estudos Avançados*. Dossiê Desenvolvimento Rural. São Paulo, v. 15, n. 43, pp. 121-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300011>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

_____. VEIGA, J. E. da. (1999). *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília: IPEA.

BIANCHINI, V. (2015). *20 anos do Pronaf, 1995-2015: Avanços e desafios*. Brasília: SAF / Ministério do Desenvolvimento Agrário.

BEDIN, O. L. (2005). *Participação dos agricultores familiares no programa Pronaf modalidade Infra-estrutura: um estudo de caso no município de Tupãssi-PR*. 75f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BISPO JÚNIOR, J. P.; SAMPAIO, J. J. C. (2008). “Participação social em saúde em áreas rurais do Nordeste do Brasil”. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC, v. 23, n. 6, pp. 403-09. Acesso em: 05 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rpsp/v23n6/a05v23n6.pdf>.

BRASIL. (1988). *Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaactualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2017.

183

BRASIL. (2003). *Decreto nº 4723*, de 6 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 06 jun. 2003. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm>.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)*. Disponível em: <<https://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

BRASIL. *Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAF)*. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

BRASIL. (1996). *Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

BRASIL. (1995). *Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995*. Dispõe sobre o Crédito Rural, e dá outras providências. Acesso em: 20 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/571590.pdf>>.

BRASIL. (2000). *Decreto nº 3.508, DE 14 DE JUNHO DE 2000*. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

BRASIL. (1993). *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Acesso em: 05 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>.

BRASIL. *Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

BRASIL. (2009). *Lei nº 11947, de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

CARVALHO, L. A. de. (2015). *O Estado na revisão do Código Florestal brasileiro: democracia, articulação discursiva e hegemonia*. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo – Brasil 2012* [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz , Flávio Lazzarin [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013. Acesso em: 08 de maio de 2017. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012>>.

DANTAS, V. X. (2012). “Políticas educacionais e o processo político de significação do currículo”. *Espaço do currículo*, v.5, n.1, pp. 45-61.

DERRIDA, Jacques. (2002). *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FERNANDES, A. M. F. (2013). *O PRONAF na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados*. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia e Relações Internacionais, Departamento de Ciências Econômicas. Porto Alegre.

FERNANDES, B. M. (2002). “Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar”. *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

FERREIRA, F. A. (2011). “Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 127, Dezembro, mensal, ano XI, ISSN 1519-6186.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. (2000). “O Novo Rural Brasileiro”. IAPAR. (org.). *Ocupações Rurais Não-Agrícolas: anais: oficina de atualização temática*. Londrina: IAPAR, v. I, pp. 165-173.

GRAZIANO NETO, F. (1996) *Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania*. São Paulo: Geração Editorial.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil”. (2014). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, pp. S125-S146. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>>. Acesso em: 09 de abril de 2016.

_____. (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GUANZIROLLI, C. E. (2007). “Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural”. *RER*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, pp. 301-28, abr./jun. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

GUANZIROLLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S (2000). *Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 11^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002 (Parte I, Capítulos Primeiro e Segundo, pp. 24-71).

_____. (1999). *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget.

LACAN, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACLAU, E. “Discurso”. (1993). Publicado originalmente em Goodin Robert & Philip Pettit (Ed.). *The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought*. Australian National University: Philosophy Program. Tradução de Daniel G. Saur. Revisão de Nidia Buenfil. *Revista Córdoba*. Acesso em: 26 de setembro de 2019. Disponível em: <<http://www.toposytopos.com.ar/N1/pdf/Discurso.pdf>>.

_____. *Philosophical roots of discourse theory*. s/a.

_____. MOUFFE, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista*: Por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral – São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. (Coleção Contrassensos). 288p.

LEITE, S. P; ÁVILA, R. V. de. (2007) “Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, RER, Rio de Janeiro, v. 45, n. 03, pp. 777-805, jul./set. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n3/a10v45n3.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

LÉVI-STRAUSS, C. (2012). *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.

MARTINS, M. E. (2016). *Sujeitos rurais e organizações do cooperativismo de crédito rural solidário: (Des)Caminhos, (Im)Possibilidades e (Re)Invenções*. 223f. Tese (Doutorado em

Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

MATTEI, L. (2006). *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília : MDA, 202 p.

MEDEIROS, J. P. de; BORGES, D. F. (2007). “Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN”. *RAP* Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, pp.63-81, jan./fev. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n1/05.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

MENDONÇA, D. de. (2003). “A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso”. *Revista Sociologia Política*, n. 20. Curitiba, jun, pp. 135-45. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3637/2894>>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

_____. (2014a). “O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau”. *Lua Nova*, São Paulo, 91: 135-167. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

_____. (2014b). “Capítulo 4: A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso”. In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L. R. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2. ed. Porto Alegre : EDIPUCRS.

MENDONÇA, M. L. R. F. de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio*. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

MENDONÇA, D. de.; RODRIGUES, L. R. (2014a). “Capítulo 1: Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar”. In: _____. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2. ed. Porto Alegre : EDIPUCRS.

_____. (2014b). “Capítulo 2: Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso”. In: _____. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2. ed. Porto Alegre : EDIPUCRS.

MIRALHA, W. (2006). “Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje”. *Revista Nera*, ano 9, nº 8, pp. 151-172, jan/jun. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422>>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. (1994). *Grito da Terra Brasil*. São Paulo.

MOURA, J. T. V. de. (2007). “Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado?” *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 9, n. 2, pp. 241-255.

MUCCI, C. B. M. R. (2015). “Tá achando que aqui só tem bobim da roça?”: *Meios de vida e participação de sujeitos rurais na elaboração de um plano municipal de desenvolvimento rural sustentável*. 93f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

_____. MAFRA, R. L. M. (2015). “Tá achando que aqui só tem bobim da roça?”: Meios de vida e participação de sujeitos rurais na elaboração de um plano municipal de desenvolvimento rural sustentável. *Por Extenso: Boletim de Pesquisas do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural*, nº 7.

_____. (2016). “Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas”. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, pp. 107-28. Acesso em: 06 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n1/0034-7612-rap-50-01-00107.pdf>>.

OLIVAL, A. de A.; SPEXOTO, A. A. e RODRIGUES, J. A. (2007). “Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia”. *RER*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 04, pp. 1013-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a09v45n4.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. (2001). “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, C.; SILVA, D. F. de.; ALMEIDA, D. C. O. A. de.; OLIVEIRA, C. H. de. (2008). “Participação e desenvolvimento: uma análise do perfil dos representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Diamantina, Minas Gerais”. *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/651.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

RESENDE, C. M. (2016). *Im(Potências) políticas no PNAE: comunicação, sujeitos rurais e relações institucionais em Viçosa-MG*. 140f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

_____. MAFRA, R. L. M. (2016). “Desenvolvimento rural e reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf.”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 52, N° 02, pp. 263-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n2/1806-9479-resr-54-02-00261.pdf>>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

SANTOS, A. C. C. e. (2017). *A institucionalização da cidadania no meio rural brasileiro pós-88: uma análise a partir do campo discursivo em torno do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

SAUSSURE, F. (2006). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

SCHNEIDER, S. (2003). “Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51. Acesso em: 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>.

- _____. (2004). “A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, pp. 88-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 15 de abril de 2016.
- _____. (2007). “Tendências e temas dos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil”. *Congresso Europeu de Sociologia Rural*. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto.
- _____. (2010). “Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate”. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, pp. 511-531. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2016.
- _____. CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. (2009). “Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003)”. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, K. M.; MARQUES, P., E. M. (orgs.). Editora UFRGS. *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*, pp. 21-49.
- TÁVORA, F. L. (2013). *A Política Agrícola e a Questão Agrária pós-Constituição Federal de 1988: sucessos, fracassos e digressões*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, out. (Texto para Discussão nº 142). Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/homeestudoslegislativos>>. Acesso em: 06 de outubro de 2016.
- _____. (2008). “A Constituição Federal, a legislação agrária e a disputa de terra: o País ainda à procura de uma política pública eficaz”. In: *Constituição de 1988: o Brasil vinte anos depois*, Brasília, Brasil. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constitucional-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas/politica-urbana-agricola-e-fundiaria-a-constitucional-federal-a-legislacao-agraria-e-a-disputa-de-terra-o-pais-ainda-a-procura-de-uma-politica-publica-eficaz>>. Acesso em: 18 de abril de 2017.
- TOLENTINO, M. L. D. L. (2012). “De qual rural fala o PRONAF?”. *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia.
- _____. (2013). *O (des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos campesinos*. 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VEIGA, J. E. da. (2001a). *O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série Textos para Discussão, número 1, NEAD, Agosto.
- _____. (2001b). “O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento”. *Estudos Avançados*, 43, Setembro-Dezembro, pp. 101-19. Acesso em: 11 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>.
- VENDRAMINI, C. R. (2007). “Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo”. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, pp. 121-35, maio/ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.
- WANDERLEY, M. de N. B. (2000). “A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 2, pp. 29-37. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105/14471>>. Acesso em: 06 de março de 2017.

_____. (2003). “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, pp. 42-61. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 10 de março de 2017.

Abstract

Program for the Strengthening of Family Farming (Pronaf) can be understood as the main response given by the State towards the institutionalization of citizenship in the countryside after the 1988 Constitution. This study aims to execute historical re-signification of the development of such program, starting from the discursive field around the creation and maintenance of the program in the mandates of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). For such, methodology was composed by an approach based on discourse theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, taking discursive practices around the program and evidencing a context of disputes and creation of new places and non-places to subjects involved in its dynamics.

Keywords: Pronaf; Citizenship; Discourse Theory; Countryside.

Resumen

Tomando el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf) como la principal respuesta dada por el Estado a la institucionalización de la ciudadanía en el medio rural post-Constitución de 1988, este trabajo busca por medio de la división histórica demarcada de 1995-2002, la resignificación histórica del desarrollo de tal programa, a partir del campo de discursividad existente en torno a la creación y mantenimiento de esta política en los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para ello, la metodología se compuso de un enfoque basado en la teoría del discurso de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, tomando las prácticas discursivas en torno al programa y evidenciando un contexto de disputas y de creación de nuevos lugares y no lugares a los sujetos involucrados dinámicas Estado-Sociedad.

Palabras clave: Pronaf; Ciudadanía; Teoría del Discurso; Medio Rural.

Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil

If you push, she'll fall: the big impeachment protests and the Movimento Endireita Brasil, Vem pra Rua, Revoltados Online and Endireita Brasil discourse

Si empuja, ella cae: las grandes manifestaciones pro-juicio político y la construcción discursiva de los movimientos Brasil libre, vem para rua, revoltados online e endireita Brasil

Recebido em 16-10-2019
Modificado em 12-11-2019
Aceito para publicação em 04-12-2019

190

Letícia Baron 
ORCID: 0000-0003-2784-2163

Doutoranda e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento – 001. E-mail: letibaron@hotmail.com

Resumo

Valendo-se da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, o objetivo do trabalho é analisar os sentidos discursivos presentes nas postagens dos movimentos Revoltados Online, Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Endireita Brasil em torno das grandes manifestações de rua no período do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff. Para tanto, foram coletadas, categorizadas e analisadas 526 postagens feitas pelos quatro movimentos na rede social *Facebook* que se relacionavam às grandes manifestações no período de dezembro de 2015 a agosto de 2016. O artigo conclui que as manifestações de dezembro a abril tinham por objetivo consolidar a pauta do *impeachment* e o antagonismo ao Partido dos Trabalhadores, ao passo que as manifestações de agosto já defendiam uma agenda de reformas à direita.

Palavras-chave: Grandes Manifestações; Movimentos Pró-Impeachment; Teoria do Discurso.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução

As vias mais importantes do país – até então acostumadas às reivindicações dos movimentos progressistas e de lideranças de esquerda (TATATIGA *et al.*, 2015; PINTO, 2017) – passaram a ser palco de grandes manifestações de oposição ao governo de Dilma Rousseff, orquestradas por movimentos e organizações autoidentificados como de direita a partir do ano de 2015. Tal modificação na gramática dos protestos se configurou em um momento significativo da historiografia da III República brasileira, pois rompeu com a hegemonia de 14 anos do governo petista e inseriu novos atores e reivindicações de cunho conservador (MIGUEL, 2019).

Inserida neste contexto, a campanha pró-*impeachment* de Dilma Rousseff, que teve lugar nos últimos meses de 2015 e no primeiro semestre de 2016, se tratou de um importante mote para a popularização destes novos sujeitos no contexto brasileiro e foi crucial para a fixação de novos sentidos discursivos no contexto político. Consciente da importância e da particularidade daquele momento, o presente artigo tem por objetivo analisar quais os sentidos discursivos foram articulados por quatro importantes movimentos à direita (Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil) quando do chamamento dos grandes protestos, organizados com o objetivo de construir e consolidar a ideia de que o Partido dos Trabalhadores era o principal inimigo do país.

O desenvolvimento da pesquisa está amparado teórica e metodologicamente nas contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em especial na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma democracia radical* e no livro *A Razão Populista* (de autoria exclusiva de Ernesto Laclau). Valendo-se das ferramentas analíticas desenvolvidas pelos autores, busca-se fazer uma análise de discurso nos materiais publicados nas redes sociais dos quatro movimentos estudados, destacando-se aqueles que versavam especificamente sobre os protestos.

Dessa forma, optou-se por dividir o presente artigo em três partes distintas. A primeira delas tem por objetivo traçar breves considerações sobre a direita no Brasil e sua imprevisível ascensão nos anos recentes, destacando-se o surgimento e trajetória dos movimentos estudados. A segunda parte consiste em uma breve explicação teórico-metodológica sobre como a pesquisa foi desenvolvida, destacando-se a interlocução da teoria com a metodologia desenvolvida. A terceira parte consiste na análise dos sentidos discursivos articulados em torno das grandes manifestações ocorridas em dezembro, março, abril e julho. Por fim,

conclui-se que as campanhas *pró-impeachment* e contrárias ao PT tinham um caráter eminentemente reativo e foram fundamentais para a ampla mobilização popular. Até mesmo as pautas propositivas, como a defesa de novos projetos de leis, à exemplo do Escola Sem Partido, foram enunciadas após se ter construído na esquerda e no PT um inimigo, e tinham como principal justificativa a necessidade de conter a influência deste pensamento na educação nacional.

O surgimento e consolidação dos movimentos estudados

Em 2003, o Partido dos Trabalhadores ascendeu pela primeira vez à Chefia do Poder Executivo Federal. Sua eleição se deu em meio a um ciclo que se colocava nos demais países da América Latina e que seria conhecido pela literatura especializada como “maré rosa” (LEVITSKY; ROBERTS, 2011; WEYLAND, 2009). O partido desenvolveu um modelo desenvolvimentista intervencionista, valendo-se de um contexto internacional favorável para buscar meios de desenvolver a indústria nacional e reduzir os efeitos da má distribuição de renda no país (SINGER, 2012, p. 123). Contudo, após uma década de governo, a crise mundial iniciada em 2008 surtiu efeitos locais e comprometeu a promessa de desenvolvimentismo firmada nos anos anteriores (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Em certa medida, tal fenômeno foi sentido em toda América Latina, que viu ressurgir uma nova direita descomprometida com seu passado autoritário e amparada na forte crítica às políticas sociais (PANIZZA, 2005).

No Brasil, a primeira aparição de movimentos à direita data do ano de 2007 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Foram criados coletivos de contestação anti-governista amparados na crise dos aeroportos. Em julho daquele ano, o movimento organizou um ato tecendo críticas à gestão de Lula e homenageando as 119 vítimas do maior acidente aéreo da história brasileira (OLIVEIRA, 2007). O movimento ganhou a denominação de coletivo CANSEI e se identificou como um Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201). O segundo ato do movimento – liderado pelo atual governador de São Paulo, João Dória – unificou as reivindicações por uma carga tributária mais branda com severas críticas ao governo.

Ainda que o movimento não tenha perdurado no tempo, pode-se dizer que ele se constituiu no embrião de outras organizações. Em 01 de agosto de 2010, foi criado o Movimento Revoltados Online (ROL), caracterizado por ser um movimento anti-petista de

atuação eminentemente virtual (DIAS, 2017, p. 37). O movimento, desde sua criação, é altamente hierarquizado e centralizado na figura dos seus coordenadores Marcello Reis, Beatriz Kicis, Patrícia Mello, Rodrigo Brasil e Valéria Andrade (ABRANTES, 2015; POLETTI, 2016; REDAÇÃO ÉPOCA, 2016). Compreendendo-se como a “primeira organização virtual de combate a corrupção”, o movimento se articulou em torno de importantes demandas na política nacional desde sua criação, assumindo especial importância no contexto do *impeachment*.

Em 2012, é fundado por Ricardo Salles o Movimento Endireita Brasil (MEB). Ele se comprehende como uma organização de direito privado sem fins lucrativos ou vínculos partidários, comprometida com a difusão do ideário conservador e de direita no Brasil (MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL, 2012). O movimento tem por objetivo, dentre outros, a doutrinação, a educação e a formação políticas, a orientação da cidadania, os direitos humanos do cidadão de bem, a manutenção da família constituída por marido e mulher, a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e social com ênfase na iniciativa privada, a defesa dos valores éticos e morais e a luta intransigente contra a corrupção. (MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL, 2012). O Estatuto prevê uma estrutura organizacional capilarizada, no qual consta uma sede nacional (situada na cidade de Fortaleza-CE), Diretórios Estaduais e Municipais (MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL, 2012).

Os outros dois importantes movimentos a serem estudados surgiram no contexto eleitoral de 2014. Dilma Rousseff foi reeleita Presidenta da República pela diferença de 3.459.936 votos em relação ao candidato tucano Aécio Neves. Tal resultado foi questionado por diversas autoridades políticas (DIAS, 2017, p. 23) e deu vazão à criação de dois outros movimentos – o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem pra Rua (VRB). Unificando uma pauta de combate à corrupção, eles assumiram especial protagonismo no período do *impeachment* e formaram importantes lideranças políticas (DIAS, 2017, p. 26).

Por iniciativa de Juliano Torres, Fábio Ostemann, Felipe França e Renan Santos, o MBL foi criado no final do ano de 2014 e tinha por finalidade a unificação das pessoas livres e iguais em torno da política (GOBBI, 2016). O MVR foi criado no mesmo período, tendo por objetivos principais evitar a reeleição de Dilma Rousseff, comprometendo-se com a luta contra a corrupção e pela promoção da ética na política, privilegiando um Estado desinchado, não interventor e pela redução nos impostos (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016).

A primeira manifestação organizada por estes movimentos teve lugar na Avenida Paulista no dia 01 de novembro de 2014 e contou com a presença de 2.500 pessoas. Elas queriam o *impeachment* de Dilma Rousseff e a extinção do Partido dos Trabalhadores (URIBE; LIMA; LIMA, 2014). Embora com menos adeptos, os atos foram reprimidos nos dias 15 e 29 de novembro (CHAPOLA; KATTAH, 2014) e no dia 06 de dezembro de 2014 (LIMA; MACHADO, 2014).

Ao longo do ano de 2015, os movimentos ganharam maior relevância política por conta de um contexto nacional e internacional favorável às suas ideias. A crise econômica e a consequente decisão do governo de adotar um conjunto de medidas fiscais (tais como o aumento nos impostos e o corte nos gastos com programas sociais) geraram um forte descontentamento popular e reduziram a popularidade da Chefe do Executivo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 203).

Muitas manifestações ocorreram em 2015, o que levou a literatura sobre movimentos sociais considerar esse o principal período de manifestações de direita desde a redemocratização (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 194). A primeira manifestação de rua ocorreu no dia 15 de março e levou aproximadamente 1 milhão de pessoas à Avenida Paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), configurando-se no maior protesto desde as Diretas Já, conforme o Datafolha (BRAGA, 2015). Ela foi reprimida em agosto de 2015, novamente com um alto número de adeptos (BUSCATO *et al.*, 2015).

Criou-se um clima favorável para o questionamento da legitimidade do Governo Dilma, que padecia não só pela falta de apoio popular como também pelo parco apoio das lideranças parlamentares. Diante de tal contexto, no dia 02 de dezembro de 2015 o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, recebeu a denúncia do *impeachment*. Nove meses depois, no dia 31 de agosto de 2016, se processa a condenação e o afastamento definitivo da líder petista. Ao longo do processamento da denúncia, foram realizadas grandes manifestações nas capitais brasileiras, que são objeto do presente trabalho.

Considerações teórico-metodológicas

Conforme demonstrou Miguel (2019, pp. 91-2), as manifestações de 2016 não foram palco de um movimento uníssono: foram às ruas tanto pessoas que começavam a sofrer os efeitos da retração econômica do país e buscavam melhores condições de vida, como também aqueles que viram no movimento a oportunidade de popularizar ideias que até então gozavam

de baixa credibilidade. A opinião pública foi disputada por uma ampla campanha promovida por setores de doutrinas e posicionamentos distintos que passaram a adotar uma atitude pragmática com vis a derrotar um inimigo em comum, materializado no PT.

Diante de tal fenômeno complexo, tem-se que a Teoria do Discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe traz contribuições relevantes para sua melhor compreensão, principalmente porque sua concepção de política pressupõe um terreno de disputas entre dois discursos antagônicos incapazes de compor um consenso, tratando-se como se inimigos fossem. A disputa entre os dois polos se dá no plano simbólico e ambos perseguem a titularidade da verdade. A complexidade de tal operação é reduzida a termo pelos autores através de suas noções de discurso, antagonismo, relações de equivalências e hegemonia.

Afastando-se das correntes tradicionais, Laclau comprehende que o discurso “não designa somente a palavra ou a escrita, mas todo o tipo de ligação entre as palavras e ações, formando assim totalidades discursivas.” (LACLAU, 2000, p. 10). Disso se depreende que o discurso extrapola os enunciados, assumindo uma dimensão material muito mais ampla. A fixação de sentidos se dá no campo discursivo, através de articulações. O processo articulatório se estabelece entre determinados elementos aleatoriamente dispersos no campo discursivo que, quando agregados pela articulação, se transformam em momentos. Esse processo resulta na “modificação de identidades, ou melhor, em uma alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao seu ingresso na prática articulatória.” (MENDONÇA, 2003, p. 141). O discurso, por sua vez, “é a totalidade estruturada resultante desta prática articulatória.” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

Esse processo pressupõe que a fixação de sentidos sempre se dá no interior do campo discursivo e, justamente por isso, é impossível esgotá-la em um sentido último. A estrutura discursiva – sempre contingente e precária – fixa sentidos parciais. Dizem Laclau e Mouffe (2015, p. 194) que “a transformação de elementos em momentos nunca é completa”. Isso importa em dizer que o processo de identificação pressupõe uma prática articulatória que, em um dado contexto específico, uniu dois discursos em torno de um ponto nodal que expressou um sentido comum entre eles. Contudo, porque existem elementos, as diferenças entre eles não são apagadas.

Transpondo a explicação dos autores para o contexto a ser estudado, tem-se uma explicação muito semelhante àquela proposta por Miguel (2019): a defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff unificou diversos movimentos em torno de uma pauta comum. Isso não quer

dizer, no entanto, que tais movimentos têm o mesmo posicionamento sobre outras pautas: eles estão unificados pelo mesmo inimigo, o que é explicada pela noção de antagonismo.

Segundo Laclau e Mouffe, antagonismo é “o limite de toda a objetividade” (LACLAU; MOFFE, 2015, p. 198). Pode-se dizer, de outra forma, que a formação discursiva tem, em dado momento, bloqueada a produção de sentidos pela existência de um discurso que o antepõe. Segundo Laclau e Mouffe (2001, p. 125), “a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição delas”. Isso quer dizer que um discurso surge com a pretensão de preencher todos os sentidos a ponto de se tornar universal, mas ele se vê impossibilitado pela existência de um outro que o nega. O antagonismo – assim como a contingência e a precariedade – impossibilitam o fechamento completo dos sentidos.

Da mesma forma, o antagonismo provoca relações de equivalências entre diferentes discursos. A existência de um inimigo faz com que identidades soltas abdiquem parcialmente de suas diferenças e se coloquem em relações de equivalências em torno de um ponto nodal. Tomando-se, por exemplo, os movimentos estudados, tem-se que esses se aproximaram, porque todos eles ansiavam a saída da então Presidenta da República Dilma Rousseff. Por alguns meses, eles abdicaram das diferenças que existiam entre eles em prol de um objetivo comum. Isso não pressupõe o esgotamento das diferenças, mas sim seu enfraquecimento.

Nesse sentido, se introduz a última categoria desenvolvida pelos autores: a noção de hegemonia. Segundo Laclau (2013), pode-se falar em hegemonia quando: 1) existem duas forças antagônicas; e 2) as fronteiras que as separam são instáveis. Devem existir no campo discursivo elementos flutuantes, que são palavras utilizadas e significadas de formas diferentes pelos dois polos do antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 215). Hegemonizar um conteúdo equivale, nesse sentido, em fixar sua significação em torno de um ponto nodal (LACLAU, 2003, p. 45). Pode-se dizer que o processo hegemônico pressupõe uma identidade que – inserida em uma cadeia de equivalências – passa a representar todas elas. Conforme Laclau: “entendo por ‘hegemonia’ uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (LACLAU, 2002, p. 122).

Sabendo-se que o objetivo da presente pesquisa é compreender quais sentidos discursivos os movimentos articularam para chamar as grandes manifestações pró-impeachment, as noções acima apresentadas assumiram centralidade no desenho metodológico a ser adotado. O material de análise consistiu em todas as postagens dos movimentos na rede

social *Facebook* realizadas enquanto tramitou o processo de *impeachment*. A rede social foi escolhida porque ela se constitui em um importante meio de comunicação e agitação entre as lideranças dos movimentos e usuários simpáticos à causa, sendo a principal responsável pelo sucesso nas manifestações. O período foi selecionado porque se considera que, com o recebimento da denúncia do *impeachment* e com as grandes manifestações que a seguiram, houve uma significativa influência dos movimentos na vida política nacional. Ao total, foram analisadas 5.266 postagens, distribuídas ao longo dos meses da seguinte maneira:

Tabela 1 - Quantidade de postagens coletadas nas páginas oficiais dos movimentos no período analisado

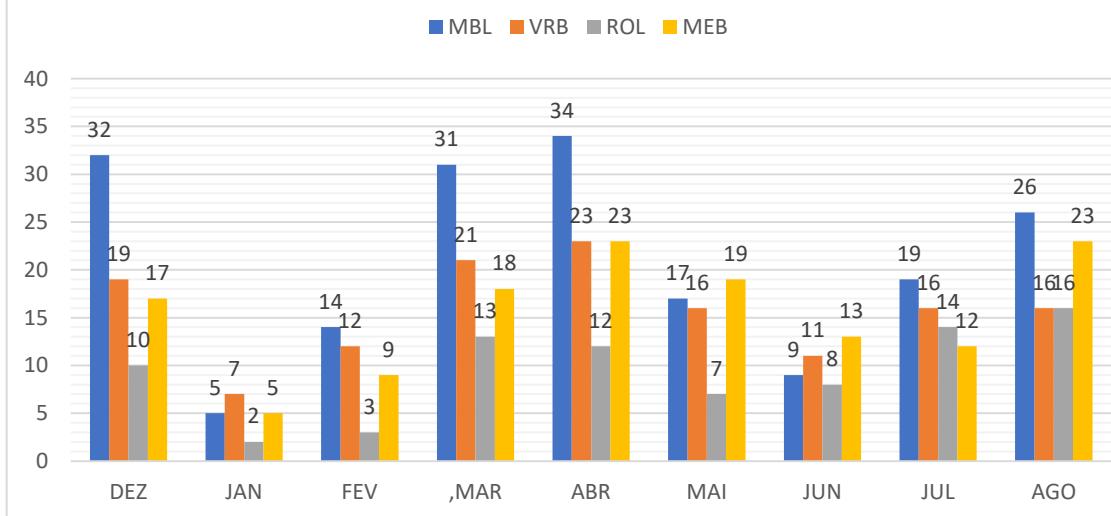
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago
MBL	224	193	148	219	243	187	231	239	247
VRB	173	157	132	136	185	143	155	207	216
R.OL	82	63	46	54	86	39	53	72	97
MEB	143	137	97	114	156	119	126	184	163

N= 5.266 postagens. Elaborado pela autora. Fonte: rede social Facebook.

197

Os dados coletados foram sistematizados em uma tabela do Excel e importados para análise no software NVivo. De acordo com os temas tratados, as postagens foram reagrupadas em diferentes nós, cada um correspondente a uma manifestação específica. Tratavam das grandes manifestações um total de 526 postagens, distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 1 - Número de postagens chamando para manifestações pró-impeachment de cada movimento analisado por mês (dez/15 a ago/16)



N= 526 postagens. Elaborado pela autora. Fonte: rede social Facebook

O último passo da pesquisa consistiu em uma análise do discurso das postagens coletadas. Buscou-se destacar os sentidos discursivos que justificavam a realização de cada uma das grandes manifestações, ressaltando-se as relações de equivalência e diferença estabelecidas entre os movimentos e a existência (ou não) de pontos nodais que explicassem as dinâmicas políticas estabelecidas no período. O resultado de tal pesquisa será explicitado no próximo tópico.

Por que o *impeachment*? A construção discursiva dos quatro movimentos analisados

Durante os meses em que tramitou o processo de *impeachment*, os movimentos tomaram as ruas nos meses de dezembro, março, abril e julho. Tais protestos atraíram um número significativo de pessoas e foram especialmente significativos para a popularização da pauta do *impeachment*. Sabendo-se disso, analisaremos nos tópicos abaixo os principais sentidos discursivos que constituíram cada uma das manifestações.

As grandes manifestações de 13 de dezembro de 2015

198

Quando do recebimento do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, instaurou-se um clima de intensa instabilidade política e jurídica. Dentre as razões para tanto, consta a normatização do tema dada pelo Regimento da Câmara dos Deputados¹ e pela lei 1079/50². A regra prevê que, após o Presidente da Câmara dar início ao processo de cassação da Presidente da República, deve ser formada uma comissão especial com objetivo de discutir e aprofundar as investigações acerca de eventual prática ilícita cometida pela autoridade executiva. Contudo, não há previsão expressa acerca do procedimento adequado para a formação da comissão especial: se as candidaturas podem se dar de acordo com o coeficiente eleitoral do partido ou de forma avulsa.

As lideranças dos movimentos manifestaram-se, à época, na defesa da candidatura avulsa porque dessa forma a comissão poderia ser formada somente pelos parlamentares posicionados a favor do *impeachment*, o que garantiria o sucesso parcial do pleito. Tal

¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Acesso em: nov. 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2012-2019.pdf>>.

² BRASIL. Lei nº 1.079, DE 10 de abril de 1950. Acesso em: nov. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm>.

estratégia também foi a empregada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que determinou que a comissão deveria ser composta por tantos parlamentares quanto os interessados no tema (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Contudo, dois dias após tal decisão, o Partido Comunista do Brasil incitou o Supremo Tribunal Federal (STF) a se posicionar sobre o procedimento formal do *impeachment* e sobre as possibilidades de defesa da Presidente Dilma. Em caráter liminar, no dia 08 de dezembro de 2015, o Ministro Edson Fachin suspendeu a comissão especial nomeada pelo Presidente da Câmara e designou julgamento com o pleno do STF para o dia 16 de dezembro de 2015 (G1, 2015). A reação dos movimentos foi convocar uma manifestação para o dia 13 de dezembro:

NÃO VAI TER GOLPE DO PCdoB NO STF

O PCdoB, junto com o advogado do PT Edson Fachin, está tentando dar um golpe no Congresso Nacional e anular o acolhimento do pedido de impeachment.

O MBL convoca todos os brasileiros defensores da República a estarem na grande manifestação do dia 13 de dezembro e no dia do julgamento, às 14h, em frente ao Supremo Tribunal Federal, para pressionar os ministros a garantir a continuidade do processo e, assim, proteger as instituições.

NÃO AO GOLPE! (MBL, dezembro de 2015).

O novo contexto discursivo, no qual o STF poderia influir nos rumos processuais e colocar em cheque importantes vitórias dos movimentos, fez com que uma nova demanda fosse incorporada à manifestação do dia 13 de dezembro de 2015: além da procedência do *impeachment*, os movimentos passaram a exigir a imparcialidade da justiça e a defesa das leis e das instituições.

Requerendo a “união do povo brasileiro para lutar pela liberdade do país e pelo empoderamento do cidadão para garantia do cumprimento da justiça” (ROL, dezembro de 2015)³, os movimentos chamam os brasileiros “para, mais uma vez, mostrar a sua indignação – pacífica, sim, mas firme e inegociável – em favor do impeachment” (MBL, dezembro de 2015)⁴.

O chamado dos movimentos foi atendido por manifestantes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (EL PAÍS, 2015). Os movimentos alegaram ter um público oficial superior ao esperado, demonstrando satisfação com o avanço da pauta na política nacional.

³ Revoltados Online. Disponível em:

<https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/posts/146122885836700?story=S%3A_I137470136701975%3A1461227645214>. Acesso: set. 2016.

⁴ Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/8066098456723454321>>. Acesso em: set. 2016.

Eles avaliaram que as manifestações foram bem-sucedidas e marcaram uma nova fase na política nacional:

Muito obrigado, Brasil! Não poderíamos imaginar que, com apenas uma semana de divulgação, conseguíssemos obter um resultado tão assustadoramente grande. Tomamos as avenidas das principais cidades do país em mais uma demonstração de civilidade e cidadania.

Não foi registrado nenhum caso de violência e, novamente, o povo brasileiro deu um show de patriotismo, atendendo à convocação dos movimentos populares sob um sol escaldante e contra todas as dificuldades que o brasileiro passa nesse fim de ano.

Vencemos mais essa etapa. Deixaremos 2015 como o ano em que o brasileiro ficou marcado não por suas conquistas no futebol, UFC, ou demais esportes. Foi o ano do brasileiro na rua mudando o destino do país.

Parabéns a todos. (MVR, dezembro de 2016).⁵

O julgamento do STF ocorreu três dias depois. A ação proposta pelo PCdoB continha diversos pedidos: a) a anulação da eleição da chapa avulsa ocorrida no dia 08 de dezembro para a formação da comissão especial da Câmara dos Deputados que conduziria o processo de *impeachment*; b) a nulidade do recebimento da denúncia por parte de Eduardo Cunha, visto que não foi facultado a Presidente o direito a apresentação de Defesa Prévias; c) o fim da candidatura avulsa para composição da *Comissão do Impeachment*; d) sobre a necessidade ou não do Senado admitir os pré-requisitos para o regular prosseguimento do processo após a votação da Câmara dos Deputados e, por fim, e) se a Presidente pode ser afastada de seu cargo após decisão da Câmara dos Deputados ou após o referendo da denúncia por parte do Senado (G1, 2015).

Os movimentos defendiam a concepção de que a autonomia da Câmara dos Deputados não poderia ser reduzida pela interferência do STF, sob pena de “desbalancear a distribuição de poderes entre o Legislativo e o Judiciário” (MEB, 2015)⁶. Ademais, na visão dos movimentos, os óbices levantados pelo PCdoB tardariam o afastamento da Presidente, uma medida meramente protelatória e indevida, dada as muitas provas que já se acumulavam contra ela. Nesse sentido, o Vem pra Rua defendeu que:

Estão usando as mesmas garantias que dão aos bandidos para manter a PresidAnta no poder. Ela não tem defesa, a denúncia deixa muito claro todos os crimes que ela já cometeu. Ninguém aguenta mais tanta corrupção, ninguém aguenta mais o

⁵ Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/9296000705432345>>. Acesso em: set. 2016.

⁶ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.9766340345/10155246978571009>>. Acesso em: set. 2016.

Judiciário ser um cabo eleitoral do PT. A gente quer que ela saia, e ela tem que sair logo. (MVR, dezembro de 2015).⁷

Os movimentos marcaram presença no dia da votação, com concentração designada para às quatorze horas em frente ao STF. O objetivo da manifestação era “evitar que os ministros-advogados do PT transformem o Brasil em uma Venezuela” (ROL, dezembro de 2015)⁸ e “pressionar para que o impeachment saia o mais rápido possível” (MBL, dezembro de 2015)⁹.

O julgamento durou dois dias e decidiu questões importantes acerca do processo que estava começando (STF, 2015). A Corte decidiu por manter a decisão individual do Presidente da Câmara que recebeu a denúncia do *impeachment*, visto que todos os Ministros consideraram dispensável a apresentação de defesa prévia antes da análise da admissibilidade da denúncia (*ibidem*). Contudo, a Corte invalidou a eleição da comissão especial realizada no dia 08 de dezembro na Câmara dos Deputados, por “compreender inadequado o uso do voto secreto em decisão de tamanha importância”. Esse último ponto foi decidido por sete votos favoráveis – dos ministros Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber, Carmen Lúcia, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux. Nesse mesmo sentido, a maioria dos Ministros (6 votos a 5) compreendeu que a comissão especial do *impeachment* deveria ser formada por representantes indicados pelos líderes dos partidos, escolhidos por meio de chapa única (*ibidem*).

Sobre o rito a ser adotado, compreendeu a Corte que a Lei 1079/1950, que definiu as regras da tramitação do *impeachment*, foi recepcionada pela Constituição de 1988, devendo ser seguida na condução do processo supra (STF, 2015). Um dos pontos mais polêmicos da decisão diz respeito à autonomia do senado para a condução do processo. Por oito votos favoráveis e três votos contrários, considerou-se que o Senado não se vê obrigado a dar o prosseguimento à denúncia, mesmo que assim tenha decidido a Câmara dos Deputados (*ibidem*). Assim, cabe aos Senadores votarem, novamente, a admissibilidade do pedido. Foi decidido por 7 votos a 3 que, se a maioria simples dos senadores compreendem preenchidos

201

⁷ Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/9296000705432786>>. Acesso: set. 2016.

⁸ Revoltados Online. Disponível em:

<https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/posts/146122885836700?story=S%3A_I137470136701975%3A1461223421456787> Acesso em: set. 2016.

⁹ Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/80660984567348954>>. Acesso em: set. 2016.

os requisitos processuais a um trâmite regular do processo, esse teria seguimento na Casa Legislativa. Ainda, se esse fosse o entendimento da maioria qualificada dos senadores, a Presidente deveria ser afastada de todas as suas atribuições pelo prazo máximo de 180 dias (*ibidem*).

As decisões do STF foram recebidas com ressalvas pelos movimentos, principalmente por “jogar a decisão do afastamento de Dilma no colo de Calheiros, o mais petista dos senadores” (MEB, 2015)¹⁰. Dizendo que a composição do Órgão Superior é um “puxadinho do PT” (MBL, 2015)¹¹, os movimentos consideraram que as decisões foram proferidas visando à proteção de Dilma Rousseff e colocavam em risco a democracia Nacional. O julgamento foi considerado “irresponsável, antidemocrático e contrário às instituições” (MVR, 2015)¹², porque anulou o poder de decisão da Câmara dos Deputados – concedendo ao Senado Federal o poder de revisar e anular o trabalho da Casa Legislativa vizinha.

Ademais, tal decisão “deixa claro que estamos vivendo uma ditadura do PT, que coloca militantes em todos os órgãos do governo” (MEB, 2015)¹³, aproximando o Brasil de outras ditaduras na América Latina, como a Venezuela (MBL, 2015)¹⁴. Por isso, era indispensável a união dos movimentos e do povo brasileiro, “para livrar de uma vez por todas o Brasil desses ratos que se acomodaram no governo” (ROL, 2015)¹⁵. A revolta dos movimentos foi sintetizada no Manifesto do MBL, lançado no dia 17 de dezembro de 2015 e compartilhado pelos outros três movimentos:

202

Nota Oficial do MBL sobre o Golpe no STF

De maneira indecorosa, o Supremo Tribunal Federal acaba de rasgar a Lei do Impeachment e alterar seu rito – considerado plenamente legítimo na queda de Fernando Collor em 1992. É mais um momento de vergonha para nossas

¹⁰ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.9766340345/10155246978572018>>

Acesso em: set. 2016.

¹¹ Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/80660984567342017>>. Acesso em: set. 2016.

¹² Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/9296000705443298>>. Acesso em: set. 2016.

¹³ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.9766340345/10155246978571967>>

Acesso em: set. 2016.

¹⁴ Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/8066098456732341>>. Acesso em: set. 2016.

¹⁵ Revoltados Online. Disponível em:

<https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/posts/146122885836700?story=S%3A_I137470136701975%3A1461223761098>. Acesso em: set. 2016.

instituições, abaladas que estão pela sequência de escândalos de corrupção e pelo cada vez mais descarado aparelhamento político.

Hoje, o STF decidiu interferir na atividade interna-corporis da Câmara dos Deputados, bem como reduzir seu poder fundamental de Casa do Povo , para, sem razão que se justifique, supervalorizar o poder político do Senado de Renan Calheiros (que, por sinal, teve mandado de busca e apreensão contra sua pessoa rejeitado pelo ministro Teori Zavascki).

Vamos entender: o MBL considera que a votação pela abertura do processo de impeachment de um Presidente da República é competência fundamental do Câmara dos Deputados, posto que a mesma é instância representativa PROPORACIONAL à população brasileira. Pode, assim, trazer as mais diversas matizes ideológicas e as posições políticas regionais à baila diante de tão decisivo debate.

Não é este o caso do Senado, casa revisora por excelência, onde a representação acontece de maneira desproporcional (São Paulo e Acre possuem o mesmo número de Senadores) e cujo papel é absolutamente diferente da Câmara dos Deputados: cabe a ela julgar o processo previamente aberto, em sessões presididas pelo presidente do STF. Isso significa respeitar sua essência institucional enquanto casa dos legisladores mais maduros e experientes - a palavra Senado tem origem no termo senex, que em latim quer dizer "velho".

Após o golpe proferido no Supremo, poderá o Senado simplesmente arquivar o pedido de impeachment que fora aceito por 2/3 dos representantes da Câmara dos Deputados. É um tapa na cara dos quase 70% dos brasileiros que exigem o impeachment da agonizante presidente da República e que pagam, silenciosamente, a conta da crise econômica gestada pelo PT.

Não existe alternativa além da tomada das ruas pela gente de bem. O golpe vermelho foi dado. Cabe ao povo dar sua resposta.

São Paulo, 17 de Dezembro de 2015
MBL (MBL, dezembro de 2015).¹⁶

203

Esta última postagem, realizada pelo Movimento Brasil Livre, propicia um interessante panorama sobre como se construiu a cadeia de equivalências em torno do ponto nodal *impeachment*. Durante este primeiro ato, os quatro movimentos abdicaram de suas particularidades e se unificaram em torno da defesa de uma causa comum. Através de tal articulação, os movimentos também mobilizaram diversos elementos que estavam dispersos na cadeia discursiva e que se somaram e ampliaram as cadeias de equivalências construídas naquele ato. Eles também construíram discursivamente seus inimigos, que não se restringiram ao PT. Em uma nítida manifestação do antagonismo, os movimentos se opuseram a todos que pudessem defender o ponto de vista diverso do seu, incluindo os movimentos e partidos de esquerda e, principalmente neste momento, o STF.

¹⁶ Movimento Brasil Livre. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/8066098456737620>>. Acesso em: set. 2016.

A manifestação de março de 2016

Conforme haviam prometido na grande manifestação anterior, os movimentos tinham por pretensão organizar um grande protesto no mês de março, objetivando fortalecer a pressão popular sobre os congressistas. Contudo, novos acontecimentos que tiveram lugar naquele mês – relacionados ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – adicionaram novos sentidos à mobilização.

A manifestação do dia 13 de março

No dia 03 de março o ex-Presidente Lula foi conduzido coercitivamente para prestar esclarecimentos à Polícia Federal, sob suspeita dele ter se beneficiado com 30,7 milhões de reais doados pelas empreiteiras Camargo Correia, OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão ao Instituto Lula no período compreendido entre 2011 e 2014 (HERDY; ONOFRE; CARVALHO, 2016). No dia seguinte, a Polícia Federal deu início à 24^a fase da Operação Lava Jato, denominada Aletheia, que cumpriu um mandado de busca e apreensão na casa do Ex-Presidente (*ibidem*). 204

As suspeitas deram novo fôlego para as lideranças dos movimentos pensarem a já prometida manifestação do dia 13 de março. Eles conseguiram chamar a atenção da população projetando, nos prédios mais altos do Congresso Nacional os dizeres “Tchau Querida” e “Lula na Cadeia” (MBL, março de 2016)¹⁷ e vinculando chamados em programas populares, como o Programa do Ratinho (VEM PRA RUA, março de 2016)¹⁸ e Domingão do Faustão (MBL, março de 2016)¹⁹. A campanha antigovernista nas redes sociais também era intensa, com a vinculação de diversos chamados para atrair o povo às ruas:

A partir de agora, não tem mais jeito. Ou é cúmplice de bandido, ou está com o Brasil. 13 de Março está chegando e você tem um compromisso com o Brasil. Voltaremos todo juntos às ruas para dar um basta nesse governo e seus apoiadores.

¹⁷ Movimento Brasil Livre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/80660984567898>>. Acesso em: set. 2016.

¹⁸ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/92960007678432>>. Acesso em: set. 2016.

¹⁹ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/9296002456768432>>. Acesso em: set. 2016.

Chega de corrupção, chega de mentira, chega de fraude! Pelo impeachment! Pela Lava Jato! FORA DILMA! (ROL, março de 2016)²⁰

Há esperança! O mercado reage muito bem, afinal, as chances da causadora da crise ser tirada do cargo e há uma esperança para a retomada do crescimento surge. Lógico que os esquerdistas não gostaram nada dessa idéia pois os pobres finalmente podem ter a esperança de ver o preços dos produtos sendo população nas ruas no próximo dia 13. OU VOCÊ VAI, OU ELA FICA! (MEB, março de 2016).²¹

A atuação de Dilma Rousseff em "Presidência da República" foi tão boa que chegaram a achar que ela era uma presidente de verdade! Cada dia surgem mais provas de que sua campanha foi feita com dinheiro roubado da Petrobras, caracterizando seu governo como ilegítimo. Além disso, há todas as mentiras, fraudes, e a completa irresponsabilidade e incompetência no exercício do cargo. Temos que proteger nosso país! Temos um dever no dia 13 de março em todo o Brasil. Faremos uma mega manifestação contra o governo e em defesa da Lava Jato! Confirme presença e convide seus amigos! (MBL, março de 2016).²²

Dia 13 de março é nossa hora de mostrar que no Brasil não tem lugar pra bolivariano fascistóide, pra um misto de quadrilha com seita política, pra comunista que defende um genocídio de 100 milhões de seres humanos. O juiz federal que encabeça a operação Lava Jato diz que vai até o final em seus casos, mas, em casos que envolvem pessoas poderosas, Moro precisa do apoio da opinião pública e da sociedade civil. Nós temos um dever com o país e com Sérgio Moro dia 13 de março. Vamos todos às ruas contra o governo e em apoio à Lava Jato! (Vem pra Rua, março de 2016).²³

Em nome do crescimento econômico, do combate à corrupção, do *impeachment* da Presidenta Dilma e da prisão de Lula, os movimentos chamaram todos os cidadãos de bem a irem às ruas no domingo, 13 de março. O protesto aconteceu em mais de 100 cidades em todas as regiões do Brasil²⁴, levando aproximadamente 3,3 milhões de brasileiros (REVISTA ÉPOCA, 2016). Elas foram consideradas as maiores manifestações da história do país e caracterizaram o efetivo retorno da direita após o período da redemocratização (TATAGIBA, 2017).

A manifestação do dia 13 de março foi muito importante pela significativa ampliação da cadeia de equivalências estabelecidas entre os movimentos e demais segmentos da

205

²⁰ Revoltados Online. Disponível em:

<https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/posts/146122885836700?story=S%3A_I137470136701975%3A14612233454087>. Acesso em: set. 2016.

²¹ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.9766340345/10155246954012>>. Acesso em: set. 2016.

²² Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/8066098453456>>. Acesso em: set. 2016.

²³ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/9296002456745109>>. Acesso em: set. 2016.

²⁴ A lista completa de cidades em que ocorreram as manifestações está disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/349186755205474/?type=3&theater>>. Acesso em: set. 2016.

sociedade civil, bem como pela diversificação dos sentidos discursivos mobilizados. Neste ato, percebe-se que os movimentos fizeram uso da denúncia de corrupção em face do Ex-Presidente Lula como mote para caracterizar o governo federal como corrupto e totalitário. Eles buscaram criar uma imagem de que o Brasil estava se aproximando dos regimes comunistas e que todos aqueles que não concordavam com tal projeto deveriam comparecer às ruas. O discurso antagônico, neste momento, é muito delimitado: quem não está nas manifestações é cúmplice de um crime, ao passo que os manifestantes são heróis que lutam por um país melhor. Interessante ressaltar que também são construídos sentidos discursivos em torno daqueles que aparentemente lutam contra a corrupção e contra o Ex-Presidente Lula, como é o caso do então juiz Sérgio Moro.

Mobilizações inesperadas: a nomeação do Presidente Lula para a Chefia da Casa Civil

No começo da tarde do dia 16 de março de 2016, o Palácio do Planalto anunciou a remoção de Jaques Wagner da chefia da Casa Civil para assumir a Chefia de Gabinete Pessoal da Presidenta Dilma. O antigo cargo deveria ser ocupado pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (G1, 2016a). Os movimentos noticiaram o ocorrido poucos minutos depois do comunicado oficial, explicando que a medida vinda do Planalto tem por objetivo a autoproteção:

206

O que Dilma acabou de fazer é colocar Lula como Ministro para que ele tenha foro privilegiado. É uma jogada suja para que o Moro não conduza mais o processo do Lula. Se ele seguir como ministro, quem vai julgar ele vão ser os Petralhas do STF. É só para livrar a cara do maior bandido do Brasil que Dilma fez isso. Isso é uma medida inaceitável. Isso é brincar com a democracia! (MEB, março de 2016).²⁵

A medida também não foi bem recebida pela oposição. Na mesma tarde em que foi feito o anúncio oficial, o Senador Álvaro Dias (PV-PR) e o Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ingressaram com uma ação popular solicitando a suspensão da nomeação do ex-Presidente, mediante a alegação de que o novo Ministro tinha contra si robustas provas de corrupção e sua conduta moral era incompatível com o cargo (G1, 2016b). A medida foi elogiada pelos movimentos, que consideraram a ação dos senadores “adequada ao sentimento

²⁵ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.9766340345/10155246943189>>. Acesso em: set. 2016.

de republicanismo” (MBL, março de 2016)²⁶ e prometeram “total apoio ao pedido dos senadores” (MVR, março de 2016)²⁷.

O cenário caótico do dia foi completado no fim da tarde, quando o juiz Sérgio Moro decidiu tornar público teor de ligação feita de Dilma para Lula no início da tarde, minutos antes da comunicação oficial (G1, 2016c). No diálogo mantido pelos dois, infere-se que a nomeação tenha se dado como medida extrema para salvaguardar Lula. Nesse sentido, os movimentos lançaram um comunicado oficial chamando todos os brasileiros para um panelaço na noite de quarta-feira e para uma concentração popular em frente ao Congresso Nacional a partir do dia 17 de março.

Lula foi colocado lá, obviamente, para fugir das investigações da Lava-Jato e para ter foro privilegiado no STF. Isso é uma medida absolutamente desesperada de uma gente que nunca foi afeita a democracia. Nós nunca podemos nos chocar com o PT – vejam bem, podemos nos revoltar, mas chocar nunca – porque o PT nunca teve democracia como valor. (...) É por isso que eles transformaram o Estado numa palhaçada, num puxadinho da Papuda colocando esse bandido como Lula. Nós repudiamos o tratamento do Estado brasileiro como lixo, como qualquer coisa. Isso é uma vergonha para nós enquanto nação. Porém, a nossa resposta tem de ser institucional. A nossa indignação legítima, de gente direita, tem que ser levado a cabo no impeachment. Chamamos hoje todos vocês para irem manifestar às 19 horas na frente no Palácio do Planalto. Quem não tá em Brasília pode bater panela, a indignação é legítima. Mas não caímos em jogos baratos, não façamos disso atos de violência que deslegitimem nossa força: o foco é o impeachment, e nós vamos chegar lá! Vamos usar nossa indignação de forma correta! (MBL, Vem pra Rua, Endireita Brasil, ROL, março de 2016).²⁸

207

Em poucas horas, os movimentos conseguiram articular importantes panelaços nas principais cidades brasileiras, atingindo 19 Estados e o Distrito Federal (G1, 2016d). Eles também se mantiveram em vigília em frente ao Palácio do Planalto e do STF ao longo dos dias 17 e 18 de março (MBL, março de 2016)²⁹, quando em decisão liminar o Ministro Gilmar Mendes decidiu por afastar o Presidente Lula do cargo. A saída definitiva do ex-Presidente foi publicada no Diário Oficial no dia 12 de maio de 2016, por iniciativa da Presidência da República, em decorrência do afastamento de Dilma do cargo de Presidente da República

²⁶ Movimento Brasil Livre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/8066098434308>>. Acesso em: set. 2016.

²⁷ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/929600245674444>>. Acesso em: set. 2016.

²⁸ Movimento Brasil Livre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/351419091648907/>>. Acesso em: set. 2016.

²⁹ Movimento Brasil Livre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/?hc_ref=ARSOnfFDaN05eAlx0dDyMh84G3d8KWOp_S7aWzgSs7ulaP_5BjZRRdg8567890344387493747>. Acesso em: Out. 2016.

após o recebimento da denúncia do *impeachment* pela maioria qualificada dos senadores (G1, 2016e).

A pressão das ruas repercutiu na Comissão Especial do *Impeachment*. No dia 11 de abril de 2016, por 38 votos favoráveis e 27 votos contrários, foi aprovado o relatório da Comissão Especial apontando para a condenação da Presidente (MARANHÃO; MARCHESAN, 2016). A vitória foi comemorada pelos movimentos, que acreditavam que “Acabou pro PT!!! Agora vai pro plenário, onde Dilma perderá novamente de maneira espetacular!!!” (MEB, abril de 2016).

A oposição que os movimentos fizeram ao ex-Presidente Lula já estava presente na primeira grande manifestação analisada, em dezembro de 2015. Contudo, no mês de março, ela assumiu especial importância porque as investigações realizadas pela Polícia Federal serviram como um elemento justificador e legitimador das acusações de corrupção que os movimentos já vinham fazendo em relação às principais lideranças do Partido dos Trabalhadores. Não por acaso, neste período os protestos realizados tiveram altíssima adesão popular, o que significou uma ampliação na cadeia de equivalências em torno do pedido de *impeachment*. Os movimentos também buscaram ampliar as relações de equivalências aproximando-se dos parlamentares que se articulavam contra as lideranças petistas e a favor da cassação da então Presidente Dilma.

208

As manifestações de abril de 2016

O julgamento da Câmara dos Deputados foi designado para o dia 17 de abril. Chamando o Brasil às ruas, porque “só a força do povo nas ruas pode dar essa vitória para nós” (MBL, abril de 2016)³⁰, os movimentos exibiram em grandes telões a sessão especial da Câmara. Segundo dados da imprensa, milhares de pessoas acompanharam nas ruas o recebimento da denúncia do *impeachment* pela Câmara dos Deputados (G1, 2016f). No começo da noite, o MBL lançou o comunicado oficial, comemorando o voto favorável da maioria absoluta dos Deputados Federais:

Hoje foi um dia histórico. Conseguimos dar um passo importantíssimo na derrubada de uma ditadura sutil. Mesmo com todos os estratagemas e aparelhamentos típicos de uma Venezuela em estágios iniciais, conseguimos pressionar deputados em

³⁰ Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/?hc_ref=ARSOnfFDaN05eAlx0dDyMh84G3d8KWOp_S7aWzgSs7ulaP_5BjZRRdg8567890344387493747>. Acesso em: Out. 2016.

escala suficiente para passar por este estágio. Fizemos parte da história! Agora há novas lutas pela frente! (MBL, abril de 2016).³¹

Os Movimentos Vem pra Rua e Endireita Brasil também comemoraram o voto favorável de 367 deputados (O ESTADÃO, 2016), lembrando que “a luta continua no Senado Federal” (MEB, abril de 2016)³² e “que é preciso manter a acesa a força do povo” (VEM PRA RUA, abril de 2016)³³. O ROL lançou nota oficial comemorando “o primeiro passo para o fim da pior ditadura vivida pelo Brasil” (ROL, abril de 2016).

Conforme se depreende da postagem dos movimentos, eles mantiveram a articulação discursiva atribuindo sentidos pejorativos ao Partido dos Trabalhadores, vinculando-o à ditadura e à Venezuela. Tais sentidos discursivos já aparecem na manifestação organizada em dezembro de 2015 e irão acompanhar os movimentos durante todo o período em que tramitou o pedido de impeachment. Verificou-se, igualmente, neste período a intenção dos movimentos em manter a cadeia de equivalências estabelecidas, inclusive entre os parlamentares que votaram favoravelmente ao pedido de cassação da ex-Presidente Dilma Rousseff. Eles manifestam, igualmente, preocupação em mobilizar o povo para o convencimento dos Senadores contrários e indecisos, demonstrando a intenção em ampliar a cadeia de equivalências e hegemonizar o discurso.

209

A manifestação do dia 31 de julho de 2016

A última manifestação organizada pelos movimentos antes do julgamento final da Presidente Dilma Rousseff foi designada para o dia 31 de julho de 2016. Além da pauta do *impeachment* e da condenação de Lula, o movimento pedia que

1. Fim do foro privilegiado: as autoridades cujos processos são julgados pelo Supremo Tribunal Federal devido ao foro por prerrogativa de função tornaram-se praticamente imunes à lei. Muitos crimes acabam prescrevendo por causa da demora da corte em julgar. Além disso, não faz o menor sentido os processos iniciados antes da diplomação serem julgados pelo STF, afinal, não foram cometidos no exercício

³¹ Movimento Brasil Livre. Disponível em:
[<https://www.facebook.com/mblivre/?hc_ref=ARSOnfFDaN05eA5BjZRRdg85678903443874937896977>](https://www.facebook.com/mblivre/?hc_ref=ARSOnfFDaN05eA5BjZRRdg85678903443874937896977). Acesso em: Out. 2016.

³² Movimento Endireita Brasil. Disponível em:
[<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.97663407343/10155246978573498>](https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.97663407343/10155246978573498). Acesso em: out. 2016.

³³ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:
[<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/92960007879798643333545>](https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/92960007879798643333545). Acesso em: out. 2016.

de função pública. Portanto, o MBL defende o fim do foro privilegiado para deputados, senadores e ministros.

2. Privatização dos Correios e da Petrobras: o escândalos envolvendo a Petrobras e os Correios só foram possíveis porque ambas são empresas estatais. As indicações são, via de regra, feitas por puro interesse político e sem nenhuma preocupação com a qualificação técnica do indicado. Adicionalmente, quando a gestão de uma empresa pública é desastrosa – como geralmente é --, o prejuízo vai direto para o bolso do pagador de impostos.

3. Expulsão da Venezuela do Mercosul: o governo venezuelano é absolutamente autoritário. Nicolas Maduro não respeita nem a democracia, nem os direitos humanos. O Brasil, como maior país do Mercosul, deve defender a expulsão da Venezuela do bloco, por meio da cláusula democrática – que existe desde a fundação do Mercosul -- até que o país estabilize sua democracia e respeite as liberdades individuais.

4. Criação das CPIs da UNE e da Rouanet: a Operação Boca Livre revelou um assombroso escândalo de corrupção envolvendo a Lei de Incentivo à Cultura. Desde a sua criação, a lei beneficia grandes produtoras e artistas famosos que de nenhuma maneira deveriam receber auxílio do Estado para exercer suas atividades profissionais. A necessidade de revelar de que maneira esses recursos foram utilizados é evidente. A UNE, por sua vez, recebeu milhões dos cofres públicos e, ao que diversas matérias jornalísticas indicam, não destinaram todos esses recursos aos devidos fins.

5. Aprovação do projeto Escola Sem Partido: o MBL tem recebido diversas denúncias de professores de escolas de ensino fundamental e médio que utilizam sua influência e autoridade como docentes para impor sua visão partidária ou ideológica aos alunos. A ideia do projeto é permitir que o aluno tenha acesso a diferentes pontos de vista, que seu conhecimento vá do pensamento de Rousseau ao de Locke, de Marx ao de Adam Smith, que conheça figuras históricas como Che Guevara e Winston Churchill com a mesma profundidade para que, posteriormente, possa se filiar a determinadas correntes de pensamento ou partido, de acordo com o próprio julgamento. (MBL, julho de 2016).³⁴

A ampliação nas pautas das manifestações se deu, porque, no começo do mês de julho, 63 Senadores já haviam divulgado a intenção de votar favoravelmente ao *impeachment* (MBL, julho de 2016)³⁵. Diante de um cenário favorável, os movimentos “puderam tratar de temas muito importantes que antes estavam em segundo plano por causa da pauta do *impeachment*” (MVR, julho de 2016)³⁶.

Dentre as razões que levam os movimentos às ruas, a pauta da corrupção ainda segue como uma linha de frente, conforme se pode verificar nas pautas de número 1, 2 e 4. Os movimentos exigem “o fim do foro privilegiado para acelerar os processos, assim os políticos corruptos são afastados da política e efetivamente pagam pelo mal que causam” (MVR, julho

³⁴ Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/394833893974093/?type=3&theater>>. Acesso em: out. 2016.

³⁵ Movimento Brasil Livre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/posts/399758673481615>>. Acesso em: out. 2016.

³⁶ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/92960007879798674352624723487>>. Acesso em: out. 2016.

de 2016)³⁷. É uma forma, também, “de evitar que a influência de políticos sobre os Ministros, que acabam, na maioria das vezes, gerando absolvições” (MEB, julho de 2016)³⁸. O segundo ponto diz respeito à privatização de estatais como medida de contenção da corrupção: os movimentos defendem que “onde não tem a mão suja do político, não tem roubalheira” (ROL, julho de 2016)³⁹. Então, a solução é “deixar na mão da iniciativa privada, que traz mais eficiência e transparência nos negócios” (MEB, julho de 2016)⁴⁰. O quarto ponto diz respeito a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de denúncias de corrupção na gestão da União Nacional dos Estudantes (UNE) e na alocação de recursos da Lei Rouanet. Os movimentos acusam o Governo Dilma de “usar esses recursos para ajudar os amigos, enquanto a população brasileira morre nos hospitais” (MVR, julho de 2016)⁴¹.

Os pontos 3 e 5 dizem respeito à preocupação dos movimentos com a contenção da ideologia socialista. O pedido de expulsão da Venezuela do Mercosul decorre da preocupação com “a ditadura comunista que se instalou no país. As liberdades e os direitos fundamentais estão suspensos, o país está um verdadeiro caos” (MEB, junho de 2016)⁴². “Não é possível que o Brasil concorde com esse absurdo, as pessoas sendo MORTAS porque não concordam com o governo. Isso é DITADURA! Isso é COMUNISMO” (ROL, julho de 2016)⁴³. Na mesma linha, coloca-se o Escola sem Partido, que consiste em uma lei parlamentar cujo objetivo “é acabar com a doutrinação de esquerda nas escolas” (MVR, julho de 2016)⁴⁴. Como deixou claro o Movimento Endireita Brasil na chamada para o evento, o objetivo –

³⁷ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/929600078797986743526246585868>>. Acesso: out. 2016.

³⁸ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.97663407343/10155246964875650>>. Acesso em: out. 2016.

³⁹ Revoltados Online. Disponível em:

<https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/posts/146122885836700?story=S%3A_I137470136701975%3A146658756906768946877>. Acesso em: out. 2016.

⁴⁰ Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.97663407343/1015524696487578965>>. Acesso em: out. 2016.

⁴¹ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/9296000787979867435262472654678>>. Acesso em: out. 2016.

⁴² Movimento Endireita Brasil. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.97663407343/101552469648775897>>. Acesso em: out. 2016.

⁴³ Revoltados Online. Disponível em:

<https://www.facebook.com/revoltadosonlinebrasil/posts/146122885836700?story=S%3A_I137470136701975%3A1466587569067685447>. Acesso em: out. 2016.

⁴⁴ Movimento Vem Pra Rua. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/929600078797986743526247214351>>. Acesso em: out. 2016.

dentre outros – do Escola sem Partido é privilegiar a pluralidade de informações, em detrimento de uma visão ideológica marxista da educação.

A manifestação de julho materializa a trajetória discursiva dos movimentos. Desde o princípio, eles buscavam hegemonizar o discurso em torno da ideia do *impeachment*, constituindo um discurso antagônico ao PT e à esquerda em geral. Ainda que não se possa dizer que os movimentos tenham recebido apoio popular irrestrito, é certo que eles atingiram seus objetivos na seara institucional, uma vez que o pedido de *impeachment* foi dado por procedente em 31 de agosto de 2016. Ainda que vinculada à ideia de combate à corrupção e à redução da influência da esquerda no contexto discursivo nacional, os movimentos passam a apresentar uma agenda propositiva, com a defesa de novos projetos de leis. Isso indica que as relações de equivalências estabelecidas entre eles vão além das aparentes uniões em torno da cassação da ex-Presidente Dilma e pressupõe, ao menos em relação a determinados assuntos, uma concordância mínima entre os quatro discursos.

Considerações finais

212

A análise dos sentidos discursivos que constituíram o processo de significação em torno das grandes manifestações vem a demonstrar que elas foram de fundamental importância para a consecução dos principais objetivos almejados pelos quatro movimentos. Em um contexto político amplamente polarizado, as cadeias de equivalências estabelecidas em torno da necessidade de cassar o mandato da então Presidenta da República, Dilma Rousseff, foram suficientemente diversas para que o processo de hegemonização discursiva fosse dado quando da votação na Câmara dos Deputados, em abril de 2016.

A construção antagônica, neste período, se deu principalmente em torno do PT. Ele foi dado como um partido altamente corrupto, que não só era falho em administrar o país, como também construía políticas visando aproximar o Brasil do comunismo. A então Presidente da República, junto de seu principal aliado, Luiz Inácio Lula da Silva, foi taxada de ser perversamente incompetente, incapaz de compreender os efeitos de suas medidas e sua relação com o decrescimento econômico e social. Tais sentidos são muito recorrentes nos discursos dos quatro movimentos, que se colocam na defesa do país através da supremacia do livre mercado.

Da mesma forma, chama atenção o fato de que os movimentos constroem inimigos de ocasião, como foi o caso do STF. De acordo com as dinâmicas do contexto discursivo, eles se

colocaram contra aqueles que – por suas ações ou omissões – pudessem favorecer o PT. Esse foi o principal mote das manifestações organizadas no dia 13 de dezembro de 2015, que tinham por principal finalidade pressionar o STF a tomar um posicionamento que tornasse mais propício a procedência do pedido de *impeachment*. Os partidos e ministros que se colocaram contrários a isso foram duramente criticados e vinculados ao PT.

O mesmo fenômeno ocorreu em sentido contrário: as postagens relacionadas às manifestações que tiveram lugar nos meses de março e abril demonstram que as relações de equivalências foram construídas a partir da exaltação de certos personagens, como o juiz Sérgio Moro. Os personagens vinculados às investigações da Operação Lava Jato foram construídos como sendo os verdadeiros guardiões da moralidade pública, heróis que lutavam contra a corrupção. Adotando um modelo binário, o discurso dos movimentos visa convencer a todos aqueles que se consideram pessoas virtuosas e politicamente engajadas com o bem a serem favoráveis ao *impeachment*, por se essa a única forma de se atingir a justiça.

Os movimentos fizeram uso desta credibilidade, bastante arraigada em determinados setores da sociedade, para fazer prevalecer uma pauta de mudanças legislativas bastante significativa. Uma vez que a procedência do *impeachment* se colocou como uma possibilidade muito provável, eles ampliaram as pautas das grandes manifestações para incluir a defesa de projetos de cunho conservador – como o Projeto Escola sem Partido e as 10 medidas anticorrupção – assim como a defesa das privatizações e demais pautas liberalizantes. Se as primeiras manifestações tinham por foco o *impeachment*, é nítido que houve um deslocamento nos sentidos discursivos das manifestações após o recebimento da denúncia na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016. Os movimentos passaram de um papel reativo à um papel ativo, fazendo proposições que influíram na vida política corriqueira.

A relevância das manifestações na popularização e aceitação das pautas de movimentos à direita é matéria inconteste e tem um poder explicativo muito significativo, considerando a realidade política brasileira atual. A análise dos discursos realizadas no período vem a demonstrar que os movimentos abdicaram de suas particularidades em prol da defesa de uma pauta política mais ampla – que não se restringiu ao pedido do *impeachment* – e lograram êxito em tornar palatáveis ideias e projetos que não gozavam de status favorável desde a redemocratização.

Referências

- ABRANTES, Telma (2016). *Quem são e o que defendem os líderes dos protestos do dia 15.* Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-o-que-pensam-os-lideres-dos-protestos-do-dia-15/>>. Acesso em: nov. 2017.
- BRAGA, Fábio (2015). Paulista reúne maior ato político desde as Diretas Já, diz Datafolha. *Folha de São Paulo Online.* Acesso em: nov. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml>>.
- BUSCATO, Marcela; CAPELO, Rodrigo; YIONAHA, Liuca; CORONATO, Marcos. (2015) 16 de agosto: as manifestações pelo Brasil. *Revista Época.* Acesso em: set. 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/16-de-agosto-manifestacoes-pelo-brasil.html>>.
- BUTTERFIELD, Colim; CHEQUER, Rogério. (2016). *Vem Pra Rua.* 1. ed. São Paulo: Matrix.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. (2016). *Posição referencial. BRASIL.* Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541857>>. Acesso: out. de 2019.
- 214
CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. (2015) A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, Nadré; CODAS, Gustavo. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, pp. 115-144.
- DIAS, Tayrine (2017). *É uma batalha de narrativas: os enquadramentos da ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook.* Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação em Ciência Política. UnB. Brasília. 224 p.
- EL PAÍS (2016). Manifestações no Brasil pedem impeachment de Dilma Rousseff. *El País online.* Acesso: out. de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450015512_142895.html>.
- G1 (2015). *Câmara elege membros da Comissão de Impeachment.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/camara-elege-membros-de-comissao-que-analisara-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso: out. de 2019.
- G1 (2016a). *Manifestações a favor do impeachment ocorrem nesse domingo.* G1 Online. Acesso: out. de 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/manifestacoes-favor-do-impeachment-ocorrem-neste-domingo.html>>.

G1 (2016b). *Manifestações contra o governo são registradas nessa quinta-feira*. Acesso: out. de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-sao-registradas-pelo-pais-nesta-quarta.html>>.

G1 (2016c). *Ministro do STF suspende instalação da comissão especial do impeachment*. G1 Online. Acesso: out. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/ministro-do-stf-suspende-instalacao-da-comissao-especial-do-impeachment.html>>.

G1 (2016d). *Ministro do STF suspende instalação da comissão especial do impeachment*. G1 Online. Acesso: out. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/ministro-do-stf-suspende-instalacao-da-comissao-especial-do-impeachment.html>>.

G1 (2016e). *Oposição anuncia ação judicial para tentar barrar a posse de Lula*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/oposicao-anuncia-acao-judicial-para-tentar-barrar-posse-de-lula.html>>.

G1 (2016f). *Planalto anuncia Lula como novo ministro da casa Civil*. G1 Online. Disponível em:<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/planalto-anuncia-lula-como-novo-ministro-da-casa-civil.html>>. Acesso: out. de 2017.

GOBBI, Danniell. (2016). *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação em Ciência Política. UnB. Brasília. 232 p.

215

HERDY, Joana; ONOFRE, João, CARVALHO, Mariana. Lava Jato faz busca na Casa de Lula (2016). *G1 Online*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-faz-busca-na-casa-de-lula-ve-evidencias-de-que-petista-beneficiario-de-delitos-18802540#ixzz4vuFTTlbj>>. Acesso: out. 2017

LACLAU, Ernesto. (2013) *A Razão Populista*. Três Estrelas, Rio de Janeiro.

_____. (2001). *La guerre des identités. Grammaire de l'emancipation*. Paris: Revue do Maulz.

_____. (2002). *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (2015). *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.

LEVITSKY, Steve; Kay Roberts. (2011). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: Johns Hopkins.

LIMA, Dílson; MACHADO, Luís (2014). Manifestantes em SP protestam contra Dilma e escândalo na Petrobrás. *Folha de São Paulo Online*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558809-manifestantes-em-sp-protestam-contra-dilma-e-escandalo-na-petrobras.shtml>>. Acesso em: set. 2019.

MARANHÃO, João. MARCHESAN, Sílvio. (2016) *Comissão vota pela abertura do processo de impeachment*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

noticias/2016/04/11/comissao-vota-pela-abertura-de-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff.htm. Acesso: out. de 2018.

MENDONÇA, Daniel (2003). A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 1, n°20, p. 135-145.

MIGUEL, Luis Felipe (2019). *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

MOVIMENTO ENDIREIRA BRASIL (2012). *Estatuto do Movimento Endireita Brasil*. Fortaleza.

O ESTADÃO (2016). Placar do Impeachment. *Estadão Online*. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/politica/placar-do-impeachment>>. Acesso: out. de 2017.

OLIVEIRA, Raquel de. (2007). Passeata pelas vítimas reúne 6.000 sob frio de 7°C. *Folha de São Paulo Online*. Publicado em 30 de jul. 2007. Acesso em: 22 de set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3007200713.htm>>

PANIZZA, Francisco. Unarmed utopia revisited: the resurgence of left-of-centre politics in Latin America. *Political Studies*, v. 53, n°. 4, dez. 2005, pp. 716-734.

PINTO, Celi Regina Jardim (2017). A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova* (Impresso), v. 100, pp. 119-155. 216

POLETTI, Lucio. (2016) *Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e grupo pró-impeachment*. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-grupo-pro-impeachment>>. Acesso em: set. 2019.

REDAÇÃO ÉPOCA. (2016). *As manifestações de 13 de março em todo o Brasil*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>>. Acesso em: set. 2019

SINGER, André. (2012) *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2015). Supremo define o rito do impeachment de Dilma Rousseff. *STF Notícias*. Acesso em: outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=306614>>.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia. (2015) Protestos à Direita no Brasil. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo. pp. 197-213.

WEYLAND, Kurt. The Rise of Latin America's Two Lefts Insights. *Comparative Politics*. V. 41, n° 2, 2009. pp. 145-164.

Abstract

Based on Laclau's Theory of Discourse, this study seeks to analyze how the movements Endireita Brasil, Brasil Livre, Vem pra Rua and Revoltados Online are discursively built at the time when the impeachment against President Dilma Rousseff was in progress. We develop an analyses based on the virtual activities related to the big protests of those four movements on Facebook between December of 2015 and August of 2016. Altogether, this study analysed the discursive senses of 526 facebook posts. This study shows that in the beginning the big protests aimed to organize the civil society to consolidate the idea of impeachment. In the end, they defend the right-wing ideas.

Keywords: Big Protests; Impeachment Movements; Discourse Theory.

Resumen

217

Se utilizando de la teoría del discurso de Laclau y Mouffe, el objetivo de este trabajo es analizar los significados discursivos presentes en las publicaciones de los movimientos de Revoltados Online, Movimiento de Brasil libre, vem pra rua y Endireita a Brasil en torno de las grandes manifestaciones de calle durante el período del proceso de juicio político de la ex presidenta Dilma Rousseff. Para este fin, recolectó, categorizó y analizó 526 publicaciones realizadas por los cuatro movimientos en las redes sociales relacionadas con las principales manifestaciones de diciembre de 2015 a agosto de 2016. El artículo concluye que las manifestaciones de diciembre a abril fueron consolidar la agenda de destitución y el antagonismo al Partido de los Trabalhadores, mientras que las manifestaciones de agosto ya abogaban por una agenda de reformas a la derecha.

Palabras Clave: Grandes Manifestaciones; Movimientos Pro-Juicio Político; Teoría del Discurso.

Los saberes propios, una experiencia dialógica en las plazas de mercado: dialogando con el saber*

The wisdom of their own, a dialogical experience in the marketplaces:
dialoguing with the wisdom

Os saberes próprios, uma experiência dialógica nas praças de
mercado: dialogando com o saber

Recebido em 04-05-2018
Modificado em 16-07-2018
Aceito para publicação em 22-08-2018

Jorge Eliécer Martínez Posada 

ORCID: 0000-0003-4377-6872

Postdoctor en Filosofía, Universidad de Cádiz doctor en Filosofía, Universidad de Barcelona; doctor en Ciencias Sociales CINDE-Universidad de Manizales; profesor titular III de la Universidad de La Salle, Bogotá, Colombia.
Correo electrónico: jmartinezp2@gmail.com

218

Sara Raquel Patarroyo Granados 

ORCID: 0000-0001-6191-6862

Licenciada en psicopedagogía, Magister en desarrollo educativo y social Universidad Pedagógica Nacional- CINDE.
E-mail: saritapatarroya@gmail.com

María Fernanda Valbuena Batanero 

ORCID: 0000-0001-6191-6864

Licenciada en Educación, Magister en desarrollo educativo y social, Universidad Pedagógica Nacional- CINDE. E-mail: mfed_mfvalbuenab924@pedagogica.edu.com

Resumen

Se presenta una investigación basada en la ecología de saberes mediada por el diálogo como un proceso simbólico en las plazas de mercado, comprendidas como espacios productores de subjetividades construidas a partir de relaciones interculturales en tensión con marcos institucionales que generan subjetivaciones y otras dinámicas culturales. Las plazas de mercado conservan aspectos simbólicos que resguardan riquezas culturales propias, las cuales se evidencian a partir de las experiencias de los sujetos presentes en estos espacios. Allí se intercambian saberes y costumbres propias y se han venido dando también formas de interacción social que obedecen a otro orden, en este caso al modelo neoliberal, el cual es transformado constantemente en vía de la generación de nuevas formas de producción de subjetividad.

Palabras clave: Ecología de saberes; Saber propio; Subjetividades; Socialización política.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introducción

El problema de investigación surge del interés por reconocer la plaza de mercado como un escenario de socialización política en el que la historicidad del lugar y la interacción de subjetividades, evidencian tensiones existentes entre las prácticas de socialización propias y los marcos institucionales a los que la cotidianidad da un matiz propio.

La plaza de mercado¹, más que un espacio de provisión alimenticia en una ciudad, representa un recorrido histórico y social cargado de tradición, observado desde la manifestación de un valor que sus actores le han dado. Se caracteriza por ser un lugar constituido por voces de sus ocupantes que por décadas han construido escenarios abiertos para el encuentro social y comercial en las ciudades (inicialmente las griegas), llegando hoy, después de transformaciones permanentes e históricas, a ser un espacio de apariencia comercial. Un espacio en todo caso de intercambio de costumbres y de pensamientos entre iguales, evidenciado en las prácticas sociales puestas en escena de los diferentes contextos económicos y normativos.

Por tanto, se buscó inicialmente analizar la producción de subjetividad y saberes propios en un proceso dialógico con los actores presentes en la plaza de mercado, a partir del trabajo cotidiano en su espacio de interacción. Se realizó un proceso de análisis a los discursos existentes entre algunos actores de la plaza de mercado, ubicando como punto de partida los saberes propios e historias de vida, a través de un ejercicio de observación sobre los modos de compartir y transmitir el conocimiento de generación en generación. Así mismo, se analizó la producción de subjetividad a través de los procesos dialógicos, encontrando allí las injerencias que el contexto neoliberal ha podido tener con el colectivo presente en el escenario tradicional.

De esta forma se hizo evidente la necesidad por conocer las nuevas formas de comercialización en las plazas de mercado, los modos de socialización entre los comerciantes y los cambios experimentados a través de los diversos momentos históricos. En este contexto, surgió el interrogante investigativo ¿Cómo se configuran subjetividades a partir del

219

¹ Las plazas de mercado se han desarrollado desde la creación de las ciudades y el intercambio de productos entre pueblos, como en el ágora era la zona de intercambio comercial y encuentro social de los griegos, los foros romanos eran el lugar donde se establecen los mercados como sectores para la toma de decisiones políticas (BAQUERO, 2011).

reconocimiento de los saberes propios, en procesos dialógicos, en las plazas de mercado de Paloquemao (Bogotá), la Merced (México) y Zetaquirá (Boyacá) enmarcados en el contexto neoliberal?

Los saberes propios

Entender los saberes propios como puente de comunicación e interacción que enmarcan los modos de sentir, pensar, actuar y estar en el mundo de cada sujeto, permite ver la cotidianidad como un elemento fundante en las relaciones dadas en las plazas, al ser estas espacios de construcción histórica en las que ocurren tejidos entre unos y otros actores, que en su misma relación van construyendo subjetividades, es decir, el sujeto comparte con otros sus saberes desde su mismo autoconocimiento.

220

[...] a su propio ser, al momento de observarse, analizarse, interpretarse, narrarse, juzgarse, dominarse, en síntesis, cuando hace ciertas cosas consigo mismo. La experiencia de sí, o subjetivación en términos de Foucault, está entrelazada con la subjetividad. La experiencia de sí es la que constituye al sujeto (LARROSA, 1995, p. 270).

Por tanto, el sujeto resulta de un entretejido constante, una construcción permanente de su forma de vivir en el espacio y las maneras de percibir las experiencias de su entorno. El sujeto en el ejercicio de interacción poco a poco va transformando su sentir y pensar, estableciendo allí la dimensión de nombrar una experiencia como parte de sí mismo; de modo que, el sujeto que pertenece a la plaza de mercado mantiene en su dinámica cotidiana la apropiación y vivencia de unos conocimientos propios de su entorno, entendidos como *saberes propios*, resaltando la raíz de esta práctica en el continente latinoamericano, constituyéndolo como propio del cono sur. Al ser la plaza de mercado un lugar al que acude la construcción ancestral de conocimientos, se entiende como lugar de concepción del saber, en la socialización de los pueblos o grupos de trabajadores ancestrales.

Ahora bien, la plaza de mercado se comprende como un espacio arquitectónico y simbólico, cuya estructura ha sido destinada para el desarrollo de una actividad económica y el comercio de diferentes productos básicos para la subsistencia de una sociedad, en este caso la

alimentación. Las plazas de mercado acatan normativas capitalistas, lideradas por instituciones estatales, que vigilan la producción y comercialización de diferentes productos, se encuentran en la mayoría de las ciudades y se caracterizan por ser un punto de encuentro social en las que se manifiestan las

[...] influencias del lugar de implantación de sus locales comerciales dependientes del tráfico e influencia poblacional, configurando un espacio de interacción e intercambio de servicios y convivencia entre los habitantes y viajeros de diferentes clases económicas que se ubican sobre un punto neutral en las plazas del mercado” (BAQUERO, 2011, p. 8).

De esta manera logran consolidarse desde épocas pasadas, como un espacio destinado principalmente para el intercambio comercial; sin embargo, se han escalado al desarrollo de relaciones interpersonales y comerciales.

Para la época de la colonia la plaza de mercado, por ejemplo en Bogotá, funcionó en el *día de mercado* en el cual los comerciantes y la gente en general se volcaban al lugar para llevar a cabo el abastecimiento de sus hogares, espacios en los que se gestaban negocios, tratos y vínculos de diversa índole; durante el transcurso de los años, y luego de establecer otros espacios alrededor de la ciudad para los mercados ubicados al frente de las iglesias o en la salida de los colegios en los años 90 en Bogotá, las plazas de mercado fueron modelo de abastecimiento hasta la llegada de los centros comerciales, que causaron su decaída (BAQUERO, 2011).

Ocurre entonces la entrada de “un nuevo modelo de abastecimiento más atractivo para la población donde la confluencia de servicios, la accesibilidad en el transporte masivo y la novedad de los nuevos nodos comerciales atrajeron a la nueva población” (*op. cit.*). Aparecen nuevas formas de comercio que llaman la atención y cambian un concepto construido por años, un espacio para el encuentro de las comunidades y las regiones, quedando únicamente para la ciudad como un valor histórico determinado de uso exclusivo de las personas de bajos recursos económicos; sin embargo, el desarrollo de dichos procesos comerciales diversifica las formas de interacción atendiendo a las necesidades de infinidad de sujetos.

En ese sentido los cambios sucedidos a partir del auge industrial y comercial en la cotidianidad de las plazas de mercado, se ubican desde el contexto neoliberal el cual se ha constituido como un modelo socio económico, que trae consigo nuevas formas de socializar, de

entender la realidad y de querer ser sujeto. En este sentido estamos frente a dispositivos que generan nuevas subjetividades y que avanzan significativamente dentro de la cotidianidad de los sujetos, lo que constituye las formas de gobierno o de dominio de los grupos humanos. Para entender mejor este fenómeno, es oportuno tener en cuenta el planteamiento de Castro-Gómez (2010) citando a Deleuze:

El problema ya no es tanto de normalización de la subjetividad mediante el confinamiento disciplinario, en el que se extrae un trabajo útil de la *moralidad* de los cuerpos (brazos, piernas, manos etc.) sino la modulación de los flujos *moleculares* del cuerpo (afecto, deseos, memoria, atención, etc.) en espacios abiertos, ya que con su gestión dependerá la posicionalidad de los sujetos en un capitalismo que ya no es de producción, si no de *marketing* (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 50).

Por esta razón el “neoliberalismo parte de que los individuos, aun los que se encuentran en los márgenes de la sociedad tienen la capacidad de incrementar su capital humano, mediante la creación, la innovación y el emprendimiento” (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 51). En este aspecto, el neoliberalismo motiva constantemente al ser humano mediante el mercado a ubicarse en determinada posición social o a su cambio total en el esquema de costumbres y valores que han asumido y practicado por años. Este es un claro síntoma del interés del sujeto por el cambio para poder estar al nivel del que otros gozan dentro del modelo.

En relación con lo anterior se resalta esta afirmación de la señora María Vargas (vendedora de lácteos en la plaza de mercado de Paloquemao) en relación con lo que espera a futuro de sus hijas y como se ven dentro de lo que les ofrece este contexto económico: “Ella tiene otros sueños, ella quiere irse a trabajar en un banco, tienes otros sueños distintos, en cambio a la otra, sí le gusta el negocio, ella es muy dulce con los clientes, hace mucha venta por teléfono, los clientes le compran mucho” (Vargas, María. Bog.20160918).

Los sujetos continuamente cambian sus intereses y costumbres adquiridas en su comunidad. Lo propio lo van cambiando por nuevas formas de vivir, por acciones vistas en el entorno, transformando los modos de estar en el mundo, adaptándose constantemente a lo que oferta el contexto sin decir con ello que deben desprenderse de su raíz, sigue siendo de vital importancia lo aprendido allí en la práctica cotidiana. Pero también es este espacio el que configura otros escenarios más positivos según en donde se ubique su historia, como el caso del día de mercado de Zetaquirá por la señora María Arguello: “por lo menos yo no quiero que sigan

el mismo camino mío porque se sufre mucho aquí, uno se acaba mucho, ellos tienen que estudiar, salir adelante, superarse” (Arguello, María. Zet.20160326).

En tal sentido se afirma, que los modos de sentir y pensar del sujeto, es decir, la subjetividad son objeto de transformación dentro de este espacio de socialización, pues a partir de las prácticas intersubjetivas se dan nuevas configuraciones e interacciones comerciales, culturales y políticas como opciones que permiten reconocerse y conocerse a través del intercambio cultural. Se comparten habilidades, pensamientos, sentires o acciones producidos entre sujetos, como resultado de la interacción dada en los marcos imperantes, provocando configuraciones en el sujeto traducidas en nuevas formas de vivir los espacios, de pensar, de decidir y de comunicar.

Ahora bien, entendiendo la plaza como un espacio cultural y comercial, un aspecto fundante de su construcción es el conocimiento que sus actores poseen, saberes concebidos en los campos o provincias, ajenos a los modos de socialización presentes en las grandes urbes; sin embargo, las plazas de mercado al estar inmersas en las ciudades albergan un saber que ha tenido nacimiento fuera de dicho espacio. Para esta investigación, se observó en la ciudad de Bogotá y en la ciudad de México a sus actores, quienes en su mayoría proceden de provincias rurales que, al llegar a un mundo de características capitalinas, se pondrán a disposición de nuevas normas y conductas de socialización. Por ello, en los hallazgos de la investigación se analizan las narraciones de desarrollo socioeconómico, cultural y de socialización de tres vendedores, en lo que han podido experimentar durante los últimos años, entendiendo que los saberes construidos en su infancia y juventud son el eje central de sus negocios en las plazas de mercado. Análisis que se realizó a la luz de un diálogo constante entre saberes a través de sus relatos de vida.

La investigación posiciona los saberes propios como fuente de conocimiento exclusivo, que emergen en la lucha frente a los saberes occidentales, concebidos por Santos (2009) como conocimientos ajenos a las comunidades, que buscan transgredir la identidad de los pueblos; sin embargo, ofrecen otras formas de adaptación y consenso, entre lo que se considera propio y ajeno. Entonces cuando se encuentran los saberes occidentales y los saberes propios, se da paso a los procesos subjetivos.

En consecuencia, los saberes propios empleados por los actores de la plaza de mercado han sido objeto de transformación a partir del desarrollo de prácticas neoliberales, de

comercialización y socialización, que vienen permeadas por concepciones occidentales. Se evidencia que, en el espacio de las plazas, se han naturalizado prácticas o dinámicas que seguramente están alejadas de ser en sí mismas la materialización de un saber propio, por el contrario: ¿podrán ser las prácticas sociales en las plazas de mercado, experiencias concebidas desde el proceso neoliberal? Por ello, es necesario descubrir el significado que tienen las relaciones dadas entre los sujetos presentes en las plazas, explorar la diversidad de productos, de culturas, de modos de pensar y sentir que tienen particular significado para los mismos actores presentes en este espacio.

En este sentido, el sujeto se encuentra bajo un dispositivo, entendido como la relación o red situada histórica, espacial y temporalmente (MARTÍNEZ, 2014); para el caso, el espacio de la plaza de mercado representa relaciones que transforman y constituyen las formas de gobierno o de dominio del grupo de sujetos, es decir que allí se evidencia la constitución de sujetos que responden a las relaciones sociales de producción capitalista, las que se integran profundamente en su diario vivir. Para comprender los medios que usa el modelo socioeconómico imperante, se entienden las normas dadas en la socialización como dispositivos que organizan y sitúan condiciones para reorientar los intereses del sujeto de forma velada, causando imperceptiblemente conformidad frente a la norma, frente a los modos de intercambio comercial, cultural, educativo y de ideales que están bajo los principios occidentales.

224

Anclaje Teórico

El trasfondo teórico de esta investigación se observa desde las categorías construidas en torno a conceptos como: socialización política, subjetividad, saber propio y neoliberalismo.

Esta investigación asume como fondo teórico la ecología de saberes, la cual cuestiona las relaciones de poder entre conocimientos y, por el contrario, reconoce las diferencias y diversidad epistemológica del mundo, promoviendo la justicia, la democracia y la solidaridad cognitiva. El diálogo de saberes permite comprender a los sujetos como partícipes activos en los espacios culturales, los mismos que configuran saberes y experiencias en la interrelación con el otro, razón por la que se exploran los conceptos de socialización política, subjetividad y neoliberalismo,

abordados desde Castro-Gómez, Díaz, Foucault, Martínez y Santos, entre otros.

La investigación avanza en la ubicación teórica del saber propio como productor de subjetividad en un espacio caracterizado por aspectos tradicionales, como lo es la plaza de mercado, en la cual ocurren unas relaciones entre las prácticas sociales y las normas institucionales atravesadas por factores culturales productores de subjetividad.

Se asume la socialización política como un proceso individual y colectivo “a través del cual el sujeto internaliza la realidad externa en sus dimensiones natural y social, constituyéndose en realidad subjetiva” (ALVARADO; OSPINA, 2009, p. 57), el cual otorga la posibilidad de ser un tejido de relaciones heterogéneas que proporcionan al sujeto pensamientos, sentires y experiencias que van tejiendo las llamadas subjetividades, así mismo

[...] es también la socialización un término procedente de la antropología cultural, que trae en ella el sentido de proceso de transmisión de costumbres, creencias y prácticas en las sociedades tradicionales. De allí pasó a la Sociología, para designar la adaptación de las personas a los contextos sociales. La socialización política es, en realidad, una parte de esa adaptación. Por su intermedio, los miembros de una sociedad hacen propios los principios, normas, valores y modelos de comportamiento, vigentes para la vida política de su sociedad (p. 249).

225

Así mismo, la socialización política como proceso social-humano consiste en ubicar una topografía conceptual en la cual se reconozca al sujeto como miembro de un colectivo que construye una dinámica social. El sujeto se encuentra dentro de un estatus cultural y comercial que lo orienta a comportamientos y manifestaciones en los cuales emerge, entendiendo que, dentro de esta dinámica, no hay un momento único en el que se socialice políticamente al sujeto, tampoco hay un momento final en el que en su finitud terrenal deje de ser socializado políticamente, pero además, y por lo anterior, no hay un proceso claro, transparente, unívoco, mediante el cual se constituya el proceso de socialización política y con él al sujeto político. Son pues múltiples los escenarios, discursos y prácticas que ayudan en la configuración de aquel, en tanto múltiples, no son lineales, estáticos, mecánicos, sino que se entrecruzan, se superponen, se enredan, se entrelazan y forman parte del entramado cultural (DÍAZ, 2004, p. 175).

En este orden de ideas, el proceso de socialización implica procesos interculturales e interpersonales que facilitan relaciones que son conducidas a crear y recrear el espacio de socialización; en este sentido la socialización política cobra sentido en la estructura misma de los

sujetos, en un espacio o en una época de la vida, es tan sobresaliente que sin el hecho de interactuar no se produce el intercambio cultural en el que trasciende los saberes y las costumbres.

De acuerdo con lo anterior, es necesario partir del interés por entender la complejidad de lo que es ser sujeto, el cual más allá de tener una identidad, definida o en construcción, es el entramado de relaciones que lo van definiendo como sujeto. Dicho entramado, organización de relaciones y resultado de interacciones sociales, es el resguardo de un sujeto que ha logrado construir nuevos significados y características,

[...] así que la subjetividad se entiende como la capacidad del sujeto para constituirse a sí mismo como individuo; sujeto que se constituye en relación con los otros, con ese otro, con el cual dialoga, y es ahí, en ese intercambio de lenguaje donde se constituye la subjetividad (MARTÍNEZ, 2014, p. 71).

Por lo tanto, es en la comunicación, en un proceso fundamentado en el diálogo con el mundo del otro -allí en la intersubjetividad-, donde se procura el sentir y pensar de sí mismo, el lugar en el que se aproxima la configuración de la subjetividad tanto individual como colectiva. Sousa (1998) expresa que existe un sujeto multidimensional con carácter personal y colectivo, con habilidades para desarrollar una subjetividad ética, estética, política y ecológica capaz de producir nuevas realidades.

En consecuencia, los espacios sociales están dados para reinventar los ambientes sociales y políticos en los cuales se crean unas determinadas normas de vida, o se da continuidad a las relaciones establecidas (NIÑO, 2008). Este es un marco interesante para reafirmar los procesos de socialización propios que son llevados a espacios tradicionales, en los cuales se fomenta el crecimiento de las colectividades a partir de las mismas prácticas sociales cotidianas. Tal como lo afirma la señora María Arguello con esta expresión: “ya uno tiene su puestico y uno trae de todo y la gentecita le colabora a uno y uno también a ellos” (Zet.20160326); evidenciando la importancia de lo que construye el vínculo y las relaciones con los demás para la constitución de la subjetividad, la cual emerge desde el intercambio del lenguaje verbal y simbólico. Entonces se dan relaciones de diferente índole entre sujetos que obedecen a intereses y cualidades concebidas a través de sus procesos cotidianos, en este caso la compra y venta de productos, las cuales se manifiestan en relaciones de saber y poder.

De otra parte, de acuerdo al contexto neoliberal, se evidencian las reales incidencias que tiene el modelo socioeconómico, en los intereses de los sujetos. En este aspecto, el neoliberalismo motiva constantemente al ser humano, mediante el mercado y el consumo, a ubicarse en determinada posición social o a su cambio total en el esquema de costumbres y valores que ha ejecutado por años. Se resalta así la riqueza inmersa en lo que se reconoce como saber propio que ya no riñe con las otras formas de ver y entender el mundo, ya que exigen la complejidad y riqueza de la incursión cultural en la que se encuentran cambios para el abordaje a los parámetros del entendimiento de la cotidianidad (CECEÑA, 2008).

A partir de lo anterior se destaca la importancia del flujo de ideas, pensamientos y creencias, que se ubican en la mente misma de un colectivo, los cuales van a estar instaurados en las costumbres de una comunidad por largo tiempo. El tiempo presenta cambios en las relaciones sociales y políticas entre los saberes, y propone en las acciones de los pueblos nuevas interacciones que obedecen a la época histórica.

Siguiendo con esta línea de comprensión se conceptualiza la categoría de saberes propios como una propuesta social y académica desde la epistemología del sur, que tiene como principal exponente a Santos (2010), quien la destaca como una posibilidad para nuevos procesos de valoración de los conocimientos y de la producción de las relaciones entre los saberes, en donde tengan oportunidad de emanciparse los grupos a quienes la injusticia y la desigualdad -causada por el capitalismo y el colonialismo- han discriminado. En consecuencia, es oportuno entender el diálogo de saberes como una práctica concreta nacida directamente de la experiencia vivida por los sujetos en diversos escenarios cotidianos y políticos.

Por ello, se piensa el encuentro dialógico como un todo que dinamiza el intercambio de narrativas, en lo que se da primordial atención a la diversidad y las diferencias como elementos enriquecedores y necesarios para este ejercicio, buscando impulsar la construcción colectiva del conocimiento a través del intercambio de ideas y comprensiones del mundo.

Ahora, en esta construcción colectiva, afianzada en la identidad y riqueza cultural de una comunidad en la misma diversidad fundante de las prácticas y creencias, es donde para Sousa surgen dualidades de saberes, en tanto aparecen “los saberes hegemónicos eurocéntricos de la administración pública, por un lado, y el saber popular de las autonomías indígenas” (DE

SOUSA, 2012, p. 21). Esta es la relación más clara encontrada para el interés particular de lo que sucede en los espacios tradicionales a donde llegan a posicionarse los saberes hegemónicos, buscan trastocar, difuminar, transformar o erradicar un saber, una costumbre tradicional, construida a través de los años y de las experiencias prácticas de las comunidades.

En este mismo sentido De Sousa, “presupone sobre la idea de la diversidad epistemológica del mundo, el reconocimiento de la existencia de una pluralidad de conocimientos más allá del conocimiento científico” (2010, p. 50). Dicha pluralidad consiste en devolver lo quitado a las comunidades, puesto que son ellas quienes poseen el conocimiento puro y directo, desde la práctica, acerca de las formas de vida y dinámicas sociales. De Sousa continúa explicando que las creencias “son una parte integral de la identidad y la subjetividad” (p. 51) y en este sentido posiciona la creencia popular en la ciencia; y sin afanes, se puede afirmar que son las creencias rasgos determinantes en el conocimiento científico.

A partir de estas premisas, se aproxima un interés centrado a reconocer en la comunicación el medio para la transferencia de saberes, modelos y comportamientos de una generación a otra, y así dar continuidad a la construcción de nuevos saberes. Son entonces las relaciones intersubjetivas puente para el conocimiento entre los sujetos.

En consecuencia, el proceso de intercambio dialógico implica la continuidad de tradiciones en las comunidades o grupo humanos con objetivos fijos, en donde se entiende el diálogo como propuesta para el encuentro, el reconocimiento del otro, el valor del saber construido en la experiencia de vida, como colectivo y en sí, en el pensamiento de ser comunidad. En ese sentido, el diálogo implica romper los moldes, aunque sea casualmente, y darse al encuentro sin limitantes o prejuicios, logrando establecer otros vínculos, otras complicidades y otros sentidos, en la socialización (CECEÑA, 2008).

Va más allá de la mera clasificación en un conocimiento científico o vulgar o popular, que sostiene desigualdad, también representa la declaración y afirmación que en el encuentro somos ambos constructores del saber, donde el sujeto como actor social reconoce el diálogo que debe inspirar todas las acciones y relaciones entre las comunidades: “Esto es que la “transformación” de las comunidades no podrá ser una meta de una organización, ha de ser dirigida por la misma comunidad desde el acompañamiento de los agentes externos” (CORDERO, 2005, p. 8).

Considerando así el asunto, la categoría de diálogo de saberes como referente conceptual y metodológico permite explorar, construir y deconstruir uno al otro. Considerándolo como la representación de una práctica social para la democracia, que dinamiza la interacción entre saberes, en vía de la construcción de la identidad, dándole vida al sentido de la palabra, rescatando la tradición de los abuelos en el gran significado del conversar, del compartir y sobre todo del escucharse. Se trata de volver a construir espacios de encuentro democrático donde la palabra, como dicen los mayores, se teje y se camina. Así también lo aborda Alfredo Ghiso:

[...] la práctica del diálogo de saberes emerge como intercomunicación que recupera al sujeto y niega su cosificación, su adoctrinamiento y todo ejercicio del poder. El diálogo de saberes, así entendido, es una práctica social fundamental en los procesos de construcción de sujetos y de construcción de la Democracia (2000, p. 26).

En el mismo sentido, se entiende el “arte de decir” y el “arte de hacer” en el proceso espontáneo de contar los cuentos populares que proveen al diálogo de un modelo que manifiesta la “habilidad del decir” mostrando en las artes que las “prácticas se producirían unas veces en el campo verbal, y otras en el campo de las acciones” (CERTEAU, 1990, p. 88). En las artes del lenguaje y el diálogo, para este autor, se permite observar la trascendencia que tiene la palabra en las prácticas sociales.

Por lo dicho, la práctica social en la plaza de mercado permite pensar que, es el diálogo el movilizador de las experiencias pasadas a nuevas formas de ser y de interactuar dentro del mismo espacio. Seguramente no fue lo mismo entrar en el proceso comercial hace unas décadas, que a la forma actual del negociar y de socializar dentro de la plaza de mercado, por ello Ceceña, plantea que: “La complejidad caótica de la realidad exige explicaciones complejas y la naturaleza de los fenómenos reclama el protagonismo de los sujetos en los cuerpos explicativos” (2008, p. 15). Así entonces, el sentido que cobran las prácticas y las palabras de los sujetos, quienes son los actores sociales, son para el desarrollo de la socialización política aspectos fundamentales en tanto movilizan nuevas formas de interacción humana y otras formas de comercialización dentro del espacio de la plaza de mercado.

De otra parte, y muy cercano al diálogo de saberes, se toma como categoría el *símbolo*, reconociéndose como un aspecto fundante en el desarrollo del proceso social e intersubjetivo, se registra como elemento intrínseco a la vida humana y sobre todo esencial en los procesos sociales

de los sujetos.

El sujeto, a partir de los símbolos, es capaz de manipular elementos de su experiencia en sus relaciones y proyectarse en nuevas situaciones; sin embargo, es necesario señalar que estos símbolos van más allá de un simple código, ya que se selecciona un símbolo y se combina cuidadosamente con el significado que una experiencia tiene para él (HALL, 1997). Los símbolos pueden ser palabras, cosas, situaciones, eventos, comportamientos, relaciones interpersonales, y/o cualquier cosa que tenga la función de marcar o especificar un sentimiento y que completaría el funcionamiento implícito que tiene el individuo.

Así que, al dotar de sentido a una imagen (LUKER, 1992) la capacidad de simbolización humana configura a cada sujeto en un mundo simbólico que moviliza la sociedad. Tal mundo en sí mismo tiene límites determinados de circulación tanto físicos como mentales, movilizando constantemente el actuar simbólico de los sujetos, que como base dirige el actuar en su entorno, siendo este espacio el que configura a los actores y formas de relación entre los sujetos. Allí surgen diversas posiciones identitarias propias que marcan sus límites en terrenos simbólicos, con el uso de la transmisión de códigos que responden a orígenes culturales conectados directamente con historias de vida. Por lo tanto, algunas características simbólicas internas de la personalidad de cada sujeto, pierden importancia para él mismo, y dejan de ser perceptibles para el ojo del otro, pero al ingresar a un espacio cultural diferente al cotidiano, son estas características simbólicas las que ofrecen la ruta para el encuentro con el otro y la apertura de tal, en cuanto es representada. Como se entiende cuando Gerónimo Valentín nos dice: “lástima que tenga tanto trabajo, sino nos quedaríamos a platicar todo el día.... Para que me lleven a conocer Colombia, cuando vuelva aquí me busca aquí estoy los 350 días del año” (Mex.20151001); haciendo de su espacio individual *uno para todos* abierto al intercambio.

De allí que el sujeto logre concretar su identidad, a partir de la creación de lazos con otros, dando fuerza al sentido propio, a un espacio y una comunidad. Allí en la relación e interacción con la comunidad aparecen elementos simbólicos que hacen al sujeto aferrarse al espacio, al territorio de la plaza de mercado creando, de forma implícita, conexiones simbólicas que le permiten representarse y conectarse con sus raíces.

Finalmente, y para ubicar en un espacio físico el aspecto simbólico y dialógico, se

muestra el papel de las plazas de mercado urbanas para esta investigación, en las cuales, hasta hace muy poco tiempo, a los actores allí presentes se les reconoce como parte fundamental de la ciudad a través de acuerdos públicos que pretenden fortalecer la actividad económica y las acciones interculturales que allí son desarrolladas.

En este sentido y para entender la naturaleza misma de las plazas de mercado en la práctica, son lugares en los que el encuentro con la riqueza cultural, con la cotidianidad urbana y rural, son representaciones de la dinámica política y social a través de la historia del país. Es así como se establecen estos espacios como culturales, es decir, no sólo como distribuidores alimentarios de la gran urbe, sino como resguardo de prácticas tradicionales. Ahora bien, una característica vital de las plazas, para esta investigación, es el hecho de guardar un conocimiento propio del campesinado, el cual se entremezcla con el conocimiento occidental; además allí se reaviva constantemente el intercambio cultural que, a su vez frágilmente, está en un continuo combate, en términos comerciales, con los grandes supermercados. Y es allí, en estos espacios, donde es necesario reconocer y fortalecer el potencial real de los saberes tradicionales presentes en cada espacio físico de la plaza de mercado, la cual ha sido víctima de segregación y marginalidad por su naturaleza campesina y poco formal.

Ahora se comprende por qué el sujeto está ubicado en un marco de socialización y producción de subjetividad, pues es importante analizar los procesos socioeconómicos con los que está interactuando el sujeto. No sólo se establecen relaciones que provoquen la necesidad de socializar con el otro, sino que además se establecen relaciones tras un objetivo económico de productividad. Esto obedece a las constantes exigencias que el medio de vida le hace al mismo sujeto.

Diálogo Metodológico

El diálogo metodológico se aproxima al problema de investigación visibilizando las prácticas sociales dadas en el contexto de la plaza de mercado para dar respuesta al interés investigativo, el cual hunde sus raíces en la vida cotidiana experimentada en los escenarios presentes en algunas plazas de mercado ubicadas tanto en la ciudad como en el contexto rural. En

estos espacios, se privilegia el diálogo como principal herramienta y elemento dinamizador para tal sentido investigativo.

Las epistemologías del sur como sustento epistémico, representan una posición reflexiva en cuanto al significado de lo cotidiano y este como un espacio legítimo de conocimiento, en el cual los saberes son constantemente emergentes. De Sousa (2009) citado por la SED (2011) cuando propone una epistemología del sur, la cual asume como explicación histórica del caso latinoamericano frente a las lógicas hegemónicas del mundo, en contraste con los modelos de desarrollo, evidencia que la mayoría de la sociedad tiende a menospreciar y negar los conocimientos propios. Es así que, a través de todo su análisis, se da la propuesta epistemológica de la ecología de saberes, en la cual se plantea el diálogo entre saberes e ignorancias, o ignorancia de otro diferente; de modo que rompe con la lógica uniforme de la ciencia, en donde sólo un tipo de conocimiento es válido.

Dichas lógicas diferentes de conocer el mundo se enmarcan dentro de la solidaridad, la cual se ve enfrentada en la realidad a la necesidad de darle orden al caos, lo que busca la ciencia occidental; por lo tanto, el subir un poco el volumen de lo que se habla, se desarrolla y se legitima en medio de la plaza, es la oportunidad perfecta para visibilizar lo invisible, lo inaudible.

Por ende, el diseño de esta investigación se realiza con base a una de las ideas centrales de las epistemologías del sur: “La ecología de saberes”. En la investigación social cualitativa no existe una estandarización de una estrategia en específico, sino que por el contrario se caracteriza por la combinación de varias de ellas, lo cual imprime una cualidad importante a la investigación, la flexibilidad guiada al reconocimiento de la cotidianidad como práctica real de los sujetos. En la práctica de su cotidianidad, doña María hace este aporte:

Bueno a mí la gente me admira mucho, por la constancia. La gente le pide a uno consejo, porque me han visto que si gano \$20, no gastar \$40, porque ese es el éxito de un negocio, porque mucha gente no sabe administrar la plata, se ganan 20 pesos y se quiere gastar 40. Y así no son las cosas (Vargas, María. Bog.20160918).

Aquí cobra significativa fuerza el ejercicio dialógico y la palabra se presenta como el anclaje principal dentro del proceso. Práctica dialogante en la que los sujetos presentes en la plaza de mercado y actores de nuestra investigación tuvieron la oportunidad de reflexionar sobre sus propias experiencias de vida.

Por tanto, creando un ambiente para compartir en el espacio de la plaza de mercado, se buscó que, en las disertaciones, la palabra fuera la que construyera el camino investigativo más pertinente, lo cual responde a la utilización de metodologías cualitativas de investigación que valoran los saberes y las prácticas comunitarias. Se hace una reflexión crítica que mantiene la conciencia de aprendizaje del y para el colectivo, en un contexto de encuentro y de respeto a la diversidad de saberes y conocimientos.

El diálogo de saberes se sustenta en dos premisas: por un lado, que la comprensión del mundo es mucho más amplia que la de la comprensión occidental; por otro, que la diversidad del mundo es infinita, una diversidad que incluye modos muy distintos de ser, pensar y sentir. Ello cuestiona el concepto de ignorancia no como el punto de partida, sino como el de llegada, entendiendo a la vez que no existe un no conocimiento o saber en el sujeto, así que en el encuentro se rompe tal apreciación y se brinda la capacidad de aprender del otro sin olvidar el propio saber.

En consecuencia, el diálogo de saberes se comprende como un enfoque dentro de la educación popular e investigación comunitaria, por el amplio reconocimiento de los sujetos participantes como constructores de conocimientos grupales que resignifican y potencian los procesos investigativos. 233

Ahora bien, en cuanto al diseño y la planificación del análisis y reflexión en el espacio de la plaza de mercado, se reflejó un proceso de organización previa en la que los actores del espacio intervienen a través de su discurso y permiten la observación y análisis de sus dinámicas en procesos de subjetivación y sujeción experimentados durante la socialización.

Para ello se hizo necesario observar las interacciones cotidianas de la comunidad de las plazas de mercado en cuanto a sus saberes propios y lo normalizado por la socio-economía moderna; teniendo en cuenta lo que esto implica, se realizó un análisis desde las tensiones existentes entre las prácticas sociales y los marcos institucionales en la condición neoliberal, con un interés específico en los saberes propios.

Así que entendiendo como enfoque investigativo el diálogo de saberes en conexión con las técnicas utilizadas en la investigación acción y la investigación comunitaria y social, los instrumentos usados para la recolección de información fueron la observación participante y la

entrevista no estructurada, analizadas a la luz del interés por conocer las transgresiones en los saberes propios y los procesos subjetivos desde el neoliberalismo, en el ejercicio dialogante.

Finalmente, en la etapa de análisis de datos, el proceso resultó en dar respuesta a las preguntas de cómo se produce subjetividad a partir de los saberes propios y cómo a través del diálogo de saberes se da cuenta de la producción de subjetividad en las plazas de mercado mencionadas para el proceso de investigación. Se hizo necesario dar claridad a estos aspectos, con el fin de comprender en la práctica cotidiana cuál ha sido el impacto positivo o la transgresión a la subjetividad en los actores presentes en un espacio cultural.

Hallazgos

Visitar las plazas de mercado permitió observar un espacio al que acuden sujetos que provienen de diferentes espacios, la situación económica y política de diferentes momentos les brinda la oportunidad o la exigencia de trasladarse a ciudades, en donde encuentran otras formas de organización a nivel social, político, económico y por supuesto cultural, lugares distintos a sus espacios rurales tradicionales. Sin embargo, como el sujeto ha sido formado en espacios ancestrales, que en la misma interacción les permitieron constituir una experiencia de sí, una subjetividad que traslada una parte de la provincia, una serie de expresiones interiorizadas por el sujeto.

Dicha subjetividad es en sí misma desconocida por el sujeto, puesto que opera en el exterior de manera natural, pero sólo al llegar y contraponerse a otros dispositivos, a otras formas de organización propias de la urbe, se manifiesta como conocimientos que marcan una manera de expresión, de actuar y de pensar. Por tanto, encontrar espacios permeados por saberes y costumbres de origen occidental matiza la subjetividad en el proceso de transformación de los saberes propios transgredidos por los saberes occidentales.

Por ello se afirma el saber propio como el conjunto de conocimientos enraizados en la cotidianidad de los sujetos, para su construcción se utilizan como herramientas, sus propias experiencias de vida como elementos inalienables de conocimiento alternativo, el cual no debería ser subestimado en relación con el pensamiento occidental. “En este sentido, resulta

imprescindible una conceptualización de cultura popular que movilice desde las prácticas culturales a los sectores populares en torno a proyectos comunes, que aseguren, en última instancia, la legitimación de identidades populares” (BRITO, 2008), lo cual implica un cambio de mirada hacia el interior de cada uno de los sujetos como transformadores de su realidad: “... ontológicamente se plantea que la realidad no es única, sino variable, dinámica y múltiple, de modo que sobre ella no es posible lograr un conocimiento último ni definitivo (PERDOMO, 2002), y es allí donde el sujeto del común halla la fuente inagotable de conocimiento que día a día es transformado y enriquecido por el “hombre del común”, el cual puede considerarse científico social desde esta perspectiva.

De otro lado también se resalta que los vendedores de origen rural, radicados por años en la ciudad y que cuentan con un amplio recorrido y experiencia en las plazas de mercado urbanas, ingresan necesariamente a la afanosa carrera de la industrialización, como lo plantea la señora María:

235

Por las exigencias de la higiene, ahora se debe llevar el producto en carros especializados, porque si uno no obedece ellos toman sus medidas, y estudiaron para hacer cumplir los reglamentos. Ellos dan un plazo, para organizarse la gente, y ahora debe ser en cajas, en furgones con Thermo King. Entonces la gente ya se va educando (Vargas, María. Bog.20160918).

En el mismo sentido, la incidencia de otros contextos demarca las maneras de trabajo y de interacción del sujeto con la realidad, por ello don Gerónimo también relata:

[...] estuve en Italia, fui a cosechar chiles es muy diferente aquí y allá, como en Canadá. Es que allá es muy diferente que aquí la empacación, allá no más se corta se echa al carro y vamos para la plaza. En otras partes no, hay que acomodarlo empacarlo en cajas por tamaño, por color, en piezas en cajas, en otros países todo viene del mismo tamaño. Aquí no, aquí viene todo parejo pequeño, grande (Valentín, Gerónimo. Mex.20151001).

Estas dinámicas por más que intente enmascarar su sentido cultural e histórico son constantemente permeadas y perforadas por el establecimiento general de normas que obedecen a intereses netamente comerciales de orden industrial y encaminados a la riqueza económica más no cultural con las que evidentemente los actores presentes en la plaza no refutan, pero si naturalizan en medio de sus prácticas cotidianas, punto en el que se resalta la gran creatividad de los mismos en seguir impregnando este escenario de un cierto poder místico cargado de historia y

sentir rural, creando en medio de tal ejercicio sincrético un aura de pertenencia y experticia empírica en base a experiencias subjetivas enraizadas allí.

En el mismo sentido se observa lo que simboliza el recorrido del producto y su comercialización urbana, ya que sigue siendo la plaza de mercado pero con un estándar comercial moderno. Lo que es expresado en un proceso interno de equilibrio entre lo concebido como tradicional y autóctono y lo moderno; como ejemplo de ello, las nuevas normas de empaque en cuanto a presentación del producto, refrigeración, almacenamiento y demás exigencias comerciales que anteriormente refieren los entrevistados.

La plaza de mercado transporta discursos propios de las zonas rurales, en donde las prácticas se traducen a los modos de producción económica, evidenciando los saberes de los campesinos que han permitido a través de los años la producción agropecuaria. En este sentido se observa también que la definición de la economía en los campesinos tiene su relación directa con el aspecto climático, es decir que los vendedores reconocen el verano como un aspecto que dispara los precios de los alimentos, ya que en época de verano el precio de los alimentos se sube. (Arguello, María. Zet.20160326). Así mismo se evidencia en el discurso de la comerciante la necesidad por cultivar sus productos de manera sana, usando la mínima cantidad de insumos químicos, lo que causa mayor resultado para el rendimiento de la plantas y productos de origen natural y de buena calidad. Todos estos eventos nos muestran los diferentes aprendizajes y prácticas que se realizaban en las épocas anteriores y lo que hoy en día se realiza, logrando evidenciar los cambios que se dan a través del tiempo gracias a la intervención de la tecnología, la biotecnología y las nuevas prácticas que se desarrollan para agilizar los procesos de producción agrícola, buscando economizar en la inversión de mano de trabajo.

En cuanto al hallazgo en los mercados de origen municipal, también llamados mercados por días, la labor de vender para sus comerciantes tiende a ser bastante exigente y agotadora, además de que, para muchos tras años de trabajo en el comercio de productos perecederos, no logra mejorar las condiciones de vida.

Allí se establecen dos opciones para los saberes implícitos en las prácticas de los campesinos. Como suele ser más rápido el avance del capitalismo que los consume con las deudas disfrazadas de promesas de desarrollo, perpetuando un círculo vicioso en el que se hacen

cautivos y su labor se convierte más en una lucha por sobrevivir, rompiendo el flujo y con ello la transmisión o construcción de saberes propios, una opción entonces es mirar hacia el futuro de su descendencia de otro tipo, como el académico y cosmopolita. Otra opción es la enseñanza de los saberes de padres a hijos, fundamental para implementar el trabajo en la producción, pues los sujetos que han cultivado y vendido por largo tiempo atribuyen los buenos resultados a las prácticas agrícolas usadas; por ejemplo, como en el ejercicio de la comercialización y la producción se le da importancia al color, olor y texturas de los productos para definir la calidad de los mismos, dicho aprendizaje en la experiencia de los padres se trasmite en la instrucción dada de los hijos que en un futuro serán los campesinos que llevarán los productos a las plazas municipales y distritales de las grandes urbes.

Así se da un gran avance en el despliegue de los saberes propios, a lo cual aporta de manera significativa la unión de varias miradas subalternas nacidas desde el sur como otra manera de comprender el mundo, instaurando esas otras formas de pensamiento y sobre todo de producción de conocimiento diferente; el que aparte de enfrentarse al tradicional es también aceptado por su atractivo origen occidental, que llega para construir otras formas de ser y estar en el mundo.

237

Por ello son innumerables las ideas instauradas por el modelo neoliberal en la mente de los sujetos a través de su cotidianidad, en la que se deben seguir unas maneras específicas de ser y pensar con el fin de encajar en las nuevas formas de desarrollo, pero que a través de nuevas perspectivas de conocimiento de origen crítico posibilitan esas otras maneras de legitimar un conocimiento nacido del sujeto común, donde su saber cumple un papel fundamental en las nuevas formas de producción de conocimiento que, sin lugar a dudas, abren una puerta a la posibilidad de una realidad diferente, la cual toma precisamente como punto de partida de conocimiento renovador, inagotable y canalizado por los sujetos, siendo capaz de contraponerse al orden imperante de una idea mercantilista legitimada durante décadas.

Es así como la plaza de mercado representa un prisma de culturas en la que cada una tiene su espacio y diariamente se encuentran, ofreciendo un entramado de historias de vida que contrastan con la colorida ruta de cada pasillo, vislumbrada por los colores vibrantes y multiplicidad de olores de las verduras, las frutas, las flores, el pescado que son ofrecidas

cálidamente por los vendedores, que no sólo ofrecen un producto, sino que lo entregan como símbolo de intercambio, llegando a ser excusa dialógica, en donde circularmente se tejen experiencias propias, necesidades de bienestar propio que se buscan en un producto, el cual representa una puntada para el tejido del saber, un saber que al ser comunicado en casa o en la calle podrá replicar el bienestar a toda la comunidad. Es el caso preciso de los encuentros en los pasillos de las hierbas medicinales.

En relación con lo anterior, se entiende que los saberes se heredan y se mantienen por generaciones, es parte de una herencia familiar, que conserva tal oficio en los mismos espacios, esperando que dichos espacios respondan al contexto cultural en el cual fue concebido dicho saber. Es decir que los intereses que transversalizan toda práctica de socialización están enmarcados por un mundo simbólico construido por décadas.

Allí oculta está la sapiencia del campesino, ya permeada por un sinfín de adelantos tecnológicos, que hacen de los que fueron productos orgánicos, hoy imponentes cultivos penetrados por la industria química. En el discurso del comerciante se descubre la práctica propia del riego para fumigar y mitigar las consecuencias de los parásitos o insectos en las plantas, a través de mezclas de jabones, ají y ceniza para fumigar las plantas. Así mismo, años atrás, no se usaba fumigadora de motor o manual, sino que con los ameros de las mazorcas se esparcían los batidos que los campesinos preparaban para fumigar; tampoco se usaban tapabocas, sino una tela rústica para cubrir el rostro (Arguello, María. Zet.20160326).

Estos, datos corresponden a las prácticas de cultivo que los sujetos han venido desarrollando en la familia o en las comunidades de campesinos, evidenciando que el sujeto a medida del tiempo ha venido consolidando los parámetros para la siembra y la cosecha; sin embargo, en la actualidad se observa una perspectiva de producción agropecuaria diferente, en la que se hace cada día más difícil mantener lo natural y verdaderamente orgánico; siendo lamentable el panorama, se muestra más el avance sistemático del capitalismo salvaje, ya los tiempos de la luna para la siembra se desconocen y son las hormonas las que minimizan el tiempo de cosecha ofreciendo un ingreso económico rápido, es decir, un avance del control neoliberal dentro de las nuevas formas de agricultura que transgreden abruptamente los modos de cultivo propios de los campesinos.

Por ello, es evidente que la plaza por encima de cualquier tipo de normalización, representa la conexión del campo con la ciudad, no sólo como surtidor alimenticio, sino como un espacio de consenso entre lo establecido por el mercado global en un sentido capitalista y por lo que pervive en su interior representado en este caso en los conocimientos de cada actor presente y caminante en este escenario, cuyos orígenes económicos, culturales, sociales y comerciales están transversalizados por diversas formas de ser y estar en el mundo, mismas que no riñen allí, por el contrario ofrecen fuerza a su existir.

El Tejido, Como Consideraciones Finales

Tal inquietud subyace en la transición y/o transformación sucedida en los saberes propios a partir de lo dispuesto en el contexto neoliberal. Entendiendo que los saberes propios se movilizan permanentemente en las plazas de mercado, están presentes en los procesos de producción, cuidado y futura comercialización de un alimento, el saber está presente en la misma forma de comercialización, en la disposición que un vendedor tiene para su cliente. Los momentos dados en la expresión gestual y el lenguaje demarcan el diálogo con el otro; el ejemplo, la búsqueda de convencer al comprador y asesorar sobre el beneficio de determinado producto, marcan la intensidad del sentir y pensar de cada sujeto. Estas expresiones muestran la forma en que se vive y se habita un territorio. Demuestran que los saberes propios allí inmersos, son conocimientos, habilidades y creencias concebidas en la práctica social, cuyo origen fue heredado de los ancestros.

Pensar la plaza de mercado urbana como un territorio, que al recoger experiencias de vida cuyos orígenes han sido espacios ancestrales, permite el reconocimiento constante y mutuo de las experiencias de los sujetos participantes, para quienes el desarrollo de las experiencias investigativas caracterizadas por ser polifocales, posibilitó las diferentes miradas tanto de sí mismo como de su entorno, y así mismo dió paso al intercambio de conocimientos y formas de apreciar el mundo, reconociendo la existencia y su resignificación a través del diálogo constante.

Se encontró que inserto en la práctica dialógica, emerge la práctica social del intercambio de saberes, dado en el ejercicio comercial y la constitución de nuevas prácticas en la plaza de

mercado, marco físico en el que convergen diversidad de sujetos provenientes de diferentes regiones del país, caracterizado por amplias gamas de riqueza cultural, ancestral, en productos alimenticios y culturales; por tanto, se entiende la plaza como un espacio que contiene saberes y produce subjetividades.

De otra parte, las normas referentes al manejo de los productos de consumo humano están acordes a políticas de salud enfocadas a la protección y el bienestar del consumidor, son principios normalizadores que controlan al consumidor y al comerciante de acuerdo a un orden que no perjudique al mismo estado. En este orden de ideas, se observan diferentes normas de funcionamiento para las plazas de mercado y para los vendedores ambulantes, que obedecen a principios gubernamentales y en los que priman los sentidos capitalistas por encima de los intereses del sujeto y del comerciante presente en la plaza.

En la investigación se encontró entre otras cosas que los comerciantes han realizado su negocio a través de los años, bajo sus principios y el saber empírico adquirido en la experiencia. Ha sido la normatividad la que ha cambiado dichas prácticas. Esto ha perfeccionado en gran medida el comercio, el desarrollo económico e industrial dentro de la plaza, aumentando los ingresos de los comerciantes llamados mayoristas; sin embargo, se cierran las oportunidades de negocio para los pequeños comerciantes, quienes, al no cumplir con las normas impuestas, no pueden hacer parte de la dinámica comercial imperante en los espacios de la plaza de mercado.

En donde se reconoce que los saberes han sido el resultado de prácticas agrícolas que, a través de los años, dan un resultado favorable para los requerimientos de la producción económica propia de la comunidad, es decir, a unos marcos institucionales que orientan el desarrollo de diferentes prácticas, que, al ser parte de la vida cotidiana de los sujetos, van provocando los medios para el desarrollo de la economía campesina.

Las relaciones de poder en lo subalterno nos revelan otras opciones para la constitución de la realidad de los sujetos que confluyen en el espacio cotidiano de la plaza de mercado, donde día a día se entrelazan nuevas realidades que van colocando un punto de partida en el saber hacer, saber vender, saber comprar, saber negociar, saber cuidar, saber usar y en otros tantos saberes que cotidianamente se reformulan en estrategias que sostienen un negocio familiar o individual, con un fin popular que resguarde las costumbres y prácticas que vienen de tiempo atrás. Es en estas

relaciones intersubjetivas que se producen otras relaciones, otras formas de pensar y de vivir la plaza de mercado. Son estas las relaciones que reafirman el territorio comercial tradicional urbano como un productor de subjetividades. Son estas dinámicas las que seguramente obedecen a los marcos instituyentes, pero que albergan los sentires propios y las prácticas que obedecen a necesidades colectivas, las que reavivan constantemente los sentires latinoamericanos y el pulsante fluir del sur, que construye a la par del orden, una realidad subalternizada, que traduce, sincretiza y configura esas otras formas de ser y estar, pues finalmente lo otro en lo mismo es posible.

Referencias

ALVARADO, Sara; OSPINA-ALVARADO, María; GARCÍA, Claudia (2012). “Reflexiones sobre la construcción social del sujeto joven vinculado a experiencias de acción política en Colombia: acontecimientos, movilizaciones, poderes”. En: ECHANDÍA, Claudia P.; GÓMEZ, Álvaro D.; VOMMARO, Pablo (Orgs.). *Subjetividades políticas, desafíos y debates latinoamericanos*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, pp. 203-233.

ALVARADO, Sara; OSPINA-ALVARADO, María; GARCÍA, Claudia (2012). “La subjetividad política y la socialización política, desde las márgenes de la psicología política”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10 (1), pp. 235-256. Disponible en: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rldcs/v10n1/v10n1a15.pdf>>. Acceso en: 25 sep. 2019.

BAQUERO, Diana (2011). *Las plazas de mercado como catalizadores urbanos*. Tesis (Maestría en Diseño Urbano). Universidad Nacional de Colombia, Colombia. Disponible en: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/5212/#sthash.IjnuOQ2A.dpuf>>.

BARRERA, Tatiana; SANTOS, Alejandra (2008). *Entre góndolas y canastos, manual de identidad corporativa plaza de mercado las cruces*. Bogotá: Pontificia universidad javeriana, Facultad de comunicación y lenguaje - Comunicación social.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2010). “La analítica de la gubernamentalidad”. En: *Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre, pp. 17-52.

CERTEAU, Michel de (1990). *La invención de lo Cotidiano*. México: Universidad Iberoamericana.

DÍAZ, Álvaro (2004). Socialización política en la perspectiva educación/comunicación. *Revista Reflexión política*, 11, pp. 170-177.

FOUCAULT, Michel (2008). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Editorial Paidós. Argentina.

GALEANO, María (2004). *Estrategias de investigación social cualitativa: el giro de la mirada*. Medellín: Editores la carreta.

GHISO, Alfredo (2000). “Cuando el saber rompe el silencio: diálogo de saberes en los procesos de Educación popular”. *Revista la Piragua*, n. 4.

HALL, Stuart (1997). “El trabajo de la representación”. En: HALL, Stuart (Ed.). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage Publications.

HERNER, María (2009). “Territorio, desterritorialización y reterritorialización: un abordaje teórico desde la perspectiva de Deleuze y Guattari”. *Revista Huellas*, n. 13. pp. 158-171.

HERRERA, José & GARZÓN, Juan (2014). “Sujeto, subjetividad y ciencias sociales”. En: ALVARADO, Sara y OSPINA, Hector. *Socialización y configuración de subjetividades: Construcción social de niños y niñas y jóvenes*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. pp. 55-80.

LÓPEZ, Alfredo (2012). *Cosmovisión y pensamiento indígena*. Universidad nacional autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales. Consultado el 17 marzo 2016. Disponible en: <http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/495trabajo.pdf?PHPSESSID=ffc42510e755335c76404a255913b8ab>.

242

LORENZO BRITO, Zaylín. “Educación popular, cultura e identidad desde la perspectiva de Paulo Freire”. En: GODOTTI, Moacir; GOMEZ, Margarita V.; MAFRA, Jason; ALENCAR, Anderson F. (Orgs.). *Paulo Freire. Contribuciones para la pedagogía*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 29-45.

MANFRED, Lurker (1992). *El mensaje de los símbolos: mitos, culturas y religiones*. Barcelona: Herder.

MARTÍNEZ, Jorge (2014). *Subjetividad, biopolítica educación: una lectura desde el dispositivo*. Bogotá: Ediciones Unisalle.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael (2003). *Imperio*. Buenos Aires: Paidós

PERDOMO, María del Pilar (2002). *Socioconstrucción y cultura. relaciones, lenguaje y construcción cultural*. Disponible en: <https://bibliotecadigital.icesi.edu.co/.../Socioconstrucción_cultura_2>.

SANTOS, Boaventura de S. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce.

_____. (2010). *Refundación del estado en américa latina: perspectivas desde una epistemología del sur*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

SECRETARIA DE EDUCACIÓN DISTRITAL (2010). *Organización nacional indígena de Colombia (ONIC) Ruaanabú “cambio del mundo” Juaegue Mona “Nueva Era” Propuestas de líneas de acción para una política educativa con perspectiva étnica para la atención de la población indígena en Bogotá, D.C.* Bogotá: SED

TURNER, Víctor (1990). *La selva de los símbolos*. Madrid: Siglo XXI.

Anexos de investigación

- Gerónimo Valentín. En: entrevista número 1 Mex.20151001
- María Arguello. En: entrevista número 2 Zet. 20160326
- María Vargas. En: entrevista número 3 Bog.20160918

Abstract

This article presents a research based on the ecology of knowledge mediated by dialogue as a symbolic process in market squares, understood as spaces producing subjectivities constructed from intercultural relations in tension with institutional frameworks that generate subjectivities and other cultural dynamics. The market places preserve symbolic aspects that protect their own cultural wealth, which are evidenced by the experiences of the subjects present in these spaces. There, knowledge and customs are exchanged and there have also been forms of social interaction that obey another order, in this case the neoliberal model, which is constantly transformed into the generation of new forms of subjectivity production.

Keywords: Ecology of Knowledge; Personal Knowledge; Subjectivities; Political Socialization.

Resumo

Apresenta-se uma pesquisa baseada na ecologia do conhecimento, mediada pelo diálogo como um processo simbólico em praças de mercado, entendidos como espaços produtores de subjetividades construídas a partir de relações interculturais em tensão com marcos institucionais que geram subjetividades e outras dinâmicas culturais. Os mercados preservam aspectos simbólicos que protegem suas riquezas culturais, evidenciadas pelas experiências dos sujeitos presentes nesses espaços. Lá, o conhecimento e os costumes são trocados e também tem havido formas de interação social que obedecem a outra ordem, no caso o modelo neoliberal, que é constantemente transformado na geração de novas formas de produção de subjetividade.

Palavras-chave: Ecología del Conocimiento; Conocimiento Pessoal; Subjetividades; Socialización Política.

244

* Investigación realizada en el macroproyecto “tensiones entre marcos institucionales y prácticas sociales”: en el trabajo de investigación de línea Producción de subjetividades, esquizoanálisis y neoliberalismo: aproximación a las tensiones entre marcos institucionales y prácticas sociales en la línea de Socialización Política y producción de subjetividades, dirigida por el profesor Jorge Eliécer Martínez – Cohorte 39 Universidad Pedagógica Nacional-Fundación Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano - CINDE. Y la investigación “Experiencias juveniles y territorios de paz” financiada por la Vicerrectoría de investigación y transferencia de la Universidad De La Salle bajo el numero de aprobación N° 243283.

A sociologia brasileira e o debate sobre o “fim das classes”

Brazilian sociology and the debate about the “end of classes”

La sociología brasileña y el debate sobre el “fin de las clases”

Recebido em 30-05-2018
Modificado em 09-09-2018
Aceito para publicação em 27-03-2019

245

Breno Augusto de Oliveira Santos 

ORCID: 0000-0003-1672-441X

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), membro do Grupo de Estudos sobre Trabalho e Marxismo da UNICAMP e colaborador do grupo TESE - Trabalho, Economia, Sociedade e Ensino, do Instituto Federal de São Paulo (IFESP). E-mail: brenox4@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo indicar as influências das teses estadunidense e europeia que ampliaram/ou negaram o conceito de classes sociais de Karl Marx sobre a produção sociológica brasileira a partir dos anos 1980. Partindo da constatação de que as principais transformações ocorridas no âmbito da produção industrial e dos processos sociopolíticos na Europa, Estados Unidos e Japão – ou seja, a reestruturação produtiva, a crise do petróleo, a constituição do neoliberalismo, o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista do Leste Europeu – tiveram ressonância nos debates sociológicos de então e das décadas subsequentes, objetiva-se examinar o modo com que o conceito de *classe social* foi repensado, revisado e/ou redimensionado entre cientistas sociais brasileiros.

Palavra-chave: Marxismo; Classes Sociais; Reestruturação Produtiva.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O contexto internacional

Este artigo parte de uma questão em evidência na Europa e nos Estados Unidos a partir, sobretudo, da década de 1970, qual seja: a real relevância da categoria de *classes sociais* para a compreensão da realidade social. O corte temporal encontra justificativa nas importantes transformações socioeconômicas e políticas desse período, pois, se é verdade que já havia certa desconfiança com relação ao papel histórico da classe operária em décadas anteriores, é no contexto da reestruturação produtiva, da ascensão do ideário e políticas neoliberais e da queda do assim chamado *socialismo real* que a concepção de *classe* passou por um importante processo de revisão conceitual.

Foi entre os anos de 1970 e de 1980 que as noções de sociedade *pós-industrial, pós-materialista, de consumo ou informacional* ganharam destaque¹. Fundamentando-se na crítica ao paradigma produtivo, por exemplo, Daniel Bell (1977), André Gorz (1982), Alain Touraine (1989), Adam Shaff (1990), Claus Offe (1995) e Ulrich Beck (2011) diagnosticaram a necessidade de superação do conceito de *classe social* conforme formulado pela teoria marxista. Segundo esses autores, a *classe social* teria sofrido o impacto da fragmentação e da heterogeneização profissional, afetando diretamente a relação entre a *condição* de classe e a *ação* política coletiva.

No contexto de críticas à teoria marxista, a sociologia brasileira absorveu tanto as teses que fundamentaram a insuficiência do conceito de *classe social* como elemento explicativo da sociedade contemporânea, quanto as que, em sentido contrário, lançaram as bases para a ampliação de tal conceito. Assim, enquanto, de um lado, dava-se "adeus à classe trabalhadora", procurava-se, por outro, aprimorar o conceito, elaborando-o não apenas em pressupostos econômicos, mas também em uma perspectiva de conteúdo cultural, político e ideológico.

Face às transformações sociais vivenciadas pelos países de economia avançada, autores como Bell, Offe, Gorz, Touraine, Shaff e Ulrich Beck, apontaram a insuficiência do modelo de uma sociedade dividida em classes sociais, isto é, pautada no antagonismo burguesia *versus* proletariado, como fundamento das sociedades contemporâneas. Segundo Claus Offe (1995), a sociedade centrada na categoria *trabalho*, movida por sua racionalidade

¹ Para Kumar (2006), Freire (2001) e Kovács (2002) entre as principais teses que desenvolveram concepções sobre a sociedade “pós-industrial”, destacam-se: Bell com a publicação da obra *O advento da sociedade pós-industrial*, de 1977, a de Peter Drucker *Uma Era da Descontinuidade*, de 1974, a de Alvin Toffler *O choque do futuro*, de 1973, e a de Yoneji Masuda *Sociedade de informação como sociedade pós-industrial*, de 1982.

e abalada pelos conflitos trabalhistas, teria sido o foco da produção teórica de Marx, Weber e Durkheim. No entanto, as transformações estruturais ocorridas nos anos 1970 teriam tornado a categoria *classe social* insuficiente para entender sociedades tão heterogêneas como as atuais. A *sociedade industrial*, para Offe, estaria ultrapassada e “[...] a consciência social não deve[ria] mais ser reconstruída como consciência de classe”. A “cultura cognitiva” não estaria mais relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e os problemas centrais dessa sociedade não poderiam mais ser respondidos “com base na escassez e na produção de mercadorias”. Seria necessário, então, “um sistema conceitual que ajuda[sse] a planejar detalhadamente as áreas da realidade social não inteiramente determinadas pelas esferas do trabalho e da produção” (OFFE, 1995, p. 194).

Para André Gorz (1982), com as mudanças proporcionadas pela reestruturação produtiva, a classe operária tenderia ao desaparecimento. Em lugar do trabalhador coletivo produtivo nasceria “uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação” (GORZ, 1982, p. 87). De acordo com Gorz, as transformações que ocorriam na sociedade não poderiam ser atribuídas apenas às mudanças tecnológicas, mas também ao desenvolvimento da racionalidade econômica, à heterogeneidade profissional e à incapacidade de gestão da classe operária para superar o capitalismo.

Em sentido semelhante, Adam Shaff (1990) afirmava que a substituição gradual da força de trabalho humana pela tecnologia de automatização, suscitada pelo desenvolvimento industrial, levaria ao desaparecimento da “classe trabalhadora”, modificando, assim, estruturalmente a ideia que possuímos da realidade social. A sociedade informatizada substituiria gradativamente a sociedade industrial e, por isso, os prognósticos na estrutura de classes dessa nova sociedade dependeriam de uma análise do futuro do trabalho assalariado e das possíveis e diversas formas de ocupação.

Tanto para André Gorz como para Adam Shaff, as mudanças na estrutura social não implicariam somente o desaparecimento da classe operária, mas haveria também, uma profunda metamorfose das relações sociais, políticas e culturais. Concomitantemente, com o desaparecimento do protagonismo operário na cena política, desapareceria o protagonismo dos movimentos sociais clássicos (movimento operário, sindicatos e partidos), os quais, segundo Touraine (1989), seriam substituídos por novos movimentos sociais (movimento de defesa do meio ambiente, LGBT, feminismo, entre outros).

De acordo com Touraine, a sociedade avançava para uma realidade pós-industrial, ou seja, para uma sociedade de massas, em que “os conflitos de classes não representa[riam] mais os instrumentos de mudanças históricas” (TOURAINE, 1989 p. 15). A perda do protagonismo operário e a presença dos novos movimentos sociais levaram Touraine e outros pensadores a considerarem que a capacidade explicativa do conceito de classe social estaria esgotada, abrindo o caminho para as teses do pós-industrialismo (FREIRE, 2001).

As teses que apontaram para o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial pautavam-se na ideia de que estava em curso uma transição da sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, resultante de uma revolução, denominada por Daniel Bell (1977), como a “Revolução dos Serviços”. De acordo com Bell, a sociedade pós-industrial tinha como base os “serviços”, o que implicaria a diminuição da classe de operários manuais e não qualificados. Essa nova sociedade seria caracterizada pela passagem de uma economia fundada na produção de bens para uma economia em que a prestação de serviços ganharia espaço produtivo, substituindo, assim, a sociedade anterior. Para esse autor, o advento da sociedade pós-industrial redundaria na inexpressividade crescente da classe operária e, por conseguinte, da categoria trabalho. Outrossim, o conceito de *classes sociais* deixaria de ser central para a sociedade contemporânea.

Do mesmo modo, Ulrich Beck (2011) indicou que o modelo teórico, baseado em noções como classes sociais e sociedade industrial, tornava-se também insuficiente para os novos desafios que se apresentam para a sociedade de nossos tempos, ou seja, os riscos ambientais, químicos, nucleares, genéticos e econômicos afetariam significamente a “vida pessoal” e, dessa forma, seria necessária uma abordagem ampla para compreender esses desafios. Além disso, a estrutura de classes, indicada por Marx e Weber, modificou-se na segunda metade do século XX, com a elevação da renda, expansão do sistema educacional, melhoria no padrão de vida e a heterogeneização profissional, acentuando um processo de individualização. De acordo com o autor, as condições atuais dos trabalhadores encontram-se diferentes daquelas que o próprio Marx tratava no século XIX, resultado de um processo de luta por direitos trabalhistas e a presença de um Estado de Bem-Estar Social. Dessa forma, esse mesmo Estado de Bem-Estar promoveu uma “*individualização* das classes sociais” (2011, p. 122)², mas que não suprimiu as desigualdades indicadas pelo pensador alemão. Assim, Beck afirma que:

² O grifo é do autor.

Aquilo que, ontem como hoje, individualizou as classes pode converter-se ainda, amanhã ou depois de amanhã, sob outras condições – talvez a radicalização das desigualdades (desemprego massivo, ganhos desproporcionais dos empregadores com a automação) – em “processos de formação de classes” com um novo formato, que pressupunham a individualização já alcançada, mas que já não sejam compreensíveis em termos tradicionais (2011, p. 125).

De outro modo, Pierre Bourdieu (1989, 2003, 2007) desenvolveu tese crítica em relação ao conceito de classes sociais tratado pelo marxismo. O autor baseava-se no pressuposto de que o conceito de classe social marxista tinha uma base *economicista*, sobretudo, porque predominava entre uma concepção de classe fundamentalmente colocada em uma posição estrutural (WACQUANT, 2013). Para Bourdieu, contrariamente, as classes sociais seriam constructos teóricos que procuram identificar as ações entre os agentes, em especial em relação ao capital econômico e cultural que possuem (SALLUM Jr., 2005). De acordo com Bourdieu, a classe não poderia ser definida pela propriedade ou por uma cadeia de propriedades determinada pela posição nas relações de produção, mas pela “[...] estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que conferem seu valor próprio e seus efeitos sobre as práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 101). Ao contrário do determinismo econômico, presente no marxismo ortodoxo, seria a dimensão cultural que passaria a ser a parte essencial nas relações entre as classes sociais, tal como o capital cultural e o “habitus”³. Para Bourdieu (2003), os conceitos de *capital cultural* e *habitus* possibilitariam superar a análise marxista das classes sociais, a qual se assenta, segundo ele, apenas em dados empíricos e nas relações de produção. Lograva-se, assim, ultrapassar seus limites, “(...) que só conhece a economia no sentido restrito da economia capitalista e que explica tudo pela economia assim definida” (BOURDIEU, 2003, p. 29).

Em contrapartida, Nicos Poulantzas (1975) e Erik Olin Wright (1979) produziram teses que contribuíram para a ampliação do conceito marxista de classes sociais. Wright indicou as possibilidades e, ao mesmo tempo, a incompletude da teoria das classes sociais de Marx para a compreensão da sociedade contemporânea e, nesse sentido, complementou sua interpretação com a teoria da estratificação social de Max Weber (QUEIROZ, 2005). Por seu turno, Poulantzas (1975) abriu novos caminhos para a compreensão e posicionamento das classes sociais, identificando os indivíduos em relação às suas profissões dentro da estrutura

³ Segundo Sallum Jr. (2005, p. 28), o *habitus*, é “um conjunto de disposições de conduta de cada classe em relação às outras, que resulta da incorporação por seus agentes das percepções que têm sobre sua posição relativa no conjunto das relações de classe”.

de classes⁴. Em sua definição, a sociedade dividida em classes sociais estaria dividida em burguesia e proletariado, aos quais, com as novas profissões, se juntaria à nova pequena burguesia. Wright (1979), por sua vez, considerou que as novas profissões criadas na sociedade contemporânea não indicavam posições definidas de classes, mas antes “situações contraditórias de classe”. Sua contribuição partilha dos conceitos de “exploração” e “classes sociais” de Marx, somado ao papel concorrencial de Max Weber para analisar as novas categorias socioprofissionais (ESTANQUE, 2012)⁵. Segundo Wright, as situações de classe podem ser consideradas entre: aqueles que exploram (burguesia), os explorados (proletariado) e aqueles que se encontram entre as duas situações – exploram e ao mesmo tempo são explorados⁶.

Concomitantemente, o historiador inglês, E. P. Thompson (1987) contribuiu, do mesmo modo, para ampliar o conceito marxista de *classes*, a partir de conceitos como *experiência* e *formação*⁷. Segundo o autor, a configuração das classes sociais não poderia ser vista apenas a partir da estrutura social, mas antes como processos históricos e práticas sociais nos contextos culturais de classe, de sociabilidade, experiências e lutas vividas. Nesse sentido, para Thompson, haveria um conjunto de variantes sociais que contribuiriam para a formação da classe, sobretudo quando analisado no contexto do trabalho e em suas formas de resistência, aspectos estes que, por sua vez, seriam decisivos na formação da classe e de sua consciência (SILVA, 2009). O conceito de “formação”, para o autor, seria o fazer-se da classe, não somente como um fato tanto da economia, mas também da política e da cultura. A classe, então, “[...] acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra

250

⁴ Para Poulantzas (1975), as classes sociais são grupos de agentes sociais, homens definidos sobretudo, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica. Assim, as classes podem ser definidas com base nos seguintes critérios: econômico, político e ideológico.

⁵ Wright (1979) promoveu uma análise crítica em relação às teses de Poulantzas e o fez em torno de três questões: a arbitrariedade de Poulantzas em relação ao que seria trabalho produtivo e improdutivo, a utilização de critérios políticos e ideológicos para definir a posição na estrutura de classes e a inadequação da concepção de propriedade econômica e de posse em relação à nova realidade do desenvolvimento capitalista (QUEIROZ, 2005).

⁶ Para Wright (1979), há profissões em que os agentes exploram e ao mesmo tempo são explorados, como os chefes, gerentes, gestores e técnicos qualificados.

⁷ A noção de experiência em Thompson é definida a partir dos processos de lutas, ou seja, quando os homens vivem sua própria história. A experiência (que é individual) e a experiência de classe (que é coletiva) estariam numa relação constante. Assim, para Thompson, não existe a separação da experiência individual e coletiva, pois a experiência sempre acontece em relação a algo, estabelecendo os meios e os intercâmbios entre os sujeitos históricos reais. Dessa forma, a experiência é como uma resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. Essa resposta mental e emocional está ligada como experiência a um termo mediático e esse termo é a cultura e, é a partir dela que se desenvolve a consciência moral e afetiva, pois é através da cultura que se detém as normas e as convicções (VITORINO, 1998).

outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (THOMPSON, 1987, p. 10). A classe, desse ponto de vista, deve ser entendida em sua *formação social e cultural*, determinada a partir de processos que podem ser estudados em contextos históricos específicos. Segundo Thompson, o conceito de classe é definido como:

[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 09).

Thompson, que contribuiu de forma significativa para os estudos sobre as lutas populares, suas experiências e formação de classe, ressignificou as novas formas de luta política, em especial ao que se refere aos movimentos sociais. De acordo com Klaus Eder (2002), sua principal contribuição foi construir a noção de “autoconstrução de classe”; porém reduzia a classe em representações coletivas, perdendo, dessa forma, seu caráter estrutural. Para Eder, o discurso sobre a crise da noção de classe e de seu papel na luta política na sociedade “moderna” conduziu às interpretações sobre o fim da política de classes, ou seja, um “argumento de que as classes não são mais (se é que foram algum dia) atores políticos, mas também de que as classes desapareceram como um princípio organizador da vida estrutural” (2002, p. 300). Esse argumento, de acordo o autor, foi para provar que viveríamos numa sociedade sem classes. Portanto, haveria uma produção de um certo discurso, crítico ao modelo tradicional de classes, desconsiderando sua importância conceitual e sua ligação com as novas formas de ação coletiva.

Em vista disso, embora o breve esboço realizado acima não esgote o debate, ele dimensiona, em alguma medida, as consequências de seu desdobramento para a teoria social – consequências estas sentidas ainda hoje. Face a isso, procura-se avaliar a recepção e o posicionamento da sociologia brasileira frente a esse debate, condicionado, em grande parte, a uma realidade sócio-histórica distinta da brasileira do início da década de 1980, momento em que o conceito de classe social começa a ser questionado no Brasil.

O debate sobre as classes sociais no Brasil

A década de 1980 foi um período politicamente intenso para a sociedade brasileira, na medida em que se apresentou como momento de transição política depois de quase duas

décadas de controle autoritário do Estado brasileiro pelos militares e, também, de crescimento das formas de contestações sociais de orientação nacional popular (SANTANA, 2007).

Desde o fim da década de 1970, o movimento operário e sindical brasileiro experimentou um momento marcante para a sua história com as greves no ABC paulista, tornando-se o protagonista político do Brasil, cuja ação se desenrolava no maior ciclo grevista do mundo (SOUZA; TRÓPIA, 2012). Enquanto o processo de reestruturação produtiva nos Estados Unidos e na Europa Ocidental teve forte impacto nas organizações dos trabalhadores, provocando a redução do número de greves e dos índices de sindicalização, o cenário brasileiro apresentou-se diverso, sobretudo se considerarmos acontecimentos como o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da CONCLAT, futura CGT, e do Partido dos Trabalhadores (PT), colaborando, por exemplo, para o aumento significativo do índice de sindicalização e do movimento grevista na década de 1980 (ANTUNES, 2008; AMORIM, 2012). Segundo Bertoncelo, a “[...] formação das centrais sindicais refletiu o maior espaço do sindicalismo e dos trabalhadores na cena pública e lhes proporcionou maior capacidade organizativa” (BERTONCELO, 2007, p. 73).

Contudo, foi nesse período de protagonismo da classe operária e dos movimentos sociais organizados e vinculados à classe trabalhadora que o conceito de *novos movimentos sociais* passou a ser incorporado à teoria social brasileira. Nesse ínterim, a tese que estruturara a ideia de classes fundamentais (*burguesia versus proletariado*) acabou por ser substituída pelas teses dos *novos sujeitos* que constituiriam as classes populares. Segundo Sader (1988), os novos sujeitos seriam reconhecidos numa nova configuração, não como classe operária, mas como classes populares, cujas lutas não se encontrariam no âmbito das relações de trabalho, mas nas relações do cotidiano para além da produção e circulação de mercadorias.

Ele articula que os *novos sujeitos* (presentes nos movimentos sociais) expressariam sua coletividade e identidade e, ao mesmo tempo, seus interesses e lutas em lugares políticos novos, a partir da experiência do cotidiano e numa nova prática, baseada na criação de direitos e consciência de interesses coletivos.

Foi no contexto sociopolítico da década de 1980, de acordo Sader e Paoli (1986), que ocorreu uma mudança significativa entre as análises sobre as classes: ao invés do uso rigoroso desse conceito, o termo “classes populares” passou a ser utilizado pela teoria social brasileira, pois a ideia que cerca os estudos sobre os movimentos sociais apontaria mais para a heterogeneidade do que para a homogeneidade, ao contrário das análises tradicionais sobre classe social. Segundo os autores, “[...] os pesquisadores dos anos 80 estariam construindo

uma imagem de classe múltipla e diferenciada que, no entanto, se articularia através da noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único” (SADER; PAOLI, 1986, p. 61).

As perspectivas analíticas daquele contexto tenderam, por um lado, a ampliar o protagonismo de classe, para além do operariado, mas, por outro, a produzir críticas à teoria marxista, especialmente, ao marxismo ortodoxo. Sendo assim, alguns autores sugeriram que o modelo clássico em Marx não era mais suficiente para explicar a sociedade e os movimentos sociais clássicos (Partidos e Sindicatos) estariam com sua linguagem defasada e, ainda, que sua ação política não representaria mais os anseios sociais, cujo papel agora passaria a ser representado pelos “novos movimentos sociais” (CITTADINO, 1988). Para Cittadino, a matriz marxista apresentava-se insuficiente para se pensar a ação política daquela década, haja vista que vinculava todas as esferas da sociedade à economia. Segundo a autora:

Com efeito, no marxismo, a economia, enquanto sistema de relações abstratas e quantificáveis que, a partir de um determinado tipo de apropriação de recursos produtivos, determina a troca e a repartição de valores, passa a ser erigida em sistema autônomo cujo funcionamento é regido por leis próprias, independentes de outras relações sociais (1988, p. 55).

253

Para a autora, o marxismo ortodoxo (economicista) era incapaz de interpretar a ação política e autônoma dos “novos movimentos sociais”, o que a tornou incompatível para compreender a sociedade contemporânea, pois a interpretação marxista decorreria da ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas se transformaria em motor da história, como um “devir” do processo real sócio-histórico e, determinada em última instância, pela economia. Crítica, portanto, endereçada ao determinismo econômico de parte do marxismo.

Todavia, foi nesse contexto que as teses de E. P. Thompson foram acolhidas com grande atenção pela teoria social brasileira. Por exemplo, o conceito de *experiência* de Thompson parece integrar em parte as teses sobre os movimentos sociais (SADER, 1988; MARTINS, 1989) e de estudos sobre a classe trabalhadora (GUIMARÃES e CASTRO, 1988; LARA e ARAÚJO, 1987; GUIMARÃES, 1987; LOBO, 1989).

Diversos artigos produzidos na década de 1980, não somente pela História ou pela Sociologia, mas também por outros campos das ciências humanas brasileiras, assimilararam os conceitos thompsonianos, procurando, por um lado, ampliar o conceito de *classes sociais* e, por outro, indicar a necessidade de substituição do protagonismo da classe operária pelo protagonismo dos *novos atores sociais* por meio, sobretudo, do conceito de *experiência popular*. Além de conceitos thompsonianos, outros autores foram incorporados pela

sociologia brasileira para interpretar os movimentos sociais daquele contexto, tais como Jürgen Habermas, Claus Offe, Alain Touraine, Manuel Castells, entre outros, cujas teorias procuraram relativizar o conceito de classes sociais ao enfatizarem o surgimento e a importância do fenômeno dos *novos movimentos* e/ou *atores sociais*. Manuel Castells, por meio das noções de espaço urbano e heterogeneidade das classes sociais, foi um autor cujas ideias tiveram forte influência no Brasil naquela década e serviram como base teórica para as teses dos movimentos sociais urbanos, assentadas nas contradições citadinas e relacionadas às lutas pela distribuição de bens coletivos.

A partir dessa base teórica, buscava-se compreender os movimentos sociais não mais em torno da luta de classes, mas somente na dimensão das relações políticos-institucionais. Compreende-se, dessa forma, que os movimentos sociais seriam compostos por um conjunto de “atores sociais” com origens e práticas políticas diferenciadas (JACOBI, 1989). De acordo com Jacobi, os “atores” seriam portadores de ação coletiva e se estruturam a partir de relações constitutivas no caráter sociopolítico configurado pela referência estatal, ou seja, em relação com outros atores sociais e condições de vida.

Assim, os movimentos sociais que seriam constituídos pelas chamadas “*classes populares*” e com sua característica interclassista contribuiriam para o processo de democratização. Esses movimentos foram compostos por “atores sociais” de diversas categorias, destacam-se pelas origens e práticas políticas diferenciadas e concepções distintas. Esses movimentos, segundo Jacobi (1988), funcionariam como vetores de ampliação das relações democráticas, já que o “Estado neutro” e “acima das classes” funcionaria como um filtro de seleção, em que as diferentes demandas sociais seriam aceitas ou negadas. Ao demonstrar a capacidade de atender as demandas sociais, o Estado tornar-se-ia, assim, um “eficiente administrador”⁸.

Dessa forma, a articulação entre as experiências de ação coletiva da sociedade civil, organizadas em movimentos urbanos, substitui a ação coletiva representada pela classe operária, sindicatos e partidos, agora representada pelos “novos movimentos sociais”, cujo processo de formação coletiva e de identidade se volta para a dimensão do cotidiano,

⁸ Nessa perspectiva, Jacobi busca a referência teórica de Manuel Castells, particularmente a obra *The Grassrootsand City*, publicada em 1983, a qual afirmaria que o movimento organizado na Espanha seria entendido como um resultado da lógica do próprio desenvolvimento urbano. Segundo Jacobi, a participação dos cidadãos espanhóis na transição do regime franquista, em que a ação política da sociedade civil organizada abriu a possibilidade de se pensar a transformação social via organização da sociedade civil. Nessa perspectiva, são os próprios movimentos sociais que se articulam e provocam impactos significativos nas lógicas de produção do espaço da cidade.

especificamente no local de moradia. A classe social, portanto, “não aparece explicitamente como um fator de aglutinação dos movimentos em termos de sua expressão política” (1988, p. 300), mas pela manifestação que “se concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos que, relacionada diretamente à ampliação do espaço da cidadania, dá lugar ao reconhecimento público de suas carências” (1988, p. 309).

Essa noção de um espaço de luta pela cidadania, organizada pelas “classes populares” ou “classes subalternas”, apresenta-se como uma nova forma reivindicatória e organizativa da sociedade civil. Segundo Nunes e Jacobi (1983), os movimentos sociais são o “querer” das “classes populares” e, ao mesmo tempo, viabilizam a produção das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista. Para Jacobi e Nunes, se analisarmos o surgimento dos primeiros movimentos e suas experiências institucionais, tais como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e os movimentos de bairros, percebe-se que esses movimentos se apresentavam com uma nítida composição policlassista e, a partir dessas experiências, poderíamos pensar nas alternativas para uma democracia representativa⁹.

Em contrapartida, Silva e Ziccardi (1983), também referenciando a sociologia urbana de Castells, apontam que as lutas dos movimentos sociais, além de se caracterizarem como lutas de classes, ligam-se também de forma estreita aos problemas urbanos, ou seja, ambas as esferas se fundem por contradições urbanas. Tais contradições assentam-se em: 1) a organização social do espaço; e 2) a produção, distribuição e gestão dos meios de consumos coletivos, transporte, saúde e educação. Para os autores, a reivindicação seria somente um indicador de necessidades sociais historicamente determinadas.

Dessa forma, se por um lado, as pesquisas sobre os movimentos sociais procuraram suprimir a teoria da *luta de classes* em Marx em lutas pela cidadania, por outro, procurava-se indicar as reivindicações históricas da classe trabalhadora, ampliando-se a luta de classes a partir das contradições existentes. Coraggio (1989) esclarece que a abordagem dada aos movimentos sociais na década de 1980, em relação a determinadas pesquisas, indicavam que as lutas dos movimentos sociais se assentavam a partir das relações entre Estado e governo como principais meios de mudanças sociais, ou seja, como lugar a partir do qual também se gestam as políticas que atingem estruturalmente a sociedade. Por essa lógica, as pesquisas se orientariam para os atores que participaram diretamente do processo de decisões estatais e, dessa maneira, as classes sociais e as identidades populares que, no primeiro momento, eram

⁹ Essa análise parte da obra de Manuel Castells, Cidade, democracia e socialismo, publicada em 1980 pela editora Paz e Terra e a obra de Noberto Bobbio, O marxismo e o Estado, publicada em 1979 pela editora Graal.

vistas como um pano de fundo para a atuação dos que constituíam a cidade, passam, no segundo momento, a se constituírem como os principais protagonistas.

De acordo com Gohn (1988), os estudos sobre os movimentos urbanos no Brasil foram elaborados a partir das análises europeia e estadunidense. As produções acadêmicas publicadas na década de 1980 apropriaram-se desses referenciais teóricos em que as realidades analisadas por autores europeus e estadunidenses diferenciavam-se da realidade histórica do Brasil, tornando-as assim inadequadas para apreender a especificidade do contexto tratado. No entanto, essas referências teóricas foram dominantes na produção da primeira metade da década de 1980 no Brasil. Ainda segundo a autora, as principais teorias compostas nessas análises são: “a teoria da ação coletiva”, “do individualismo metodológico” e as “teorias institucionais”, de inspiração norte-americana. Para Gohn, a luta desses “novos movimentos sociais” faz parte de lutas populares que se delinearam em termos de força social na relação com o Estado, proporcionando novos projetos, formando “novos sujeitos históricos” e que se constituíram, nesse sentido, na conjuntura da luta de classes.

Por isso, segundo Uclés (1989), deve-se evitar a denominação de “*novos movimentos sociais*”, pois muitos dos movimentos, como os da América Latina, sejam os mais antigos ou mesmo os mais recentes, estavam associados às transformações sociais e, em larga escala, potencializavam a própria transformação estrutural. O que ocorre é que teorias europeias, como a de Touraine a respeito do “novo”, estabelecem uma diferença entre movimentos sociais e movimentos históricos; no caso deste último, há movimentos que surgem e lutam em torno das mudanças globais da sociedade em uma relação de conflito com as classes dirigentes. Em contrapartida, os “*novos movimentos sociais*” se organizam com o objetivo de lutarem contra a desestruturação e a segregação da “comunidade”, a enfrentar diretamente o Estado.

Entende-se que, para Touraine, ao contrário do século XIX, no qual a consciência e as lutas sociais expressavam as contradições de uma sociedade dilacerada pelos conflitos restritos às relações de produção, o socialismo se apresentava como projeto para a superação dessa opressão, seria no século XX que o campo da cultura proporcionaria a formação das principais contestações, em que os “novos” projetos são de uma sociedade que se responsabiliza por si mesma (SCHERER-WARREN, 1983). É nesta via que se apresenta a diferença entre os movimentos sociais clássicos e os “*novos movimentos sociais*”, pois as formas de organização destes últimos são menos centralizadoras, como as de um partido de vanguarda, e invocam sempre a participação democrática. Desta forma, Touraine afirma que:

“hoje como ontem os homens fazem sua história, mas agora sabem que a fazem” (*apud* SCHERER-WARREN, 1983, p. 56).

A categoria de “novos” e “tradicionais”, de acordo Uclés (1989), proporcionaria mais obscuridade do que clareza para as análises sobre os movimentos sociais. Qualquer movimento social de caráter estrutural deve ser observado em relação à existência e à vigência do projeto socialista em cada caso concreto, e o caráter de classe dos movimentos históricos remete sempre para as classes fundamentais de toda formação capitalista, ainda que a classe portadora do projeto de transformação socialista não se reduza ao proletariado industrial, hoje sujeito a profundas transformações. Uclés indica que, na maioria das lutas dos movimentos sociais na América Latina, seja movimentos tradicionais ou “novos” estão associados à democratização e/ou transformações sociais e que podem ser relacionados a processos estruturais de larga duração. Nesse sentido, comprehende-se que as lutas dos movimentos tradicionais ou “novos” fazem parte da luta de classes – sejam elas estruturais (entre as classes antagônicas) sejam elas de cunho conjuntural (os que lutam contra a desestruturação e segregação da comunidade) – e que enfrentam diretamente o Estado. Assim, dever-se-ia diferenciar “os processos de constituição dos movimentos sociais de índole estrutural e os movimentos sociais de índole conjuntural, pois obedecem ambos a dinâmicas diferentes ainda que vinculadas” (1989, p.79). Nessa perspectiva, destacam-se dois campos nas análises sobre os movimentos sociais e que se colocam em posições distintas: 1 – os que procuraram entender essa composição de caráter histórico (estrutural), a partir de uma análise de classe; e 2 – os que procuraram compreender movimentos (de caráter conjuntural) negando a própria existência das classes sociais¹⁰. O debate em torno da composição dos movimentos sociais como organizações classistas ou não classistas permeava os debates analíticos daquele momento. Assim, Uclés (1989, p. 77) afirmava que:

257

Defendemos que, sem querer reduzir a composição social dos movimentos sociais, especialmente os conjunturais de surgimento recente, a uma classe determinada (o que está de fora de toda lógica), ou querer obrigar sua posição política ou ideológica a uma determinada opção, termos como *popular* ou *policlassista* devem ser utilizados com precisão, e que esta análise deve ser feita inserindo-a na estrutura de classes de cada formação social apesar dos obstáculos implícitos (Grifo nosso).

¹⁰ Uma das críticas mais contundentes em relação à noção de “novo” foi de Nicos Poulantzas. Em sua última entrevista, o autor dizia que a contradição de Touraine está simplesmente em introduzir a oposição entre contradições de classe e movimentos sociais e desconsiderar que estão organicamente ligados às contradições de reprodução do capital (SILVA, 1983).

Entende-se, portanto, que na década de 1980 ocorreu nas Ciências Sociais brasileiras um revisionismo em torno do conceito de classes sociais opondo-se, principalmente, ao modelo teórico do marxismo-leninismo. Dessa forma, comprehende-se, também, o movimento de mudança teórica em relação às abordagens sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, pois os trabalhos intelectuais, sobretudo relacionados ao CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), procuravam inovar suas pesquisas em torno das organizações populares – movimentos sociais – buscando dar ênfase à cultura e ao saber popular ao invés da abordagem clássica do marxismo ortodoxo da luta de classes e opondo-se, dessa forma, “ao modelo de vanguarda iluminada (...)” (PERRUSO, 2008, p. 59).

Destarte, foi nesse período que os trabalhos sociológicos procuravam dar uma “nova” significação às lutas sociais e rompendo, concomitantemente, com a tradição sociológica baseada no modelo clássico de classes sociais. Se a tradição sociológica brasileira procurou caracterizar “o povo”, seja de forma negativa – sendo a diversidade um problema significativo – e de forma positiva a ideia de homogeneidade de classe, os revisionistas procuraram enfatizar a forma positiva da heterogeneidade das classes já que a homogeneidade, vista como positiva, partia de modelos eurocêntricos, especificamente do marxismo ortodoxo (PERRUSO, 2008)¹¹.

Assim, o revisionismo sociológico buscou nos *novos sujeitos*, um novo significado das lutas sociais, num contexto marcado pela repressão aos grupos armados, intelectuais e trabalhadores em luta contra a Ditadura Militar. Com o protagonismo do movimento operário do ABC paulista no final da década de 1970 e o surgimento dos movimentos sociais na década subsequente, cujas lutas foram significativas naquele contexto, impulsionou-se a produção acadêmica não somente para a crítica à sociologia tradicional, mas à concepção de classes e a luta de classes do marxismo ortodoxo do Partido Comunista. Dessa forma, foi com

258

¹¹ Essa revisão crítica ao modelo teórico tradicional não ficou restrita apenas aos cientistas sociais da década de 1980. Nas décadas subsequentes, em resposta às teses europeias e estadunidenses, cientistas sociais abordavam sobre a centralidade do trabalho e, consequentemente, a produção crítica sobre o fim das classes, como a obra de Antunes (2008) e a de Amorim (2006). Além disso, com os debates sobre a emergência da “nova classe média” no Brasil, autores como Jessé de Souza enfrentaram os problemas que o conceito de classes sociais carregaria em si, seja o economicismo ou o modelo tradicional do marxismo ortodoxo. Souza (2010), dialogando com Max Weber, Pierre Bourdieu, Richard Senneth e Bernard Lahire, procurou ampliar a noção de classe a partir da noção de cultura, e sua composição a partir de aportes educacionais e ideológicos. De acordo com o autor, o “marxismo enrijecido não percebe também as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano mais importante e decisivo ainda, a uma “consciência de classe” que seria produto desse lugar econômico” (2010, p.22). Para Souza, tanto o economicismo liberal, quanto o marxismo tradicional reduzem as classes sociais no campo da economia. Dessa maneira, sua pesquisa de campo resultou na incorporação da noção de “Batalhadores”, ou seja, todos os ex-trabalhadores rurais, do comércio e da indústria que se tornaram pequenos empreendedores urbanos ou do campo, mas que, em geral, precarizados. Um balanço bibliográfico mais recente sobre a noção de classes foi realizado por Maciel (2014).

o protagonismo operário e com o surgimento dos “movimentos populares” que a produção teórica das Ciências Sociais romperia com a tradição anterior. De acordo com Paoli, Sader e Telles:

Apoiados nos novos movimentos sociais, toda uma produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade (PAOLI; SADER; TELLES, 1984, p. 130) (Grifo nosso).

Em suma, a teoria dos *novos movimentos sociais*, em voga naquele contexto, indicava a insuficiência do modelo sociológico que partia do antagonismo de classe – burguesia e o proletariado – substituindo a luta de classes para a dimensão de cidadania. Por outro lado, categorias como *experiência* e *formação* presentes nas obras de E. P. Thompson foram difundidas nas Ciências Sociais brasileiras ampliando a noção de classe e a luta de classes para a dimensão cultural. O que se observou, portanto, foi que os intelectuais dos anos de 1980 procuravam se aproximar das lutas sociais e, concomitantemente, se afastar de modelos tradicionais do marxismo, seja para negá-los ou ampliá-los. Em vista disso, o caminho trilhado pelos cientistas sociais brasileiros não foi de abandonar as ideias de Marx, mas reinterpretá-las para além do Partido Comunista e colocá-las em diálogo com outras correntes de pensamento. Trata-se, sobretudo, de uma renovação das Ciências Sociais no que se refere às pesquisas sobre as classes sociais.

259

Referências

- AMORIM, Henrique (2012). “O fim das classes sociais na teoria social brasileira”. In: SILVA, Josué Pereira da (Orgs.). *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: Annblume, pp. 273-298.
- _____. (2006). *Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. 1. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade Estadual de Caxias do Sul, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (2008). *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.
- BECK, Ulrich (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- BELL, Daniel (1977). *O Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix.

BERTONCELO, Edison (2007). *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP.

BOURDIEU, Pierre (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

_____. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Edições, Sociedade Unipessoal, LDA.

_____. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL.

CITTADINO, Gisele (1988). “Movimentos sociais urbanos - crise política e democratização”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 50-63.

CORAGGIO, José Luis (1989). “Pesquisa urbana e projeto popular”. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, SP, n. 26, pp. 22-39.

EDER, Klaus (2002). *A nova política de classes*. Bauru, SP: EDUSC.

ESTANQUE, Alílio (2012). *A classe média: ascensão e declínio*. Lisboa: FFMS.

FREIRE, João (2001). *Sociologia do trabalho: uma introdução*. Porto: Ed. Afrontamentos.

GOHN, Maria da Glória M. (1988). “Luta pela moradia popular em São Paulo: movimentos de moradia”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 311-333.

GORZ, André (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense. 260

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo; CASTRO, Nadya Araújo (1988). “Espaços regionais de construção de identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós 77”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 13-49.

_____. (1987). “Estrutura e formação de classes sociais na Bahia”. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, SP, n.18, pp. 57-69.

JACOBI, Pedro Roberto (1988). “Movimentos sociais e estado: efeitos políticos institucionais da ação coletiva”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 290-310.

_____. (1989). “Atores sociais e Estado”. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, SP, n. 26, pp. 10-21.

KOVÁCS, Ilona (2002). *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*. Oreiras: Editora Celta.

KUMAR, Krishan (2006). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LARA, Alcina Maria de; ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de (1987). “As greves e a questão social na Primeira República paranaense”. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, SP, n.1, pp.109-125.

LOBO, Elisabeth Souza (1989). “Experiências de mulheres. Destinos e gênero”. *Tempo Social - Revista de Sociologia*, São Paulo, vol.1, n.1, pp.169-182.

MACIEL, Fabrício Barbosa (2014). *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

NUNES, Edison; JACOBI, Pedro R. (1983). “Movimentos populares urbanos, participação e democracia”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, pp. 25-62.

OFFE, Claus (1995). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.

PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Éder; TELLES, Vera da Silva (1984). “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, SP, n.6, pp.129-149.

PERRUSO, Marco Antonio (2008). *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese [Doutorado em Sociologia e Antropologia]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

POULANTZAS, Nicos (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

_____. (1973). *As classes sociais*. São Paulo: Estudos CEBRAP, Nº 3.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005). *Classes, identidades e transformações sociais: para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*. Porto: Editora Campo das Letras. 261

SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia (1986). “Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”. In: CARDOSO, Ruth. (Org.). *A aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, pp.39-67.

SALLUM Jr, Brasílio (2005). “Classe, cultura e ação coletiva”. *Lua Nova*. n. 65.

SANTANA, Marcos A. (2007). “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 283-314.

SCHAFF, Adam (1990). *A sociedade informática*. São Paulo: Unesp/Brasiliense.

SCHERER-WARREN, Ilse (1983). “Touraine: os movimentos sociais”. *Cadernos de Ciências Sociais*, Florianópolis, SC, n.1, pp.50-56.

SILVA, Carlos Manuel (2009). *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Ed. 1. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

SILVA, Luiz Antonio M. da; ZICCARDI, Alicia (1983). “Notas para uma discussão sobre “movimentos sociais””. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, n. 2, pp. 9-24.

SOUZA, Davisson C. de; TRÓPIA, Patrícia V. (2012). *Sindicatos no Brasil metalúrgico contemporâneo*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

SOUZA, Jessé (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra SA, Vol. I.

TOURAINÉ, Alain (1989). “Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos”. *Lua Nova*, n. 17, pp. 5-18.

UCLÉS, Mario Hugo (1989). “Movimentos urbanos e regionais na América Central na década de 80”. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, SP, n. 26, pp. 74-83.

VITORINO, Artur José Renda (1998). “Notas sobre a teoria de classe de E. P. Thompson”. *Revista História Social*, Campinas, SP, pp.157-176.

WACQUANT, Loic (2013). “Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, pp. 87-103.

WRIGHT, Erik Olin (1979). “O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 12, pp. 9-40.

_____. (1979). *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Abstract

This article aims at showing the influence of the American and European theses which expanded/or denied Karl Max concept of social class on the Brazilian sociological production since 1980. The starting point is the fact that major changes occurred in the scope of industrial production and socio-political processes in Europe, USA and Japan – namely the productive restructuring, the oil crisis, the constitution of neoliberalism, the end of the Cold War and the disintegration of the socialist bloc in Eastern Europe. Those changes had resonances in sociological debates at that time and at following decades. We aimed to examine how the concept of social class has been rethought, revised and/or resized between Brazilian social scientists.

Keywords: Marxism; Social Class; Productive Restructuring.

263

Resumen

Este artículo tiene por objetivo indicar las influencias de las tesis estadounidense y europea que ampliaron o negaron el concepto de clases sociales de Karl Marx sobre la producción sociológica brasileña a partir de los años 1980. Partiendo de la constatación de que las principales transformaciones ocurridas en el ámbito de la producción Industrial y de los procesos sociopolíticos en Europa, Estados Unidos y Japón, es decir, la reestructuración productiva, la crisis del petróleo, la constitución del neoliberalismo, el fin de la guerra fría y la desagregación del bloque socialista del este europeo, han tenido resonancia en los debates sociológicos de entonces y de las décadas subsiguientes, nos proponemos examinar cómo el concepto de clase social fue repensado, revisado y/o redimensionado entre científicos sociales brasileños.

Palabra clave: Marxismo; Clases Sociales; Reestructuración Productiva.

Um esboço sobre a emergência do Movimento Negro no Maranhão: rupturas e continuidades nas lutas étnico-raciais

A sketch on the emergence of the Black Movement in Maranhão:
ruptures and continuities in ethnic-racial struggles

Un esbozo sobre la emergencia del Movimiento Negro en
Maranhão: rupturas y continuidades en las
luchas étnico-raciales

Recebido em 29-03-2018
Modificado em 16-11-2018
Aceito para publicação em 01-12-2018

264

Igor Thiago Silva de Sousa 

ORCID: 0000-0002-6283-1307

Antropólogo. Cursa o doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este trabalho contou com bolsa CNPq. E-mail: igorthiago.sousa@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo averiguar os passos da emergência de uma entidade específica do Movimento Negro no Nordeste brasileiro, o Centro de Cultura Negra (CCN), atentando para o cenário de seu surgimento no Maranhão, bem como sua interface com lutas e demandas de entidades do Movimento Negro no Brasil. Ademais, direciona a atenção para os experimentos organizativos e as intervenções políticas na garantia de direitos territoriais às chamadas “comunidades remanescentes de quilombos” em meio à redemocratização nacional, como também a posterior mobilização dessas comunidades em segmentos organizados próprios.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Comunidades Quilombolas; Direitos Constitucionais.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Introdução

As mobilizações de caráter étnico-racial no Brasil contemporâneo ganham força ao politizar significados materiais e simbólicos ligados às desigualdades raciais como fonte de organização política. Dessa forma, o surgimento do Movimento Negro remete-se diretamente à criação de laços políticos a partir da Primeira República, tendo em vista reverter situações de exclusão do mercado de trabalho, racismo e marginalização socioespacial, e tendo como protagonistas populações afrodescendentes. Opera-se raça não a partir de aspectos biológicos, psicológicos ou meramente fenotípicos, mas a partir da criação e reprodução de critérios de inclusão/exclusão de determinados grupos por supostas características existentes ou presumidas, ou seja, raça pelo que possibilita perceber nas relações sociais e em seus efeitos sobre os sujeitos.

Nesse sentido, raça tem operado historicamente como um classificador social, um marcador que cria e hierarquiza grupos, que propicia esquemas de exploração de trabalho e seus recursos, economia do sexo e desejo, subjetividade, imaginário e autoridade de determinados grupos sobre outros. O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), ao falar do processo de colonização das Américas por parte de nações europeias, chama a atenção para as relações de poder que se estabeleceram e que tiveram a raça como um fundamento de exploração e hierarquização, “(...) em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p.117). Assim, os marcadores estabelecidos nas Américas permitiram não apenas classificar as populações encontradas, como também estabelecer critérios de classificação de si e de demais povos conforme argumentos sustentados pelo autor (QUIJANO, 2005, 2009).

As implicações dessas práticas de dominação e classificação social, iniciados a partir de 1492 com a colonização do “novo mundo”, estabeleceram a matriz de relações assimétricas, hierarquizadas e racializadas. Estas têm resultados concretos que operam em termos de: desigualdades na produção e reconhecimento de saberes; mundo do trabalho; oportunidades de ascensão social; padrões de reprodução da violência; e letalidade policial que atingem afrodescendentes, foco deste artigo.

Ao analisar e defender o uso do conceito de raça em pesquisas em ciências sociais e sua politização por parte de grupos que se consideram vítimas de práticas racistas, Alfredo Sérgio Guimarães aponta que:

Aqueles que defendem a utilização do termo pelas ciências sociais enfatizam, em primeiro lugar, a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias e, em segundo, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há outra alternativa senão reconstruir, de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia. Neste último caso, a vitimação parece ser uma prova de que o conceito que justifica tais práticas discriminatórias não se circunscreve a um simples círculo de giz (GUIMARÃES, 2009, p. 20).

Eis aí os laços reivindicados pelas populações negras e visibilizados por meio de protestos, tendo em vista combater situações concretas de racismo e desigualdades raciais. Ao analisar as lutas do Movimento Negro a partir de experiências desde finais do século XIX, Petrônio Domingues (2007) aponta esquematicamente diferentes fases desse movimento no Brasil, situando suas estratégias, lutas e características gerais. Assim, podem-se percorrer atuações indo desde pautas inclusivas e moderadas, tendo como principais focos a conquista de melhores postos de trabalho e educação dentro dos marcos da sociedade capitalista, até a luta contra o discurso da mestiçagem, a articulação internacionalizada recebendo influências das lutas e dos direitos civis nos Estados Unidos e lutas anticoloniais em países africanos, que marcam a reorganização do Movimento Negro em 1970 no Brasil (RISÉRIO, 2012; PEREIRA, 2013).

Dentro dessas distinções dos momentos do Movimento Negro tem-se a criação de grêmios e núcleos de homens de cor, a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), a articulação da imprensa negra, o processo de reorganização em meio à ditadura civil-militar brasileira e a mobilização em torno da nova Constituição Federal em meados dos anos de 1980; marcando momentos históricos específicos e experiências de luta distintivas entre si (DOMINGUES 2007; GUIMARÃES, 2009). Como parte integrante dos desafios do Movimento Negro, tem-se certo nacionalismo brasileiro e sua defesa da democracia racial como marca da brasilidade, com a suposta formação de uma nação multirracial e, consequentemente, a inexistência de racismo. Mesmo que retórica, tal ideologia tem colocado sob suspeita esse movimento frente às elites nacionais (TELLES, 2003).

Apropriando-se da metáfora antropofágica elaborada por Oswald de Andrade, o economista Marcelo Paixão (2005) comenta o caráter específico das relações raciais no Brasil, apontando seu caráter assimilacionista com a “arte de comer gente” e se apropriar de certas características, ou seja, integrador e, em parte, valorizador de especificidades distintivas, mas, ao mesmo tempo, mantendo desigualdades históricas quase intocadas ao longo das Repúblicas. Assim, ao mesmo tempo em que se celebra um país mestiço, rico em festas, hábitos e costumes que parecem atravessar o país e formar uma nação de contornos próprios, se mantém acessos e garantias restritas a uma parcela significativa da população, aos negros que, assim como nações indígenas, também teriam contribuído com a construção nacional. Assim, Paixão nos chama a atenção para a possibilidade de uma outra antropofagia, esta construída, em parte, pelas ações de protesto e reivindicação do Movimento Negro, uma antropofagia em áreas duras da vida em que:

A agenda do movimento negro, para além de qualquer limite de ordem prática (práxis), ainda me parece a que melhor consegue resolver este problema, na medida em que busca realizar o projeto integrador racialmente em todos os quadrantes da vida social, isto é, para além dos fugidios instantes das festas populares. No mercado de trabalho, no acesso à escola, à segurança pública, aos bens de uso coletivos entre outras áreas duras das relações raciais (PAIXÃO, 2005, p. 38).

267

Os apontamentos propostos pelo autor nos chamam a atenção para como nosso racismo opera em suposta igualdade de leis e garantias formais a todos os grupos e sujeitos, mas, ao mesmo tempo, com privilégios de acessos e oportunidades, celebrando, assim, uma controversa integração nacional em áreas moles da vida social (festas, hábitos, língua nacional, costumes). Paixão também nos aponta os desafios encontrados pelo Movimento Negro em mobilizações capazes de propiciar transformações das relações raciais no Brasil, possibilitando oportunidades até então tão abstratas que são inexistentes para negros e pardos no país.

Dentro dessas mobilizações, como parte integrante da agenda do Movimento Negro a partir dos anos de 1980, tem-se o desdobramento de reivindicações raciais para eixos rurais, com a pauta de direitos territoriais específicos a comunidades quilombolas. Nesse sentido, “ao se remeter a direitos específicos, o Movimento Negro aludia a uma ‘dívida’ que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão e não exclusivamente para falar em propriedade fundiária” (LEITE, 2000). Assim, ao tratar do processo inacabado de abolição da

escravidão e suas consequências, almejava-se um projeto de reparação nacional aos afrodescendentes.

Dessa forma, importantes lideranças do Movimento Negro como Abdias Nascimento (2002) e intelectuais como Clóvis Moura (1981) tinham uma discussão sobre a necessidade de reparação para as populações negras e conquistas de direitos específicos para comunidades quilombolas. Ao abordar questões fundiárias para populações afro-brasileiras, tem-se como marco referencial dos dispositivos legais implantados no Brasil para a configuração agrária, a Lei de Terras (1850). Essa lei marcou a instalação das relações capitalistas no campo, tomando a terra enquanto propriedade particular (SILVA, 2004, p. 17) e excluindo da possibilidade de obtenção de propriedade ex-escravos negros e seus descendentes sob a alegação de não se tratarem de brasileiros, impedindo-os sob o rótulo de “libertos”. Como situa Ilka Boaventura Leite:

Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada ‘libertos’. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000, p. 335).

Assim, tendo em vista efetivar garantias em plano Constitucional a partir da redemocratização em 1988, o Movimento Negro Unificado (MNU) participou ativamente nos eixos de articulação para a nova Carta Magna brasileira, sendo realizados debates que privilegiavam essa temática. É nesse contexto que se vê inserido o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), fruto de mobilização de setores do Movimento Negro e da luta antirracista.

A reorganização do Movimento Negro e as agências estaduais

A experiência de reorganização do Movimento Negro culminou com a criação de agências e instituições por todo o Brasil. Essa experiência se deu em termos do período de ditadura civil-militar, marco de nossa história política que se caracterizou pelo desmantelamento

das organizações de esquerda, bem como organizações de caráter racial com o golpe de 1964 (SANTOS, 2006). Ao longo desse período, militantes negros foram postos em situação de semiclandestinidade, tendo suas organizações sido colocadas na situação de ilegalidade ou forçadamente sido fechadas (DOMINGUES, 2007).

Dessa forma, as manifestações e o processo de rearticulação do Movimento Negro se deram em meio às lutas pela redemocratização do país, garantias civis e busca por conquistas políticas. A década de 1970, portanto, viu eclodir uma multiplicidade de organizações variadas no Movimento Negro. Eram centros de cultura, organizações de pesquisa, centros de recreação, centros de lazer, de assistência social etc. Essas organizações trouxeram à tona a discussão sobre a questão racial que havia sido abafada desde 1964 com o golpe político. Todavia, tais organizações tinham uma atuação limitada, ainda vacilante no aspecto político relativo ao enfrentamento do regime, seja pela não coesão política, seja pela não existência de um projeto declarado e abrangente.

Em 1972, como aponta Domingues (2007), um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra retoma suas atividades com a publicação e circulação dos jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* em São Caetano/ SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro a defender a substituição das comemorações do dia 13 de maio para o dia 20 de Novembro.

Além dessas experiências, surge em 18 de junho de 1978 o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Esse movimento, de caráter mais radical, redefine espaços de luta no cenário político da época (SANTOS, 2006). Nesse sentido, algumas influências nortearam, tanto em plano nacional quanto internacional, o surgimento do MUCDR, posteriormente abreviado para Movimento Negro Unificado (MNU).

Em plano nacional, como aponta Santos (2006), diferentes fatores motivaram a criação do MNU. Eram atos de violência policial com segmentos negros pauperizados e atos de racismo declarados, marcados pelo assassinato do trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, que foi preso, torturado e morto por policiais da 44^a Delegacia Policial de Guianenses, da capital de São Paulo; pela expulsão de quatro jovens atletas negros do time Juvenil do Clube de Regatas Tietê

em São Paulo e, ainda, pelo assassinato do operário negro, Nilton Lourenço, por um policial no bairro da Lapa, em São Paulo.

Em plano internacional, há uma influência das lutas de libertação na África contra a condição colonial, com vitórias em processos de descolonização ocorrendo em Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde. Essas lutas foram levadas a cabo pelos próprios africanos, que se organizaram em partidos, frentes amplas, organizações clandestinas e focos de guerrilha tendo vista a libertação nacional de seus países da dominação colonial imposta por nações europeias. Ainda em plano internacional, ressoavam as conquistas dos direitos civis dos negros estadunidenses que trouxeram à tona lideranças como Martin Luther King e Malcolm X, bem como a atuação de organizações negras marxistas, como o grupo Panteras Negras. Assim, tais influências contribuíram para o MNU ter assumido uma postura radicalizada contra a discriminação racial no Brasil.

Neste sentido, cabe a ressalva da especificidade da questão racial em território nacional, evitando-se, assim, a crítica sobre uma transposição mecânica de experiências e formas de racismo existentes nos EUA para problemas locais. Sabe-se que a questão racial no Brasil tem um contorno próprio, referente ao enfrentamento do mito da democracia racial, formas específicas de racismo, bem como o processo ímpar de mobilização dos segmentos negros. Porém, tem-se em vista o nível de interinfluência entre as lutas da comunidade negra, a partir da metáfora do Atlântico Negro, nos termos expostos por Paul Gilroy (2012), ao falar em como a comunidade negra estadunidense, brasileira e africana dividiram expectativas, intercambiaram procedimentos e práticas para além das pertenças propriamente nacionais, demonstrando um nível de confluência de metas, sonhos, abordagens e lutas.

Foi nesse conjunto de motivações e influências que surge um movimento tendo como objetivo mobilizar e organizar, de norte a sul do país, o maior número possível de organizações negras visando denunciar a discriminação racial e a repressão policial como aponta Barbosa (1991). Dessa forma, o trabalho inicial do MNU se dava no plano direto com outras organizações negras já existentes, tendo em vista dar-lhes um caráter político mais unitário e direcionado, mobilizando e organizando ações, discussões e projetos com segmentos sociais negros. Neste sentido, como ato inaugural de surgimento do MNU, fez-se uma manifestação que reuniu mais de

três mil pessoas negras e não negras sensíveis à luta antirracista nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo.

A luta pela efetivação de maior igualdade, expressa na mobilização contra o racismo e na denúncia do mito da democracia racial, demonstrou-se como uma plataforma do Movimento Negro organizado e, ao mesmo tempo, como elemento de oposição entre a comunidade negra e os setores racistas. Assim, a construção de uma verdadeira democracia racial aparece enquanto projeto, ante ao mascaramento histórico proposto pelas elites, que escamoteariam as condições reais, bem como negariam a existência de uma forma *sui generis* de racismo à brasileira. Ganham destaque denúncias contra casos de violência, condições de subemprego, marginalização e, sistematicamente, surgem debates sobre a democracia racial como forma de expor as condições das populações negras.

Pela dimensão que atingiram as ações do Movimento Negro de denúncia ao racismo, seus atos não passaram despercebidos por intelectuais defensores da democracia racial. Nesse sentido, as ações do MNU eram vistas como exageradas, denunciando algo não existente em território nacional, a saber, o racismo, quando, segundo esses intelectuais, o que havia eram desigualdades de classe. Segue a opinião emitida por Gilberto Freyre em 1979 em jornal da época:

271

Tive notícia de um movimento que se diz anti-racista na cidade de São Paulo. Creio que isso é imitação considerável - voluntária ou organizada - das reivindicações do chamado "negro americano" dos Estados Unidos. Ora, não existe no Brasil um "negro brasileiro", separado da comunidade brasileira nacional. Existem, sim, brasileiros de origem africana negra, alguns dos quais sofrem discriminação não de caráter racial, mas de classe (FREYRE, 1979 *apud* SANTOS, 2006, p. 50).

Tendo em vista organizar as demandas e a agenda, após o ato público de protesto de sete de julho, foi organizado pelos integrantes do MUCDR um encontro de avaliação e estabelecimento das próximas atividades. Em vista à necessidade de um encontro maior que pudesse agregar mais pessoas e ter uma visibilidade nacional, se opta pela elaboração da primeira Assembleia Nacional de Estruturação e Organização, em 23 de julho de 1978, na cidade de São Paulo. Esse encontro, segundo Santos (2006), foi importante para a elaboração de documentos fundamentais para o movimento, como o estatuto, o programa de ação e a carta de princípios. Além destas medidas, foram incorporados ao movimento o termo "negro", passando a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), sendo

abreviado para MNU posteriormente. A adoção do termo negro denota, segundo Pereira (2010), a tentativa de agregar setores e entidades negras em detrimento de uma frente política ampla que reunisse todos os discriminados na luta contra o racismo. Como aponta o autor:

Essa medida foi importante, na medida em que alterou a visão inicial do movimento, que teve a participação de judeus e estava aberto para uma possível colaboração indígena, embora não houvesse nenhum indígena participando naquele momento. Com a inserção da palavra “negro”, ao invés da construção de uma frente ampla reunindo todos os ‘discriminados’ – como queriam algumas lideranças no processo- optou-se por se criar ali uma organização que reunisse somente as entidades e grupos de negros que estavam pelo Brasil naquele momento (PEREIRA, 2010, p. 193).

As ações do MNU serviram de influência para ações em diferentes estados do país. Assim, em poucos anos, se vê a efervescência de um conjunto de entidades influenciadas pelas experiências em São Paulo. Dá-se, assim, o processo de expansão do MNU para Pernambuco, Belo Horizonte, Rio Grande do Sul, bem como a criação de entidades como Centro de Cultura Negra, no Maranhão; Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; os blocos afro Olodum e Malê Debalê, em Salvador; e o Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Coube às organizações do norte e nordeste que vinham realizando encontros, projetos de mapeamento e formações políticas, com destaque para o CCN e o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) o papel de fornecedoras de subsídios para a discussão a partir de experiências concretas com comunidades quilombolas. Nesse sentido, o CCN, por mais que mantivesse contatos com o MNU, não era propriamente uma expressão nordestina do movimento, mantendo-se uma entidade autônoma, com trabalhos e agenda própria. Assim, essa entidade teve papel importante quanto aos direitos territoriais específicos, com esboços de trabalhos sendo iniciados antes do período reelaboração da Carta Constitucional. Como firma Amílcar Pereira:

A chamada regularização das chamadas ‘terras de preto’ vinha sendo discutida havia bastante tempo, principalmente pelas organizações negras nordestinas... Em agosto de 1986, por exemplo, o CCN do Maranhão promoveu o I encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão com o tema ‘O negro e a constituição brasileira’ com a discussão sobre a necessidade da regularização das chamadas ‘terra de preto’ que vinham sendo foco de estudo de um das principais referências do movimento negro no Maranhão, Mundinha Araújo, desde o final da década de 1970 (PEREIRA, 2010, p. 223).

Os trabalhos do CCN junto a comunidades quilombolas remete-se à década de 70 com o primeiro projeto elaborado com a finalidade de construir entendimentos sobre esse segmento social por parte de militantes negros, dando-se destaque, nesse momento, ao papel de Mundinha Araújo como elaboradora de esboço inicial. Esse projeto forneceu os primeiros levantamentos de material bibliográfico e a iniciativa para realização de trabalhos de campo no interior do Maranhão, os quais, posteriormente, deram subsídio para a elaboração e efetivação do Projeto Vida de Negro (PVN), já em meados dos anos 80, como aponta Ivo Fonseca, membro da entidade e coordenador em meados dos anos 2000:

Olha, a Mundinha foi a idealizadora, como ela diz. Ela como uma das coordenadoras da casa deu foco para questão rural. Ela começa a levantar as comunidades com vários relatos, relatos relacionados à memória da escravidão, ela pegava muito isso. Ela começa o trabalho e o PVN é o pano de fundo até hoje.

Como desdobramento da atuação do projeto, ocorreu o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, realizado em 1986, em São Luís, no sítio Pirapora, localizado no Bairro Santo Antônio. Nesse evento, foram discutidas propostas de projetos a serem encaminhadas aos deputados federais (1988) e constituintes (1989) visando assegurar diretos específicos às comunidades quilombolas, como é descrito pelo PVN:

273

O encontro teve como principal objetivo discutir propostas referentes aos direitos do povo negro do Maranhão e do Brasil, para serem encaminhadas aos deputados federais (1988) e constitucionais (1989). A principal reivindicação dos participantes desse encontro foi a garantia das terras de preto aos seus moradores, pois naquele período várias comunidades negras do maranhão estavam sendo expulsas dos seus territórios (PVN, 2005, p. 47).

A partir das discussões que se sucederam, foi encaminhada à deputada federal e constituinte Benedita da Silva uma proposta de garantia das terras às comunidades quilombolas, que foi apresentada na Assembleia Nacional Constituinte. A proposta foi aprovada, dando origem ao artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Foi a realização de parcerias interestaduais entre o CCN e outras entidades do Movimento Negro como o CEDENPA, Movimento Negro do Rio de Janeiro e Associação Cultural Afro-Brasileira, que possibilitou a troca de experiências e projetos em comum (PVN, 2005) e a garantia do artigo constitucional.

“Para conhecer a história vão ter que conversar um pouco comigo”: o Movimento Negro no Maranhão

No processo de lutas do Movimento Negro e expansão de suas agências em diferentes estados, surge em 12 de setembro de 1979 o CCN. Essa entidade, como especificidade em sua fundação, nasce com auxílio de uma entidade de defesa de direitos humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), esta fundada em 12 de fevereiro do mesmo ano. Nesse sentido, enquanto a SMDH nasce no bojo das lutas políticas pela redemocratização brasileira e anistia política no país, o CCN surge tendo em vista a defesa das populações negras e a discussão sobre a questão racial. Essas entidades, pelo próprio momento histórico e engajamento de setores católicos, têm o auxílio de parcelas eclesiás, sendo ajudadas com infraestrutura para reuniões e encontros que ocorreriam em instalações de igrejas. Assim, ao se fundar o CCN, tinha-se como foco a discussão sobre o mito da democracia racial, bem como os apontamentos sobre a história dos negros em território brasileiro e as discussões sobre o racismo em nível local. Como aponta Luiz Alves, primeiro coordenador da entidade:

274

Olha, nossa primeira visão era desconstruir aquilo que estava sendo construído. Era estudar a história. Foi feita até uma cartilha que a Mundinha coordenou e a gente mostrava o que era a Abolição e desconstruía o mito da história, da democracia racial.

O surgimento da primeira agência do Movimento Negro no Maranhão vislumbra a tentativa de unidade em meio à diferença, em que posicionamentos políticos eram situados em um plano menor, já que o objetivo era unificar a luta por garantias às populações negras em geral. Assim, de acordo com o depoimento de Luiz Alves, a sua escolha como primeiro coordenador da entidade tinha em vista aglutinar grupos politicamente distintos. Nesse sentido, sua posição era semelhante à de outro militante importante, João Francisco dos Santos, que detinha respeito e articulações internas e externas, como com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo possível construir consensos quanto às primeiras atuações e as posições que poderiam vir a somar. Como aponta Luiz Alves:

Um dia a gente se reuniu e foi escolher um nome, tinham vários nomes. Aí eu dei a sugestão de Centro de Cultura Negra do Maranhão. Tinham vários outros centros [com o mesmo nome], mas eu nem sabia na época. Eu tinha uma leitura de escritos africanos, do

Amílcar Cabral; do Kwame Nkrumah, que era líder do grupo político de Gana, eu lia um pouco das coisas do Abdias, então a gente tinha uma leitura. Reunimos e fizemos a diretoria, acho que a primeira reunião foi 19 de setembro ou dezembro, e eu nem estava aqui. Foi em um sindicato, na Rua de São Pantaleão, o sindicato dos engraxates. Foi até a Mundinha que arrumou. Era o sindicato dos lustradores, peixeiros, dos garçons eram uns três sindicatos do povo, que na maioria era negro. A casa ainda existe hoje lá. Feito isso a gente reuniu quem podia ser e na época me escolheram. Podia ser qualquer um, podia ser eu, podia ser João Francisco, podia ser Mundinha, mas acharam que eu podia aglutinar as posições porque as minhas posições e a de João Francisco eram quase idênticas.

Assim, ao se referir sobre o nome Centro de Cultura Negra, o senhor Luiz Alves, comenta que a escolha se deu pelo seu entendimento de cultura como ampla, vista como a disputa política, confronto de ideias, como libertação do povo. Nesse sentido, é perceptível uma inspiração à esquerda marxista, de caráter gramsciana, em que a noção de cultura aparece como aparato a ser disputado, como fonte de confronto e disputas entre setores sociais. Como destaca Luiz Alves:

Eu via Cultura na visão do Amílcar Cabral. Não era para botar o pessoal para dançar e ganhar dinheiro. Não era cultura como tá sendo manipulada pelo Estado. Era cultura do ponto de vista político, do ponto de vista de lutas, de ideias, cultura é tudo. Cultura é que libera o povo, era essa visão que a gente tinha.

275

Como parte das ações do CCN, tinha-se a discussão sobre o mito da democracia racial, tendo em vista o apontamento da existência de racismo no Brasil, confrontando a imagem oficial que disseminava a nação como um paraíso do convívio inter-racial, (TELLES, 2003). Com o objetivo de pautar a questão racial, ações foram transcorrendo com formações políticas e debates sendo realizados, como comenta Carlos Benedito, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e militante do CCN:

O CCN tem uma importância muito grande aqui, foi o primeiro grupo organizado do Movimento Negro e porque conseguiu jogar para as ruas esse debate racial. Muita gente passou por ali e se envolveu na militância. A gente acabou tendo uma formação política muito importante nesse debate racial, muita gente já não participa mais hoje, mas continua com muita consciência.

Outro desdobramento da luta do CCN refere-se à discussão sobre direitos territoriais específicos em comunidades quilombolas. Assim, um dos eixos articulados junto às discussões sobre o mito da democracia racial é a tentativa de início de estudos e levantamento de dados sobre a existência de comunidades quilombolas no Maranhão. Nesse sentido, o projeto PVN foi

realizado de 1985 até 2005, com o apoio da SMDH e de 2005 até o presente momento é realizado apenas pelo CCN, através de parcerias. Seu objetivo inicial era de mapeamento de práticas culturais, formas de uso e posse da terra, bem como uma discussão sobre as modalidades de autoclassificação locais. Como aponta a descrição do projeto:

Inicialmente, o PVN visava ao mapeamento das comunidades negras rurais do Maranhão, com o levantamento das formas de posse da terra, manifestações culturais e religiosas, bem como a memória oral das chamadas ‘terras de preto’ sobre o período da escravatura e pós-abolição. A partir de 1991, no entanto, o PVN passou a trabalhar a questão agrária dessas comunidades, exigindo novas reflexões sobre as diversas formas de organização dos povoados de negros enquanto grupos étnicos, buscando intervir em nível jurídico e institucional para solucionar problemas fundiários, visando ao reconhecimento, à legalização e a titulação dessas áreas, nos termos do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal (PVN, 2005, p. 40).

A partir das ações do CCN através do PVN, iniciam-se os processos de organização e luta das chamadas comunidades quilombolas, com a posterior criação de uma entidade representativa específica, a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). A pauta do “território quilombola” toma forma nas disputas entre comunidade quilombolas, latifundiários e grileiros nos municípios de Mirinzal, Codó, Alcântara e Itapecuru-Mirim, servindo de mote para a criação de uma agência específica das comunidades nos anos 90. Assim, tem-se a criação da Coordenação Estadual Provisória de Quilombos no ano de 1995, que por sua vez em 1997 é desfeita e institucionaliza-se a ACONERUQ enquanto entidade, tratada de maneira detalhada a seguir.

276

O aparato do movimento quilombola: a criação da ACONERUQ

Como parte dos trabalhos do CCN, foram iniciadas atividades relacionadas à atuação junto a comunidades quilombolas. Inicialmente, tiveram como foco a realização de mapeamentos de formas de usos, posse da terra e práticas socioculturais. No entanto, a partir de 1991, focam-se trabalhos de forma mais direta sobre mecanismos de efetivação do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal. Assim, passam a ocorrer, então, processos de formação política junto a jovens militantes do Movimento Negro e moradores das comunidades quilombolas com o objetivo de orientá-los sobre as conquistas Constitucionais. Essas formações eram desenvolvidas

com encontros em comunidades rurais, que contribuíam posteriormente com a tentativa de construção de eventos em nível estadual, como aponta Ivo Fonseca, primeiro coordenador da ACONERUQ:

O Centro de Cultura Negra continuou o trabalho de campo, o enfrentamento, o processo de organicidade já estava bem avançado, então isso dava um suporte para nós melhorar o movimento na zona rural. Tanto é que chegamos até a possibilidade de realizar o segundo encontro, terceiro encontro e conseguimos realizar até o quarto encontro e em 1997 nós realizamos o quinto encontro.

Após o IV Encontro das Comunidades Negras Rurais, Quilombos e Terras de Preto do Maranhão, realizado em abril de 1995, em São Luís, ocorreu a criação da Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses, que era constituída de representantes dos municípios de Alcântara, Mirinzal, Cururupu, Codó, Itapecuru-Mirim, Penalva, Turiaçu, Brejo, Caxias e Bacabal (PVN, 2005), com a finalidade de encaminhar seminários e capacitações de militantes nos municípios. A ideia de criação de uma entidade específica dos quilombolas era fruto do entendimento de lideranças mais antigas no processo de mobilização, como situa Ivo Fonseca:

Olha, foram as próprias lideranças que tinham esse objetivo. Eu faço esse relato que eu sou um dos mais novos nesse processo. Olha, você tem que falar com seu Justo [Salustiano] que tem um grande conhecimento. Falar com seu Claro, dona Nielza, falar com Tinoco, Ribamar lá de Codó, Margarida em Penalva, Maria Helena em Cururupu, da comunidade de Entre Rios. Foram essas pessoas que tinham a compreensão dessa Coordenação Estadual e eu era um dos mais novos no grupo e sempre muito interessado. Eles tinham interesse em fortalecer os jovens e nas viagens era eu que ia e aí eu vinha trazer os recados.

277

Entre pequenos encontros municipais, somados ao empenho das comunidades quilombolas e à assessoria do CCN, surge, em 1997, a ACONERUQ. Tal entidade vinha a substituir a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEPQM), criada em 1995, com o intuito de organizar as demandas das comunidades quilombolas em processo de organização graças aos trabalhos do PVN. Nesse sentido, a criação da ACONERUQ está ligada diretamente às atividades do CCN nos processos de organização possíveis através do PVN, como situa Ivo Fonseca:

A montagem da ACONERUQ vai surgindo naturalmente e a gente tinha o Centro de Cultura Negra que dava o foco nos encontros regionais e estaduais. Só para você ver, nós fomos oficializar a entidade no quinto encontro estadual. Teve várias reuniões nos

municípios para explicar como era as coisas e aí eles já diziam por que a gente não faz uma organização estadual?!

A partir do exposto por Ivo Fonseca, tem-se uma explicação sobre a montagem da ACONERUQ. Para ele, tem-se uma montagem “natural”, surgindo a partir de demandas e assessorias do CCN. Assim, pode-se inferir que se teriam somado a vontade de criação de uma entidade específica por parte de lideranças quilombolas em um cenário de crescente organização; o interconhecimento das dificuldades partilhadas, através de encontros estaduais e municipais organizados pelo CCN; as limitações institucionais da Coordenação Provisória e a necessidade de abranger as demandas em nível estadual. Como resultado, se tem a montagem da entidade ocorrendo após seminários nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Alcântara e Turiaçu ao longo do ano de 1996 e a realização do V Encontro das Comunidades Negras Rurais no Maranhão. Nesse sentido, as bases estruturais de criação da entidade se encontravam nos municípios de Itapecuru-Mirim, Penalva, Caxias e Codó (PVN, 2005, p. 50). Por sua vez, também se pode perceber que a entidade foi pensada por lideranças como um fórum de representação das comunidades quilombolas que garantisse a interface junto ao Estado, o acesso a políticas públicas e garantias formais. Como pontua Ivo Fonseca, dando continuidade à entrevista e comentando sobre os primeiros trabalhos da ACONERUQ:

O foco principal era trabalhar para que as comunidades conquistem seus territórios e no período que eu fui coordenador eu encaminhei muitos processos para o INCRA e de outro lado que nós trabalhava era a questão da formação política nas comunidades, era a base entender o processo na ACONERUQ, entender a formação. Entender o processo vindo de baixo para cima e não de cima para baixo, então nós tinha essa capilaridade. Outro ponto que nós trabalhava era a questão das normas constitucional. Quando a ACONERUQ começa nós também passamos por isso em nível nacional, porque não adiantava nós estarmos aqui e as portas estarem fechadas quanto a esses ordenamentos. Nós também trabalhamos políticas básicas como educação, saúde, estradas.

Na entrevista longa com Ivo Fonseca em uma sala do CCN, este demonstrava orgulho ao frisar que os primeiros trabalhos desenvolvidos pela ACONERUQ estavam sob sua gestão, ao mesmo tempo em que situava a sintonia da entidade com marcos e questões legislativas nacionais. Assim, ao tempo em que falava, sua entonação mudava ao tratar do compromisso com políticas relacionadas às comunidades quilombolas, dando ênfase ao que foi desenvolvido naquele período, como políticas básicas (educação, saúde e estradas) e encaminhamentos ao

INCRA. Nesse sentido, continuaram a ser encaminhados processos de titulação aos órgãos fundiários responsáveis. Por outro lado, tem-se o empenho da ACONERUQ em estabelecer articulações com governos estadual e federal, no qual se tenta negociar políticas públicas específicas, como educação, saúde, assistência social diferenciada, cestas básicas, moradia etc. Para tal, foram firmadas parcerias com o Banco Mundial (BM) e com governos estaduais para a realização de encontros, como relata Ivo Fonseca:

A gente fez um curso em que vieram pessoas de outros estados, foram três meses de curso que nós conseguimos em parceria com o governo José Reinaldo, com apoio do Banco Mundial. Foi um curso sobre questão racial e desenvolvimento nas comunidades. Um outro relato que a gente entende foi colocar a questão na pauta do dia, foi ampliar a questão nacional junto a outras entidades e conseguir interferência em políticas públicas.

Essas tentativas de parcerias tinham em vista conseguir interferência em políticas públicas, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos desde idos dos anos 80 pelo Movimento Negro. Como questões relativas ao próprio andamento da entidade, tem-se os processos de formação política, que por um lado garantem a sua organicidade, levando aos setores representados as noções de direitos territoriais e garantias específicas, bem como fornecem novos quadros de atuação dentro do aparato institucional. Nesse sentido, segundo Ivo Fonseca, essas formações seriam caracterizadas pelo entendimento dos processos como ocorrendo de baixo para cima, em alusão ao atendimento de demandas oriundas da base de comunidades pertencentes à entidade, ou dos setores representados.

Todavia, em meio à expansão das atividades da entidade e à atuação de lideranças municipais, passam a ocorrer problemas entre a coordenação estadual da ACONERUQ e comunidades quilombolas representadas pela entidade. Com o término da primeira gestão da ACONERUQ, em 2003, iniciam-se problemas relativos a uma crise entre setores representados e a coordenação estadual. Esses problemas dão-se com a expansão dos trabalhos da ACONERUQ, que passam a ocorrer de forma assistemática em alguns municípios com certa falta de controle da coordenação quanto à atuação de lideranças locais. Como situação emblemática, tem-se o “caso das cestas”, como descrito por Furtado (2012), em que lideranças do município de Bequimão teriam realizado uma suposta doação de cestas básicas destinadas a comunidades quilombolas

locais, segundo critérios eleitorais, visando somar votos à campanha do candidato apoiado. Como cita Marivania Furtado:

Para melhor compreensão do “caso”, relatou-se que no ano de 2008 foram ‘despachadas’ para Bequimão duas remessas de cestas básicas, contendo em cada uma um quantitativo de 500 cestas. Estas cestas básicas deveriam atender às comunidades quilombolas daquele município, pois havia sido indicado pela ACONERUQ. O candidato derrotado da eleição municipal de 2008 denunciou que as cestas, sobretudo as enviadas na segunda remessa, foram distribuídas nas vésperas da eleição e na sede do município, não cumprindo assim com as prerrogativas do Programa. Tal fato colocou sob suspeita a idoneidade da entidade representativa dos quilombolas no Maranhão, dos gestores responsáveis pela implementação dessa política específica em âmbito federal e dos técnicos operacionais dessa política em âmbito local (FURTADO, 2012, p. 248).

Assim, em meio à crise de representatividade, tem-se a discussão territorial, inicialmente o foco da entidade, descolada, passando a ser pano de fundo para discussões focadas em outras políticas públicas assistenciais. Como aponta Luiz Alves:

Olha a ACONERUQ tem problemas, o pessoal que administrou tergiversaram alguns. Teve uma reunião lá e eu fiquei triste. O pessoal está procurando é dinheiro. Olha, como toda instituição, ela tem problemas, tem que separar o pessoal errado. Olha, é como se eu estivesse no CNN e tivesse feito coisas indesejáveis, então, eu tinha que ser punido, mas a instituição não. O CCN fundou a ACONERUQ, tentou recuperar e está tentando para ter força política para poder discutir os direitos da população [negra].

Nesse sentido, chama a atenção na declaração do professor Luiz Alves, de um lado, os problemas relativos ao não atendimento das demandas oriundas das comunidades quilombolas. Segundo ele, tal fato seria fruto de indícios de certo abandono da luta pelos direitos territoriais das comunidades, passando a entidade a destinar-se a outros objetivos, expostos pelo professor apenas como “ganhar dinheiro” ou mesmo pela afirmação da necessidade de separar o “pessoal errado”, numa declaração sobre certas ações vistas por ele como equivocadas e que tenderam a afastar as comunidades quilombolas da entidade. Por outro lado, têm-se as críticas internas que a entidade passa a sofrer por parte de lideranças e pessoas vinculadas ao CCN, apontando certa situação de instabilidade política. Todavia, pelos limites desse trabalho, os trâmites desse aparente desvio de finalidade não puderam ser abordados de forma esclarecedora.

É nesse contexto de problemas quanto ao atendimento de demandas oriundas dos setores representados, que ganha destaque outro ator político, o MOQUIBOM (Movimento Quilombola

da Baixada Ocidental Maranhense). Como aponta Almirandir Madeira, liderança do MOQUIBOM e morador da comunidade de Charco em São Vicente Férrer:

Nós não tinha representantes, pois como o atual governo diz, os representantes dos negros é a ACONERUQ, então, não se tinha representação nenhuma, de um movimento social, uma representação. Já tinha essa conversa de criação de um movimento com o pessoal da CPT, nós (se) reunia em serrano e com isso a gente foi conversando com as comunidades, achamos que tinha a necessidade de nos representar, por isso fundamos o MOQUIBOM porque é ele a representação das comunidades quilombolas do Maranhão.

Nesse sentido, trata-se de forma mais detalhada o surgimento do MOQUIBOM em meio a um cenário carregado de disputas e farpas públicas entre instâncias de organização quilombola no Maranhão, caracterizando assim a luta pela efetivação de direitos com diferentes estratégias e leituras políticas.

“Território livre, já (?)”: o MOQUIBOM na ocupação da pauta por território

Já o MOQUIBOM ganha destaque a partir de ocupações de órgãos públicos e passeatas no ano de 2011 e denúncias públicas sobre assassinatos de lideranças quilombolas no campo. Nesse sentido, o surgimento do movimento está relacionado aos trabalhos da CPT (Comissão Pastoral da Terra) junto a comunidades quilombolas no interior do Maranhão, mais especificamente na região da Baixada Maranhense, local em que o movimento nasce. Esses trabalhos se dão, sobretudo, ao visibilizar as garantias Constitucionais existentes desde 1988, bem como auxiliando as comunidades nos processos de auto-identificação e elaboração de relatos sintéticos a serem enviados à FCP (Fundação Cultural Palmares), como forma de assegurar a obtenção do certificado emitido pela Fundação, um dos passos no processo de titulação territorial das comunidades quilombolas. Assim, as ações do MOQUIBOM giram em torno de pequenos encontros que ocorrem nas comunidades quilombolas, pequenas ações em nível local na organização dessas comunidades, bem como em encontros maiores, que ocorriam com a troca de experiências e vivências, a partir da construção de laços e da demonstração de pertenças étnicas em comum e situações de opressão compartilhadas por esses sujeitos. Como situa Marivania Furtado:

Reunidos a partir da mística da terra como dom de Deus e direito de todos que dela precisam, o primeiro encontro da articulação MOQUIBOM aconteceu no sítio dos “padres” em Mangabeira, povoado de Santa Helena. Embalados e motivados por cânticos que denunciam o descaso do poder público e a necessidade de luta dos despossuídos, essa articulação marcou o primeiro semestre de 2011 com mobilizações jamais vistas, sobretudo por se tratar de um movimento quilombola (FURTADO, 2012, pp. 260-261).

Parte desses encontros ocorria também em instalações ligadas a Igreja Católica, como o mencionado “sítio dos padres” no município de Santa Helena, reunindo comunidades quilombolas, padres, estudantes universitários, setores próximos a CPT e alguns sindicatos. Nesse sentido, as ações da CPT se davam principalmente pela interlocução que a entidade confessional tem com as comunidades rurais, pelo prestígio gozado pelos padres e pela atuação destes na mediação de conflitos e na resolução de questões pontuais.

Enquanto movimento social, o MOQUIBOM tem como pauta a defesa dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas, indo a São Luís levar à tona a luta pela titulação territorial frente às instâncias competentes. Assim, a luta pelo “território livre, já” apresenta-se como pauta diferenciada em relação a outros setores do Movimento Negro. Como afirma Furtado:

282

O MOQUIBOM, diferentemente dos demais segmentos do movimento quilombola no Estado, tem primado pela pauta da terra como ponto primordial para reprodução socioeconômica e cultural das comunidades negras rurais. Enquanto as outras entidades negociam com o poder público a inserção em programas vinculados às políticas assistenciais, o diferencial do MOQUIBOM é a luta pela terra, ou melhor, pela titulação de seus territórios. Com o lema ‘Território quilombola livre, já!’ o MOQUIBOM iniciou o acampamento no dia 01 de junho e determinou sua suspensão somente no dia 10 daquele mês depois de garantias avaliadas como conquistas do “tempo do acampamento”, por mim considerado como a manifestação do aquilombamento na prática (FURTADO, 2012, p. 269).

A defesa por parte do MOQUIBOM dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas mostra-se um fator de destaque do movimento em relação a outras agremiações do Movimento Negro estadual, tendo mais importância que políticas assistenciais vistas pelo movimento como de menor importância em relação às garantias territoriais, conforme Naildo Braga, uma das lideranças do movimento:

O MOQUIBOM surgiu e atua principalmente em defesa da titulação dos territórios para as comunidades quilombolas. Porque foi uma necessidade que se alastrou aí por muito tempo a questão da titulação das terras das comunidades quilombolas e que até então as instituições não haviam correspondido à altura das demandas e também das necessidades que essas comunidades enfrentam. Então foi daí que surgiu o MOQUIBOM e daí que ele atua principalmente nessa linha, de titulação das áreas das comunidades quilombolas.

Assim, não se trata apenas de protestar contra impunidades do governo estadual/federal, ou quanto à morosidade dos órgãos estatais no processo de titulação dos territórios, mas fazer críticas à estrutura de poder na forma vigente, tentando pressioná-lo. Dessa forma, tem-se visto a ocupação de órgãos públicos, como o ITERMA e o INCRA; passeatas em frente ao Palácio dos Leões (sede do poder estadual), protestos em frente ao Tribunal da Justiça do Maranhão. Esses atos e mobilizações têm em vista desgastar e mostrar a falta de atuação desses órgãos quanto à pauta dos segmentos quilombolas, apresentando situações de descaso com os processos de titulação via órgãos estaduais e federais, ordens de despejos expedidos por juízes ou mesmo casos de corrupção por parte de funcionários responsáveis por trabalhos junto a comunidades quilombolas.

Entre essas ações, nas primeiras horas do dia 01 outubro de 2013, o MOQUIBOM ocupou a superintendência estadual do INCRA/MA. Esse ato desencadeou o fechamento do órgão até o dia 03 do referido mês. A articulação fez parte de um ato nacional que unia a luta de comunidades quilombolas a dos povos indígenas. Tal protesto intitulava-se Semana Nacional de Mobilização dos povos Indígenas e Quilombolas em Defesa do Direito Constitucional aos seus Territórios, ocorrendo no Maranhão com a ocupação do INCRA e nacionalmente com protestos de grupos indígenas em Brasília.

Em manifesto lançado na ocupação, intitulado Manifesto Quilombola, o MOQUIBOM tratava de aspectos relativos aos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, com apontamentos sobre a situação vivida pelas comunidades quilombolas, como o embate com antagonistas e a incapacidade do Estado de dar aplicabilidade aos direitos Constitucionais.

Nossas comunidades quilombolas perseguidas e ameaçadas por latifundiários, pecuaristas, empresas mineradoras, de monoculturas de soja, eucalipto e cana-de-açúcar estão cada vez ameaçadas de expulsão de nossos territórios com ou sem mandato judicial. Essa pressão aumenta à medida que os governos federal e estadual se curvam e sucumbem aos interesses do capital defendidos no Congresso Nacional pela bancada

ruralista. Assim, os ataques a nossos direitos vêm dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (MOQUIBOM, 2013, p. 1).

Esse documento chama a atenção para a multiplicidade de antagonistas enfrentados pelas comunidades quilombolas em seus embates, estas ligadas ou não ao MOQUIBOM. Desse modo, os pontos de pauta eram: atuação na titulação de territórios de comunidades quilombolas por parte do INCRA, com pautas de servidores do órgão sendo incorporadas ao manifesto - como a revogação da necessidade de formalização de “territórios efetivamente ocupados” por comunidades com processos de regularização no órgão e a autorização nacional do INCRA para publicação dos Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID’s) - além da exigência da publicação da portaria de reconhecimento do território quilombola de Charco, em São Vicente Férrer, e o estabelecimento de um cronograma para a conclusão e publicação dos RTID’s em andamento no órgão. Como afirma o trecho do manifesto:

Ratificamos a reivindicação dos servidores do INCRA para que este Órgão seja ‘estruturado e fortalecido com capacidade de atuar com efetividade na defesa dos direitos constitucionais dos quilombolas e na sua missão institucional de titular seus territórios’.

Exigimos a imediata revogação de exigências impostas pela Direção Nacional do INCRA: 1) de que sejam informadas as ‘áreas efetivamente ocupadas’ por comunidades com processos de regularização tramitando no órgão; e 2) a prévia autorização da direção nacional para publicação do RTID’s;

Reivindicamos a imediata Publicação de Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola do Charco, onde foi assassinado Flaviano Pinto Neto, em 2010, no município de São Vicente Férrer – MA;

Que seja estabelecido Cronograma para a Conclusão e Publicação dos RTID’s em andamento na Superintendência do INCRA-MA (MOQUIBOM, 2013, p. 1).

284

Pode-se perceber o anseio por parte do movimento por um o órgão com capacidade de atuação e apto a dar conta das demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas ligadas ao movimento e outras com processos abertos e sem resposta. Nesse sentido, ele é reivindicado como órgão responsável pelas titulações, apesar de seus limites orçamentários e de quadros, cabendo a esta instituição, a partir de suas competências, titular os territórios pertencentes às comunidades quilombolas.

Assim, os protestos realizados pelo MOQUIBOM demonstram a importância da luta por direitos territoriais, como forma de assegurar os territórios ocupados pelas comunidades quilombolas e, ao mesmo tempo, emitir-lhes a titulação através dos trabalhos do INCRA ou

ITERMA. Essa tentativa ocorre à luz das contradições do próprio momento histórico específico, seja no que tange o limite das próprias instituições responsáveis pelo processo de titulação dos territórios quilombolas, seja pelos limites dos atores sociais envolvidos no processo, que se veem obrigados a pressionar por garantias formais instituídas.

O que se percebe ao longo da discussão sobre a relação entre as ações do Movimento Negro, através do CCN, o surgimento da ACONERUQ e o posterior surgimento do MOQUIBOM é uma imbricação entre a questão racial e pautas de direitos territoriais específicos de comunidades quilombolas. Assim, desde o surgimento de agências do Movimento Negro no Maranhão em idos dos anos 70, se tem uma relação direta entre a discussão sobre a democracia racial, as situações de exploração e racismo que vivem as populações negras urbanas, situações de violência e subemprego e os direitos específicos de comunidades quilombolas em meio rural. Assim, se tem um entrelaçamento entre as experiências urbanas e rurais e mais do que meras discussões e apontamentos, se tem experimentos políticos ímpares, como são os primeiros trabalhos de mapeamento do CCN e o posterior Projeto Vida de Negro.

Por sua vez, a ACONERUQ surge como reflexo da formação e disseminação de direitos territoriais por parte do CCN, através de formações políticas, encontros municipais e encontros estaduais realizados pela entidade. Todavia, devido ao crescimento das atividades da agência, trabalhos antes desenvolvidos de forma sistemática, passam a figurar fora do controle das coordenações estaduais, ocasionando casos que colocam sob suspeita as atividades desenvolvidas, gerando descrédito e afastamento de parcela dessas comunidades.

Com a eclosão do MOQUIBOM, ocorre a tentativa de retomada da discussão da pauta territorial em meio de uma crise de representação política entre comunidades quilombolas e a ACONERUQ. Tal entidade já vinha recebendo críticas dentro do próprio Movimento Negro, relativas à atuação e práticas de lideranças municipais. Nesse sentido, a pauta territorial encontrava-se pouco articulada em meio a outras políticas públicas focadas pela entidade, como a assistência social, através da distribuição de cestas básicas e outras como a construção de casas, escolas e estradas.

Assim, os desafios do MOQUIBOM revelam-se em sua capacidade de pressionar as instituições responsáveis pelas titulações dos territórios quilombolas ao mesmo tempo em que

tenta não ceder a políticas outras, que poderiam limitar ou mesmo reduzir o alcance dos protestos e mobilizações. Sabe-se do peso que políticas específicas têm para segmentos sociais mais palpitados, em especial políticas assistenciais, educacionais, de infraestrutura e agrícolas. Todavia, pelos próprios apontamentos expostos, estas parecem ter menor peso frente à necessidade de titulações e políticas de reconhecimento territorial.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.) (2007). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas.
- BARBOSA, Milton (1991). “Reaja à violência racial”. *Jornal MNU*, São Paulo.
- DOMINGUES, Petrônio (2007). “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Revista Tempo*, Niterói, pp. 100-122.
- FURTADO, Marivania Leonor Souza (2012). *Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades*. Tese de doutoramento, Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista.
- GILROY, Paul (2012). *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2009). *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- LEITE, Ilka Boaventura (2000). “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. *Etnográfica*, Lisboa, pp. 333-354.
- MOVIMENTO QUILOMBOLDA DA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE (2013). Manifesto quilombola.
- MOURA, Clóvis (1981). *Rebeliões da senzala: a questão social no Brasil*, São Paulo: Ciências Humanas.
- NASCIMENTO, Abdias (2002). *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: Editora 34.
- PAIXÃO, Marcelo (2005). *Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais*. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2015/11/ANTROPOFAGIA-E-RACISMO-MARCELO-PAIX%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

QUIJANO, A. (2009). “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESSES, Maria. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. pp. 73-118.

QUIJANO, A. (2005). “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 24/10/2018.

PEREIRA, Amílcar Araujo (2013). *O mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas.

PROJETO VIDA DE NEGRO (2005). *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. Coleção Negro Cosme, São Luís: SMDH, CNN-MA, PVN.

RISÉRIO, Antônio (2012). *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34.

SANTOS, do Regina Coeli Benedito dos (2006). *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações lésbicas negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes (2004). *A luta pela terra: experiência e memória*. Coleção Paradidáticos. Série Poder. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

TELLES, Edward (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford.

Abstract

This work aims at investigating the steps of the emergence of a specific entity of the Black Movement in the Brazilian Northeast, the Center of Black Culture (CCN, the acronym in Portuguese), considering the scenario of its emergence in Maranhão, as well as its interface with struggles and demands of entities of the Black Movement in Brazil. In addition, it draws attention to organizational experiments and political interventions in guaranteeing territorial rights to the so-called "remaining communities of quilombos" during national redemocratization, as well as the subsequent mobilization of these communities in their own organized segments.

Keywords: Social Movements; Quilombola Communities; Constitutional Rights.

Resumen

288

El presente trabajo tiene por objetivo indagar acerca de la emergencia de una entidad específica del movimiento negro en el Nordeste brasileño, el Centro de Cultura Negra (CCN), haciendo foco en el escenario de su surgimiento en Maranhão, así como su interfaz con luchas y demandas de entidades del Movimiento Negro en Brasil. Además, orientar la atención hacia los experimentos organizativos e intervenciones políticas por la garantía de derechos territoriales a las llamadas "comunidades remanentes de quilombos" en medio de la redemocratización nacional, así como la posterior movilización de estas comunidades en segmentos organizados propios.

Palabras clave: Movimientos Sociales; Comunidades Quilombolas; Derechos Constitucionales.

Percepção da paisagem geomorfológica dos Caldeirões em Lajedo (PE) sob uma perspectiva sistêmica*

Caldeirões's geomorphological landscapes perception in Lajedo (PE)
by a systemic perception

Percepción del paisaje geomorfológico de los Caldeirões em
Lajedo (PE) bajo una perspectiva sistémica

Recebido em 26-01-2018
Modificado em 14-08-2018
Aceito para publicação 11-10-2018

289

Jeovanes Lisboa da Silva Filho 

ORCID: 0000-0002-1790-604X

Mestrando em Geografia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Licenciado em Geografia, Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns. Integrante do Grupo de Estudos Sistêmicos do Semiárido Nordestino – GESSANE. E-mail: jeovanelisboa@hotmail.com

Maria Betânia Moreira Amador (In Memoriam) 

ORCID: 0000-0001-7831-1608

Doutora em Geografia, Engenheira Florestal e Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, *Campus Garanhuns*. Líder do Grupo de Estudos Sistêmicos do Semiárido Nordestino – GESSANE.

Resumo

Este trabalho é resultado final de Iniciação Científica e que versa sobre o estudo da paisagem geomorfológica dos Caldeirões em Lajedo (PE). Os objetivos almejados foram analisar os Caldeirões numa perspectiva sistêmica e, ao mesmo tempo, inserir essa área no contexto ambiental do município, assim como, verificar a percepção dos moradores locais. Em termos metodológicos, realizaram-se pesquisas de cunho bibliográfico e, em seguida, tomou-se como orientação teórico-metodológica a abordagem sistêmica na geografia. Foram realizados trabalhos de campo, registros fotográficos e a percepção direta da população que reside no entorno. Como considerações finais do estudo, pode-se citar a falta de afeição pela paisagem local, sobretudo nos mais jovens, assim como os variados impactos de ordem ambiental.

Palavras-chave: Topofilia; Lugar; Sistemismo; Complexidade.

* Pesquisa realizada com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

1. Introdução

A perspectiva deste trabalho é, de certa forma, proporcionar elementos para reflexão acerca da paisagem dos Caldeirões em Lajedo (PE), sob uma abordagem sistêmico-complexa, considerando a percepção das coisas simples que se transformam em complexas pelo fato de terem suas contextualizações elaboradas e apreendidas através de valores e atitudes subjetivas inerentes ao sujeito observador, o homem, que também faz parte desse mesmo contexto. Portanto, o presente artigo evidencia resultados finais de um trabalho que fez parte de um projeto de maior dimensão, o qual visou ao estudo das paisagens geomorfológicas do Agreste Meridional de Pernambuco - Brasil.

A área de estudo foram os Caldeirões no município de Lajedo (PE). Estes referem-se a uma formação de caráter geológico e geomorfológico com cavidades de diversas formas e profundidades, os quais acumulam água, sobretudo da chuva. Os Caldeirões foram responsáveis pelo processo de ocupação dos primeiros povoamentos do município e hoje encontram-se na área central da cidade.

O fato de existir escassez de estudos nessa localidade e sabendo do seu valor paisagístico, histórico e cultural, foi que despertou o interesse em realizar este trabalho para se ter mais compreensão sob o ponto de vista geomorfológico e ambiental da paisagem, tomando-se como base teórica, a obra Topofilia de Yi Fu Tua (2012), na qual o lugar é sua discussão central. O “lugar”, na condição de categoria de estudo da Geografia, nem sempre é valorizado para estudos. Acredita-se que pela sua dimensão escalar geralmente é suplantado por outras categorias como paisagem, território entre outras, embora mantendo-se incrustado nelas, mas sem muita ênfase. Logo, percebe-se que, nesse âmbito, relacionar olhares sistêmicos e complexos torna-se um desafio que se pretende enfrentar, mesmo que modestamente (AMADOR, 2017).

Os objetivos, por sua vez, visaram: identificar e caracterizar a área; levantar informações, dados e características relacionados aos Caldeirões; analisar os principais impactos de ordem físico-ambiental da área dos Caldeirões e perceber como a população local interage com esse fragmento geomorfológico.

Quanto aos procedimentos metodológicos, buscou-se fazer leituras bibliográficas de todo e qualquer escrito que se refira aos Caldeirões, selecionando-se aqueles que mais se aproximasse dos propósitos da pesquisa. Os registros fotográficos foram importantes,

principalmente nos trabalhos de campo, como também a observação e percepção dos moradores da comunidade local, os quais têm muito a contribuir, uma vez que a visualização dos problemas e/ou potencialidades partem daqueles que vivem no lugar, e tem neles o sentimento de pertencimento devido a sua experiência e vivência cotidiana.

O artigo segue a sua estrutura trazendo à tona alguns pressupostos teóricos da revisão bibliográfica e, em seguida, faz uma breve caracterização da área de estudo. Em sequência, evidencia os procedimentos metodológicos, realça os principais resultados e finaliza com as condições finais.

Para tanto, consta neste artigo reflexões a respeito dos Caldeirões que, por sua beleza natural, contexto histórico e cultural têm potencial para promover o turismo e, em consequência, o desenvolvimento econômico local, uma vez que o município estudado se encontra numa localização geográfica estratégica na intersecção entre Garanhuns e Caruaru, polos regionais do Agreste pernambucano, merecendo assim, um estudo sistêmico e de caráter interdisciplinar.

291

2. Marcos conceituais da revisão bibliográfica

2. 1. Lugar e Paisagem

O conceito de lugar é considerado extremamente relevante para a Geografia, sendo de definição polissêmica, ou seja, existem diversos significados na literatura pertinente dentro das várias abordagens teóricas e correntes de pensamento geográfico. Corrêa (2000, p. 16) afirma que “lugar tem sido diferentemente conceitualizado segundo as diversas correntes da geografia.”

Portanto, a concepção de lugar deste trabalho, tem como referência o autor Yi Fu Tuan (2012), o qual em sua obra “Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, expressa como pensar o lugar de forma afetiva. Assim, entende-se que a *Topofilia* é:

Um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero, prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que

temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 2012, p. 107).

Sendo assim, apreende-se que *Topofilia* é entendida como os laços afetivos da pessoa com o meio físico material e o seu lugar, é pensar nesse *locus*, com o qual temos a nossa identidade e a sensibilidade de refletir, no entanto, agregando valores que junto ao conhecimento científico e empírico possam reverberar em ações positivas, de forma ampla, bem mais fácil e viável quando o conhecemos e o amamos.

Ainda, referindo-se ao lugar, toma-se novamente Tuan (2013), quando ele diz que “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos” (TUAN, 2013, p. 72). E, ainda, o diferencia de espaço, dizendo que:

O espaço fechado e humanizado é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade (TUAN, 2013, p. 72).

Com base em Tuan (2013), os seres humanos precisam tanto de espaço, quanto de lugar, uma vez que o espaço significa liberdade, enquanto o lugar é um centro calmo, seguro, cheio de valores e significados.

Nesse âmbito, a experiência é estabelecida por sentimentos e pensamentos, que são dados através de sensações/percepções das pessoas sobre determinada realidade que está diretamente ligada às emoções. E, ao analisar a experiência com o lugar, Gonçalves (2010) explica que:

Quando apropriado, vivido e imaginado em intensidades diferentes, o espaço se torna um lugar repleto de definições e significados. Mas como a experiência de lugar está inevitavelmente associada à passagem do tempo, nem sempre uma experiência muito intensa, porém breve, poderá ser caracterizada como uma experiência íntima do lugar. A fim de se chegar a esta, portanto, é ao passar do tempo que se deve consagrar o mérito de uma experiência exequível (GONÇALVES, 2010, p. 56).

Embora este trabalho tenha o “lugar” como sua base de análise, não se pode prescindir da categoria paisagem, pois aqui se trabalham ambas em contexto, tendo em vista que a concepção teórico-metodológica é sistêmica e interdisciplinar, na qual a paisagem, por sua vez, é considerada fundamental no âmbito de estudos de cunho ambiental.

Sobre paisagem, Ab'Saber (2003, p. 9), em sua obra intitulada “Domínios de Natureza do Brasil: Potencialidades Paisagísticas”, traz o seguinte entendimento: “a paisagem nada

mais é do que uma herança, uma herança em todo sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram”.

Logo, a paisagem na concepção de Guimarães (2007, p. 21), “é entendida como um centro calmo de diferentes significados, onde de acordo com nossos códigos avaliadores, podem ser interpretados através de nossos símbolos visíveis, não visíveis e sensíveis, envolvendo as dimensões naturais, culturais e ecléticas”.

Amador (2014), por sua vez, ainda enfatiza que a simplicidade de ver, sentir e pensar harmonicamente a natureza, talvez seja a ação mais complexa para se alcançar o vislumbre de uma paisagem rica de significados e dinâmica em sua essência. Vê-se, pois, que pensar o lugar e a paisagem de forma integrada é uma ação complexa em sua mais pura essência.

2.2. Sistemismo e complexidade

O sistemismo abriu caminho não apenas como mais uma teoria, mas uma nova visão de mundo, cujos princípios são os da totalidade, da abrangência das partes. O pensamento sistêmico foi elaborado por vários cientistas ao longo de sua história, mas teve seu marco inicial em 1930 e veio a ser difundido e mais aceito pela comunidade científica por volta de 1960 após a publicação da obra *Teoria Geral dos Sistemas* sob a autoria de Bertalanffy.

Para tanto, ao falar de pensamento sistêmico, inicialmente coloca-se a ideia de sistema, o qual Bertalanffy (2015, p. 63) define como sendo “um conjunto de elementos em interação”. Morin (2003), por sua vez, concebe “sistema como sendo uma unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos” (Morin, 2003 *apud* Amador, 2011, p. 87).

Christofeletti (1979) diz que os sistemas que interessam ao geógrafo não atuam de modo isolado, mas funcionam dentro de um ambiente e faz parte de um universo maior, é um sistema aberto. Já Amador (2006) apresenta a seguinte conotação sobre pensar sistematicamente:

Pensar e agir sistematicamente, em qualquer área de estudo, requer refletir problemas sob o aspecto da ordem, da organização, da totalidade, entre outros. Logo, são abordagens que fogem ao tradicional reducionismo da ciência que, busca entender os fenômenos, prioritariamente, pelo observável e pelo testável, fundamentado sobremaneira na física e na matemática, vindo a contribuir ao longo do tempo na extrema especialidade que esquece, ou não encontra espaço para entender o todo, ficando retido, apenas, na questão da causa e efeito de forma linear (AMADOR, 2006, p. 26).

Em outra obra, essa mesma autora ainda destaca que “a visão sistêmica, como forma de abordagem dos fenômenos tem emergido no contexto de várias ciências, na tentativa de se apresentar como uma alternativa ao modo reducionista, disjuntivo, separador das partes” (AMADOR, 2011, p. 89).

Fica patenteada a importância de se trabalhar sistematicamente, principalmente quando se envolvem os estudos de cunho ambiental, incluindo assim a gestão ambiental, educação ambiental, riscos ambientais, vulnerabilidades de ordem social, entre outros.

Portanto, coloca-se também que a “abordagem sistêmica” pode ser trabalhada em conjunto com a “teoria da complexidade”, ambas como maneiras de pensar e agir integradamente no e com o ambiente. Morin (2008, p. 58), diz que “a complexidade integra os modos simplificadores do pensar e consequentemente nega os resultados mutiladores, unidimensionais e reducionistas”.

Já Amador (2011, p. 86), diz que “pensar complexamente requer trabalhar com o objeto em contexto, ampliar o foco e conseguir visualizar sistemas amplos. Tira-se o foco exclusivo de apenas um elemento e incluem-se as relações”. Então, apreende-se que a complexidade nada mais é do que trabalhar a multidimensionalidade dos vários subsistemas de um sistema maior que esteja sendo trabalhado, seja no âmbito da pesquisa, ensino e/ou extensão.

294

3. Área de estudo: os Caldeirões em Lajedo (PE)

O termo Caldeirões/Marmitas, segundo Lima (2017), citado por Amador (2017), é proveniente de intemperismo:

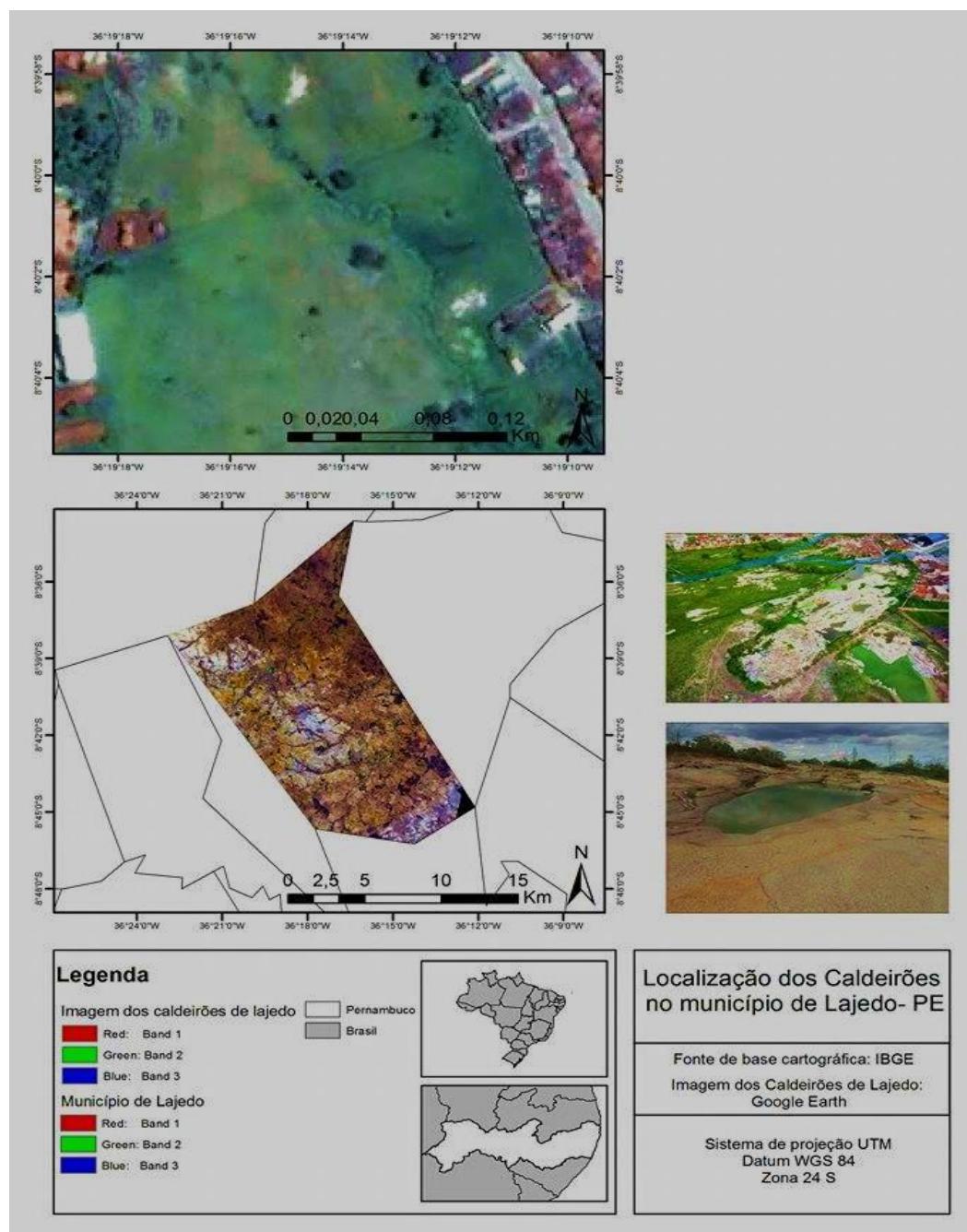
[...] Marmitamento: a rocha é destruída pelo turbilhar da água, movendo seixos que vão desgastando a rocha, acarretando na formação de orifícios. Quando os orifícios são grandes denominam-se de Caldeirões e os pequenos Marmitas (LIMA, 2017, p. 2, *apud* AMADOR, 2017, p. 7).

Do ponto de vista físico, observa-se em Silva (1995, p. 25), que os “Caldeirões são uma formação natural de pedra, cheia de cavidades grandes e pequenas que retinham a água da chuva e abasteciam a população durante a estação chuvosa e intermediária”.

Os Caldeirões (Figura 1), contam com uma área de aproximadamente 1.3 hectares referentes à rocha principal, a qual situa-se em propriedade da prefeitura municipal. Outra

área, no entanto, de aproximadamente 1.8 hectares está localizada em propriedade pública, mas de outra ordem ainda não totalmente definida se federal, estadual ou municipal. Registra-se, também, que os Caldeirões foram os elementos primeiros em grau de importância para o processo de ocupação do lugar em que foi edificada a cidade, como também foram fundamentais no abastecimento de água para o município.

Figura 1 - Mosaico de representação dos pontos georreferenciados da área dos Caldeirões em Lajedo (PE) - Elaboração: Renilson Ramos e J. Lisboa (2015)



Culturalmente, “Caldeirões” é uma denominação dada ao conjunto de lajedos responsáveis pelo surgimento dos primeiros assentamentos do lugar, hoje cidade de Lajedo (PE), os quais acumulam água, principalmente da chuva, em suas cavidades de diversos formatos, e foram fundamentais para a sobrevivência de humanos e animais nos primeiros anos de formação da cidade.

4. Procedimentos Metodológicos

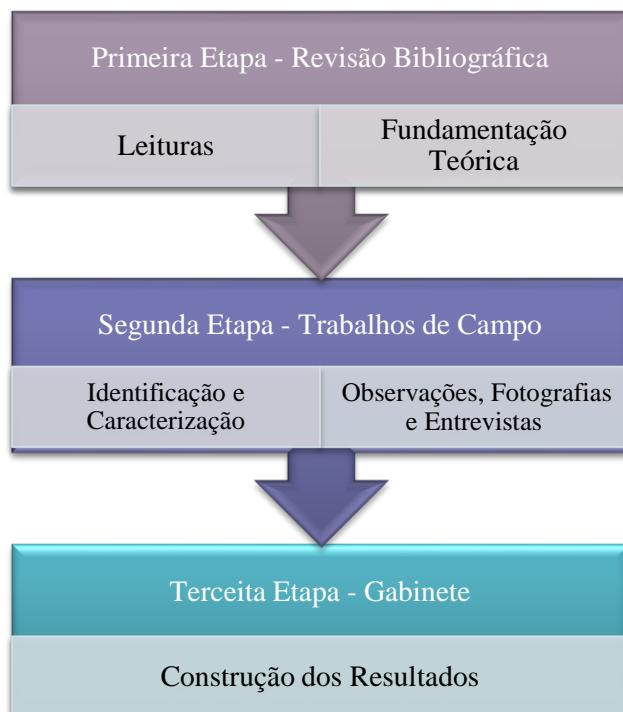
O método adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi o sistêmico, procurando-se integrar elementos da paisagem que pudessem fornecer pontos de reflexão e entendimento para diagnosticar os impactos da ação antrópica, bem como as inter-relações entre os aspectos sociais e naturais. E, na perspectiva de ponderar elementos da percepção, buscou-se na fenomenologia reflexões subjetivistas.

Figura 2

296

Fluxograma Metodológico

Elaboração: J. Lisboa (2018)



A primeira etapa do trabalho consistiu no levantamento e aquisição de material bibliográfico referente à temática em estudo, favorecendo o embasamento teórico para a fomentação da pesquisa. Foram consultados artigos, monografias, livros, dissertações, teses, entre outros materiais para dar suporte teórico e, em consequência, favorecer a apropriação do conhecimento.

A busca por informações de ordem local se deu através de varredura em bibliotecas tanto de universidades, quanto de municípios como as de Lajedo (PE), Garanhuns (PE) e proximidades. Visitaram-se também arquivos pessoais de pesquisadores locais e até o acervo documental da Prefeitura Municipal de Lajedo (PE). Consultas em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram importantes para guiar a busca de informações e dados sobre o município de Lajedo (PE).

Na segunda etapa, realizou-se um trabalho de análise morfodinâmica, embora muito adaptado pela própria constituição do lugar formado prioritariamente de rochas, buscando verificar influências antropogênicas que, por sua vez, dizem respeito a vários componentes naturais de um ecossistema como umidade, salinidade do solo, mudança da vegetação, poluição em geral entre outros, seguindo os passos da metodologia de Tricart (1977) adaptada por Corrêa e Azambuja (2005). Esses índices determinam o estudo variável de um geossistema em relação à estrutura primitiva e reflete em seu modelado num contexto da dinâmica da paisagem, o que contribuiu para a identificação e caracterização da área de estudo.

A pesquisa é de natureza qualitativa, além do que foram realizados registros fotográficos, trabalhos de campo, tendo-se a técnica da observação como base para a identificação de problemas ambientais, diálogos informais com a população local, desde os residentes mais experientes e de longa idade, aos mais jovens da comunidade dos Caldeirões, bem como com representantes de associações, professores, diretores de escolas, demais cidadãos locais, entre outros. A percepção do cotidiano ficou por conta da própria vivência do pesquisador envolvido, que é do lugar, associada com as leituras dirigidas ao tema.

Na terceira, então, teve-se a sistematização dos dados em gabinete. Registra-se que para a realização dessa pesquisa, cabe ressaltar que se encontra de acordo com as normas da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.

5. Resultados e discussões

Na Tabela 1 verificamos os resultados deste trabalho, os quais remetem aos aspectos positivos e negativos do lugar, evidenciando as problemáticas de ordem físico-ambiental, bem como as vulnerabilidades de ordem social.

Tabela 1

Principais problemáticas e potencialidades dos Caldeirões em Lajedo (PE)

Problemáticas Socioambientais	Potencialidades do Lugar
Impactos de ordem físico-ambiental nas Marmitas	Área catalogada pelo PPSHI (1980)
Poluição significativa dos recursos hídricos	Área registrada como patrimônio natural e cultural pelo plano diretor municipal (2003)
Depósito inadequado de resíduos sólidos	Remete ao nome da cidade
Animais soltos (domésticos, bois, cavalos, etc.)	Favoreceu o processo de ocupação dos primeiros moradores da cidade
Avanço imobiliário na (APP)	No passado, já foi alvo de ponto turístico do município
Invasão irregular por moradores de rua	Já abasteceu a cidade com água nos primeiros anos de sua formação
Pichação nas rochas	Localiza-se na área central da cidade
Área totalmente aberta e sem iluminação	Apresenta beleza paisagística e natural
Moradores com medo de atos perigosos (violência)	Valor patrimonial e cultural
Área com risco de inundação	Potencial turístico (local)
Falta de sentimento de pertencimento pelos mais jovens	Potencial educacional

298

Apreende-se, então, a complexidade dos problemas ambientais presentes na área dos Caldeirões (Figura 03), tais como os impactos de ordem físico-ambiental, principalmente por deposição inadequada de resíduos sólidos dos mais diversos tipos.

Outro fator que salta aos olhos de todos (Figura 3), é a passagem de água totalmente poluída oriunda do riacho Doce e do riacho Prata. Ambos perpassam toda a área urbana do

município, e, também, os Caldeirões, onde esses riachos se encontram, levando consigo uma grande parcela de poluição devido à falta de um sistema de drenagem de águas fluviais, o que acaba contribuindo para a contaminação das suas águas e, eventualmente, das concavidades dos Caldeirões, gerando uma série de riscos à saúde da população que habita no entorno.

Verifica-se também na Figura 03, que esse lugar encontra-se totalmente aberto e sem nenhum tipo de iluminação, o que causa até medo na população que reside no entorno, pois um lugar aberto, abandonado e sem iluminação, no centro da cidade, torna-se perigoso, uma vez que alguns elementos não bem-intencionados podem provocar atos perigosos. Esgotos a céu aberto também é comum na área.

Figura 3

Umas das entradas que dá acesso aos Caldeirões (totalmente aberta)

Fonte: J. Lisboa (2016)



299

Verifica-se na Figura 4, que as setas indicam o grande acúmulo de sedimentos nas rochas. Percebe-se também que as casas foram sendo construídas dando as costas aos Caldeirões. À esquerda da foto temos a Avenida Presidente Kennedy, uma das principais entradas que dá acesso ao centro da cidade, prefeitura, fórum, escolas, e à direita, encontra-se a rocha principal dos Caldeirões na área pública pertencente à prefeitura municipal.

Figura 4

Casas com as costas para os Caldeirões

Fonte: Associação Curta os Caldeirões, 2012



300

Na Figura 5, podemos visualizar animais soltos na área dos Caldeirões, provavelmente pertencentes aos moradores que residem no entorno dessa localidade.

Figura 5

Animais soltos na área dos Caldeirões em Lajedo (PE)

Fonte: J. Lisboa (2016)



E, na Figura 6, observam-se os vários entulhos de construções civis e resíduos domésticos que são jogados na localidade, também pelos moradores que residem nas proximidades.

Figura 6

Resíduos sólidos jogados na área Caldeirões em Lajedo (PE)

Fonte: J. Lisboa (2016)



301

Além de todos os aspectos que podem ser observados nas imagens, percebeu-se, também, não haver esforço educativo em relação a esse patrimônio natural por parte dos municíipes, o que evidencia a importância de um trabalho de Educação Ambiental voltado para o público que reside na comunidade dos Caldeirões.

Outro indicativo que se percebeu é a falta de valorização por parte da maioria da população em relação à importância dos “Caldeirões” para o município, principalmente os mais jovens. Salienta-se também, como pode ser visto na Figura 04, as várias construções de casas e estabelecimentos comerciais que foram sendo fixados de maneira desordenada, invadindo a área dos Caldeirões, ou seja, área de ocupação irregular sem nenhum respeito a esse patrimônio geomorfológico.

Sabe-se que por volta de 1940 até 1980, a principal fonte de água para atender as necessidades básicas da população de Lajedo (PE) era extraída dos Caldeirões. Sendo assim,

suas águas eram vistas como algo precioso. A própria população fazia mutirão de limpeza no local. No entanto, nota-se que depois da década de 1980 quando a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) se instalou na cidade e começou a abastecer o município, a população que necessitava da água dos Caldeirões passou a não depender mais diretamente dela.

Assim, a valorização, visitação e consequentes mudanças de percepção desse patrimônio foram diminuindo gradativamente por parte da população e do poder público, chegando, então, na atualidade, praticamente abandonado, poluído, sujo entre outras mazelas de ordem social e ambiental.

Considerações finais

Coloca-se que a pesquisa sobre a geomorfologia da paisagem analisada de forma sistêmica tem apresentado resultados esclarecedores, mesmo que de forma introdutória para o município mencionado no que tange aos aspectos ambientais.

302

Vale salientar a importância histórica e cultural que os Caldeirões têm para os lajedenses, uma vez que se trata do lugar que deu origem ao nome do município e pode ser considerado o marco zero da cidade.

Mesmo sabendo-se de todas essas potencialidades, detectou-se que no tempo presente os Caldeirões encontram-se esquecidos e abandonados pela maioria da população, portanto é importante pensar na ideia de sustentabilidade dos Caldeirões, visto que eles se encontram com significativos impactos ambientais.

Este estudo permitiu o entendimento de que, embora ainda de forma preliminar, possa subsidiar tomadas de atitudes e ações eficazes para que a população local reconheça o valor histórico turístico e cultural dos “Caldeirões”, e que passe a ter mais sensibilidade, contribuindo para conhecimento e reconhecimento do que outrora foi fundamental para edificação da cidade.

Essa ideia pode ser possível através de uma política pública educacional transformadora que desperte nos moradores uma consciência ambiental e o consequente reconhecimento do seu valor, contribuindo para se pensar na gestão ambiental.

Mas, para isso, é necessário o apoderamento de conhecimento pelos cidadãos conscientes e conhecedores desses problemas, e que eles trabalhem juntamente com o poder

público de forma crítica, mas não de maneira rígida como habitualmente está-se acostumado a fazer, e sim, com conhecimento, discernimento e respeito, buscando sempre o ponto de equilíbrio e mostrando possibilidades, com o quesito “ética” norteando a condução dos trabalhos.

A participação da população, sobretudo a do lugar, é fundamental para a gestão e a educação ambiental, uma vez que a primazia da troca de saberes técnicos, científicos e populares fornecem subsídios para elaboração de diagnósticos que visam a solução de problemas em áreas de riscos ambientais, bem como promove uma melhoria de ações e conscientização ambiental relacionados à realidade local.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib (2003). *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial.

AMADOR, Maria Betânia Moreira (2011). *Sistemismo e sustentabilidade: questão interdisciplinar*. São Paulo: Scortecci.

_____. (2006). “O sistêmico e as questões teórico-metodológicas da sustentabilidade no âmbito da geografia”. *II Fórum Ambiental da Alta Paulista*. Tupã, SP: ANAP/FACCAT/UNESP. 1 CD-Rom sob o ISSN 1980-0827.

_____. (2017). “O “lugar” sob o olhar geomorfológico-ambiental no Agreste Meridional de Pernambuco – Brasil”. *EGAL*, Bolívia.

_____. (2014). “Espaço Agrestino sob a ótica do verde urbano e rural no interior de Pernambuco”. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 10 a 16 de agosto de 2014, Vitória ES.

_____. (2009). “O pensamento de Edgar Morin e a geografia da complexidade”. *Revista Científica ANAP Brasil*, n. 2, ano 2, pp. 60-76.

_____. (2015). “Topofilia” aplicado ao estudo de componentes geomorfológicos considerados patrimônios no Agreste de Pernambuco”. *Revista Equador*. v. 4, nº 3, ano 2015. Edição Especial 02. pp. 171-177.

BERTRAND, G. (1971). “Paisagem e geografia física global: esboço metodológico”. *Caderno de Ciências da Terra*. São Paulo: USP.

CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza (2014). *Cartografia de paisagens: fundamentos*. São Paulo: Oficina de Textos.

CHRISTOFOLLETTI, Antônio (1979). *Análise de sistemas em geografia: introdução*. São Paulo: Hucitec-Edusp.

CORRÊA, Antonio Carlos de; AZAMBUJA, Renata Nunes (2005). “Avaliação qualitativa em micro-escala da estabilidade da paisagem em áreas sujeitas a desertificação no ambiente

semi-árido do Nordeste do Brasil”. *Anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. USP: São Paulo.

CORRÊA, Roberto Lobato (2000). “Espaço: um conceito-chave da geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA; Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José (2011). *Geomorfologia e meio ambiente*. 10. ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DIAS, Paulo Henrique (2013). *Lajedo: uma história de lutas, conquistas e glórias*. Recife: Ed do Autor.

FLORENZANO, Teresa Gallotti (2008). *Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais*. São Paulo: Oficina de Textos.

GONÇALVES, Leandro Forgiarini de (2010). *O estudo do lugar sob o enfoque da Geografia Humanista: um lugar chamado Avenida Paulista*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 266 pp..

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima (2007). *Paisagens: aprendizados mediante as experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem*. Tese de Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

HOGAN, Daniel Joseph; Paulo Freire, VIEIRA (1955). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Ed Campinas: Editora da UNICAMP.

IBGE (2015). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260880&idtema=130&search=pernambuco%7Clajedo%7Cestimativa-da-populacao-2015>>. Acessado em Janeiro de 2016.

JATOBÁ, Lucivânia; LINS, Rachel Caldas (2003). *Introdução a geomorfologia*. 4 ed. Recife: Bagaço.

LAJEDO-PE (2003). *Plano Diretor do Município de Lajedo*. Lei 1.112. /2003.

MORIN, Edgar (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina.

SILVA, Antônio de Oliveira (1995). *Lembranças da primavera: memórias de Lajedo*. Edição do autor.

SILVA FILHO, Jeovanes Lisboa; AMADOR, Maria Betânia Moreira (2014). “A Paisagem Geomorfológica dos Caldeirões em Lajedo-PE sob uma Visão Sistêmica do Ambiente”. In: *Periódico Eletrônico do X Fórum Ambiental da Alta Paulista*. Patrimônio Histórico, Turismo e Desenvolvimento Local. v 10 p. 90-97.

_____; _____. (2015). “A visão sistêmica contribuindo para o estudo da paisagem geomorfológica dos Caldeirões em Lajedo-PE”. *XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. Teresina/PI Junho/Julho.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (2005). “O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em geografia no Brasil”. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 16, pp. 38-45.

TRICART, Jean (1977). *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE: Diretoria Técnica: SUPREN.

TUAN, Yi-Fu (2013). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel.

_____. (2012). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de (2013). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 10 ed. Campinas, São Paulo: Papirus.

Abstract

This work is the Scientific Initiation final result of the study of Caldeirões' geomorphology landscape at Lajedo (PE). It aims to analyze Caldeirões under a systemic perspective and insert this area in an environmental context in the city, considering the local citizens' perception. In methodological terms, we did bibliographical researches and, as theoretical and methodological orientation was used the systematic approach in geography. We realized field researches, photographic register, and it was analyzed the perception of the residents. In the end, it was perceived no affection, mainly by the younger, for the local scenery and the various impacts of environmental issues.

Keywords: Topophilia; Lugar; Systemism; Complexity.

Resumen

306

Este trabajo es resultado final de Iniciación Científica y versa sobre el estudio del paisaje geomorfológico de los Caldeirões en Lajedo-PE. El objetivo de este trabajo fue analizar los Caldeirões bajo una perspectiva sistémica y, al mismo tiempo poner esa área en el contexto ambiental del municipio, así como tener en consideración la percepción de los habitantes locales. En términos metodológicos, se realizaron pesquisas de carácter bibliográfico y, en seguida, se tomó como orientación teórico-metodológica un abordaje sistemático. Fueron realizados trabajos de campo para registros fotográficos y percepción directa de la población que habita en esa región. Como consideraciones finales del estudio, se puede citar la falta de afección, sobre todo por los más jóvenes, así como los variados impactos de orden ambiental.

Palabras clave: Topofilia; Lugar; Sistemismo; Complejidad.

“¿Voy a ver teatro?”, la emergencia de los microteatros en Guayaquil

“Am I going to the theater?”, the emergency of microtheaters in Guayaquil

“Vou ver teatro?”, a emergência dos microteatros em Guayaquil

Recebido em 06-07-2018

Modificado em 09-09-2018

Aceito para publicação em 06-10-2018

Santiago Toral Reyes 

ORCID: 0000-0002-6531-1198

Magíster en Comunicación Audiovisual (Universidad Católica Argentina – Buenos Aires, Argentina). Licenciado en Comunicación Audiovisual y Multimedia (Universidad Casa Grande – Guayaquil, Ecuador). Docente investigador en la Facultad de Comunicación de la Universidad Casa Grande. Realizador audiovisual y guionista. E-mail: storal@casagrande.edu.ec

307

Ana Belén Ampuero 

ORCID: 0000-0001-8173-0897

Master en Administración de Empresas (Universidad de Santiago de Compostela - Galicia, España). Licenciada en Comunicación y Marketing Estratégico (Universidad Casa Grande – Guayaquil, Ecuador). Docente investigadora en la Facultad de Comunicación de la Universidad Casa Grande. E-mail: aampuero@casagrande.edu.ec

Resumen

En 2014 apareció Microteatro GYE¹, una casa adaptada como centro cultural donde se presentaban obras cortas y existía un modesto bar. Dos años después surge PopUp, que, con un modelo más comercial, logra convocar un gran número de asistentes. En 2017, Microteatro GYE se traslada al centro de la ciudad, donde concurre un mayor público. A través de encuestas y entrevistas realizadas entre junio y julio del 2017, este artículo se propone evidenciar las diferencias y/o semejanzas de las motivaciones del público que asiste a Microteatro GYE y a PopUp. El presente trabajo expone que, para los espectadores de ambos espacios, el ambiente es la principal motivación de asistencia, lo que propicia una alternativa diferente de socialización.

Palabras clave: Consumos Culturales; Teatro; Microteatro; Públicos.

¹ Las letras GYE que utiliza el Microteatro, corresponden al nombre aeroportuario de Guayaquil, según la Asociación Internacional de Transporte Aéreo (IATA en inglés). El uso de estas letras es muy frecuente en el lenguaje coloquial de los guayaquileños para referirse a su propia ciudad.



Introducción

La esfera cultural ha cambiado. El desarrollo vertiginoso del mundo digital acompañado del acceso a diferentes modos de producción global, está generando nuevos productos culturales. El arte, por ejemplo, ha dejado de ser ese campo elevado de acceso exclusivo y ha comenzado a generar sus productos tomando en cuenta las leyes de mercado. No basta ya con tener un trabajo artístico de alto contenido. Ahora además de exhibirlo, se vuelve imperativo que el público participe y tenga una experiencia estética alrededor de ese producto. Así es como aparecen espacios alternativos dentro de las ciudades donde el mismo lugar y los productos presentados, generan una sensación de glamour, belleza a partir de un eclecticismo de estilos (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). También se puedan dar dinámicas como señala Wortman (2015), en las que el contenido que ofrecen esos espacios deja de ser lo primordial y es el ambiente el que pasa a ocupar el primer lugar dentro de las motivaciones de asistencia, al convertirse en un espacio de encuentro con los demás.

Esto explica la actual proliferación de espacios urbanos como galerías de arte, museos, talleres artísticos, cafeterías, ferias artesanales, cineclubs decorados con especial cuidado para ofrecer una experiencia que mezcla lo lúdico y lo artístico. Lo que buscan los hombres y las mujeres de la época actual es el cultivo del gusto sensible, motivados por la idea de desarrollar valores fuertemente vinculados a la idea de *autenticidad* (ARIZAGA, 2017).

308

El deseo de ser original, de experimentar vivencias únicas en cada una de las esferas de la vida cotidiana, implica la ruptura de hábitos de consumo homogéneos, ligados a una tradición o a la idea de un *deber ser*. Se puede decir, por tanto, que la búsqueda del estilo de vida es ya un proyecto de vida, que busca resaltar la individualidad evidenciada en la fusión particular de bienes, ropas, prácticas y experiencias (FEATHERSTONE, 2000). Desde este marco, se han generado nuevas formas de consumo que obligan a repensar cómo los individuos utilizan sus bienes y cómo intervienen en la configuración de su identidad, estas nuevas formas de apropiación de los productos culturales.

El teatro, como cualquier otro arte, no ha sido ajeno a estos cambios. La idea del espectáculo multitudinario ya no es la forma exclusiva de producir una obra. Los costos de realización, principalmente, han obligado a pensar en formas alternativas para montar obras de menor costo en espacios no tradicionales, con la presencia de públicos que no necesariamente son consumidores habituales de teatro. Es así como se ha desarrollado una

vertiente de teatro independiente en grandes ciudades como Nueva York, Londres, París, Madrid, Buenos Aires o Bogotá, donde muchas obras han ganado prestigio internacional.

En este contexto, en el año 2009, surgió en Madrid una manera aún más radical de producir el acto escénico. Alrededor de cincuenta directores, actores y autores de teatro tomaron un antiguo prostíbulo de Madrid, donde presentaron un proyecto teatral del 13 al 23 de noviembre. En cada una de las trece habitaciones del lugar se alojó un grupo de teatro que debía montar una obra de quince minutos de duración para un público de veinte personas aproximadamente. La única consigna era que la temática debía girar alrededor de la prostitución. Debido al bajo costo que se asignó a las entradas, se instaló un bar con oferta variada de donde se obtuvieron los principales ingresos para el mantenimiento del espacio. Fue así como surgió el Microteatro por Dinero, iniciativa que generó una gran aceptación en Madrid al ofrecer un contacto cercano entre actores y públicos, además de convertirse en una plataforma para nuevos creadores. El Microteatro por Dinero se formalizó con el alquiler de un espacio fijo, convirtiéndose en una referencia local de teatro vanguardista. Gracias a su éxito, este modelo se fue replicando, a modo de franquicia, en varias ciudades españolas y en diferentes puntos de América como Miami, Buenos Aires, Bogotá, Ciudad de México, Medellín, Lima, entre otras ciudades.

En Guayaquil, la productora teatral Daemon decidió realizar una propia versión del Microteatro por Dinero, en agosto del 2014. Se mantuvo la dinámica de obras de máximo quince minutos en un espacio alternativo pero estas no tenían que unirse bajo una misma temática. Fue así como Microteatro GYE abrió sus puertas en las instalaciones de la productora Daemon, en el barrio de Miraflores, con tres obras completamente diferentes entre ellas. La novedad del espacio, la brevedad de las obras, el módico precio de \$5 por función y la implementación de un bar en la sala de espera, han sido algunos de los atractivos que han logrado que el Microteatro GYE se mantenga activo hasta la fecha, ahora ya desde el 2017 en el complejo cultural La Bota², ubicado en el Malecón del Salado. Este cambio de espacio fue posible por la iniciativa del Municipio de Guayaquil de querer reactivar el centro de la ciudad con actividades culturales, para lo cual ha emprendido junto con las fundaciones Siglo XXI y Malecón 2000, la restauración de varios espacios para que diversos gestores de la ciudad los administren por un tiempo determinado.

309

² La Bota es el nombre con el que se conoce a un sector del Malecón del Salado, que se ha destinado para establecimientos artísticos. Además del Microteatro GYE, se ubican ahí el café concert Las Tablas y la sala de teatro La Bota, propiamente dicha.

El cambio del barrio Miraflores al Malecón del Salado supuso una mayor superficie para la zona del bar, más habitaciones para presentar obras de teatro y un proceso de compra de boletos en los exteriores de La Bota³.

La aparición del Microteatro GYE, desde el 2014, ha permitido que en la ciudad actores, autores, productores y directores puedan crear con un ritmo de trabajo sostenido dada la flexibilidad del formato y los bajos costos en términos de producción. Siguiendo una línea similar al del Microteatro por Dinero, la dinámica suele ser que cada obra tenga un personal muy reducido (a menudo sólo un director y un actor) para que de esa manera pueda quedar un margen de ganancia. La modalidad del microteatro ha logrado una interacción poco frecuente entre el artista y el espectador, quien puede sentir al actor a pocos centímetros de distancia. Jaime Tamariz, director de Daemon, asegura que el espectador tiene en el Microteatro casi una experiencia cinematográfica porque puede observar a la escena en general como en un plano medio o primer plano, “permíténdole observar el sudor que corre por el rostro del actor, o sentir su respiración agitada, escuchar su voz susurrada con la intimidad que ofrece el espacio reducido”⁴.

En junio del 2016 aparece Pop Up Teatro Café, espacio autogestionado por Ricardo Velasteguí, dramaturgo y actor ecuatoriano. Ubicado en Urdesa, Pop Up propone también el formato del microteatro, con funciones breves para veinte a veinticinco espectadores por sala. A diferencia del Microteatro GYE en su primer espacio del 2014, PopUp se asumió desde un inicio como un negocio. Las habitaciones donde se presentan las obras están equipadas con una pequeña parrilla de luces, la zona del bar está muy bien definida y el surtido menú va desde café, bebidas azucaradas, alcohólicas hasta piqueos y platos completos. El contenido de sus espectáculos alude a las comedias, aparentemente género de predilección de los guayaquileños, como lo sostiene la Revista Confluencias (FUNDACIÓN SÁNCHEZ AGUILAR, 2014). PopUp, ubicado en la avenida Circunvalación Sur, está abierto tanto para actores amateurs como para profesionales, directores y dramaturgos. Hasta el momento se han realizado algunas exposiciones fotográficas, *stand up comedy* y talleres de formación artística.

Ante la buena acogida que había tenido PopUp, en julio del 2017 se abrió un segundo local en la Vía a Samborondón, zona exclusiva ubicada a las afueras de Guayaquil, poblada

310

³ En el primer espacio de Microteatro GYE, en Miraflores, los asistentes entraban directamente a la casa y hacían el pago de su boleto a una persona encargada de la taquilla, que era un escritorio con una pequeña alcancía donde se guardaba el dinero. En el actual espacio de La Bota, como se trata de un complejo cultural, todas las entradas para Microteatro GYE, así como para otros espacios ubicados ahí, se deben adquirir en un sector de boletería, que rememora a las boleterías de los cines ubicados en los shoppings.

⁴ Entrevista personal realizada a Jaime Tamariz. 17 de marzo de 2016.

por familias de un nivel socioeconómico medio alto-alto. Con dos espacios simultáneos, PopUp suma alrededor de diez obras de miércoles a domingo y un público que visita asiduamente sus espacios.

El espectador guayaquileño parecería estar más dispuesto a arriesgarse en propuestas menos tradicionales que en el pasado. La aparición del Microteatro GYE y PopUp, así como la de otros espacios culturales de proporciones reducidas parecería demostrar que hay nuevos públicos. Son hombres y mujeres que en la actualidad, gustan de participar activamente en lo que observan. Construyen su propio poema a partir de lo que miran, relacionan lo que ven con lo que ya han observado antes en otros espacios y contextos (RANCIÈRE *apud* VICCI, 2017). ¿Quiénes son entonces estos públicos que van al Microteatro GYE y a PopUp una noche cualquiera entre miércoles y domingo para ser interpelado por un actor, cara a cara durante quince minutos? ¿Qué rasgos en común y/o qué diferencias tienen los espectadores que van al Microteatro GYE y a PopUp?

Para el presente artículo, presentaremos los resultados de una encuesta y de entrevistas a profundidad, orientadas a conocer las motivaciones que tienen los asistentes del Microteatro GYE y PopUp para acudir a dichos espacios. Se realizó una investigación de metodología mixta, con encuestas a 228 personas en PopUp de Urdesa y 184 en Microteatro GYE del Malecón del Salado durante el mes de junio del 2017 y en el mes de julio, se realizaron diecinueve entrevistas a profundidad a asistentes de ambos espacios. Esta investigación hace parte de un estudio más grande que abarcó también a otros espacios autogestionados de la ciudad, con el objetivo de conocer quiénes son estos públicos que concurren a estas nuevas formas de comprender el acto escénico, algunos de los cuales no eran asistentes asiduos a espectáculos teatrales.

311

Para dar soporte a este trabajo, es necesario exponer la fundamentación teórica que sirvió como respaldo al desarrollo de esta investigación.

El consumo y sus nuevas formas

Observar al consumo como la parte final de un proceso, sin una participación activa dentro de la producción, limita la comprensión de las dinámicas actuales en las que hombres y mujeres se apropián de bienes y servicios de toda índole. Douglas e Isherwood (1990) ya han alertado que dentro del consumo más allá del uso literal que se pudiera hacer de determinado producto, lo más importante sería observar cómo ese consumo funciona como una expresión

para establecer y mantener relaciones sociales. En ese sentido el producto sería sólo un “pretexto” para llevar a cabo el consumo y en realidad satisfacer necesidades más de orden simbólico. Es por ello que Baudrillard (2010, p. 225) señala que en realidad nunca se consumen objetos sino que “es la idea de la relación la que se consume en la serie de objetos que la exhibe”.

En esta época de capitalismo transestético (LIPOVETSKY; SERROY, 2015), el producto debe traer consigo estilo, emociones, la idea de una personalidad definida. La competencia entre marcas ya no es tanto por un asunto de precios o de cantidad, sino por los atributos simbólicos que cada una ofrece. La industria, el arte y la economía se fusionan estratégicamente para generar productos híbridos, con la idea de llegar a esos sujetos con gustos cada vez más individualizados y volátiles.

La superproducción de objetos cargados de sensaciones diversas conducen a una pérdida del significado estable y a una “estetización de la realidad en la que las masas se ven fascinadas por el inacabable flujo de yuxtaposiciones extravagantes que lleva al espectador más allá de todo sentido estable” (FEATHERSTONE, 2000, p. 41). Ese deseo de querer convertir toda actividad cotidiana en una experiencia sensitiva, conlleva a que los productos y servicios tengan un periodo de uso más breve y sea necesario replantearlos en poco tiempo. La decoración de restaurantes, galerías, museos, cafeterías están en constante renovación para estar a tono con las experiencias nuevas que buscan los sujetos que concurren a estos lugares. La novedad se ha vuelto una constante de vida, por lo que las dinámicas de consumo siempre están sujetas a modificación. No es de sorprender que plataformas como Netflix o Amazon Prime renueven mensualmente sus ofertas de programación o que en el campo de la moda aparezcan nuevas colecciones cada semana. El consumo actual es un claro síntoma de los nuevos estilos de vida que han comenzado a generarse en el “capitalismo artístico”, como lo plantean Lipovetsky y Serroy (2015) al decir que se han difuminado las fronteras que antes separaban al arte, al negocio y al lujo.

312

Hacia una vida cotidiana estetizada

La incorporación de la experiencia estética en la vida cotidiana es ya un fenómeno que han observado autores como Featherstone (2000), Jameson (2005), Lipovetsky y Serroy (2015). El primero sostiene que la posmodernidad como época, es el signo de este cambio cultural contemporáneo, debido a las modificaciones que se han hecho en la producción y

circulación de los bienes simbólicos. Como consecuencia, afirma Featherstone (2000, p. 125), los sujetos “comienzan a emplear regímenes de significación de distintas formas y a crear nuevos medios de orientación y nuevas estructuras de identidad”.

Jameson (2005) afirma que en la posmodernidad ha desaparecido ya la frontera entre la alta cultura y la cultura de masas, que se encontraban irremediablemente separadas en la modernidad. Así es como han tenido lugar procesos de hibridación en las artes con el mercado y cuyo impacto se ha colado en todas las áreas de la vida cotidiana. “La frenética urgencia económica de producir frescas oleadas de artículos con un aspecto cada vez más novedoso (desde ropa hasta aviones), con tasas crecientes de productividad, asigna ahora a la innovación y experimentación estéticas una función y una posición estructurales cada vez más esenciales” (JAMESON, 2005, p. 3).

En estos procesos de innovación dentro de la posmodernidad se ha dado cabida también a reversionar el pasado. Aparece una nostalgia hacia productos de épocas anteriores aunque con un barniz de actualidad y así “los lujos del pasado son constantemente redefinidos como necesidades, de modo que llega a parecer increíble que un objeto ordinario pueda haber sido considerado alguna vez fuera del alcance de un hombre ordinario” (BELL, 1977, p. 73).

313

De modo que la experiencia del lujo o de ‘alta cultura’ ya no implica necesariamente un poder adquisitivo alto. Grandes exposiciones de los museos más importantes del mundo recorren decenas de ciudades en diferentes espacios. En el caso de las artes escénicas, el gran espectáculo puede ser disfrutado en escenarios alternativos y a un menor costo de entrada. La estética ya es un derecho y el sujeto posmoderno forja su vida como una obra de arte (FEATHERSTONE, 2000), en la que todo gira alrededor de la experimentación por lo nuevo, el estímulo de sensaciones y emociones.

Es así como Lipovetsky y Serroy resumen la experiencia estética en la vida cotidiana del sujeto posmoderno:

[...] Conforme retrocede la influencia de los imperativos de clase, comer, beber, vestirse, viajar, habitar una casa, escuchar música, todo pasa a ser cuestión de gustos subjetivos, de emociones personales, de elecciones individuales, de preferencias más o menos heterogéneas: es una estética reflexiva lo que estructura el consumo hiperindividualista (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 24).

Ante la estetización de la vida, las artes escénicas no han sido indiferentes y por ello cada vez más los teatros, tanto como oficiales como alternativos, realizan un repertorio de espectáculos diversos y se esfuerzan por brindar una experiencia ‘estética’ en el antes y

después de cada función. Como ya veremos en los resultados a continuación, los asistentes dan mucho valor a la configuración de los espacios de Microteatro GYE y PopUp.

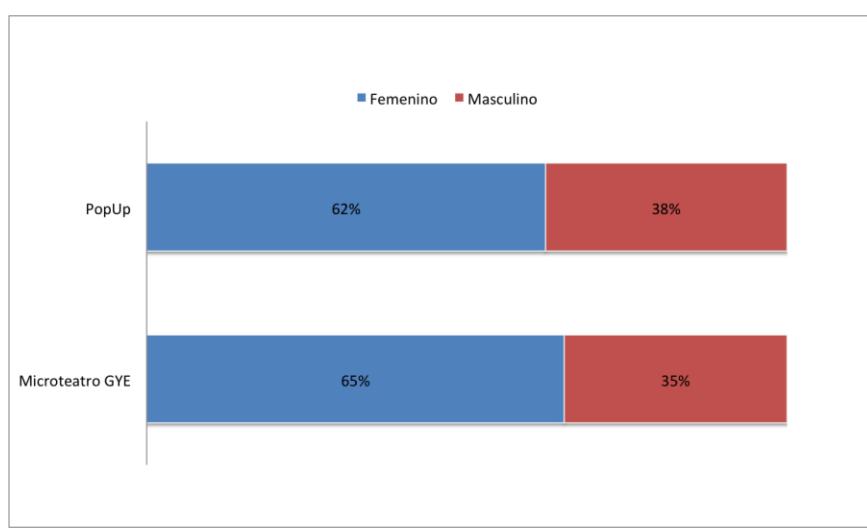
Aproximaciones a nuevas formas de consumo de teatro: las motivaciones en la experiencia del público del microteatro

Durante el mes de junio del 2017, se realizó tanto en Microteatro GYE como en PopUp, una encuesta a 187 personas en el primer espacio y 374 en el segundo. La diferencia de número de encuestados se debió a la proporción de visitantes que asistió durante ese mes al espacio. Junio fue el primer mes de Microteatro GYE en el nuevo espacio de La Bota, por lo que si bien reportó buen número de asistentes durante las primeras noches, luego la cantidad de público descendió hasta recuperarse en las últimas semanas del mes. En algunos casos se debió, como lo pudimos corroborar con las entrevistas a profundidad, a que muchos no sabían exactamente dónde se ubicaba el nuevo espacio del Microteatro GYE. PopUp, por su parte, durante la época de campo, cumplía su primer aniversario, lo que repercutió en la difusión en medios de comunicación de la ciudad.

314

Antes de determinar las motivaciones, creemos pertinente mostrar el perfil sociodemográfico de los encuestados (edad y sexo). Como se puede observar (figura 1), tanto en Microteatro GYE como en PopUp el público mayoritariamente se conforma por mujeres, aunque la brecha entre ambos sexos es más corta en PopUp.

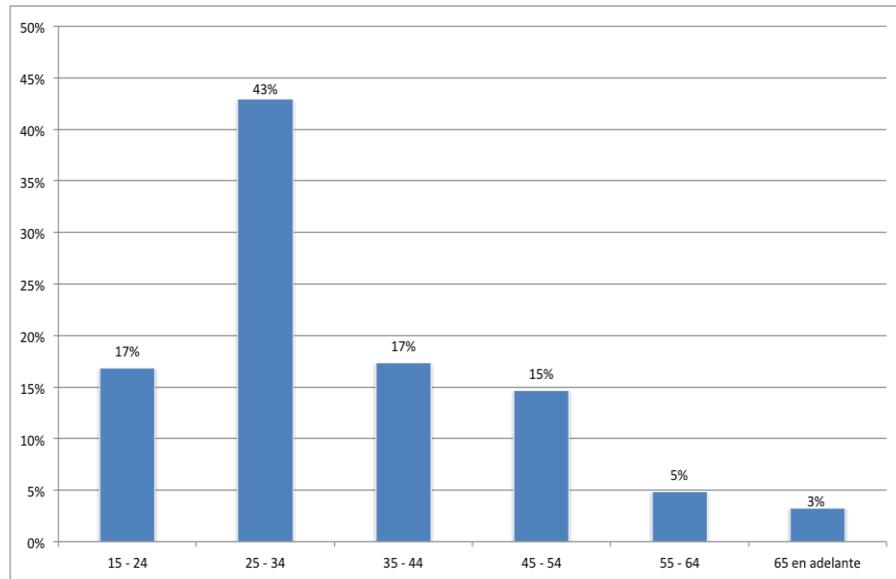
Figura 1 - Asistencia a Microteatro GYE y PopUp por sexo



Fuente: Elaboración propia.

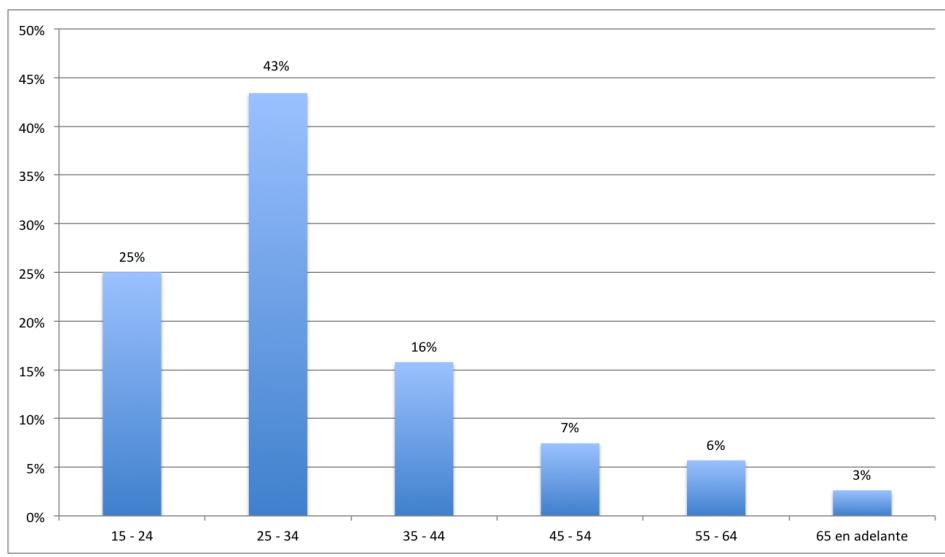
Tanto para Microteatro GYE y PopUp, el rango etario predominante es el de 25-34 años (ver figuras 2 y 3). En el segundo lugar PopUp tiene el rango de 15-24 años, mientras que en Microteatro GYE tiene ese mismo rango más el de 35-44 años. Microteatro GYE sostiene su público en la siguiente franja etaria (45-54), mientras que en PopUP decae al 7%.

Figura 2 - Asistencia a Microteatro GYE por edad



Fuente: Elaboración propia.

Figura 3 - Asistencia a PopUp por edad



Fuente: Elaboración propia.

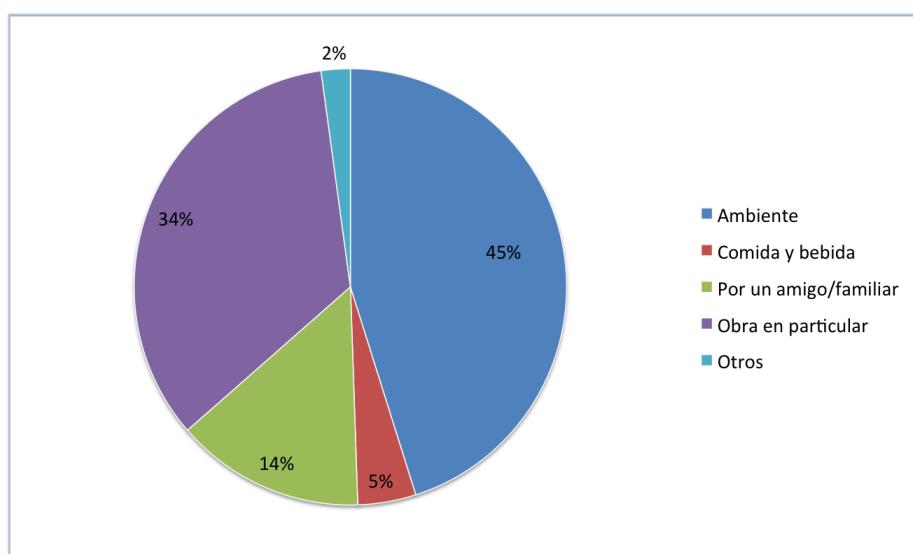
Para determinar cuáles eran las motivaciones más importantes a la hora de ir a Microteatro GYE y PopUp, se eligieron las siguientes variables: ambiente, ver una obra en particular, fui por un amigo o familiar, por la comida o bebida.

En ambos espacios vemos que la principal motivación para asistir tanto a Microteatro GYE como a PopUp fue el ambiente que generan estos espacios (figura 4 y figura 5). La diferencia se da en el segundo lugar, pues si bien en ambos espacios “Ver una obra en particular” es la siguiente motivación luego del “Ambiente”, hay mucha más diferencia en el caso de PopUp.

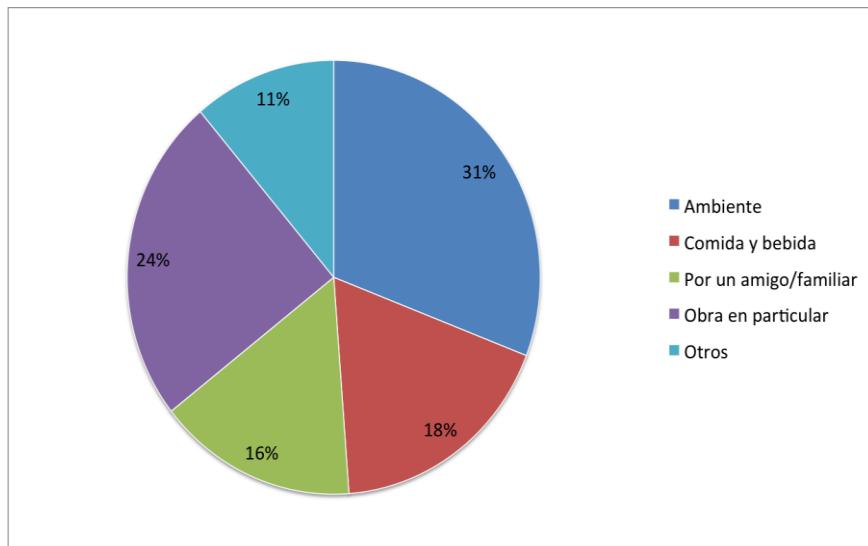
En el caso del Microteatro GYE, la tercera motivación “por un amigo o familiar” obtiene el 14,13%, mientras que en PopUp la tercera fue “la comida o bebida” con un 16,14%. Como ya se había mencionado en la introducción, PopUp nació con un modelo de negocio claro y desde su inauguración ofrece un menú variado que incluye comida vegetariana. El Microteatro GYE, por su parte, si bien en el nuevo espacio ya contaba con un área de bar, al estar en su mes de inauguración aun no tenía un menú muy surtido, aspecto que ya se evidenciaba desde el espacio anterior del 2014. Por consiguiente en Microteatro GYE, el cuarto lugar con apenas un 4,36%, respondió que asistía por la comida y bebida. El cuarto lugar en PopUp fue “por un amigo o familiar” con 14,02%. Esta variable buscaba identificar si los asistentes tenían algún vínculo con alguno de los actores o personal involucrado con el espacio o con las obras que allí se presentaban. A pesar de las diferencias entre el tercer y cuarto lugar de motivación vemos que la variable de “por un amigo o familiar” se mantiene en el rango del 14%, es decir existe un grupo en ambos espacios que concurre para ver a un amigo o familiar que puede estar actuando o participando en alguna de las obras de ese mes o que tenga algún vínculo con el espacio.

316

Figura 4 - Motivaciones de asistencia a Microteatro GYE



Fuente: Elaboración propia.

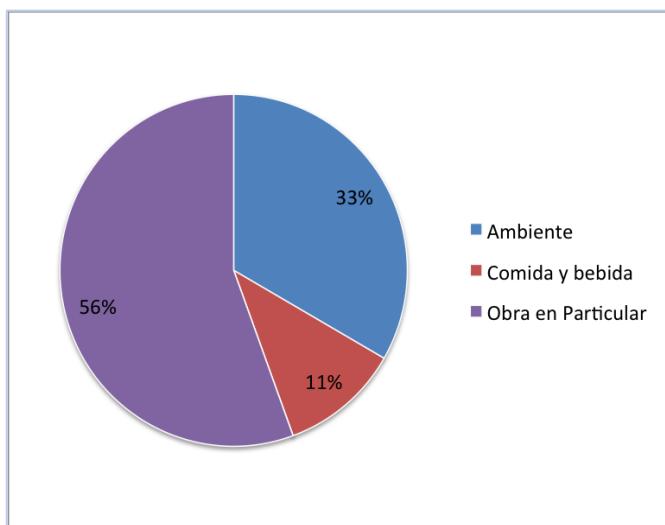
Figura 5 - Motivaciones de asistencia a PopUp

Fuente: Elaboración propia.

En lo referente al ambiente que aparece como variable dominante en los dos espacios, se pudo observar que en el Microteatro GYE la variable ocupa el primer lugar en casi todos los rangos etarios, con excepción de los de edad avanzada. En el rango de 55-64 años el ambiente obtiene el 33% frente ‘obra en particular’ que obtiene el 56% (figura 6). Lo mismo sucede con el rango de 65-70 años en el que ambiente obtiene también 33% frente al 50% de ‘obra en particular’ (figura 7).

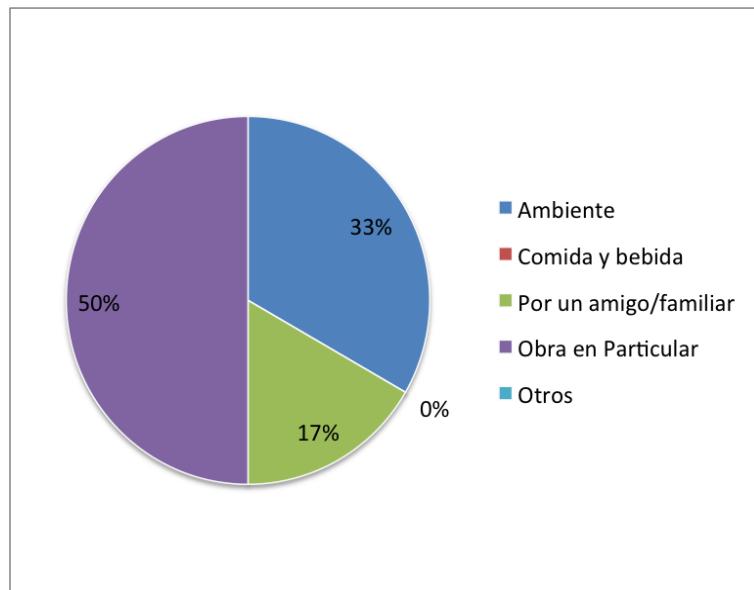
317

**Figura 6 - Motivaciones de asistencia a Microteatro GYE
Rango 55-64 años**



Fuente: Elaboración propia.

**Figura 7 - Motivaciones de asistencia a Microteatro GYE
Rango 65-70 años**

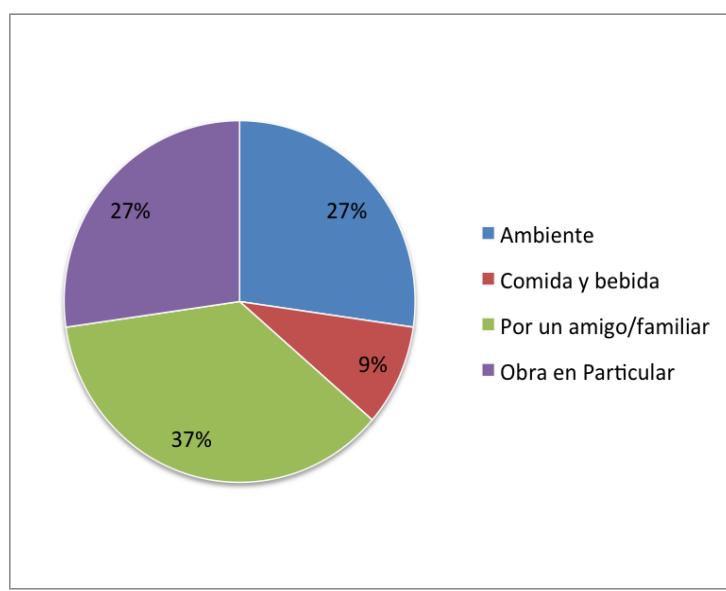


Fuente: Elaboración propia.

En PopUp, el ambiente también obtiene el primer lugar en todos los rangos, excepto en el de 65-70 años. En esta franja etaria el primer lugar lo tiene ‘vine por un amigo/familiar’ con el 37% mientras que el segundo lugar lo comparten ‘ambiente’ y ‘una obra en particular’, con el 27% (figura 8).

318

**Figura 8 - Motivaciones de asistencia a PopUp
Rango 65-70 años**



Fuente: Elaboración propia.

El Microteatro GYE y PopUp, reproductores de una experiencia estética

El campo de entrevistas se levantó durante el mes de julio de 2017, siendo 9 entrevistados de Microteatro GYE y 10 de PopUp. Los entrevistados afirman que asistir al Microteatro GYE es una experiencia distinta para ver teatro y para pasar un rato agradable con amigos. Para H1, estudiante de Audiovisual, su principal motivación es “conocer la creciente escena teatral en mi ciudad”. Gracias a la aparición del Microteatro GYE, la producción de obras tanto en formato breve como en formato tradicional ha aumentado en los últimos años. La experiencia estética se vive con el complemento que ofrece el espacio, ya que no se trata sólo de ver teatro sino de disfrutar de una noche, antes y después de la función. M5 dice que venir al Microteatro GYE “es una garantía para pasar una noche divertida llena de arte”, pues no solo puede ver de cerca a los actores y directores que ponen en escena las obras, cosa que no sucede en una sala tradicional, sino que además comparte con amigos. La idea de que el arte pueda ser divertido, que sea también un entretenimiento, ya lo han mencionado Lipovetsky y Serroy (2015) al referirse al capitalismo artístico transestético como un estadio en el que la creación, entretenimiento, industria y comercio se encuentran fusionadas, dando lugar a iniciativas artísticas como Microteatro GYE y PopUp. En ambas propuestas claramente además de ofrecer una cartelera de obras cada mes, se piensa en un lugar como espacio de integración sin la solemnidad que se la daba al arte ‘puro’ en la modernidad.

Los espectadores de Pop Up coinciden con los del Microteatro GYE destacando que los motiva su propuesta cultural que fusiona lo artístico con lo comercial. Mencionan que es novedosa la opción de disponer de una surtida cafetería-bar, cuyos productos se pueden llevar a las diferentes salas donde se presentan las obras. M10 afirma: “es una excelente propuesta, muy creativa, innovadora, y diferente. No había visto un lugar así antes, parece que estuviera en el extranjero. Aparte, que se apoya al arte. Esto le ha dado un poco aire a la ciudad”.

M10 al definirse como una persona que viaja con frecuencia al extranjero, encuentra positivo que en la ciudad se repliquen opciones nocturnas ya que “antes no tenía mucho que hacer con mis amigas y solo salíamos a comer (...) Pop Up da más opciones para salir de noche”.

Vale recordar que Pop Up fue inaugurado en el 2016, tres años después de la aparición del Microteatro GYE y por tanto tomaron como inspiración su modelo de gestión: una casa grande adaptada a centro cultural, la inclusión de bar con piqueos light, bebidas alcohólicas

moderadas, habitaciones ambientadas para obras de teatro y espacio para socialización. A partir de ese modelo, PopUp empezó a trabajar hacia una oferta comercial desde su imagen no sólo en el espacio, sino también desde su comunicación. Una línea gráfica fuerte con tipografías y colores llamativos, los afiches de las obras aluden, en cuanto a su estética, a películas comerciales, con títulos sugestivos pensados para atraer un público masivo. Las obras de la etapa de campo fueron: *Angelines Fernández, Hola! Soy tu vagina, La última cita, Papá te ama, Un show de Rodilla*. Estas obras tenían un fuerte componente cómico desde sus tramas y en consecuencia, fueron protagonizadas por actores mediáticos de televisión que son asociados con el género de la comedia, como Prisca Bustamante, Pedrito Ortiz, Priscila Negrón, Andrés Garzón, entre otros. Adicionalmente, los días martes durante el mes de junio de 2017, estuvieron en cartelera, los stand up de la coach Susi Hidalgo, *Sexo con Susi* y del humorista Raymundo Zambrano, *Don Pascual*.

El Microteatro GYE por su parte, ya en el nuevo espacio de La Bota en el Malecón del Salado, presentó un cambio a su línea gráfica en comparación a su etapa anterior en el barrio de Miraflores. Los afiches apelaban más a lo comercial, aunque en el contenido de las obras, se buscó mantener la esencia experimental de su etapa anterior en Miraflores. Durante la etapa de campo se presentaron: *Pedro y el capitán, Un hombre muerto a puntapiés, Lo que callamos las mujeres, Mínimo Impro, Harry y Sally, Pedida de mano, La pesadilla y Return*. Los contenidos de estas obras fueron variados: la adaptación de una película a una obra de microteatro, la adaptación de un cuento del escritor ecuatoriano Pablo Palacio a una obra de carácter experimental, show de improvisación y obras de comedia y suspenso. En esta temporada de campo participaron actores mediáticos de televisión junto con actores de teatro y estudiantes de artes escénicas, por lo que el elenco se sintió más diverso que en PopUp: Alejandra Paredes, Juan José Jaramillo, Aaron Navia, Rocío Maruri, entre otros.

El público de Pop Up también se muestra entusiasta al hablar sobre el ambiente del lugar. H9 destaca que es por el ambiente que asiste casi todas las semanas. También menciona que hay mucha variedad dentro de la oferta artística, por lo que siempre hay algo interesante para apreciar. “Desde que uno llega siente el arte en el aire. Hay mucho arte y talento aquí. Me gustan mucho las exposiciones que hacen, los stand up comedies y las obras”.

M6 indica que ir a PopUp se ha convertido en una opción más para salir con familiares o amigos. “No necesariamente vemos siempre obras pero la pasamos bien, con buena música y conversando”. M9, en su caso específico concurre al lugar con su novio y sus padres, con la idea “de pasar una noche entretenida, más divertida que ir a comer, pero tampoco ir a farrear y

así aprovecho para estar con mis padres que también les gusta". M9 marca una diferencia entre ir a PopUp y salir a comer, ya que si bien en PopUp hay un menú variado de platos, se trata más bien de una oferta gastronómica liviana de sánduches, piqueos para acompañarlos con cervezas o cócteles.

H6, a diferencia de los demás entrevistados manifiesta que visita PopUp sin compañía. "Casi siempre me encuentro con amigos ahí o muchos de los actores en escena son conocidos míos, así que siempre que podemos conversamos mientras esperan la siguiente función".

La socialización es un aspecto muy interesante dentro de ambos espacios. La misma dinámica de Microteatro GYE y PopUp al presentar cerca de cinco obras de quince minutos de duración desde las 20h00 hasta la medianoche aproximadamente, hace que, entre obra y obra, haya un tiempo para charlar, para comer o beber. Como las obras tienen horas específicas, dependiendo del asistente puede elegir las funciones a su voluntad. Sólo en algunos casos, cuando son obras en las que participa algún actor mediático, es necesario comprar las entradas con mucha anticipación. De lo contrario basta con llegar, charlar entre amigos y luego ver alguna obra. "Veo las que me interesen", comenta M4 mientras que H3 comenta que cuando asiste mira por lo menos tres obras, por un tema de practicidad. "Pegarme el viaje (desde Samborondón⁵) por una sola obra no vale la pena, aunque tampoco veo todas las de la cartelera".

Para M5, el Microteatro GYE es un buen plan para venir en pareja y poder consumir algo del bar mientras espera la obra, ya que considera que es la combinación perfecta. "Me parece que lo lógico es hacer las dos cosas. Venir solo por la obra o solo por el bar sería perderme la experiencia completa. Para mí venir acá, es el plan".

Ningún entrevistado de Microteatro GYE ni de PopUP mencionó haber visto la cartelera completa en una sola noche, pues lo interesante para ellos es poder regresar para ver las que faltan. Esto parecería encubrir en realidad el deseo de volver a Microteatro GYE y PopUp por el tema del ambiente y cómo se sienten en él.

H4, del Microteatro GYE, quien es jubilado y se define como un amante de los eventos culturales, disfruta del tiempo compartido con sus familiares y amigos consumiendo algo del bar pero sin olvidar que su objetivo principal es ver las obras, que las elige en el mismo lugar. "Por lo general veo dos obras en una noche. Me gusta aprovechar cuando

⁵ La vía a Samborondón es un nuevo sector a las afueras de la ciudad que se caracteriza por sus urbanizaciones de circuito cerrado, con seguridad permanente. Dado lo lejos que se encuentra de diferentes puntos de Guayaquil, muchos moradores del sector prefieren realizar sus actividades allá mismo en la vía a Samborondón.

vengo, ver las obras que pueda y conocer a los actores, directores y propuestas que presentan, se me pasa el tiempo volando. Tampoco es que elijo las obras previamente”.

Se puede evidenciar que si bien varios de los entrevistados afirman asistir para ver las obras, en ellos no hay una elección previa sobre lo que van a ver. Más o menos ya saben que las obras que se presentan (en ambos espacios) transitan normalmente en el género de la comedia.

No obstante, los entrevistados de Pop Up sugieren revisar el contenido de algunas obras y que se propongan trabajos “que no sólo sean de comedia”. M9, estudiante de Marketing, indica que sería bueno diversificar el género de las obras y agrega que “muchas veces siento que hay obras que no tienen un buen nivel profesional, se siente que no hay mucha preparación o ensayo”.

En PopUp, algunos aprovechan para pedir algo en el bar mientras esperan alguna función, como M10, quien afirma que como va acompañada con amigas, piden entre todas algunos piqueos. “...Además tomamos una jarra de sangría y esperamos en las mesas hasta que empiece la función”. De la oferta de cinco obras por noche, M10 dice que prefiere ver sólo una por cada visita, ya que pasa más tiempo en la zona del bar conversando con sus amigas.

322

H5 expresa que a veces suele quedarse en el área del bar antes y después de haber visto alguna obra. “Es chévere, me quedo conversando y dando opiniones sobre la obra con mis amigos. También nos quedamos bebiendo algo ya que es un lugar el cual se presta para pasar bien y pasar en grupo.

H4, del Microteatro GYE, por su parte menciona que va muy poco a ver las obras, ya que prefiere permanecer en el área del bar. “Voy a beber algo, a ver alguna obra pero más me quedo largas horas conversando con amigos, se nos va la noche y solo vemos una obra. La idea es pasar un buen rato, una noche chill”.

Aunque el espacio propone una buena dinámica de socialización y todos los entrevistados destacan lo novedoso de PopUp, sí expresan que deben poner más atención en el servicio, sobre todo cuando hay mucho flujo de gente circulando. “A veces hay mucha gente en el lugar y hay una fila muy larga para pedir en el bar y comprar las entradas. Le sugiero que pongan más gente atendiendo en el bar y que cobren más rápido. Si es posible, que atiendan en las mesas”, comenta M10.

La propuesta de las obras en formato breve, que ha sido desde sus inicios el factor diferenciador de Microteatro GYE, sigue siendo una de las principales razones para concurrir

al espacio. M3 dice que es una experiencia que te saca del contexto de la ciudad por quince minutos. H3 destaca que la cercanía física entre la audiencia y los actores “crean una sensación y conexión distinta a la de un teatro grande”. M4 agrega que el contenido de las obras es variado, “muy distinto al que se ve en las salas más grandes”. H1 coincide en esto ya que le parece que “las obras clásicas tradicionales de otros lugares son poco llamativas y no me atraen”. Luego agrega que haber visto *El hombre muerto a Puntapiés*, no habría provocado la misma experiencia si hubiera sido en otro tipo de sala. “la adaptación del cuento y la interpretación del actor fueron de primera, no me imagino una obra así en una sala convencional por lo intimista que fue”.

En PopUp las obras de microteatro también son un punto fuerte que las unidades de análisis destacan. M9 dice que un factor decisivo para ir a Pop Up ha sido el precio, ya que así “no se arriesga tanto” si es que la obra no es de su agrado. “Antes se pagaba mucho por ver una sola obra, con el riesgo de si te iba a gustar o no, luego se terminaba la obra y tenías que hacer otro plan como comer. Sin embargo en Pop Up, cada obra cuesta \$5 entonces no dudas en entrar a la obra”.

El factor económico junto a la brevedad de las obras es una combinación que también atrae a nuevos públicos, como es el caso de H5. Con la oferta de Pop Up decidió darle una oportunidad a las artes escénicas y percibió una gran diferencia. “En Pop Up es diferente ya que las obras son divertidas y no duran tanto. También se puede beber algo y pasar en un buen ambiente cuando esperaba que empiece la obra”.

La mayoría de los entrevistados en ambos espacios manifiestan que además de ver algún espectáculo, consumen algún producto de los que se ofertan en el bar, mientras comparten un momento ameno con amigos o familiares. H4 del Microteatro GYE dice: “Es un bonito lugar para pasear, ver la gente y la naturaleza de la ciudad, luego vuelvo al bar del Micro y a pedir algo”. Normalmente su hora de llegada es a las 19h00, así tiene para poder tomar algo en el bar, antes de que empiecen las primeras funciones.

H6 dice que por motivos económicos no siempre puede pedir algo el bar y ver una o más obra, por lo que a veces le toca elegir. “Depende de mi capital en aquel día si puedo me veo todas sino aunque sea una sola y vuelvo otra noche”. De la misma manera hace M6, ya que por su condición de estudiante a veces no cuenta con el dinero suficiente o tiene trabajos pendientes, por lo que decide ver por lo menos una obra sin consumir nada en el bar “y así me voy organizando para ver todas durante el mes porque es un buen espacio para dispersarse”.

Consideraciones finales

Luego de la revisión efectuada, vemos que estos espacios más allá de obras de teatro o trabajos escénicos, ofrecen un estilo de vida, belleza, emociones, como señalan Lipovetsky y Serroy (2015). Los hombres y las mujeres que asisten cada noche a Microteatro GYE y PopUp quieren vivir una y otra vez la experiencia de circular en el espacio, de tener la ilusión de consumir arte sin perder los beneficios que otorgarían otros lugares como bares o restaurantes. Es por ello que los asistentes visitan continuamente el espacio: en la búsqueda de una opción que no implique los costos de un restaurante ni tampoco la informalidad completa de un bar. Tanto Microteatro GYE como PopUp han empezado a posicionarse como una opción nueva dentro de la oferta cultural que ofrece la ciudad.

En ambos espacios, el ambiente se coloca como el primer factor de motivación. Aunque un buen número de espectadores afirma ver las obras (al menos una) de las que se ofrecen en la cartelera, el ambiente sigue siendo la principal atracción. Microteatro GYE aun en el nuevo espacio que es más grande que el anterior, mantiene el concepto de elegancia e intimidad en su decoración. PopUp por sus proporciones en el que circula mucha gente, da una sensación de ambiente de fiesta, donde en ciertos momentos, se hace difícil conversar. Es por ello que en las encuestas si bien el ambiente se coloca como primer lugar, en Microteatro GYE el porcentaje es mucho más alto que en PopUp.

No es un detalle menor que tanto en Microteatro GYE como en PopUp, los públicos de 55 años en adelante se concentran más en la experiencia que brindan las obras que en el ambiente que propician estos espacios. Aunque en algunos casos no eligen previamente las obras sí consideran que la motivación principal es el ver algún trabajo escénico.

En los resultados de las encuestas, se evidencia que muchos de los asistentes concurren a los espacios porque vienen por un amigo o familiar. En algunos casos, como se comprobó en las entrevistas, asisten porque tienen a algún conocido trabajando dentro de una obra o en el mismo espacio. Esto nos hace pensar que ante esta nueva tendencia de consumo cultural, los primeros en experimentarla son aquellos que tienen a algún familiar o conocido trabajando en el campo del teatro. Como efecto dominó, estos a su vez asisten con amigos, para quienes resulta un descubrimiento novedoso el poder ver una obra de teatro en un ambiente agradable y por un módico precio.

Por tanto, la socialización es un elemento clave tanto en Microteatro GYE como en PopUp. Estos espacios generan encuentros entre conocidos o personas que tienen los mismos

intereses. En medio de ellos circulan los actores que salen a saludar a sus conocidos y se sacan algunas fotos con el público. PopUp por la afluencia de gente es más caótico en cuanto al movimiento dentro del espacio, mientras que Microteatro GYE al estar dentro del complejo La Bota, cuenta además con un área exterior que tiene vista hacia el Estero Salado. Pese a las particularidades de cada espacio, Microteatro Gye y Pop Up establecen con sus asistentes un vínculo emocional, por lo que podría decirse que ambos espacios culturales funcionan como una suerte de clubes sociales, como ya lo ha señalado Wortman (2015).

El menú del bar es también otro aspecto que el público evalúa al momento de regresar a estos espacios. Aunque muchos de ellos están conscientes que no encontrarán la variedad de un restaurante, sí encuentran positivo que la carta de ambos espacios sea amplia y no se limite a un café o a una cerveza. En este sentido, los públicos se encuentran más satisfechos con PopUp, por tener una oferta más amplia que el Microteatro GYE.

A pesar de que en Guayaquil se habla de un gusto primordial hacia las obras de comedia (Fundación Sánchez Aguilar, 2014), los entrevistados manifestaron que se debería diversificar el género, dando cabida a otro tipo de propuestas, especialmente en PopUp, donde además algunos entrevistados señalaron que algunas obras carecían de un buen nivel artístico. Aunque la comedia es un género muchas veces asociado al entretenimiento, sí sería bueno diversificar las propuestas. Maffesoli (2004) advierte que en estos tiempos posmodernos, las posibles tribus urbanas no son estables, sus consumos varían y sus integrantes pueden migrar a otras tribus. Es por ello necesario alternar con otras propuestas e ir viendo qué pasa con el público desde la recepción.

Al realizar este estudio comparativo hemos evidenciado más semejanzas que diferencias. Las motivaciones del público de ambos espacios, en general tienen más rasgos en común, lo que pone de manifiesto que lo más importante dentro de este estudio ha sido descubrir cómo los guayaquileños se están relacionando con Microteatro GYE y PopUp. La salida nocturna en Guayaquil se ha diversificado con la oferta que presentan estos espacios y que además ha propiciado la aparición de otros centros culturales que tienen también al formato microteatro como atracción principal. El público guayaquileño parece más curioso ante estas dinámicas nuevas para salir de la rutina y como se pudo observar en las entrevistas, comienza a ser una práctica más recurrente, producto del ambiente de socialización que encuentran en estos espacios.

Este trabajo ha sido un acercamiento hacia el público que asiste a estos dos espacios alternativos en Guayaquil durante los últimos años. De ninguna manera se pretende dar

verdades absolutas sobre el público guayaquileño pues la muestra elegida se circunscribe a los espectadores que asistieron a Microteatro GYE y PopUp durante el mes de campo. Al no existir estudios académicos sobre el público guayaquileño en el ámbito de los consumos culturales, sería pertinente extender investigaciones hacia otros objetos de estudios como el cine, la música, la televisión, galerías de arte, el consumo de internet, para conocer cuáles son sus estilos de vida, sus motivaciones y también el impacto que esas experiencias están generando dentro de sus propias identidades.

Referencias

- ARIZAGA, C. (2017). *Sociología de la felicidad*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Biblos.
- BAUDRILLARD, J. (2010). *El sistema de los objetos*. Ciudad de México, México: Siglo Veintiuno Editores.
- BELL, D. (1977). *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B (1990). *El mundo de los bienes. Hacia una antropología del consumo*. Ciudad de México, México: Editorial Grijalbo.
- FEATHERSTONE, M. (2000). *Cultura de consumo y posmodernismo*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.
- FUNDACIÓN SÁNCHEZ AGUILAR. NEGOCIOS Y ESTRATEGIAS (2014). “El consumidor de artes escénicas del Gran Guayaquil”. *Revista Confluencias*. Disponible en: <<http://teatrosanchezaguirar.org/revista-confluencias/>>. Acceso en: 5 ago. 2018.
- JAMESON, F. (2005). *La lógica cultural del capitalismo tardío*. Disponible en: <http://www.caesasociacion.org/area_pensamiento/estetica_postmaterialismo_negri/logica_cultural_capitalismo_tardio_solo_texto.pdf>. Acceso en: 4 de agosto de 2018.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. (2015). *La estetización del mundo*. Barcelona, España: Anagrama.
- MAFFESOLI, M. (2004). *El tiempo de las tribus. El ocaso del individualismo en las sociedades posmodernas*. Ciudad de México, México: Siglo Veintiuno Editores.
- VICCI, G. (2017). “Pensar los públicos de teatro”. *Revista Asimétrica*. s/p. Disponible en: <<http://asimetrica.org/wp-content/uploads/2017/11/Conectando-Audiencias-11-Gonzalo-Vicci.pdf>>. Acceso en: 4 de agosto de 2018.
- WORTMAN A. (2015). *Impacto de los centros culturales autogestionados en la escena cultural independiente de Buenos Aires*. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Disponible en: <<http://cdsa.aacademica.org/000-061/150.pdf>>. Acceso en: 13 de agosto de 2018.

Abstract

The micro theater GYE⁶ emerges in 2014 from an adapted house, where were presented short plays. There was a modest pub there too. Pop Up emerged two years later, and with a commercial model, reached a large number of spectators. In 2017 Microteatro GYE was move to the downtown, where it reached a larger audience. Through surveys and interviews conducted between June and July 2017, this article aims to highlight the differences and similarities of motivations from the audience who attend Microteatro GYE and PopUp. This work exposes that the main motivation from the spectators who frequent both places is the environment, which favors another and different alternative of socialization.

Keywords: Cultural Consumptions; Theater; Microtheater; Public.

Resumo

Em 2014, surgiu o Microteatro GYE⁷, uma casa adaptada como um centro cultural onde se apresentavam peças curtas e havia um bar modesto. Dois anos depois surgiu PopUp que, com um modelo mais comercial, conseguiu convocar um grande número de espectadores. Em 2017, o Microteatro GYE mudou-se para o centro da cidade, onde angariou maior público. Por meio de enquetes e entrevistas realizadas entre junho e julho de 2017, este artigo tem como objetivo destacar as diferenças e/ou semelhanças das motivações do público que frequenta o Microteatro GYE e o PopUp. O presente trabalho expõe que, para os espectadores de ambos os espaços, o ambiente é a principal motivação para que se frequente o local, o que favorece uma alternativa diferente de socialização.

Palavras-chave: Consumos Culturais; Teatro; Microteatro; Públicos.

⁶ The letters GYE that the Microteatro uses correspond to the airport name of Guayaquil, according to the International Air Transport Association (IATA). The use of these letters is very frequent in the colloquial language of the guayaquileños to refer to their own city.

⁷ As letras GYE que tem o Microteatro, correspondem ao nome aeroportuário de Guayaquil, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA em inglês). O uso dessas letras é muito frequente na linguagem coloquial dos guayaquilenhos para se referir à sua própria cidade.

Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos: uma “democracia post-mortem”

*Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos: a
“post-mortem democracy”*

*Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos:
una “democracia post-mortem”*

Recebido em 08-03-2018
Modificado em 09-09-2018
Aceito para publicação em 19-10-2018

Jefferson Gomes Teixeira Guedes 
ORCID: 000-0001-9971-377X

328

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Mestre e Doutorando em Sociologia pela mesma universidade, tendo pesquisado no campo da sociologia da cultura e da arte. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jefferson.guedes@usp.br

Resumo

Este ensaio visa analisar a obra cinematográfica de Marcelo Masagão, *Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos*, abordando as opções analíticas do cineasta, os paradigmas “científicos” adotados e o gênero escolhido para trabalhar com o material visual. O próximo passo foi definir o objeto analisado pelo filme, fio condutor que tecerá toda a obra. Feito isto, serão abordados os principais elementos de montagem, tais como intertítulos, trilha musical, relação imagem/realidade, dentre outros. A seguir, discutirei o desenvolvimento dos blocos temáticos do documentário, além dos significados dentro dos mesmos, buscando na conclusão amarrar a argumentação do cineasta dentro do ponto considerado o cerne da discussão. Por fim, proponho uma discussão sobre aquilo que defini como sendo o mito da democracia post-mortem.

Palavras-chave: Documentário; Democracia Post-Mortem; Século XX; Realismo.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

“(...) *Obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio*”.¹

Brás Cubas

Ao recostarmo-nos nas confortáveis poltronas ou no frio concreto para apreciarmos o filme de Masagão, não seremos poupadados de uma intensa crítica que se faz presente desde o início e percorrerá todo o longa-metragem.

Nos primeiros segundos, nos deparamos com os primeiros de uma série de intertítulos que surgem na tela, fazendo menção ao que será tratado no filme e como este será trabalhado. As duas primeiras legendas, “*O Historiador é o Rei, Freud a Rainha*”, insinuam a projeção de um filme (até então difícil de diagnosticar qual o possível gênero) que se pautará pelo império da história, com seus diversos fatos narrados, apoiada na realeza da psicologia, presente no surrealismo, no expressionismo e na psicanálise. O próximo intertítulo a surgir sistematiza e delimita mais o campo de análise e produz a clara percepção de que a análise histórica está embasada no paradigma da Escola de Annales, que se apoia em elementos da micro-história, utilizando pequenos recortes biográficos que privilegiarão não somente as “*Pequenas Histórias, Grandes Personagens*”, mas também os “*Pequenos Personagens, Grandes Histórias*”.

O próximo intertítulo cristaliza qual o tema e o gênero explorados pelo cineasta: “*Memória do Breve Século XX*”, já preenchendo boa parte dos *locis* na obra², além de incitar o espectador a assistir o filme a partir de uma *leitura documentarisante*³. A utilização do termo

329

¹ ASSIS, Machado de (1997). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. RJ, Editora Ediouro, Coleção Biblioteca Folha nº4.

² Para Flavio de Campos (2007, pp. 22-26) “(...) *loci*, do latim *locus-i*, são os sete ‘lugares’ do pensamento que o fabulador e o narrador devem preencher, a fim de fabular (imaginar) uma história e compor uma narrativa sem lacunas de informação”. Para o autor, esses sete “lugares” se referem a *quem* (personagens), *o quê* (incidentes da história), *onde* (localização), *por quê* (motivação das ações dos personagens), *para quê* (os objetivos das ações dos personagens; as consequências dos incidentes), *quando* (o momento em que ocorre a história) e *como* (a forma de perceber e de narrar a história; o ponto de vista do narrador e o estilo da narrativa).

³ O conceito *leitura documentarisante* (em oposição à *leitura ficcionante*) foi tomado de Roger Odin, que argumenta ser uma forma de leitura que permitiria ao espectador tratar um filme como documento. Ele afirma não querer estabelecer a distinção entre os tipos de leitura de um filme através da divisão entre a realidade ou a não realidade do representado, mas sobre a imagem que o espectador faz do enunciador. Além disso, aponta que o ato de leitura de um filme coloca em ação um sistema interativo composto por três actantes: 1. um filme que demanda mais ou menos explicitamente ser visto segundo um tipo de leitura; 2. uma instituição que programa de forma mais ou menos impositiva tal ou qual modo de leitura e 3. um leitor (espectador) que reage, à sua maneira, às solicitações ou instruções das duas outras instâncias. E como destaca o autor, essa relação não é necessariamente pacífica, tendo em

“breve século”, até então uma incógnita, só nos é explicitado ao longo da exposição do filme. Retornarei ao mesmo em outro momento do trabalho.

A primeira sequência de imagens soa como uma metáfora, na qual somos guiados do céu aos fatos que marcaram o século em questão. E dentro desta viagem aos primórdios do século, serão introduzidos os primeiros recursos de montagem que marcam grande parte do filme, artifícios esses que enfatizarão a tônica do século, qual seja, a de ter sido belicoso (pois nos deparamos com a imagem de um soldado postado frente a uma coluna de caminhões militares), marcado pela violência (imagem de dois homens sendo fuzilados a queima-roupa pelas costas), e de muitas mortes (tomada em close de um túmulo).

Antes de deter-me sobre o desenvolvimento do filme, gostaria de destacar alguns artifícios utilizados pelo cineasta para a melhor compreensão do deslinde de imagens que serão acompanhados nos próximos sessenta minutos.

Um dos recursos utilizados é o abandono da narração em voz *over*⁴, típica dos documentários expositivos⁵, empregando uma “narração” que ficou a cargo, em grande parcela do filme, de personagens mortos, como se a voz de Masagão⁶ optasse pelo legado de determinadas memórias póstumas, conclamando a eles que se manifestassem através de suas ora trágicas, ora encantadoras histórias, num apelo para que o público reflita sobre os excessos e descalabros da humanidade, e para que estes não tornem a se repetir. Dentro deste formato, ele fez grande esforço para não amenizar a importância dos pequenos personagens ou

330

vista que dessa relação entre agente e estrutura, o espectador pode rejeitar o papel que lhe é demandado pelo filme ou não se dar conta das determinações que uma instituição faz pesar sobre si, o que reafirma, segundo Odin, o papel central da pragmática (posicionamento do leitor/espectador), no posto de comando da análise do filme. Por mais que uma instituição possa programar a *leitura documentarizante* dos filmes (como por exemplo, a não exibição nos créditos dos nomes dos atores, o que potencializaria a possibilidade de se construir os personagens como enunciadores “reais”), o espectador tem sempre a possibilidade de recusar a instrução institucional ao qual é submetido (Cf. ODIN, 1984).

⁴ A voz *over* (também chamada de *Voz de Deus*) é uma voz pronunciada em *off* (quando não se vê, mas se ouve o narrador), que geralmente assume uma tonalidade impessoal (como se pairasse acima dos interesses dos personagens) tentando conduzir a percepção dos espectadores acerca das imagens na tela, enfatizando um determinado ponto de vista (Cf. NICHOLS, 2005).

⁵ O modo de representação expositivo, tal como conceituado por Bill Nichols, tende a sugerir a impressão no espectador de objetividade e neutralidade do universo filmado por meio de diversas estratégias, como a montagem de evidência, que visa criar um encadeamento discursivo em que as imagens servem para corroborá-lo (Cf. NICHOLS, 2005).

⁶ Foi utilizada aqui *Voz* a partir da leitura de Bill Nichols, para quem o conceito é aquilo que transmite ao espectador um determinado ponto de vista por intermédio da organização de todos os recursos disponíveis ao documentarista (iluminação, movimentos de câmera, ângulos, intertítulos, trilhas sonoras, dentre tantos outros), e não somente pela fala (Cf. NICHOLS, 2004).

sobredeterminar os mais célebres, o que gera uma forma de conhecimento que tende a atenuar os efeitos de conceitos abrangentes, como era o caso da montagem baseada numa lógica particular/geral que visa produzir informações que:

(...) não diz respeito apenas àqueles indivíduos que vemos na tela, nem a uma quantidade muito maior deles, mas a uma classe de indivíduos e a um fenômeno. Para isto, para que passemos do conjunto das histórias individuais à classe e ao fenômeno, é preciso que os casos particulares apresentados contenham os elementos necessários para a generalização, e apenas eles (BERNADET, 1985, p. 15).

A trilha sonora é de fundamental importância ao documentário, pois marca e delimita os blocos, além de operar a passagem de um a outro. Também é lícito salientar que a trilha é utilizada muito próxima dos preceitos estabelecidos por Andrei Tarkovski, os quais “(...) para introduzir uma distorção necessária do material visual na percepção do espectador, tornando-o mais pesado ou mais leve, mais transparente ou mais grosseiro e sutil, ou, pelo contrário, mais grosseiro” (TARKOVSKI, 1998, p. 190). Uma análise que serve de exemplo aqui se baseia na trilha que ouvimos durante o bloco que trata sobre os ditadores, causando uma sensação de desconforto e angústia, enquanto no bloco sobre a família Jones ouvimos uma trilha de maior apelo emocional, que nos causa comoção e tristeza pelas perdas humanas. Um último processo a ser apontado sobre a trilha musical, e também destacado por Tarkovski, é sobre a interrupção da mesma para gerar e intensificar determinadas sensações. Ouçamo-lo novamente: “Pode acontecer que para dar maior autenticidade à imagem cinematográfica e levá-la à sua máxima intensidade, seja preciso abandonar a música” (TARKOVSKI, 1998, p. 191). Exemplo que ilustra essa técnica é novamente encontrado no bloco sobre a família Jones, no exato instante em que um militar vietcongue pega a perna do que seria supostamente um soldado americano e a arremessa como um pedaço de carne, tudo isto marcado por um silêncio musical, capaz de intensificá-lo e, assim, chocar-nos pela frieza do gesto.

Os intertítulos, também presentes, funcionam em alguns momentos como uma “muleta”, tendo em vista que certas opções de montagem produzidas pelo cineasta tornam-se incompreensíveis, implicando em ter de “chamar a linguagem escrita em socorro da visual, como se esta fosse incapaz” (CARRIÉRE, 2006, p. 112). Um exemplo capaz de ilustrar o acima exposto é percebido na sequência de cenas em que vislumbramos pai e filho (Yuri Gagarin), e a ênfase na absurda velocidade do desenvolvimento através de uma geração, em que teríamos

grande dificuldade de compreender estarmos diante de progenitor e prole, a não ser através do recurso escrito, asseverando o argumento que privadas de força para transmitir ou fazer menção a um significado, algumas imagens prostram-se à escrita para não se tornarem vagas ou caóticas. Outra questão a ser levantada sobre os intertítulos é o de incutir certas características em uma imagem que a própria não contém, tal como a afirmativa apresentada na cena em que a mulher está sentada com uma expressão de desolo, e nos é transmitida a seguinte mensagem: “*e a depressão*”, como se realmente estivéssemos postados perante uma mulher deprimida, o que é questionável, pois ela poderia apenas estar cansada ou adoecida. Isto posto, notamos a força exercida pelas palavras sobre a imagem, criando uma hierarquia que coloca a visualidade num patamar inferior ao da escrita. Um último apontamento sobre os intertítulos será tecido sobre a criação de “ruídos” que estes ecoam em grande parte do documentário, pois reverberam uma mensagem que já se fizera explícita, por exemplo, quando vemos a sobreposição das fisionomias de Picasso, Freud, Einstein e Lênin e a reafirmação: “os quadros já eram Picasso, os sonhos já eram interpretados, na Rússia, E=mc2”. Ou mesmo na cena do alfaiate, que tinha a pretensão de voar e, para descrever este ato, Masagão, que já utilizara a sobreposição da imagem de um pássaro capaz de concluir o significado dialético da imagem, novamente “peça” ao inserir o intertítulo ruidoso que reafirma “objetivo imediato”, apostando na fragilidade da construção visual, ou, quem sabe, na ignorância de nós vãos expectadores.

Sobre o roteiro adotado pelo cineasta, notamos desde o início a recusa pela adoção de uma narrativa linear ou de uma articulação de espaço/tempo sustentado num formato cronológico caro ao cinema naturalista *hollywoodiano*⁷, parecendo à primeira vista desordenado, desprovido de qualquer sentido racional, como se estivéssemos presentes diante de um videoclipe de imagens ou blocos temáticos, que seguem uns após os outros sem qualquer encadeamento coerente. Porém, a adoção dos blocos temáticos parece ser um recurso adotado por Masagão para aludir tacitamente a uma característica marcante do século em análise. O cineasta enfoca a ideia do quanto fragmentada é a nossa percepção sobre o mundo, em que nossa compreensão sobre os

332

⁷ O cinema naturalista *hollywoodiano*, consolidado depois de 1914, “(...) caminha em direção ao controle total da realidade criada pelas imagens – tudo composto, cronometrado e previsto. Ao mesmo tempo, tudo aponta para a invisibilidade dos meios de produção desta realidade. Em todos os níveis, a palavra de ordem é ‘parecer verdadeiro’, montar um sistema de representação que procura anular a sua presença como trabalho de representação” estabelecendo assim a “(...) ilusão de que a plateia está em contato direto com o mundo representado, sem mediações, como se todos os aparatos de linguagem utilizados constituíssem um dispositivo transparente (o discurso como natureza)” (XAVIER, 2005, pp. 41-42).

acontecimentos é sempre pautada de forma parcial, estando divorciados dos macroprocessos estruturais. Dito em outras palavras, o roteiro é um convite às entradas das modernas indústrias e corporações racionalizadas, com suas linhas de montagem e aparatos burocráticos produzindo indivíduos alienados e heterônomo. A sensação que sentimos com o desfile de blocos temáticos serializados não deixa de ser análoga à divisão do trabalho com suas especificidades, em que reconhecemos tão somente frações do processo, incapazes que estamos de identificarmo-nos com o resultado social da produção. Vemos os diversos blocos temáticos como se fossem independentes, encerrados em suas características parciais, que não se associam uns aos outros numa cadência lógica. Todavia, tal como toda linha de produção gera um produto social acabado, o documentário também resulta numa mercadoria coesa, capaz de compor todas as parcelas e sistematizar a proposta, qual seja, a ênfase num século marcado pela tragédia, pela destruição em massa, pela depressão e angústia, pela desqualificação da vida e até mesmo da morte, representada na cena da perna arremessada pelo vietcongue, ou pela imagem da mão decepada que é tratada como um objeto exótico. Essa interpretação da visão fracionada é reforçada pela recorrência das imagens que tratam em vários instantes do filme sobre o tema, como nas cenas exibidas sobre o Fordismo, em que o tempo de produção de um carro teria sido reduzido de catorze horas para uma hora e meia, de Daniel Escobar, que nos anos 70 na Argentina, teria apertado 9.879.441 parafusos para os veículos Renault, ou na cena das mulheres que passaram a produzir armamentos bélicos durante a 2^a Guerra Mundial.

333

Porém, não é verídica a afirmativa de inexistência de qualquer relação entre espaço e tempo, já que é passível de registrar a existência dessa relação dentro dos blocos temáticos, como a adoção de decupagem no tempo, tal como o recuo no tempo indefinido e elipse indefinido cunhado por Noel Burch (1992), perceptível por intermédio de elementos de montagem, tais como alguns raros intertítulos que não geram ruídos. Um destes elementos é a digressão no tempo no bloco que versa sobre o trabalho, quando somos conduzidos da Serra Pelada em 1985 para o Japão em 1977, recuo este perceptível pelo intertítulo que pontua o contexto. Percebemos também a existência de decupagem no espaço, marcada pela mudança de plano com continuidade espacial, por exemplo, ao vislumbrarmos a tomada final no cemitério, que produz um *raccord de direção*, frisado pelo movimento da câmera que na passagem de um quadro a outro nos conduz à sua saída.

Outro recurso passível de análise concerne à relação imagem/“realidade”⁸, sendo patente a opção do diretor em não fazer menção à imagem como um produto da “realidade”, mas sim uma construção desta. Em outros termos, a sequência de imagens utilizadas não é feita para nos ressaltar a existência da “verdade” pelo período que transcorre o filme, mas uma possibilidade de se narrar os fatos históricos por meio da organização e articulação de imagens, que emprega muito mais uma linguagem opaca⁹, o que o aproxima do *modo de representação reflexivo*¹⁰. Para dar bases sólidas a essa assertiva, recorro a algumas construções edificadas pelo diretor. Uma delas foi a adoção da “montagem figurativa” eisensteineana¹¹. Basta aqui lembrarmos novamente da sequência do alfaiate suicida e sua justaposição com a cena seguinte do ônibus espacial em chamas, para obtermos a mensagem que trata sobre a incapacidade e a impotência humana de domínio sobre a natureza.

Notamos também a recusa no tratamento da obra cinematográfica como “realidade” através da utilização de personagens fictícios durante grande parte do documentário, método este reconhecido e apontado por Masagão ao final do filme, o que desconstrói qualquer tentativa de crítica à existência de uma “verdade” imanente na história. Entretanto, problematizar a concepção de “verdade” não resulta na afirmação de que se trata de um filme de ficção, mas sim que é uma construção da história produzida pelo próprio diretor, que constrói elementos e cria discursos para reforçar sua percepção violenta sobre o século. Porém, isto é feito de forma sutil, porque também é observável a tentativa de Masagão de criar um discurso polifônico sobre o século, pois dentre as dezenas de personagens presentes, vemos desfilar todas as classes, gêneros, etnias,

334

⁸ Ao empregar a noção “realidade” (e todas as suas derivações) entre aspas ao longo do trabalho, o que se tem em vista é se valer da discussão feita por Max Weber em torno da “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. Para Weber, o “real” não era algo externo aos indivíduos, passível de conhecimento objetivo tal como entendido por Émile Durkheim (para quem os fatos sociais deveriam ser tratados como *coisas*, aptos a alcançar um status de conhecimento objetivo quando o pesquisador afastasse as suas pré-noções e respeitasse as características inerentes e externas daquilo que investigava), mas resultava de seleção valorativa do pesquisador para compreender determinados eventos sociais (Cf. WEBER, 1999).

⁹ A *linguagem opaca*, em oposição à *linguagem transparente*, busca chamar a atenção do espectador para a presença do aparato técnico e textual no filme, o que tende a lhes despertar a consciência de estar diante de uma construção, e não face à própria “realidade” (Cf. XAVIER, 2005).

¹⁰ O modo de representação reflexivo, ao invés de ver o mundo por intermédio dos documentários, permite-nos ver os documentários pelo que eles são: um construto, uma representação (Cf. NICHOLS, 2005).

¹¹ A “montagem figurativa” estabelecida por Sergei Eisenstein, em oposição à montagem do cinema clássico narrativo, era uma montagem que “(...) interrompe o fluxo narrativo dos acontecimentos e marca a intervenção do sujeito do discurso através da inserção de planos que destroem a continuidade do espaço diegético, que se transforma em parte integrante da exposição de uma ideia (...) Eisenstein prefere falar em justaposição de planos, ao invés de encadeamento” (XAVIER, 2005, p. 130).

credos e nacionalidades, refutando maniqueísmos e humanizando elementos historicamente endemonizados, como os japoneses na Segunda Guerra Mundial, aliados ao Eixo Nazi-Fascista, na cena em que o Enola Gay despeja bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, quando podemos perceber a existência de uma excelente cozinheira (Mariko Takano 1923-1945), além do “exímio carteiro” Tókio Takano, 1920-1945, sem contar as duas crianças que não tiveram ao menos tempo de terem sido algo (Takao, 1944-1945 e Noki, 1943-1945). Dentro da opção de construção da “realidade”, Masagão recorre aos extratos de filmes clássicos como *Berlim, A Sinfonia da Metrópole* de Ruttman e *O Homem com a Câmera* de Vertov, fotografias como as de Sebastião Salgado, além de imagens de arquivo, utilizando o recurso da câmera apenas em algumas tomadas sobre um cemitério que não nos é situado geograficamente. É válido destacar que essa opção do cineasta problematiza novamente a questão da imagem enquanto detentora de significados em si mesma, como é possível recuperar no célebre experimento do Mosjúkin realizado por Lev Kulechov¹² que, dependendo do encadeamento das imagens propostas, poderia sugerir diferentes interpretações. Além disso, a utilização das mesmas imagens em contextos históricos, culturais e sociais diversos também pode gerar diferentes significados e leituras destas¹³. Para corroborar este argumento, recorro à sequência inicial que tematiza sobre o desenvolvimento urbano e tecnológico utilizando-se de imagens de Vertov (*Homem com a Câmera*) e Ruttman (*Berlim, A Sinfonia da Metrópole*), em que estes têm uma visão completamente apologética sobre os frutos do progresso e as suas consequências para a sociedade durante o período em que filmaram (início do século XX). Entretanto, essas imagens, tratadas no final do século XX, e analisadas no conjunto sequencial do documentário, podem ser captadas como um processo que culminaria na alienação e na morte de muitas pessoas, tendo em vista a incapacidade humana de controle sobre a natureza, como nos alerta Masagão nas palavras de Freud: “Nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo temporal, ele

335

¹² “Certo dia, ele [Lev Kulechov] tomou um grande prato de Mosjúkin impassível e projetou-o, precedido, a princípio, de um prato de sopa, em seguida, de uma jovem morta em seu caixão e, finalmente, antecedido por uma criança a brincar com um ursinho de pelúcia. Notou-se, de início, que aquele ator dava a impressão de olhar o prato, a jovem e a criança e, depois, que fitava o prato com um ar pensativo, a jovem, com tristeza, e a criança, mediante um sorriso radiante e o público ficou surpreendido pela variedade de suas expressões, quando, na verdade, a mesma tomada havia sido utilizada três vezes e era flagrantemente inexpressiva” (MERLEAU-PONTY, 1983, p. 110-111).

¹³ A esse respeito, Jean-Claude Carrière cita alguns exemplos ilustrativos da recepção de imagens filmicas, exibidas por antropólogos franceses em tribos africanas que não tinham nenhum domínio da linguagem audiovisual, o que terminou por produzir estranhamento e choque, como o caso de um close de uma imagem de uma mosca, ou a utilização da trilha sonora num filme que retratava a caça de hipopótamos. Cf. Carrière (2006).

mesmo parte desta natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de realização e adaptação” (FREUD, 1996, p. 93).

Tendo destacado aqueles que considerei como sendo os principais recursos presentes durante todo o transcorrer do filme, resta imperioso ater-me sobre o desenvolvimento das sequências temáticas.

Marcelo Masagão, de início, despeja-nos na capital francesa, em maio de 1912, num dos momentos que seriam o marco de transição para a modernidade, pois “no dia seguinte o balé¹⁴ já não era clássico”, estando os homens imersos no processo da urbanização, em que “a cidade já não cheirava a cavalo”, da tecnologia e da comunicação: “pelo túnel, o metrô, pelo fio preto, a fala”, de novos paradigmas científicos (psicologia), artísticos (surrealismo) e comportamentais (as mulheres abandonam os afazeres domésticos para se inserirem no mercado de trabalho). Essa sequência de imagens cria um bloco que faz referência aos progressos tecnológicos da humanidade, mas que não deixará de ressaltar as suas consequências paradoxais (haja visto o personagem Alex Anderson que, apesar de ter trabalhado durante doze horas diárias na Ford, incluindo os sábados, jamais pode desfrutar do resultado de sua extenuante produção), e funestas, como a explosão do ônibus espacial *Challenger*, que causou a morte de todos os tripulantes.

336

O segundo bloco aponta para as principais guerras do século, narradas ficcionalmente pela dinastia americana dos Jones, que teria seus entes presentes nos conflitos mais encarniçados do século, como a primeira e a segunda Guerra Mundial, a Guerra do Vietnã e a Guerra do Golfo Pérsico. Esse é um dos raros blocos em que o século não está sendo ilustrado por (parafraseando Machado de Assis) “defuntos narradores”, eis que Robert Jones Júnior (1966), ainda vive.

Seguindo os blocos temáticos, nos deparamos com um desfile de imagens sobre o trabalho, e como este esteve imensamente envolvido em fatos marcantes do século em todos os cantos do planeta. O destaque inicial fica por conta das conquistas trabalhistas, simbolizadas nos vários bigodes dos trabalhadores do metrô em 1903 (que não pude identificar o país). A seguir, ao percorrermos as linhas de produção de uma fábrica de cigarros na Rússia, deparamos-nos com a figura de Martha Vertovska. Vertiginosas cenas dos arranha-céus de Nova Iorque, símbolo de poder das modernas cidades que crescem para o alto, resultam de uma pequena parcela da labuta de George Gatman. Os gulags siberianos da Revolução Russa não pouparam a vida do

¹⁴ Representado na figura do bailarino Nijinski.

funcionário-padrão Lev Pankratov. A construção do famigerado Muro de Berlim, marco simbólico da “Guerra Fria”, no filme ficou a cargo dos alemães Hermann e Rainer. A Revolução Cultural na China sob a égide de Mao Tse Tung, visando exterminar a intelectualidade do país, tem uma pequena parcela de atribuição ao montador de bicicletas Leng Yan. No Brasil vemos a “Corrida do Ouro” em Serra Pelada narrada por 8.237 Joãos, 12.668 Pedros e 9.525 Josés. Quando a nossa viagem alcança o Japão, somos apresentados ao fenômeno da cultura de massa com a figura pop de Elvis Presley idolatrada por Midori Uyeda, que trabalhava na produção de televisores. Também nos é introduzido o processo de globalização, quando somos conduzidos à Argentina, encarnado no montador Daniel Escobar e seu labor nas linhas de produção da fábrica francesa Renault. A escala continua agora com destino à Índia, que irá nos sensibilizar diante da visão das formas precárias de trabalho nas minas de carvão realizadas por Nehru Gupta. Na Bolívia presenciamos também a precariedade do trabalho no campo e a falta do desenvolvimento tecnológico, mas isso jamais foi empecilho para as grandes corporações globais e suas mercadorias, afinal, Juan Domingues poderia desfrutar prazerosamente de sua Coca-Cola. Por fim, somos conduzidos a um cenário de depressão quando percorremos as ruas de New York no ano de 1929, marcado pelo desolamento da quebra da Bolsa de valores, e dentre as dezenas de homens com seus semblantes amargurados no meio-fio, nos deparamos com a figura do engenheiro Paul Davis, vendendo maçãs para sobreviver.

Em um novo bloco, somos apresentados ao paradoxo do desenvolvimento tecnológico, que no intuito de favorecer a vida dos homens, tornou-se um fator de destruição e morte em proporções incomensuráveis. As figuras de Hans e Anna se encarregaram de apresentar o rol dos equipamentos bélicos produzidos (que vão desde bombas, armas químicas, passando por navios e aviões de guerra, até a mais nociva e arrebatadora das armas, a bomba nuclear), não deixando de ressaltar as sequelas deixadas nos homens, tanto em suas carnes como em suas almas.

O conjunto temático seguinte incumbe-se de apontar-nos os traumas e dilemas enfrentados por pessoas que estiveram presentes nos conflitos armados ou que tiveram seus familiares, amigos e patrícios envolvidos. Heinrich Stroken vale-se de seu tempo livre entre-combates para ilustrar a angustiante e tediosa rotina de um soldado a espera incerta da morte que lhe espreita. Já Pierre Ledoux surge na tela com violentos espasmos que retorcem seu corpo, provocados por traumas destes períodos beligerantes. O kamikaze Kato Matsuda nos emociona

com seu dilema sobre a certeza da morte por uma causa maior, a pátria, e a ruptura do ciclo natural da vida, em que os filhos devem enterrar seus pais. No Sudeste Asiático, somos assolados pela chocante imagem do budista Toshi Tungtin, que ateia fogo em seu corpo até transformar-se numa massa disforme para protestar contra a Guerra do Vietnã. As duas cenas que seguem parecem estar em descompasso temático com o restante do bloco, tendo em vista que o chinês postado no caminho de uma coluna de carros blindados e o índio brasileiro com chapéu não dizem respeito às guerras, sensação esta reforçada pela ausência da trilha sonora nas duas imagens, o que gera a crença de estarmos presenciando cenas que estão desestruturadas.

A seguir, Masagão tematiza as figuras ditoriais que marcaram o período, tais como Mao Tse Tung, Mobutu, Franco, Salazar e outros, recorrendo a um recurso de distorção de imagens para retratar aquilo que seriam os seus desvios psicológicos, ou “paranoias” como ele nos informou. As figuras que dominam grande parte do bloco são Hitler e Stalin.

O próximo bloco funciona como complemento do anterior, versando sobre o Nazismo e algumas de suas consequências, como a proibição de divulgação de ideias, representada na imagem de queima de livros de autores como Kafka, e a passividade e sujeição dos homens aos ímpetos vorazes dos déspotas, corroborada pela frase de Freud: “O homem já não é senhor dentro de sua própria casa”.

Mas nem tudo no documentário resulta em morte, conflito ou tirania. Existe nessa altura do filme um *plot point*¹⁵, uma virada fílmica que nos conduz a quatro pernas numa incursão ao esporte e à dança, guiados pelos passos de Fred Astaire e pelos dribles de Mané Garrincha, que bailam em total compasso, proporcionando momentos afrodisíacos, capaz de desatolar-nos dos grotões trágicos e dar um tom otimista ao século narrado.

Masagão novamente brinda-nos com ares de otimismo, quando recebemos a imagem do milionário Timothy Leary que, descontente com os rumos da vida terrestre, tem por último desejo ter suas cinzas arremessadas à lua, mas lá chegando depara-se com os personagens históricos Che Guevara, Ghandi, Luther King e John Lennon, que em vida criaram utopias e lutaram para transformar a Terra num lugar para se viver em plenitude, sem guerras, sofrimento e miséria, e acabaram tragicamente assassinados.

¹⁵ Segundo Syd Field (2001, p. 97) “(...) o *plot point* é um incidente, ou evento, que ‘engancha’ na ação e a reverte noutra direção”.

No bloco dedicado às mulheres, jorram diversos temas como suas conquistas políticas (simbolizadas pelas sufragetes dos anos 20), comportamentais (Woodstock), estéticas (minissaia), culturais (as mulheres não aceitam mais as imposições masculinas, chegando a “matá-los e ir ao cinema”) e sociais (ocupando novas funções tais como as linhas de montagem de armamentos bélicos), além de destacar momentos em que estas foram censuradas ou perseguidas pelo vanguardismo de suas posições, como a prisão de Margareth Sanges, que instituíra clínicas de controle de natalidade, uma clara afronta à moral cristã ocidental.

Em seguida, somos lembrados de alguns elementos que modificaram a forma de vida dos homens, como a luz elétrica, o rádio e a aspirina. Dentro deste bloco temático, creio estar mais marcante o tema destacado no início deste trabalho que Masagão denominou de *O Breve Século XX*, pois aqui vemos o enorme salto tecnológico que poderia parecer fruto de séculos e séculos de amadurecimento, mas que se cristalizou no período de uma geração, que foi a introdução da luz elétrica à casa de um camponês na Rússia em 1931, e a viagem ao espaço pelo filho deste em 1961, ou seja, trinta anos de interregno que marcam o período de aquisição da luz elétrica e um salto que redunda na conquista do espaço. Importante frisar também que o termo “breve século” foi um resultado de consulta à obra de Eric Hobsbawm *A Era dos Extremos*, que pontua o século como tendo iniciado no ano de 1914, com a 1ª Guerra Mundial, e terminado em 1991, com o fim da União Soviética e da Guerra Fria. Um paradoxo apontado no bloco é o de Paul Norman, que apesar da inexistência da eletricidade em sua casa, fora sentenciado a cumprir pena de morte na cadeira elétrica. Ou seja, um homem em vida não pudera desfrutar dos benefícios da eletricidade, mas somente de seu ônus ao ter sua vida arrancada por esta. O rádio ganha a maioria dos lares, alcançando grandes distâncias, como na transmissão de notícias aos soldados americanos que combatiam no Vietnã. É aludido o comportamento alimentar instaurado no século, com a criação das grandes redes de *fast-food* como o Mc Donald's. Faz-se menção também aos novos padrões de comportamento propiciados por novas tecnologias como a televisão, o carro, os eletrodomésticos, e estes, da forma com que são montadas as imagens pelo diretor, nos fazem crer na ociosidade que dominou o homem, representada na figura robusta de Joselina da Silva, que não perdia uma Sessão da Tarde.

Dando continuidade à divisão temática, somos apresentados às artes, através de 4 domingos. O primeiro é reservado ao artista plástico francês surrealista Marcel Duchamp. O

segundo será ocupado pelo expressionismo do pintor norueguês Edward Munch. No terceiro domingo recebemos a visita do pintor realista norte-americano Edward Hopper. O último domingo será dedicado ao artista plástico tupiniquim José Leonilson. É interessante notar que os paradigmas artísticos tratados dentro do bloco priorizam temas recorrentes como a depressão e a angústia, reafirmando o discurso de Marcelo Masagão sobre a degradação humana no século.

O último bloco destacado pelo cineasta é uma abordagem sobre o tema da religião, enfatizando diferentes credos tais como o budismo, o judaísmo, o islamismo, o espiritismo, dentre outros, além de apontar a presença da religião nas guerras, como no caso da existência de “*Deus perto do inferno*”, e do ceticismo, presente na Revolução Russa de 1917, que transformou os templos em repartições públicas bolcheviques.

Depois do breve retrospecto histórico pelo século XX, vemos o documentário caminhando para um desfecho, que é marcado por uma tomada do cemitério, em preto e branco, se afastando entre os túmulos, para então se tornar colorida, prosseguindo até estarmos postos diante da fachada de uma capela, quando então somos conduzidos à saída do cemitério. Nesse instante percebemos a articulação de uma imagem em preto e branco de uma locomotiva com um homem sentado em suas rodas, simbolizando metaforicamente a mensagem de que apesar de tudo o que os homens do século produziram e destruíram, o “expresso da vida continua”. E num lampejo de otimismo, Masagão preocupa-se em repousar esperanças na vida e nos homens, afirmando, nas palavras do poeta russo Maiakovski, que ainda é possível encontrarmos a felicidade e que devemos procurá-la, pois: “*Dizem que em algum lugar, parece que no Brasil, existe um homem feliz*”.

340

O último recurso do cineasta é conduzir-nos aos pórticos do desconhecido cemitério, no qual percebemos cravada a mensagem que dá nome ao filme e nos permite tomar conhecimento de que os fatos narrados sobre a vida do século XX são o espólio de homens que não mais fazem parte desta vida, apesar de terem se transformado em parte da história. Em suma, o filme tece uma crítica ao século XX, marcado por destruição e morte, mas não deixa de destacar alguns momentos de alegria, além de encerrar com um otimismo ingênuo, tendo em vista que não discute as saídas e perspectivas.

Também é possível, à guisa de conclusão, retomar um elemento específico, mas que reflete na obra em geral. O título *Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos* cria uma sensação

de uma “democracia post-mortem”, ou seja, uma espécie de mito de que após a morte todos os indivíduos se tornam socialmente indiferenciados, criando um cenário questionável de equidade além-vida.

Em outras palavras, Marcelo Masagão, na busca de dar vozes aos pequenos personagens, o que pode ser tido como um mérito, cai no falso mito arraigado no senso comum de que a morte reserva o mesmo destino a todos os homens, tornando-os iguais, visão esta reforçada pela indistinção com que trata os personagens. Porém, é possível indicar a existência de uma estratificação social mesmo após a morte, tendo em vista que o peso histórico legado por determinados finados é capaz de diferenciá-los até mesmo depois do padecimento. Empiricamente, isto é facilmente perceptível quando analisamos a quantidade de pessoas que visitam o túmulo de Ayrton Senna e a quantidade que visitam um dos diversos Josés da Serra Pelada. O fator simbólico também os distingue, pois não é a mesma coisa estar enterrado numa cova rasa como indigente no cemitério da Vila Formosa, ou estar situado num mausoléu no cemitério do Araçá.

Mas qual a importância de abordar tal distinção social? Será fruto de devaneios ou inócuas divagações teóricas? Ledo engano! Este diferencial histórico e simbólico; que estratifica os mortos, dá ensejo e reforça ainda a estratificação social entre os vivos, tanto de seus descendentes quantos de pessoas próximas a esse. Ou seja, “(...) A tradição de todas as gerações mortas oprixe como um pesadelo o cérebro dos vivos” (MARX, 1997, p. 21).

A deferência reservada pela sociedade a um ente vivo da dinastia dos Braganças, mesmo considerando o centenário da extinção do Império, é completamente diversa à mesma reservada a Lucelino Silva, que viveu até 1998. Concluindo, não se defende aqui uma análise histórica sob um viés social elitista. Todavia, na tentativa de introduzir um discurso histórico polifônico para além de qualquer outro tipo de estratificação, Masagão pecou pelo excesso, gerando uma falsa sensação democrática, que inexiste tanto entre os vivos como entre os mortos.

341

Referências

ASSIS, Machado de (1997). *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Coleção Biblioteca Folha nº 4. Rio de Janeiro: Ediouro.

BERNADET, Jean-Claude (1985). *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Brasiliense.

- BURCH, Noel (1992). *Práxis do cinema*. Coleção Debates nº 149. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CAMPOS, Flavio de (2007). *Roteiro de cinema e televisão: a arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma estória*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARRIÉRE, Jean-Claude (2006). *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DURKHEIM, Émile (1999). *As regras do método sociológico*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- FIELD, Syd (2001). *Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- FREUD, Sigmund. (1996). “Mal-estar na civilização”. In: STRACHEY, J. (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago. pp. 81-178.
- MARX, Karl (1997). *O Dezoto Brumário de Luis Bonaparte*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1983). “O cinema e a nova psicologia”. In: XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Graal: Embrafilmes.
- NICHOLS, Bill (2005). *Introdução ao documentário*. Coleção Campo Imagético. São Paulo: Papirus.
- _____. (2004). “A Voz do Documentário”. In: RAMOS, Fernão Pessoa (Org.) *Teoria contemporânea do cinema, documentário e narratividade ficcional*. Vol. II. São Paulo: Senac.
- ODIN, Roger (1984). “Film Documentaire, Lecture Documentarisante”. In: ODIN, Roger; LYANT, J.C. *Cinémas et Réalités*. Saint Etienne: Universidade de Saint Etienne, 1984, pp. 263-277.
- TARKOVSKI, Andrei (1998). *Esculpir o tempo*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- WEBER, Max (1999). “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”. In: FERNANDES, Florestan (Coordenador); COHN, Gabriel (Orgs.). *Weber*. 7ª ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 13. São Paulo: Ática.
- XAVIER, Ismail (2005). *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. 3ª Edição, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra.

Abstract

This essay aims to analyze the documentary of Marcelo Masagão titled *Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos*, and discuss the filmmaker's analytical options, the "scientific" paradigms adopted and the genre. The next step was to define the object analyzed by the film, the documentary's guiding thread. Once this is done, it will be approached by this work the main elements of assembly, such as intertitles, soundtrack, image/reality relation, among others. Next, I will discuss the development of the thematic blocks of the documentary and the meanings within them. The conclusion aims to tie the argumentation of the filmmaker within the point considered the core of the discussion. Finally, I propose a discussion of what I have defined as the myth of post-mortem democracy.

Keywords: Documentary; Post-Mortem Democracy; Twentieth-Century; Realism.

Resumen

343

El objetivo del trabajo es analizar la obra cinematográfica de Marcelo Masagão, *Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos*, abordando las opciones analíticas del cineasta, los paradigmas "científicos" adoptados y el género escogido para trabajar con el material visual. El siguiente paso fue definir el objeto analizado por la película, hilo conductor que tejer toda la obra. Hecho esto, se abordan los principales elementos de montaje, tales como intertítulos, banda musical, relación imagen/realidad, entre otros. A continuación, discuto el desarrollo de los bloques temáticos del documental, además de los significados dentro de los mismos, buscando en la conclusión atar la argumentación del cineasta dentro del punto considerado el núcleo de la discusión. Por último, propongo una discusión sobre lo que definió como la "democracia post-mortem"

Palabras clave: Cinema Documental; Democracia Post-Mortem; Siglo XX; Realismo.

Da Lama à Luz

Recebido em 16-05-2019
Aceito para publicação em 23-06-2019

Márcio Gomides Silva Júnior 

ORCID: 0000-0002-8471-2886

Graduando em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: mgomides@yahoo.com.br

Num momento de caos,
Vidas se foram,
Primaz de Minas,

Mãe que sofre!

Por seus filhos que tanto ama,
Pelo amor, sua dor conclama...
Deste povo valente,

Inconfidente!

Que por um momento,
Buscas respostas em alento,
De mãos dadas ao seu glorioso passado,

O resgate!

A sua própria identidade...
Ah! Mariana!
Tua luz volta a brilhar nos corações,

Lindas Igrejas e Casarões!

Orgulho de um povo tricentenário,
Que continua produzindo história,
Através da Arte, Cultura e Tradição...

Superação, luta e união!



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não comercial – Sem derivações 4.0 Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

344